UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

Daniel Markowicz

POR UMA EDUCAÇÃO PARA A EMANCIPAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO DE NAURA SYRIA CARAPETO FERREIRA

CURITIBA
2019

DANIEL MARKOWICZ

POR UMA EDUCAÇÃO PARA A EMANCIPAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO DE NAURA SYRIA CARAPETO FERREIRA

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito necessário à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Leão da Costa Neto.

CURITIBA
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sydnei Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

M345 Markowicz, Daniel.
Por uma educação para emancipação: uma contribuição de Naura Syria Carapeto Ferreira / Daniel Markowicz; orientador Prof. Dr. Pedro Leão da Costa Neto.
300f.

Tese (Doutorado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2019.

1. Alienação. 2.Emancipação humana. 3.Força de trabalho. 4.Trajetória de Naura Syria Carapeto Ferreira. 5. Formação dos profissionais da educação. 6. Gestão democrática da educação. 7. Políticas públicas. 8. Trabalho. I. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação/ Doutorado em Educação. II. Título.

CDD – 370.71

Bibliotecária responsável: Heloisa Jacques da Silva – CRB 9/1212

TERMO DE APROVAÇÃO

Universidade Tuiuti do Paraná

Credenciada por Decreto Presidencial de 07 de julho de 1997 - D.O.U nº 128, de 08 de julho de 1997. Secção 1, Página 14295.

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ATA DO EXAME DE DEFESA DE TESE

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e dezenove, foi realizada a sessão de Defesa de **Tese** de **Doutorado** intitulada **"Por uma Educação para a Emancipação: Uma análise da contribuição de Naura Syria Carapeto Ferreira"** apresentada por **Daniel Markowicz.** Os trabalhos foram iniciados às 14:00 horas pelo **Prof. Dr. Pedro Leão da Costa Neto,** Presidente da Banca Examinadora constituída pelos professores abaixo nominados. A Banca Examinadora passou à arguição do doutorando. Encerrados os trabalhos às 18:00 horas, os examinadores reuniram-se para avaliação cujo resultado é o que segue: A Tese atende aos requisitos necessários à sua aprovação e a Banca destaca o seu caráter inédito e recomenda a sua divulgação.

Prof. Dr. Pedro Leão da Costa Neto – Presidente da Banca

Pedro Leão da Costa Neto — Aprovado

Assinatura — **Conceito**

Prof.ª Dra. Andréia Barbosa Gouveia - Membro Titular Externo - UFPR

Andréia Barbosa Gouveia — Aprovado

Assinatura — **Conceito**

Prof. Dr. Luiz Fernando Dourado - Membro Titular Externo - UFG

Aprovado

Assinatura — **Conceito**

Prof.ª Dra. Dinamara Pereira Machado - Membro Externo - UNINTER

Aprovado.

Assinatura — **Conceito**

Prof.ª Dra. Josélia Schwanka Salomé – Membro Titular – UTP

Aprovado

Assinatura — **Conceito**

Prof. Dr. Fausto dos Santos Amaral Filho - Membro Titular – UTP

Aprovado

Assinatura — **Conceito**

Curitiba, 17 de junho de 2019.

Prof. Dr. Pedro Leão da Costa Neto
Presidente da Banca

EPÍGRAFE

Urge repensar e redefinir a educação e a formação do educador. Democratizar a educação como um ato político, assumido e consciente, participativo e real é o meu repensar. (FERREIRA, 1989, p. 15).

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida, à família pela ajuda e compreensão nos momentos mais difíceis em que esta taréfa parecia irrealizável. Aos professores e funcionários que muito contribuiram na perspectiva de realização deste trabalho. E aos amigos e amigas pela dedicação, respeito e tempo destinado a apoiar-me e contribuir na elaboração desta tese.

Muito obrigado à homens e mulheres que lutaram juntos para que este sonho que considero coletivo se tornasse realidade.

RESUMO

Este trabalho é resultado de um estudo sobre a trajetória e as principais contribuições da professora Doutora Naura Syria Carapeto Ferreira na área educacional. A tese está ancorada em uma fundamentação crítica acerca do trabalho intelectual da pesquisadora na perspectiva da emancipação humana. A presente análise traz um olhar sobre a trajetória da pesquisadora e o mundo do trabalho. Apresenta como foco de análise os pilares escolhidos pela autora que são: as políticas públicas; a gestão democrática da educação e a formação. Estes temas formam um sólido tripé presente nas produções intelectuais da professora e revelam o caminho condutor de suas produções. As pesquisas são extraídas do complexo contexto histórico social da humanidade. A problemática da pesquisa discute sobre se há a perspectiva real de emancipação humana em seus trabalhos. O objetivo é demonstrar possibilidades de emancipação por meio do conhecimento presente nos trabalhos de Ferreira. A sua trajetória demonstra de forma clara a possibilidade de emancipação do homem e da mulher por meio do conhecimento, caminho de emancipação defendido pela autora porque pode formar sujeitos conscientes da realidade e preparados para lutar pela emancipação humana nesta sociedade desigual. Seus trabalhos apontam caminhos sólidos a serem seguidos no campo educacional com a perspectiva de melhorar a vida dos trabalhadores, homens, mulheres e filhos. O estudo justifica-se pela necessidade no presente de combater e lutar contra a retirada dos direitos sociais dos trabalhadores e dos sem trabalho presentes na modernidade. A sociedade brasileira vive um momento de forte crise, desemprego e aumento da violência, as alternativas elucidadas pela autora em ininterruptas pesquisas podem significar possibilidades de um mundo melhor no cenário de desilusão, desigualdade, desemprego e violência que assola a sociedade capitalista. O pensamento crítico e dialético da autora pode contribuir decisivamente na luta diária da classe trabalhadora e das futuras gerações. O conhecimento e o trabalho são fundamentais, na perspectiva de Ferreira para a emancipação humana.

Palavras-chaves: Alienação; Emancipação humana; Força de trabalho; Trajetória de Naura Syria Carapeto Ferreira; Formação dos profissionais da educação; Gestão democrática da educação; Políticas públicas; Trabalho.

ABSTRACT

The present work is the result of a long period of studying about the trajectory and main contributions belonged from Professor Naura Syria Carapeto Ferreira in the educational area. The thesis is sustained in a critical foundation about the researcher's intellectual work in order to human emancipate. The analysis brings a look at the trajectory of the researcher and the world of work. It presents as focus of analysis the three pillars chosen by the author that they are: the public policies; the democratic management of education and educational background. These themes form a solid support present in the teacher's intellectual productions and reveal the thread of their productions. Research is drawn from the complex social historical context of humanity. The research problem discusses whether there is the prospect of human emancipation in their work. The objective is to demonstrate possibilities of emancipation through the knowledge present in Ferreira's work. His trajectory clearly demonstrates the possibility of emancipation of man and woman through knowledge, the path of emancipation defended by the author because he can form subjects aware of reality and prepared to fight for human emancipation in this unequal society. His work points out solid paths to be followed in the educational field with the perspective of improving the lives of workers, men, women and children. The study is justified by the present need to contest and fight against the withdrawal of social rights from workers and unemployed present in the present time. Brazilian society is experiencing a time of strong crisis, unemployment and increased violence, the alternatives elucidated by the author in uninterrupted research can mean possibilities for a better world in the scenario of disillusionment, inequality, unemployment and violence that disturb capitalist society. The author's critical and dialectical thinking can contribute decisively to the daily struggle of the working class and future generations. Knowledge and work are fundamental, in Ferreira's perspective for human emancipation.

Keywords: Alienation; Human emancipation; Workforce; Trajectory of Naura Syria Carapeto Ferreira; Training of education professionals; Democratic management of education; Public policy; Job.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 Gêneros das publicações.....146
GRÁFICO 2 Editoras, Revistas e eventos das publicações.....148
GRÁFICO 3 Local das publicações.....149
GRÁFICO 4 Períodos das publicações.....150
GRÁFICO 5 Produções próprias e autores parceiros.....151
GRÁFICO 6 Temas centrais de análise.....152
GRÁFICO 7 Os temas mais relevantes de análise da autora.....153

LISTA DE SIGLAS

AFIRSE	Associação Francofônica de Pesquisa em ciências da educação.
APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários.
ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.
ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação.
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.
APARSE	Associação Paranaense de Supervisores de Educação.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CBE	Conferência Brasileira de Educação.
CFE	Conselho Federal de Educação.
CEDES	Cadernos do Centro de Estudos Educação e Sociedade.
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CONARFE	Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores.
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação.
DEPLAE	Departamento de Planejamento e Administração da Educação.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.
JEC	Juventude Estudantil Católica.
MEC	Ministério da Educação.
ONU	Organização das Nações unidas.
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola.
PNE	Plano Nacional de Educação.
PPP	Projeto Político Pedagógico.
PUC/PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
SEED/PR	Secretaria de Estado da Educação do Paraná.
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação.
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco.
UFPR	Universidade Federal do Paraná.
UNB	Universidade de Brasília.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNESP Universidade Estadual Paulista.

UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância.

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

UTP Universidade Tuiuti do Paraná.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....13
1.1 MÉTODO E EXPOSIÇÃO DO RELATÓRIO DA PESQUISA.....25

2 UMA TRAJETÓRIA DE LUTA, RESISTÊNCIA E TRABALHO.....34
2.1 UM OLHAR NA HISTÓRIA: REVISITANDO O PASSADO.....34
2.2 UMA NOVA REALIDADE NO PARANÁ.....41
2.3 UM DEGRAU A MAIS NA ESCADA DA VIDA: O MESTRADO.....51
2.4 UM NOVO DESAFIO: O DOUTORADO.....55
2.5 O RECOMEÇO NA UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ.....59

3 A EDUCAÇÃO E O MODO DE SER DO TRABALHO.....70
3.1 A EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR NA FÁBRICA MODERNA.....71
3.2 O MUNDO DO TRABALHO E A EDUCAÇÃO.....82
3.3 A ALIENAÇÃO NO TRABALHO.....88
3.4 A DIMENSÃO CONCRETA NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO.....103
3.5 A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: IMPASSES E POSSIBILIDADES.....116
3.6 O TRABALHO DENTRO DAS ESCOLAS.....127

4 TRABALHO E CONHECIMENTO PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA.....143
4.1 O REAL CONCRETO E AS DETERMINAÇÕES DO PRESENTE.....143
4.2 A GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM EXERCÍCIO PARA A HUMANIZAÇÃO.....159
4.3 CAMINHOS PARA DEMOCRATIZAR A EDUCAÇÃO.....171
4.4 A FORMAÇÃO COMO PRÁXIS DA EMANCIPAÇÃO.....181
4.5 A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PARA A PROMOÇÃO HUMANA.....193
4.6 A EMANCIPAÇÃO COMO RESTITUIÇÃO DO MUNDO AO HOMEM.....214
4.7 AS NOVAS DETERMINAÇÕES PARA A GESTÃO DA EDUCAÇÃO.....227
4.8 VIOLÊNCIA E EMANCIPAÇÃO.....253

5 A GUISA DE CONCLUSÃO.....270
REFERÊNCIAS.....279

1 INTRODUÇÃO

> O homem, para conhecer as coisas em si, deve primeiro transformá-las em coisas para si. (Karel Kosik)

Este trabalho é resultado de um estudo sobre a trajetória de vida e as pesquisas desenvolvidas pela Professora Doutora Naura Syria Carapeto Ferreira sobre educação. O objetivo fundamental é apresentar o fio condutor do seu pensamento crítico na perspectiva da emancipação humana, a partir de uma tríade que a autora investigou e investiga durante toda a sua trajetória acadêmica, e que se constituem em pilares fundamentais em suas analises. Estes temas centrais são as políticas públicas, a gestão da educação e a formação dos profissionais da educação. A análise busca colher em sua trajetória dados significativos para a compreensão crítica da realidade educacional brasileira.

O trabalho de Ferreira sobre a Educação Brasileira pode ser compreendido a priori como uma pesquisa significativa no processo de ensino e aprendizagem para pensar e agir na educação em busca da emancipação humana frente aos desafios e às mudanças na sociedade mundial e no mundo do trabalho, que se configura como um cenário preocupante a ser observado no processo de aprendizagem e na pesquisa educacional.

Assim os temas: trabalho, políticas públicas, gestão da educação e formação se constituem na espinha dorsal da análise aqui empreendida. Esta pesquisa pretende investigar o trabalho de Ferreira na perspectiva da emancipação humana, por isso está estruturado em quatro capítulos da seguinte maneira: Introdução; a trajetória de vida da autora; as mudanças no cenário do mundo do trabalho; as políticas públicas em especial a gestão democrática da escola pública e a Formação dos profissionais da educação. O estudo se desenvolve na perspectiva de encontrar um caminho gerador de possibilidades de emancipação para a ressignificação da educação, diante das novas exigências e das mudanças advindas do mundo do trabalho, da exploração capitalista e, em especial das novas tecnologias hoje presentes na sociedade e no chão da escola.

Nesta análise sobre as produções da autora se destacam a relação sociedade/trabalho/educação, apresentando a necessidade de uma educação de qualidade diante de cenários desafiadores, de exploração e de exclusão presentes na

sociedade hodierna. Desse modo reafirma-se a necessidade de desenvolver políticas educacionais de resistência ao modelo econômico de exploração, para que o exercício da gestão democrática possa ser implementado e que o trabalho de democratização possa levar à emancipação humana.

A relação presente no discurso das políticas públicas com a educação escolar é neste trabalho um norte que demonstra a necessidade de ampliar a participação da comunidade, no sentido de fortalecer o diálogo e promover o debate participativo na busca de uma maior e melhor participação da comunidade nas tomadas de decisões da escola. Este tema é pesquisado à luz das produções da autora e de suas contribuições nas disciplinas do Mestrado e Doutorado em Educação principalmente com ênfase nas relações existentes entre educação/trabalho em uma abordagem crítica marxista/dialética, com destaque para a democratização do ensino.

No início deste estudo, as produções de Ferreira e de outros autores eram referências de consulta sobre o tema. No aprofundamento do estudo sobre as mudanças no mundo do trabalho, políticas públicas, gestão da educação e formação continuada, as suas análises adquiriram novos e significativos contornos e passaram a ser a referência principal. Nas idas e vindas realizadas sobre as produções da autora, percebeu-se que os seus escritos e trajetória se consolidaram no próprio objeto de pesquisa, justificando-se pela significativa contribuição intelectual para a Educação Brasileira. Esta pesquisa adquire importância ainda maior pelo fato de no Brasil existirem poucos trabalhos sobre os intelectuais brasileiros. Assim é uma oportunidade de realizar este estudo a partir das contribuições da autora que já estão consolidadas e destacam-se na academia entre as melhores no campo da educação. A pesquisa justifica-se pela brilhante trajetória e sólida contribuição de Ferreira como uma pesquisadora inconteste e pela significativa produção intelectual para a Educação Brasileira, como pode-se observar na sua densa e significativa pesquisa acadêmica, para a educação no cenário nacional e internacional, destacando-se entre os ilustres profissionais que lutam por uma educação que melhore as condições de vida dos trabalhadores. Suas contribuições em relação às políticas públicas, gestão da educação, formação e emancipação humana são de grande relevância para para o campo educacional, no contexto das grandes transformações ocorridas no mundo do trabalho capitalista em especial nas últimas décadas. Estes estudos se tornam indispensáveis devido ao desmonte do estado de bem-estar social e dos

desenfreados ataques aos direitos sociais desencadeados pelas políticas neoliberais que só fazem aumentar a exploração dos trabalhadores. A autora tem estudado as políticas públicas de forma exaustiva observando com rigorosidade a legislação para compreendê-las, e como elas são aplicadas na rede de ensino e também na escola.

A pesquisa se justifica, além dos aspectos já apresentados, porque Ferreira critica a exploração, o desemprego e analisa com rigorosidade a necessidade de compreensão das profundas mudanças que vêm ocorrendo no mundo, em especial no mundo do trabalho, e da importância de se analisar a relação trabalho/educação na complexidade da sociedade contemporânea, com todas as suas múltiplas e contraditórias determinações em todos os campos da vida humana. As pesquisas na ótica da gestão educacional e da formação docente aparecem como base para um ensino que possibilite a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras no mundo, em destaque os menos abastados. Os seus estudos destacam-se no cenário social e ganham importância na perspectiva da emancipação humana.

A pesquisadora vem ao longo de sua trajetória argumentando que direitos presentes na legislação educacional vêm sendo negligenciados pelos poderes públicos principalmente no tocante a valorização das carreiras dos profissionais da educação, oferecendo cargos e salários muito aquém do necessário para promover uma educação para todos. A este respeito tem argumentado que os professores são verdadeiros heróis e que muitas vezes trabalham até sem salários como uma verdadeira missão educacional. Em relação a gestão educacional tem discutido que esta precisa ser ressignificada para poder de fato ser participativa e vai além, não é só a presença da comunidade na escola com professores e funcionários que garantirá a melhora do ensino, é preciso qualificar os participantes para melhorar a participação e tomar decisões importantes para a escola e para o ensino de seus filhos. São estes atores participativos que precisam lutar pelos direitos presentes na legislação para que sejam efetivados para todos sem nenhuma distinção.

Frente à esta pluralidade de necessidades que passa a escola na sociedade e do desmonte da coisa pública em favor do privado, promovido pelo neoliberalismo, urge pensar em gestão da educação para a emancipação humana pela via do conhecimento que precisa ser construído por todos os envolvidos na esfera educacional. Estas relações de sociedade, trabalho e educação permeiam e formam

o real concreto pesquisado pela autora à luz das grandes transformações sociais. Dentre estas transformações está a educação, que precisa ser analisada como faz a autora, na perspectiva de melhorar o desempenho escolar de nossos alunos.

A pesquisa aqui apresentada, apareceu como projeto em gérmen a partir dos mandatos cumpridos em escola estadual, sendo três mandatos como direção auxiliar e dois como direção geral totalizando 15 anos na gestão de escola pública e, do trabalho docente no ensino superior na área da educação a mais de sete anos ministrando as disciplinas relacionadas à Gestão Educacional, Formação Docente e Práticas de Ensino, em que os trabalhos da autora figuram como base teórica para a formação dos novos profissionais da educação tema que a autora destaca como de significativa importância no cenário educacional. No desenvolvimento desta pesquisa o pano de fundo é a realidade social vigente problematizada e sustentada de forma significativa nas análises em especial do ponto de vista teórico, pelas contribuições de Ferreira e dos autores com os quais ela dialoga em suas pesquisas. Dessa forma estudar de forma mais aprofundada os seus escritos foi uma das maneiras possíveis para estabelecer uma melhor interlocução com a autora e garantir uma pesquisa significativa porque parte de base essencial sobre o tema tratado. Destaca-se ainda que seus trabalhos são hoje conteúdos essenciais estudados nos cursos de pedagogia e outras áreas do ensino, pelos futuros profissionais da educação.

A escola como um campo fértil de resistência e de formação dos trabalhadores pode sim contribuir através do conhecimento na formação de cidadãos críticos, por meio de uma educação de qualidade desde que esta tenha como ponto de partida o solo da escola e principalmente pela luta na implementação da verdadeira participação na gestão democrática prezando pela participação coletiva e o resgate do espaço público como centro de discussões na busca de melhoria da qualidade de vida. Essas mudanças fazem parte, com rigor e continuidade em pesquisas desenvolvidas e aprofundadas pela autora, em que afirma a necessidade de avançar no processo de democratização da escola para melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem ofertado aos nossos alunos em especial os mais carentes no sentido de combater a miserabilidade e a violência presentes no mundo.

Para isso, torna-se imperativo um ensino de qualidade para melhorar a vida daqueles que precisam da escola pública para conquistar o seu espaço no mundo na atualidade ou criarem alternativas para lutarem por novas conquistas sociais. É um

processo que envolve muitas determinações e consequentes provisões materiais e pedagógicas, que só poderá se efetivar além de eficientes políticas públicas, através da participação coletiva e qualificada, da implementação do princípio constitucional de gestão democrática da escola que consiste no envolvimento de todos os seus integrantes, desde a avaliação de contexto sócio econômico, planejamento, elaboração do projeto pedagógico e sua concretização em sala de aula.

Estas demandas na realidade do ensino público precisam de trabalho árduo porque ainda não se efetivaram como preconizam a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996). Há um grande percurso e muitos desafios para concretizar em todo o ensino público o exercício da gestão democrática de forma permanente e eficiente. É ainda um processo de implementação contínuo e que muitas vezes sofre reveses por possuírem ainda em alguns casos a presença de um simulacro de democracia, um faz de conta que oculta o verdadeiro autoritarismo da rede ou na própria escola.

Portanto, a pesquisa sobre esse tema é importante no cenário político, social e educacional diante de uma realidade contrária aos interesses da classe trabalhadora, a qual deposita na escola a esperança de superar esta realidade excludente. É imperativo refletir criticamente sobre a gestão democrática da escola pública, da formação continuada dos profissionais da educação, discutir o melhor projeto educacional a partir da organização democrática e participativa na escola, e lutar para construir uma política educacional para além de uma política de governo, ou seja, que a educação seja um plano da sociedade e assim, estaria livre de planos de partidos políticos que ao vencer as eleições fazem da educação uma política daquele governo. É imprescindível compreender a escola como lócus central da gestão que forma para o trabalho, mas que, especialmente, precisa formar para a vida em sociedade, para o exercício pleno de cidadania na compreensão de que cada um, homem e mulher, são sujeitos históricos que participam da sociedade e são capazes de serem eleitos bem como elegerem seus governantes de forma consciente e exercendo o controle sobre seus representantes, bem como explica Gramsci (2000), de forma esclarecedora em seus escritos.

Em muitos cenários o que se verifica é a imposição de “vontades” de governos usando da gestão para fazer valer seus ideais e às vezes, ainda, com ações visando apenas usurpar o voto do eleitor. Desse modo as desigualdades são fortalecidas no

que diz respeito às relações de produção e a oferta da educação no atual mundo do trabalho, Ferreira concorda no sentido de que as desigualdades têm aumentado muito e geram a violência que vem crescendo de forma jamais vista na sociedade, com relação à desqualificação segue na esteira de Kuenzer que pode ser caracterizada na própria formação do trabalhador e afirma:

> A história da formação do trabalhador no capitalismo é a história da sua desqualificação, fato este apontado por Marx e que permanece encoberto nas obras dos economistas burgueses, cujo discurso é o da qualificação como resultado do desenvolvimento do capitalismo. Para explicar esta história, Marx remonta ao surgimento da produção capitalista como um modo peculiar de produção, caracterizado por determinadas relações de produção que trazem, como um dos resultados, a exploração do trabalho humano e a sua alienação. (2002, p. 32)

Neste cenário apontado por Kuenzer, nada animador para os trabalhadores, constitui-se o real concreto do qual partem os trabalhos de Ferreira, sempre se posicionando ao lado dos trabalhadores de uma forma crítica e na busca de mudanças, de superação. Daí resulta a importância da sua trajetória no campo da educação e a elaboração teórica, parte delas estudadas nesta pesquisa devido ao grande número de produção. Estas produções demonstram desde muito cedo, a preocupação do seu pensamento e as produções da autora procuram de forma crítica analisar as relações de trabalho e denunciar a exploração, a precariedade da educação pública brasileira, a alienação e a exploração do homem e da mulher empreendedores, empregados e desempregados. Estes pressupostos que desumanizam precisam ser duramente combatidos, a partir de novas políticas públicas para a educação, fortalecendo o princípio da gestão democrática e o projeto político pedagógico construído coletivamente na escola.

As linhas centrais do pensamento da autora são desveladas nesta pesquisa como sendo: a sociedade, o conhecimento e o trabalho, as políticas públicas, a formação, e a gestão da educação. Nota-se que há um destaque em suas investigações em que se sobressaem a gestão e a formação como possibilidades de construir uma educação de qualidade para todos. No entanto a autora no coser de suas produções sempre defende a necessidade de que a gestão e a formação precisam ser ressignificadas no sentido mais importante que é a sua implementação e o seu exercício qualificado no solo da escola. Não pode ser um simulacro de gestão e formação. A gestão e a formação precisam ser os alicerces da luta pela educação de qualidade para que possam aparecer neste cenário as possibilidades de

emancipação humana. Este argumento perpassa esta tese para entender que é preciso reconstruir as bases da educação para sonhar com uma educação crítica e emancipadora. Urge a compreensão de todos de que a educação precisa ser tratada, ofertada e conduzida, como um projeto de sociedade.

Por isso, pensar e refletir de forma crítica as políticas públicas, a gestão democrática da educação e a formação, são temas de muita relevância em pesquisas educacionais e na luta de classes, para esclarecer aos cidadãos as meticulosas armadilhas presentes na exploração capitalista. Neste sentido, Ferreira possui uma vasta produção crítica capaz de contribuir para a formação de um pensamento mais consciente sobre a realidade da sociedade e no trabalho.

No mundo de hoje nota-se um descompasso entre a formação e as exigências advindas das profundas transformações do trabalho. Nesse contexto de empresabilidade e desempregabilidade decorre a necessidade de uma formação escolar adequada que possibilite competir neste mercado de trabalho, o qual concentra os melhores postos e as melhores remunerações em cargos que exigem formação qualificada. Neste mundo denominado de “Aldeia Global” (FERREIRA, 2002), a formação do trabalhador qualificado além de possibilitar condições de disputar um bom emprego, está diante de uma das grandes contradições virtuosas próprias da educação, como afirma Ramos (2017, p.81) que

> [...] é exatamente o fato de que o acesso ao conhecimento sistematizado pela classe trabalhadora possibilita a essa classe compreender o mundo e ampliar sua capacidade de transformá-lo, primeiramente no plano mais imediato de suas vidas e, mediatamente, por meio da organização coletiva. Assim o sentido político do conhecimento está no fato de que o acesso a ele, pelos dominados, é força material na luta social.

Força esta que contraria os interesses da classe detentora dos meios de produção, a qual exerce um poder hegemônico sobre a maioria da população, que se enquadra na classe trabalhadora e produtiva do país. O conhecimento é o caminho para enfrentar a exploração advinda da relação existente entre empregadores e empregados, capacitando as pessoas para lutar por seus direitos na sociedade. Estudar Ferreira é compreender que a organização da educação pode dar voz aos silenciados pelo sistema capitalista, para o qual vende sua força de trabalho e se aliena no seu próprio exercício, deixando-se explorar e contribuindo de forma impensada para manter as desigualdades sociais existentes.

A tomada de consciência dos trabalhadores não deixa de ser uma ameaça a determinadas organizações, que se sustentam pelo monopólio das corporações da mídia empresarial, como afirma Frigotto (2017, p. 30), que “martelando e moendo os cérebros na construção das verdades que interessam aos interesses de alguns [...]” e que mantém os menos favorecidos na ignorância e ao negar o direito à escola básica se consolidam no poder, o qual utiliza-o na defesa de seus próprios interesses.

Consubstancialmente a esta realidade, emerge no que Ferreira (2017, p. 25) afirma ser,

> A crescente incorporação de ciência e tecnologia aos processos produtivos e sociais, a serviço dos processos de acumulação do capital internacionalizado, configura uma aparente contradição: quanto mais se simplificam as tarefas, mais o conhecimento se exige do trabalhador e, em decorrência, a ampliação de sua escolaridade, a par de processos permanentes de educação continuada.

Nesta vertente, a formação de alto nível de qualidade configura-se como condição na construção da cidadania, do conhecimento e do trabalho que pode emancipar com dignidade os indivíduos, como afirma Ferreira (2017, p. 35) “A cidadania, no entanto, compreendida como soberania, implica autoconsciência”. Nota-se que a autora destaca a necessidade do sujeito autônomo capaz de tomar suas próprias decisões e responder por elas, mas para isso há um grande caminho para que o cidadão adquira a autoconsciência que pode significar sua liberdade. Sendo assim, é preciso trabalhar para fortalecer uma educação que possibilite a formação soberana dos indivíduos, oportunizando competir por melhores postos de trabalho, e de acordo com o tipo de formação adequada desempenhe a função com desenvoltura e conhecimento. Neste contexto um atributo necessário é o conhecimento das novas tecnologias presentes no modo da produção atual como uma ferramenta indispensável na fabricação das mercadorias para o mercado consumidor cada vez mais exigente e moderno.

Assim, a hipótese se assenta na perspectiva de que os trabalhos críticos sobre educação produzidos por Ferreira ao longo de sua trajetória como pesquisadora significam possibilidades de emancipação humana, porque denunciam os mecanismos ou reforçam as classes em disputa (pobres e ricos) na sua luta pela hegemonia e apontam caminhos para a liberdade e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores (a maioria da população) através de uma educação de qualidade construída de forma coletiva. Esta possibilidade pode ser encontrada na efetivação de

uma gestão democrática da educação, da construção coletiva e participativa do projeto político pedagógico e da formação de qualidade ofertada dentro das instituições escolares e em parcerias com a rede e universidades. A gestão e a formação devem ser continuadas, permanentes e avaliadas de forma coletiva para redefinir e dar continuidade ao trabalho escolar. Gestão e formação são pilares essenciais na ótica de Ferreira na perspectiva de ensino de qualidade, de possibilidade de liberdade, de realização de sonhos e emancipação humana.

A tese se desenvolve em torno das produções desenvolvidas por Ferreira, em especial as que podem ser compreendidas como possibilidade de emancipação humana no atual cenário da sociedade e da relação da educação com o mundo do trabalho em constante transformação. Enfatizando ainda que estas novas exigências da sociedade em transformação, das tecnologias digitais, do emprego e desemprego, do aumento da pobreza e da violência no mundo e que são responsáveis por muitas desigualdades na sociedade, diante destas problematizações é pertinente perguntar: As pesquisas de Ferreira apontam possibilidades e caminhos na perspectiva de emancipação humana, por meio, do conhecimento e do trabalho na sociedade hodierna?

Pensando sobre o real concreto, presente no cenário atual, as pesquisas de Ferreira, aparecem como um aporte teórico que pode contribuir para a formação de cidadãos conscientes e preparados para enfrentar os desafios e exigências hodiernas. Pode apresentar alternativas de mudanças e ou, transformação neste cenário social do mundo. Nestas pesquisas existe reflexão e diálogo crítico nas produções da autora e na perspectiva da emancipação humana. Por isso, o objetivo geral é: analisar na trajetória e nas pesquisas de Ferreira, a perspectiva da emancipação humana. Os objetivos específicos são: Apresentar e discorrer sobre a trajetória e as contribuições da autora para a educação; dissertar sobre as mudanças na sociedade, no mundo do trabalho e na educação e, analisar no trabalho de Ferreira o processo conhecimento-emancipação/para a emancipação humana.

Afirmando-se as pesquisas de Ferreira como uma alternativa geradora de possibilidades no processo educacional abrindo caminhos para a emancipação ou no limite a melhoria da qualidade de vida daqueles que dependem do mundo do trabalho para custear sua existência. Este trabalho de gerir a coisa pública, corrobora no sentido de ressignificar as políticas públicas educacionais e a gestão da educação

pública, com o olhar voltado para garantir a efetivação das conquistas presentes na legislação vigente. A luta para garantir os direitos presentes na legislação é uma forma de resistência contra as mazelas neoliberais, contra o desemprego e a retirada de direitos dos trabalhadores, observando para isso, o ideário democrático para a educação pública, presente na gestão da educação em especial na perspectiva da humanização e da formação do homem omnilateral[1]. Neste mesmo cenário, é um imperativo ultrapassar o sentido de educação unilateral proposta pela atual divisão do trabalho, ou seja, o ser humano tomado em sua integralidade, de maneira que a essência humana pela educação passa a ser a libertação para sua emancipação. (FERREIRA, 2001)

Na atualidade o mundo do trabalho está em crise e os trabalhadores sem trabalho, ou com contratos precários e retirada de direitos sociais conquistados, como é o caso dos trabalhadores da educação. Neste contexto, mais do que antes urge fazer políticas públicas que contestem e disputem espaço neste cenário social instável, é indispensável pensar e agir de forma crítica sobre os rumos da educação e construir alternativas que sigam na direção da superação da desenfreada exploração do capitalismo sobre a força de trabalho. Esta lógica de produção ultrapassada, porém ainda produzindo efeitos nefastos para os trabalhadores precisa ser superada como explica Mészáros (2008) esta superação pode ocorrer pela educação que é criação se não for tratada como mercadoria. É preciso pensar criticamente a educação na perspectiva de uma alternativa que pode resultar em emancipação humana. As mudanças na educação não podem se limitar à vontade do capitalismo e sim buscar o rompimento com a lógica do capital em uma perspectiva de transformação qualitativa.

A respeito da exploração da força de trabalho Marx (1985, p. 143) escreve:

> O limite último ou o limite mínimo do valor da força do trabalho é constituído pelo valor de uma massa de mercadorias, sem cujo suprimento diário o portador da força de trabalho, o homem, não pode renovar o seu processo de vida, sendo, portanto, o valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. Se o preço da força de trabalho baixa a esse mínimo, então ele cai abaixo do valor dela, pois assim ela só pode manter-se e desenvolver-se em forma atrofiada. Mas o valor de cada mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para fornecê-la com sua qualidade normal.

---

[1] Neste contexto o homem omnilateral é um indivíduo completo, equivale ao homem rico como afirma Marx “El hombre rico es al mismo tempo, el hombre necesitado de una totalidad de manifestaciones de vida humanas”. (MARX E ENGELS, 1987, p. 624)

Assim Marx demonstra a exploração da massa trabalhadora a níveis de subsistência mínima, pois os trabalhadores sem possuir capital apenas têm sua própria força de trabalho para oferecer aos donos do capital. Nota-se aí a divisão de classes entre ricos e pobres em um sistema que precisa ser superado como apontado por Marx na Contribuição à crítica da economia política.

No Brasil, de acordo com Saviani (2008), havia esperança de mudanças significativas na educação com a posse do governo de esquerda em 2003. Porém logo nos primeiros meses já se consolidava uma continuidade do governo anterior frustrando as possibilidades de alteração na política educacional. Por isso, foram mantidos as análises críticas e os focos de resistência à dominante política educacional e com possibilidades de fortalecimento no novo século, com o agravamento dos problemas educacionais e o aprofundamento das contradições.

Dessa maneira Saviani (2008, p. 451) enfatiza a necessidade de mobilização da sociedade para defender a educação pública de qualidade, neste contexto afirma:

> Seria bem vinda a reorganização do movimento dos educadores que permitisse, a par do aprofundamento da análise da situação, arregimentar forças para uma grande mobilização nacional capaz de traduzir em propostas concretas a defesa de uma educação pública de qualidade acessível a toda a população brasileira.

Nessa ótica, as pesquisas sobre educação de Ferreira seguem Saviani no que diz respeito à organização da educação na perspectiva de defesa de uma educação pública e de qualidade. Torna-se um mote essencial a reorganização de educadoras e educadores em todo o território nacional na defesa da educação contra o desmonte neoliberal que se encontra em plena vigência no governo brasileiro. Neste caso, os temas analisados pela autora se tornam indispensáveis para pensar e agir criticamente almejando a transformação qualitativa do ensino na perspectiva da emancipação humana na luta por trabalho e dignidade de vida para todos. À luz das produções de Ferreira nota-se a presente preocupação no sentido de ressignificar a educação na busca por uma melhor qualidade de vida para mulheres e homens que lutam pela vida nesta sociedade desigual e muitas vezes desumana. Há em seu pensamento uma crítica à retirada de direitos e de projetos importantes no que tange à educação escolar. Aparece com clareza a preocupação com o desmonte dos direitos sociais que o capitalismo almeja destruir na avassaladora investida do mercado neoliberal.

Nessa via de raciocínio, no mundo atual educação e trabalho se apresentam como problemas fundamentais a serem elucidados principalmente se o objetivo for buscar a compreensão do papel da educação e da escola na sociedade. Por isso é de primordial importância pesquisar as relações sociais na atualidade, como funcionam as relações no mundo do trabalho e um olhar por dentro das modernas fábricas capitalistas, tomando a dialética como lógica do conhecimento (KOPNIN, 1978) e como método de investigação.

De acordo com Vieira Pinto (1979, p. 84), no momento em que as relações do homem com o mundo se diferenciam dos outros animais, adaptando o mundo a ele e não se adaptando ao mundo, este transforma a realidade exterior por meio do trabalho. O trabalho aparece "como o modo pelo qual o homem começa a produzir para si o mundo, os objetos e as condições de que precisa para existir". É pelo trabalho que o homem produz o mundo e pode torná-lo mais humano, por meio da sua presença e organização da sociedade em que vive.

Vieira Pinto (1979, p. 85) ainda assevera sobre o homem produtor de sua própria realidade, enfatizando que:

> Pelo trabalho o homem se torna um produzido pelo produzido por sua intervenção voluntária e progressivamente consciente daquilo que a natureza lhe oferece, deixando de ser um produzido puro para se tornar um produzido produtor do que o produz. Esta é a contradição dialética fundamental do processo de hominização. O homem passa a ser o criador das condições que o criam. Adquire capacidade de intervir na natureza por meio do trabalho. O homem se capacita e converte-se em produtor eficiente do mundo. Assim, o processo de hominização cujo ápice é a ciência depende do processo de produção da existência que o homem conduz mediante a prática do trabalho sobre a realidade física.

Então, qual é a origem do conhecimento? Por que apenas uma classe detém o saber elaborado? Isso contribui para pensar a educação como uma ferramenta indispensável para transformar a realidade e abrir caminhos novos na luta pela liberdade e, ao mesmo tempo definir que educação é trabalho e, como tal, está sujeito à exploração do capital. Os ditos mais "cultos" aqueles que detém o poder por possuírem capital como aponta Vieira Pinto (1979) faz pensar na luta de classes e desta luta uma alternativa de superação para além do modelo capitalista de produção tão disseminado no mundo atual. Então este movimento de transformação da natureza pelo homem por meio do trabalho é também caminho de investigação. Como afirma Ferreira (2018) o trabalho é maravilhoso por significar o conhecimento capaz de gerar a autonomia que liberta os seres humanos da subalternização.

1.1 MÉTODO E EXPOSIÇÃO DO RELATÓRIO DA PESQUISA

O caminho desta pesquisa utiliza a dialética como método na pesquisa, tendo como pano de fundo o marxismo como lupa para se possível demonstrar que a educação pode ser pensada a partir da unidade dialética com a totalidade concreta como afirma Ferreira (2001) com base em Marx. A dialética aparece como um método capaz de fornecer elementos necessários para pensar em possibilidades de emancipação. Por isso, Kosik (2002) aponta alternativas para pensar criticamente a educação. É enfático ao afirmar que a dialética trata da "coisa em si", mas esta não se apresenta imediatamente ao homem, para compreendê-la é preciso fazer um détour. No pensamento dialético para uma melhor compreensão este distingue representação e conceito da coisa. Com isso a dialética quer distinguir as duas qualidades da práxis humana. A aparência do fenômeno apresenta a sua essência e ao mesmo tempo a esconde, oculta é a sua primeira aparição, porque se dá imediatamente de forma inadequada e parcial. Para compreender esse movimento é preciso desvelar o seu duplo sentido:

> O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno. (KOSIK, 1976, p. 15)

O mundo do fenômeno possui sua estrutura, contudo esta estrutura não capta ainda a relação entre fenômeno e essência. "captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência". (KOSIK, 1976, p. 16)

> O conceito da coisa é compreensão da coisa, e compreender a coisa significa conhecer-lhe a estrutura. A característica precípua do conhecimento consiste na decomposição do todo. A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em uma das suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo. O "conceito" e a "abstração", em uma concepção dialética, têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa". (KOSIK, 1976, p. 18)

Por isso, se a realidade é a unidade do fenômeno e da essência sem decompor o fenômeno em partes não há como abstrair a realidade, portanto não se pode produzir conhecimento. Assim, para conhecer a essência do fenômeno é preciso partir da percepção do todo e do qual se pode isolar alguns aspectos para análise e depois voltar ao todo. Este é o processo dialético pelo qual se busca compreender um fenômeno para além de sua aparência desvelando a sua essência ou, a "coisa em si", uma possibilidade para compreender a realidade. (KOSIK, 1976, p. 20)

A partir do mundo da aparência do fenômeno se pode desvendar a realidade e assim destruir a pseudoconcreticidade, pois no olhar externo sobre o fenômeno pode-se encontrar as leis do seu funcionamento. Assim, o pensamento não nega a existência dos fenômenos, mas destrói o seu caráter mediato demonstrando seu caráter derivado. No entanto, a destruição da pseudoconcreticidade é apenas o outro lado da dialética "como método revolucionário de transformação da realidade. Para que o mundo possa ser explicado "criticamente", cumpre que a explicação mesma se coloque no terreno da "práxis" revolucionária". (KOSIK, 1976, p.22)

Nesta ótica, a realidade produzida pelos homens em sua ação com a natureza para transformá-la é diferente da realidade humano-social que só pode ser mudada de modo revolucionário porque é produzida pelo próprio homem. O mundo real é o mundo da práxis humana, é compreender o mundo real, humano-social "como unidade de produção e produto de sujeito e objeto, de gênese e estrutura". (KOSIK, 1976, p. 23)

O mundo real é um mundo no qual as coisas, relações e significados são produtos do homem social, é a revelação do homem como sujeito real no mundo. É um mundo em processo no qual o indivíduo e a humanidade realizam a verdade operando a humanização do homem. Assim, a destruição da pseudoconcreticidade de acordo com Kosik (1976, p. 23-24) é efetivada como:

> Crítica revolucionária da práxis humana; pensamento dialético e realizações da verdade e criação da realidade humana em um processo ontogenético. A pseudoconcreticidade é justamente a existência autônoma dos produtos do homem e a redução do homem ao nível da práxis utilitária. A destruição da pseudoconcreticidade é o processo de criação da realidade concreta e a visão da realidade, da sua concreticidade.

A liberalização do sujeito (homem) e do objeto (criação) advém da realidade criada, ou seja, da dialética do sujeito e objeto. A descoberta da autentica realidade do homem concreto a partir da realidade reificada da classe dominante pode ser o

caminho para a emancipação humana. Para isso Kosik, (2002, p. 201) demonstra a característica do trabalho que revela o ser humano como:

> Processo ou ação de que ocorre alguma coisa para o homem e sua existência deve apresentar uma determinada conexão com os pares dialéticos por meio dos quais se descreve o trabalho. Entre o par causalidade e teleologia, de um lado, e os outros pares como particular-universal, liberdade e necessidade, real e ideal, de outro lado, não existe nenhuma conexão específica a não ser o comum caráter dialético. Se deve existir uma conexão entre a dialética destes pares e o processo do trabalho, não se manifestará em tais conexões a dialética do processo e o processo da dialética, isto é, não se especificará o caráter do processo no trabalho e o conteúdo da dialética nos pares mediante os quais o trabalho é descrito? Os pares dialéticos podem descrever adequadamente o trabalho e o seu processo se na sua dialética este processo se manifesta como dialética. Se, porém, a análise do processo dialético no trabalho está intimamente associada ao ser do homem, no processo do trabalho se revela ao mesmo tempo a especificidade do ser humano.

De acordo com Kosik (2002, p. 199) discorrendo sobre o trabalho diz que “é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade”. Isto é: uma revelação do pensamento humano, ou seja, “o que é o trabalho e quem é o homem”, este pode ser o campo da investigação científica sobre a realidade humana. Desse modo, se na dialética do processo do trabalho social realizado pela humanidade está a especificidade do humano, se pode pensar na sua emancipação e liberdade por meio do trabalho, da capacidade crítica do trabalhador advinda de sua formação na escola e no próprio mundo do trabalho, no seu agir para transformar a natureza que o circunda.

Ferreira (2002) reafirma que o mundo real que é o mundo do trabalho pode produzir a emancipação se a alienação da força de trabalho for superada nas relações sociais, podendo assim o próprio trabalho produzir um mundo mais humano com potencial para levar o homem e a mulher à emancipação humana. Desta forma destaca-se o trabalho como o cenário em que a autora observa para realizar seus trabalhos de pesquisa. Desta forma, nesta pesquisa de forma dialética desenvolveram-se idas e vindas procurando captar a essência das pesquisas da autora e a partir do seu objeto de pesquisa estabelecer um diálogo continuado entre os conceitos desenvolvidos pela autora e as questões da tese sobre a possibilidade de emancipação humana.

Contudo, para se compreender esta realidade e as questões que emergiram durante o diálogo com as fontes, o método dialético foi sem dúvida muito importante. A realidade se tornava aparente, porém gerava dúvidas e contradições e, por isso, foi

necessário investigá-la, separar o todo em partes e depois reconstruir a totalidade, e com um método adequado, rigoroso e de conjunto, como demonstra Rochabrún, sobre a pesquisa que não pode apenas tomar o objeto por fora e sim dentro da luta de classes.

> no hay método que pueda traerse por afuera del contenido para "aplicárselo", no hay teoría por afuera de la historia, no hay conocimiento históricamente significativo por afuera de las clases y sus luchas. En ese sentido, para Marx y el marxismo el capitalismo no es como dijimos, un "objeto de estudio", sino un campo de lucha. (1974, p. 24)

Na sociedade existem vários caminhos que podem ser adotados para realizar uma pesquisa, contudo não pode ser qualquer caminho. Muitas tendências de pesquisa pós-moderna apregoam a superação do marxismo, contudo, aos olhos de quem pesquisa para além das aparências, a essência mostra a atualidade do marxismo nas análises atuais. É consenso entre pesquisadores críticos, partir do método como ponto inicial em pesquisas, mas no decorrer do caminho pode ocorrer seu próprio abandono devido aos resultados advindos da análise das fontes e às vezes, segue-se por outro caminho. Mas, existe a importância do método como um fio condutor indispensável no processo de realização da pesquisa. O aporte que sustenta esta reflexão está posto de acordo com Marx (1985, p.20) que apresenta o "seu método" em duas dimensões: o método de investigação e o método de exposição, afirmando que:

> É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear a sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção apriori.

De fato, Marx mostra como pesquisar e descreve o método de forma muito acertada denominando-o de "meu verdadeiro método". Percebe-se que Marx, em suas investigações apresentou a proposta metódica de analisar as fontes encontradas para posteriormente apresentá-las como um relatório de toda a investigação.

De acordo com Netto (2006) ao referir-se especificamente a Marx como uma teoria da história, em especial a partir dos escritos de 1844 pode se verificar uma unidade na obra de Marx e, esta é resultado do seu objeto de pesquisa que é a "gênese do desenvolvimento e as possibilidades de crise da ordem burguesa". Isto é: Marx articula e desenvolve uma teoria da história humana.

Nesse sentido, Netto (2011) publica a obra Introdução ao estudo do método em Marx, onde, apresenta os elementos centrais do método que são o resultado de sua longa elaboração teórica iniciada em 1941, com apenas 23 anos de idade. Por isso, já se expõe o caráter histórico do método em Marx, tendo como base os anos de 1843 e 1844 quando entra em confronto direto com a filosofia hegeliana, agora já sob a influência materialista de Feuerbach, principal referência do pensamento revolucionário marxiano. Marx realizou sua pesquisa tendo como problema principal a análise da sociedade burguesa com o objetivo de desvelar a sua estrutura e a sua dinâmica. Seu estudo se desenvolveu a partir da década de 1840, até sua morte, primeiramente com os Manuscritos Econômico-Filosóficos e depois o auge em O Capital de 1867. Ao longo desse processo Marx não apresenta descoberta genial alguma sobre o método, está concentrado em investigar as determinações. A produção resulta de aproximadamente 15 anos de investigação para poder chegar aos elementos que compõe a centralidade do método.

Nessa ótica, Netto (2011, p. 21) assevera que para Marx, “a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal do pensamento”. Ou, nas palavras do próprio Marx: o concreto de pensamento

Assim, o conhecimento teórico pode ser compreendido como o próprio conhecimento do objeto, sua estrutura e dinâmica. É da fidelidade do investigador ao objeto que poderá validar com melhor segurança o conhecimento que emerge a partir da investigação.

Neste caso, o método aparece como uma reflexão que permite apropriar-se da dinâmica do objeto, de tal maneira que o sujeito se encontra auto implicado no objeto, significando a existência de unidade. Assim, toda formação social historicamente constituída pode ser analisada baseando-se em três categorias: singular, particular e universal. Marx trabalha com o método dialético, porém oposto à dialética hegeliana “por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas também é sua síntese direta [...] o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem”. (MARX, 1988, p. 26)

A esse respeito Netto (2011, p. 22) enfatiza que o pesquisador deve ser aquele que faz a distinção entre: “aparência e essência”, ou seja, é apreender a essência (a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa frase, o método de pesquisa que,

por meio de procedimentos analíticos, propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Feito isso e operando a sua síntese, o pesquisador reproduz, no plano do pensamento, ou seja, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. Em toda pesquisa, parte-se da aparência e conforme avança a análise sobre a pesquisa, chega-se a conceitos e novas abstrações. Entretanto, o procedimento analítico não se encerra neste ponto, pois, após se obter as determinações mais simples, é necessário retornar ao objeto. A teoria é a representação do objeto no pensamento, por meio de um processo dinâmico.

De acordo com o materialismo histórico, o papel do sujeito é essencialmente ativo, pois cabe a ele ultrapassar a aparência do objeto e chegar à sua essência, ou seja, na sua estrutura e dinâmica. Daí resulta também a capacidade de abstração do pesquisador na extração do contexto para, retirar um objeto da totalidade e fazer a análise correspondente. (NETTO, 2011, p. 25)

Nos estudos de Marx nota-se a maestria com que lida com o real e o concreto, tomando-os primeiramente como dados para a pesquisa e depois por meio da análise o autor chega aos conceitos sempre de forma progressiva, atingindo o conhecimento do objeto através de suas múltiplas determinações. Estas partem das mais simples até alcançar as determinações mais complexas, assim o conhecimento do real se realiza pelo envolvimento das universalidades, singularidades e particularidades. Daí resulta a necessidade de compreensão do método de pesquisa e de exposição, pois somente ao final da pesquisa é que o investigador apresentará os resultados. Dessa forma, em Marx os pontos de partida são opostos: “na investigação o pesquisador parte de perguntas, questões; na exposição, ele já parte dos resultados que obteve na investigação”. (NETTO, 2011.p. 27)

Portanto, já se evidencia o objetivo da pesquisa em Marx que é o conhecimento das categorias que articulam a sociedade burguesa. Estas categorias são reais, históricas e transitórias, são a expressão do real. Assim, o método se torna indissociável da teoria e metodologicamente se embasa em três categorias que são: totalidade; mediação e contradição. A totalidade ou união dos processos sociais se articula com a contradição pelas transformações que se processam na sociedade e se ligam a mediação que mostra as relações estabelecidas e mediadas pela estrutura da totalidade. É aí que Marx apresenta a sua perspectiva teórico-metodológica, justamente da articulação destas três categorias.

No que se refere à forma de incorporação do método deve estar subjacente à análise do objeto. Por isso, em relação ao método de trabalho de Marx, todo o cuidado deve ser tomado para não fazer de uma referência teórico-metodológica um empobrecimento do objeto de investigação. A formação teórico-metodológica é um dos componentes da investigação e deve ser um componente fundamental. Contudo, ela não pode substituir o profundo conhecimento que se deve ter sobre o objeto da investigação.

Por isso, a análise considera importante a relação entre gestão da educação, formação como “passaporte” para a liberdade e emancipação humana. Categorias que fazem parte de toda a produção intelectual de Ferreira. Este é o caminho que se pretende para esta abordagem, é o fio condutor que aparece de forma dialética no desenvolvimento da pesquisa e na redação ou relatório final da mesma. Ferreira conduz suas pequisas de forma dinâmica, significativa e dialética, este é o caminho para o entendimento do pensamento da autora nesta pesquisa alicerçado na relação entre políticas públicas, gestão da educação e formação dos profissionais da educação. Desenvolve-se uma análise que busca revelar o real movimento do pensamento crítico da autora sobre a luta do homem e da mulher pelos seus direitos de liberdade na sociedade atual.

Discorre-se sobre a trajetória intelectual e as principais pesquisas da autora a partir do Currículo Lattes e em especial das leituras e fichamentos realizados na busca de encontrar o fio condutor de suas análise e daí resultou os temas sobre as políticas públicas, a gestão e a formação. Passou-se a analisar mais detidamente esta trilogia e foi possível identificar esta espinha dorsal presente na maioria de suas obras com destaque especial para a gestão da educação como a mola propulsora da democratização e formação nas escolas, e são estas produções que melhor respondem ao objetivo da pesquisa. Nota-se que há um incremento significativo de densidade e complexidade nas suas produções ao passar do tempo sempre relacionadas às mudanças que ocorrem na sociedade e que a autora acompanha em seu pensamento o movimento destas mudanças e realiza de forma rigorosa e constante em suas produções uma atualização de acordo com as transformações sociais vigentes.

Pode-se perceber que já na introdução aparecem contribuições de vários autores com os quais a autora dialoga, utiliza como referência ou realiza parcerias nas

suas produções. Um destaque pode ser observado nas parcerias para produzir trabalhos na universidade em que além dos professores, participam também alunos da pós graduação nas produções, o que valoriza muito o programa Mestrado e Doutorado em Educação e a pesquisa em educação. Estes autores e outros de renome aparecem em toda a tese e em especial no capítulo três e quatro para embasar o cenário da sociedade atual, cenário este que a autora observa e analisa de forma criteriosa para produzir seus textos, artigos e livros.

O pensamento da pesquisadora inicia desde muito cedo e a partir da graduação já sinaliza que avançará para pesquisas mais significativas, dessa forma entre idas e vindas a tese apresenta o movimento intelectual da autora, analisando as mudanças e permanências presentes nesses trabalhos que são muito significativos para a educação.

A estrutura do relatório de pesquisa está organizado em quatro capítulos sendo: I- introdução que trata do problema de pesquisa, os objetivos e o método; II- Trajetória da pesquisadora de forma resumida mostra a infância com a família em Pelotas no Rio Grande do Sul, seu trabalho como professora em Pelotas, sua transferência para Curitiba no Paraná, o trabalho na UFPR, aposentadoria e a criação do Programa de Mestrado e Doutorado na UTP; III- O capítulo aborda o cenário social sobre o qual a pesquisadora faz suas reflexões com análises profundas sobre a realidade brasileira com foco especial no campo da educação. Reflete as relações de traballho, demonstrando como o capitalismo se desenvolve e produz reflexos no mundo do trabalho em especial sobre o desemprego e a retirada de direitos sociais. Apresenta a visão da autora e de outros autores sobre as mudanças no mundo do trabalho e as perspectivas para aqueles que vivem do trabalho. IV- O quarto e último capítulo situa primeiramente as produções da autora em nível nacional e internacional, trazendo em gráficos uma demonstração quantitativa das produções a partir de seu Currículo Lattes e evidenciando os principais temas que se tornam o núcleo central de suas pesquisas como: Trabalho; Políticas Públicas, Gestão da educação e Formação e Emancipação. O argumento da função emancipatória presente em seus trabalhos, aparece de forma decisiva e se desenvolve, em movimento dialético, o pensamento intelectual da autora, com especial olhar no exercício democrático da educação e na práxis crítica que apresenta a perspectiva de emancipação humana

como uma possibilidade para os que vivem do trabalho. Finalizando com a conclusão e referências.

O capítulo final como descrito acima, apresenta as contribuições de Ferreira com foco nos principais temas de pesquisa da autora que é a gestão da educação; políticas públicas, formação e violência, temas estes desenvolvidos pela autora sempre na perspectiva da emancipação humana. Destaca-se como núcleo central da pesquisa da autora, a democratização da escola, a formação continuada, como imprescindiveis para compreender e ressignificar a gestão da educação e situá-la no contexto das mudanças no mundo do trabalho em constante transformação. Ao mesmo tempo em que representa a análise que pode responder à tese sobre se os escrítos de Ferreira se concretizam como possibilidade de emancipação humana na atualidade.

Em se tratando de conhecimento a autora afirma que este é o único que não pode ser tirado de ninguém como se faz com o dinheiro muitas vezes. O conhecimento é um pilar importante, é base para construir a emancipação de homens e mulheres no mundo. Por isso, trabalhou e trabalha muito porque vê no trabalho a dignidade humana e reafirma a necessidade de partilhar o valor do trabalho com aqueles que mais precisam para viver e poderem ser felizes. Este é o objetivo traçado pela autora na busca incessante de encontrar caminhos para ajudar quem de fato precisa. Nas linhas que se seguem há um pequeno esboço de suas contribuições, porque devido a sua densa quantidade e importância, suas pesquisas podem gerar vários estudos e este é apenas um olhar com uma determinada problemática sobre a emancipação humana.

Nas pesquisas realizadas por Ferreira um fator determinante é o diálogo que estabelece com outros autores de relevância para a pesquisa em educação. No campo da teoria crítica faz interlocução com vários autores com significativa relevância para Marx e Gramsci e, no cenário nacional realiza parcerias muito significativas com autores, professores e alunos do Programa de Mestrado e Doutorado. Estes estudos mostram o dialogo e a participação de professores e alunos comprometidos na luta para superar os desafios educacionais que se apresentam no cenário social nada animador para aqueles que vivem do trabalho.

2 UMA TRAJETÓRIA DE LUTA, RESISTÊNCIA E TRABALHO

2.1 UM OLHAR NA HISTÓRIA : REVISITANDO O PASSADO

> O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza, porém nos extraviamos. (Charles, Chaplin)

A Professora Naura Carapeto Ferreira é natural de Pelotas no Rio Grande do Sul, lugar em que deu seus primeiros passos na árdua luta no campo educacional. Desde a mais tenra idade já se interessava em aprender e foi alfabetizada muito cedo pela Tia sua primeira professora. Foi com seu pai que aprendeu o valor do trabalho e, afirma que quem não trabalha não sabe o que é vida porque é o trabalho que nos constitui como ser humano. Na ação que se desenvolve no trabalho são estabelecidas relações com as outras pessoas com as quais pode-se aprender muito, além da experiência de conhecer pessoas maravilhosas com as quais na troca de saberes, da amizade, da fraternidade se constitui o ser humano participativo na lida diária, constitui o indivíduo consciente de seus deveres e direitos para com a sociedade em que vive. Desafiou a tradição da família ao sair do aconchego do lar para trabalhar fora na árdua lida no mundo do trabalho. Superou desafios, tradições familiares e mostrou com seu exemplo, às mulheres e homens a possibilidade de alcançar a liberdade pela luta, pelo conhecimento e pela conquista de espaços no concorrido mundo do trabalho.

Ferreira (2018) argumenta e destaca que ao olharmos a nossa trajetória de vida que é a nossa história na sociedade, muitas vezes não a consideramos de muita importância, porém no momento atual em que se vive, exemplos bem-sucedidos podem se tornar significativos para novas conquistas, inclusive no mundo da empregabilidade, em nossa trajetória singular e humana. Neste sentido, olhar para a vida é revisitar a própria história que mostra a concretude de toda uma vida profissional. É recolocar o exemplo vivido, tanto de derrotas como conquistas na perspectiva de poder enfrentar melhor e superar os desafios do presente. Na luta, e como cristã que era, conheceu Dom Jaime Henrique Chemello que foi presidente da CNBB, considerado por muitos, um forte defensor dos menos afortunados e foi para a professora Naura sua inspiração em sua militância. Participando da JEC, junto com Dom Jaime e outros estudantes, ajudou a alfabetizar muitas crianças negras lá no bairro dos negros de Pelotas lugar em que despertou a sua luta pela emancipação

humana porque não aceitava a pobreza, a desigualdade e lutava para que todos pudessem ter esperança de dias melhores.

Ferreira (2018) ressalta que sua vida é uma permanente busca de qualidade de vida para todos. Explica que nunca buscou poder para si, no entanto explica que sempre foi alvo de muitas críticas por onde passou, devido ao seu intenso comprometimento nos trabalhos que assumia, nunca se calou e enfrentou grandes batalhas por querer de forma incansável que as pessoas possam ser felizes. Para ela a mente humana é sentimento e pensamento, o homem se constitui no mundo pensando e sentindo a ação e fazendo isso tem o direito de ser feliz.

A pesquisadora observa que ao pensarmos sobre o passado fazemos escolhas e selecionamos fatos em função de exigências do presente. Ferreira (2002) explica esta seleção dos fatos que ocorreu por uma necessidade para o ingresso como professora titular do Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná e também uma oportunidade importante para descrever a trajetória da vida humana e intelectual, bem como, escrever sobre a realidade percorrida enquanto mulher, mãe e pesquisadora.

Ao lançar o olhar sobre a história de vida, explica que esta deve ser interpretada com a maior força do pensamento à luz dos acontecimentos atuais para poder selecionar fatos que causam efeitos no cotidiano em que se vive. Afirma que ao olhar para a sua vida o fez de forma seletiva e influenciada pelo que se expõe como importante para as relações sociais de nossos dias. Por isso, reconstruir este caminho já trilhado sob a égide de novas exigências, não é em momento algum uma tarefa fácil, é sim uma atividade intelectual da maior complexidade. É importante identificar os marcos que fundamentaram a vida e situá-los no tempo e espaço, como se fosse um olhar na ante-sala, ou seja, uma passagem, “de um ventre pequeno de mulher, de família para um ventre maior – a sociedade”. (FERREIRA, 2002, p. 2)

É verdade que o pensamento de Ferreira (2018) valoriza seus ancestrais como aqueles que gestaram antes mesmo de sua existência os limites e possibilidades para a sua vida e as relações sociais que estabeleceria com os outros seres humanos na sociedade. Argumenta que ao falar da sua própria história intelectual e profissional, analisa a sua história de vida por meio de um trabalho de investigação e de reflexão dos momentos significativos da existência, da maneira como foi sentido e de como se sente a articulação que se realiza entre o eu pessoal e o profissional na complexa

rede social em que se está inserido. Afirma com convicção que não é possível separar a vida particular do indivíduo da profissional em especial no campo da educação. Destaca a família como indispensável na formação omnilateral do homem e da mulher e, cita como exemplos significativos em sua vida o seu pai e sua mãe que lhe deram a base para vencer neste mundo competitivo e, afirma que o conhecimento e o trabalho são bases sólidas para conquistar o espaço e a liberdade na sociedade.

Ferreira (2002, p. 3) discorre sobre a formação humana que teve desde a infância e da formação acadêmica que denominou a “chave do passado” e cita o epílogo sobre a “Fortuna do homem honesto de Beaumont e Fletcher”

> O homem é sua própria estrela; e a alma que pode
> Fazer um homem honesto e perfeito
> Comanda toda luz, toda influência, todo destino;
> Nada lhe advém cedo ou tarde demais.
> Nossos atos são nossos anjos bons ou maus;
> Nossas sombras fatais que andam ao nosso lado, silentes.

Ferreira (2002) revela que nasceu em uma família unida, religiosa e de moral bastante estrita e intransigente, o pai imigrante espanhol muito dedicado ao trabalho e em família cultivava a disciplina, honestidade, solidariedade e respeito. A mãe vinha de família pequeno-burguesa, descendente de portugueses, ambos de religião Católica. Desde cedo quis estudar e por muita insistência foi levada à escola pela Professora Nair Paiva Carapeto (Tia da professora Naura), que era alfabetizadora no Grupo Escolar D. Antonia, em Pelotas/RS, cidade de seu nascimento. Em dois meses estava alfabetizada com condições de ser matriculada, mais não tinha a idade para isso o que foi resolvido com a alteração da idade para sete anos e pode ser matriculada, e desfilou na escola como mascote na Semana da Pátria.

Os pais querendo a melhor educação para a filha a matricularam no Colégio São José das freiras francesas, onde estudaram a mãe e as tias. Neste Colégio de ordem religiosa aprendeu a cantar o Hino Francês a Marselhesa e recebeu a rigorosa educação tradicional francesa da época a qual a autora aceitava com algumas restrições, como conversar com as colegas nas filas, porém cumpria a vontade dos pais com dedicação e zelo. Estudou piano dos seis aos dezenove anos o que lhe forneceu a sensibilidade e paixão pela música, elegendo como compositores preferidos Bach, Haendel, Brahms, Schubert, Beethoven, Liszt, Tchaïkovsky, Mozart e seu compositor predileto Chopin. Por meio da música mergulhava no imaginário dos seus compositores preferidos. O amor pela música, arte e estética ficou mais sólido

pela frequência assídua no Teatro Sete de Abril em Pelotas que era administrado por um tio da família e o camarote nº 5 era reservado para os familiares, grandes espetáculos eram trazidos a Pelotas como do Rio de Janeiro e Buenos Aires, marcando a sua vida na época e que se reflete até hoje, tornando-a "sentimental/romântica, a mulher e profissional que sente e sofre pelas disparidades sociais, que sonha e cultiva utopias de construir um mundo mais justo, humano e feliz para todos". (FERREIRA, 2002, p. 3)

Caracteriza ainda que o romantismo é um estado de espírito importante na sociedade. A autora segue seu raciocínio afirmando que por volta dos catorze anos de idade foi convidada por seus professores de piano para ministrar aulas para alunos iniciantes e, destaca ser dessa maneira que iniciou o brilhante ofício de professora que a acompanharia até os dias de hoje. Foi dando aulas de piano, teoria e solfejo para alunos de sete a dez anos que descobriu o que chamou sabiamente de "o encanto da relação professor/a-aluno/a e a alegria do que o ensino proporciona quando se percebe a alegria do ser que aprende no contexto do bem e do belo!". A autora citando Gramsci fala que "descobri que a educação e o ensino quando de verdade existem e se processam no concreto, possuem o fascínio das coisas vitais". (FERREIRA, 2002, p. 11)

Explica que queria muito cursar medicina mais não havia o curso em Pelotas e seus pais jamais permitiriam que ela fizesse o curso em Porto Alegre e, por isso, obediente aos pais e como ela diz "boa menina prendada" fez diversos cursos como: corte e costura, bordado, cursos de doces e docinhos, entre outros, para se preparar para ser uma dona de casa respeitável. Para espanto da família e de amigos que diziam "mulher não deve trabalhar fora de casa", em 1961 casada e mãe de dois filhos prestou concurso público para o magistério na Prefeitura Municipal de Pelotas. Logrando bom êxito assumiu o ofício em 20 de outubro do mesmo ano, iniciando seu trabalho no Grupo Escolar D. Joaquim Assumpção, lecionando na primeira série e depois na segunda série primária. Foi neste trabalho o seu primeiro contato de forma concreta com a realidade educacional da população menos abastada que já conhecia da infância e, afirma que ainda de forma ingênua e permeada pela concepção cristã presente em sua formação familiar e escolar deu seus primeiros passos no campo da educação.

Na realidade, foi este contato com os menos favorecidos, carentes da sociedade de Pelotas e na escola pública que a marcou de forma significativa e deu origem ao envolvimento profundo da professora com a área da educação. Fez concursos de remoção e desenvolveu seu trabalho em dois outros grupos escolares com um universo de alunos muito pobres e carentes. A experiência como alfabetizadora aconteceu no Grupo Escolar Afonso Viseau, no bairro do Areal em Pelotas, local em que atuou em todas as séries do ensino primário e também foi coordenadora pedagógica e orientadora educacional.

Comprometida com uma formação significativa, mais que ao mesmo tempo conservasse nas crianças a alegria, a felicidade e o amor em suas vidas, é uma preocupação que se tornou o fio condutor de todo o percurso intelectual e profissional da autora. Esta foi a motivação essencial que culminou na busca incessante por qualificação para em suas palavras “educar a todos da melhor maneira possível, possibilitando um desenvolvimento integral de qualidade, alegre e feliz”, que caracterizou como sendo sua aspiração e sonho de professora comprometida e, além disso, fez um trabalho comprometido com aquela cultura na perspectiva de dar esperanças e conteúdo para que seus alunos pudessem melhorar as suas condições de vida. (FERREIRA, 2002, p. 12-13)

Imbuída desta missão para com o magistério iniciou em 1964 o Curso de Pedagogia na Universidade Católica de Pelotas, com muita vontade de aprender para se tornar uma professora ainda mais qualificada teve aulas com renomados, eruditos e rigorosos professores que às vezes a amedrontavam e ao mesmo tempo a despertavam para o estudo e pesquisa. Destaca que para entender o ser humano teve a contribuição dos estudos anteriores,

> A sólida formação obtida no Colégio São José fez com que não encontrasse dificuldades nas leituras que deveria fazer através das indicações dos professores que ministravam aulas expositivas, bem ao estilo da pedagogia tradicional. Durante o curso dediquei-me com maior intensidade às disciplinas de Filosofia, Filosofia da Educação, Psicologia e Sociologia, pois, era prioritário, para mim, conhecer o ser humano, o seu desenvolvimento, o sentido do ser humano, a sociedade na qual esse homem vivia, os grupos, as transformações sociais e o porquê destas. (FERREIRA, 2002, p. 13)

A autora afirma que a vontade e o significado de ser professora a estimulavam a vencer os obstáculos no Curso de Pedagogia e em especial buscava a realização, para além do que pediam os professores, dos objetivos lançados pelos docentes do curso. Foi com estes mestres que teve contato com os clássicos os quais permitiram

um maior aprofundamento no mundo do conhecimento que já naquela época extrapolava os ensinamentos de sala de aula. Destas leituras e de outros saberes aprendeu a contextualizar os conhecimentos, habilidade que era pouco usual pelos docentes em sala de aula. Estudou Metafísica disciplina que “trata dos objetos mais difíceis, daqueles que nada têm de material” e seguindo Maritain (1964, p. 54) aprendeu,

> A educação não é o treinamento de um animal. É o despertar do homem. Assim, o que é de maior importância para os educadores é venerar a alma como o corpo da criança. É a compreensão de sua essência e de suas capacidades. Uma espécie de atenção respeitosa e delicada para com sua identidade.

O cuidado amoroso e profissional com seus alunos acompanha a professora até hoje, cobra para que sejam homens e mulheres fortes, conscientes, éticos e realizados, prontos para o combate em busca de melhores condições de vida individual e coletivamente. São homens e mulheres que lutam por uma vida mais digna e humana para todos. Enfatiza que apesar de estar muito melancólica com as situações sociais do presente, muito marcadas pela violência desenfreada que tem tomado conta dos noticiários, ainda acredita em uma vida prazerosa e humana para todos os cidadãos e cidadãs do mundo. (FERREIRA, 2018)

Neste sentido, compreendeu que a educação não pode adestrar a criança como se faz com um animal e sim precisa despertar nelas o homem, o ser humano que é, compreendendo sua essência e suas capacidades. A autora chegou a fazer o vestibular para matemática e cursou o primeiro ano e depois optou definitivamente pelo Curso de Pedagogia que já se constituía como um objetivo central da vida profissional para o futuro.

Através de concurso de remoção um novo desafio como trabalhadora da educação deu-se no Colégio Municipal Pelotense onde permaneceu até 1969 exercendo o magistério, orientação e assistente de direção, trabalho que considera como um período muito importante na vida de educadora quando exerceu a atividade com três mil alunos em três turnos de jornada. O que mais preocupava era o pedagógico na escola tanto em relação à professores como alunos em especial como se dava o relacionamento entre professores e alunos. Neste trabalho teve a oportunidade de um grande aprendizado na administração escolar em todos os aspectos. Organizou estudos de avaliação e currículo e depois estudou Anísio Teixeira o qual mexeu positivamente em seu pensamento sempre em busca de melhor

qualificação para desempenhar com profissionalismo as suas atividades educacionais. Foi nestes estudos que teve contato com a ideia de Estado e Educação democráticos, em tempos de escola norteada por um sistema ainda muito tradicional.

Observando a legislação educacional da época não resta dúvida que estas apregoam a legitimação do ideal liberal em nosso país, com uma tendência tecnicista na legislação mais recente. Os tecnocratas buscavam uma educação que pudesse contribuir para o desenvolvimento econômico e atrelada aos interesses dos grupos políticos dominantes. O individualismo se fortalece como uma categoria básica do liberalismo. Terminado o curso de pedagogia e habilitada para ensinar no magistério Curso Normal, chega com o que denominou “mala da cultura” trazida da graduação e logo percebeu que era um engano porque era outra realidade em que os meios predominavam e não os conteúdos e o ensino técnico a prioridade. Nestas condições como iria ensinar? Diante destes novos desafios se pôs prontamente a estudar para organizar os conteúdos de acordo com as novas exigências e o fez com maestria. Em 1968 ingressou, por concurso público estadual, no Instituto de Educação Assis Brasil de Pelotas, atuando no Curso Normal e Pós-Normal. Em dois meses de trabalho foi convidada e aceitou coordenar o Curso Normal. A autora destaca que neste trabalho se defrontou com uma das maiores dificuldades em sua vida profissional que era ser o elemento novo na casa e atuar com professores experientes, cansados ou esperando aposentadoria e os jovens “como eu – inexperientes e/ou idealistas e/ ou dedicados e sonhadores. Esta relação com os profissionais de diferentes idades e crenças fez com que o trabalho precisasse se realizado com muito profissionalismo e seriedade para que pudesse mudar o cenário naquele momento. (FERREIRA, 2002, p. 21)

Trabalhou muito e tentou de todas as formas com reuniões de estudos buscando um trabalho em conjunto que fosse integrado, esta dedicação ao trabalho e sua capacidade intelectual mostram uma profissional de responsabilidade, dedicada e que com muita seriedade conduzia o seu trabalho, porém explica que era professora funcionalista e ainda ingênua neste período, contudo muito empenhada em acertar nesta tarefa que exigia muito e queria responder pedagogicamente. Foi um período difícil, mais de muito aprendizado e logo percebeu que precisava encontrar em cada profissional algo para valorizar e estabelecer uma outra relação, que permitisse desempenhar em uma convivência fraterna e solidária, um trabalho coletivo destinado

ao ensino. Logo cedo notou que é preciso trabalhar valorizando as virtudes dos outros para que somadas pudessem oferecer um ensino de melhor qualidade.

Fala que uma de suas experiências mais marcantes se deu com o contato que tinha com os negros que trabalhavam na casa de seus familiares. Explica que a família (seus avós) durante a escravidão, compravam escravos e depois alforriavam os negros para serem já naquela época assalariados. Sobre Pelotas enfatiza que era uma sociedade extremamente racista e que os negros viviam em bairros vizinhos apenas para eles e que vinham à Pelotas somente para o trabalho. O seu primeiro olhar sobre a emancipação humana advém destes negros em Pelotas e dos menos abastados que sofriam frio no inverno andando descalços como as crianças da escola em que lecionou e que deu sapatos a todos no ferrenho inverno de Pelotas. A professora ainda criança frequentava e brincava com as crianças dos negros em suas casas e, depois pedia dinheiro para a mãe para ir a praia e na verdade levava para as famílias carentes para ajudá-las na dura vida que levavam. Ficava muito chocada com os negros doentes que agonizavam enfermos em suas casas sem atendimento. (FERREIRA, 2018)

Em 1964 viveu o terror da ditadura militar ao qual o Rio Grande do Sul não aderiu, os militares do terceiro exército do Rio grande do Sul, ao qual pertencia seu marido, apoiaram Brizola, único Estado que se rebelou contra a ditadura. Como vice-diretora da escola em dia em que o diretor estava ausente, recebeu militares com a missão de prender dois professores seus amigos. Em um gesto de coragem relatou que avisou um funcionário para que este discretamente avisasse os em sala de aula para que pudessem fugir e assim salvou os da prisão. Contudo quando os militares foram em suas salas notaram que apenas os dois não estavam e isso causou aborrecimento, porque perceberam que tinham sido avisados e a cobraram por isso, relata que deveria ter dispensado mais professores para não ficar tão evidente que tinham sido avisados para poderem escapar da prisão. (FERREIRA, 2018)

2.2 UMA NOVA REALIDADE NO PARANÁ

A mudança de Pelotas para Curitiba ocorreu no ano de 1967, por uma questão familiar, porque o marido da professora que era a militar foi transferido para Curitiba. A professora Naura recém-chegada em Curitiba inicia um curso de pós-graduação em

Orientação Educacional, ofertado pela PUC/PR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) com duração de dois anos e admissão realizada por meio de uma banca examinadora. Destaca que embora Curitiba fosse também na região sul possuía uma cultura bem diferente da vivida em Pelotas. O seu primeiro trabalho foi no Instituto de Educação do Paraná, primeiro contato com o ensino paranaense e, ao matricular os filhos no Colégio Novo Ateneu e no Colégio São José foi convidada para trabalhar no Curso Normal o que aceitou e passou a trabalhar nas duas escolas. Esta nova realidade a levou a estudar ainda mais.

Neste sentido, “Como amar uma criança” de Korczak (1967) reforçava a compreensão de Ferreira sobre as crianças e afirma que esta compreensão se tornou sólida na chamada fusão do escolanovismo e o tecnicismo que vivenciou na pós-graduação em Orientação Educacional. Formada pela pedagogia tradicional e escolanovista fazia esforço para compreender e praticar a tendência da época, o que hoje está certa é que apenas praticava sem entender.

No Instituto de Educação do Paraná, fez parte de um grupo de estudos piagetianos sobre a vivência profissional iluminados pela psicogenética, cujo interesse era pela formação humana de forma integral e que tivesse amor pela vida, pela natureza na busca da alegria e da felicidade o que em muito estava presente na mente da autora desde sua formação no Colégio São José em Pelotas no Rio Grande do sul.

Também estudou Wallon na perspectiva de compreender a personalidade humana defendendo a vida humana sob os argumentos “da convivência afetiva, amorosa e respeitosa para com a criança e o educando, de um modo geral”, firmando a sua contribuição na tese de que o ser social é emoção, é natureza do organismo humano, Cada criança possui seu próprio estilo “o que significa que não possam surgir os conflitos com outros indivíduos, com grupos, com a sociedade: ele se afirmará nestas controvérsias e nestas posições. Aí, no seio destas contradições, é que se construirá a sua personalidade singular”. (FERREIRA, 2002, p. 26-27)

Em 1970 foi convidada para trabalhar no Curso de Pós-Graduação em Administração de Empresas na FAE, na disciplina Psicologia Empresarial e embasou os estudos nas teorias das organizações, tendo como referências Taylor, Fayol, Mary P. Follet e Elton Mayo.

Em 1972 fez concurso na UFPR e foi aprovada para docente assistente de ensino, magistério superior, no Departamento de Planejamento e Administração da

Educação, o DEPLAE, na Universidade Federal do Paraná. Iniciou seu trabalho no auge das reformas emanadas das leis 5.540/68 e 5692/71 e lá implantou o curso de Supervisão Escolar juntamente às outras habilitações, Administração Escolar e Orientação Educacional, traduziu clássicos americanos preconizados pela nova lei e a autora afirma que estava convencida de que este era o caminho para a qualidade,

> Convencida que estava, que esse era o caminho para um ensino de qualidade que possibilitasse uma formação integral e de qualidade. Ainda não possuía a lucidez de perceber a "dominação ideológica" que o Brasil tinha se submetido ao pensamento hegemônico americano. Entre esses autores brasileiros que utilizava, cito como os mais importantes na época, Nair Fortes Abu-Merhy, Rudolf Lenhard, Juracy Marques, Dalila Sperb. (FERREIRA, 2002, p. 27)

Dedicou-se à Supervisão Escolar uma das habilitações do Curso de Pedagogia da UFPR da qual era a responsável. Sobre esta temática escreve e analisa por um longo tempo as políticas educacionais daquele momento histórico. Ferreira escreve sobre a temática da Supervisão Educacional de uma forma muito interessante, porque faz uma análise crítica situando o leitor sobre as políticas educacionais e a forte presença tecnicista na educação naquele momento. A dissertação de mestrado que se transforma em livro é resultante de oito anos de pesquisa - quando a partir do Parecer do CFE (Conselho Federal de Educação) 252/69 que instituiu as habilitações no Curso de Pedagogia, Ferreira participou com Prof. Lauro Esmanhoto da criação das habilitações na UFPR e passa a dedicar-se à habilitação Supervisão Escolar - ensino e extensão na habilitação de supervisão escolar da Universidade Federal do Paraná. Em "Supervisão educacional uma reflexão crítica" a pesquisadora trabalha e mostra o movimento dialético de pensamento e crítica na perspectiva da educação de qualidade e entende que a supervisão naquele momento era muito importante para o processo de ensino e aprendizagem, porém com outro controle. Aponta de forma crítica a maneira como o processo educacional vinha sendo conduzido nas décadas de setenta e oitenta, período de fortes tensões políticas resultantes do fim da ditadura e início do processo de redemocratização do país.

Ferreira (1981) discorre sobre as limitações da Supervisão Escolar e afirma que:

> São produto de estudo, pesquisa, reflexão pessoal e de um longo caminho que percorri, no qual tropecei muito e ainda tropeço; portanto constituem-se mais em questionamentos para uma reflexão conjunta. Eu poderia descrever este meu caminho como aquele da pedagoga ingênua à educadora que busca ser criativa. Desta forma as minhas palavras, que eu suponho sempre provisórias dentro do processo histórico, estão sujeitas a críticas e debates,

> e talvez se constituam ponto de partida para outras reflexões, novos questionamentos e, principalmente, para soluções alternativas que venham atender às reais prioridades da educação de toda a população brasileira. (FERREIRA, 1981, p. 6)

Neste contexto, analisa rigorosamente a concepção funcionalista da supervisão escolar, propondo um repensar e uma redefinição do educador,

> Repensar, refletir, redefinir e assumir a educação na realidade brasileira é a tarefa mais urgente, em busca de um saber cada vez mais crítico, que possibilite condições de desenvolver em cada homem brasileiro o que ele possui de mais humano: o pensar, o sentir e o agir, porque, como dizia Gramsci, "o entusiasmo sem saber é cego, é desorganizado; mas o saber sem o sentimento é pedantismo. (FERREIRA, 1981, p.15-16)

Neste sentido, a autora analisa as situações reais e para isso, caracteriza o contexto social, político e econômico em que o supervisor estava inserido. Ao mesmo tempo apresenta a configuração do contexto brasileiro e analisa as origens da função supervisora, suas relações com o modelo social político e econômico vigente na realidade brasileira e realiza uma análise crítica da função supervisora proposta presente no parecer nº 252/69, do Conselho Federal de Educação. Na problematização do tema aparece a relevância significativa do supervisor educacional tanto na sua formação como no que concerne à sua responsabilidade por uma educação de qualidade.

O contexto econômico pós 1964 é o da ditadura militar em que praticamente tudo era controlado, todavia em 1977 já sob a chamada "abertura política" a autora destaca que o Brasil vivia um momento de grave crise de legitimidade cujas consequências eram imprevisíveis, mas é evidente que a sociedade civil brasileira aspirava por liberdades democráticas. "Uma redemocratização é, obviamente, um patamar para novas e necessárias lutas políticas, redefinição das forças sociais e uma nova consciência". Enfatiza, ainda, que estas considerações refletem a realidade brasileira implicada em um conjunto de inter-relações dela decorrentes. (FERREIRA, 1990, p. 26)

Em seguida a autora explica a educação como um processo dinâmico e que não se encontra descolado da política e sim muitas vezes a serviço de uma política vigente, como uma ideologia ou como um saber crítico. Assevera a compreensão e características do supervisor que naquele contexto já não era uma função "neutra" embora a "aparência" da neutralidade resultante das normas legais devesse estar

presente, porque ela resultava da realidade do contexto brasileiro da época. Explica o processo dinâmico em que estas relações são estabelecidas e “explícita ou implicitamente, ela é reflexo de uma política e está a serviço de uma política”. Contudo, revela a autora, as contradições entre os que planejam e os que executam, os que dominam e os dominados e enfatiza que é possível a superação por tratar-se de um saber crítico essencialmente contraditório que possibilita a tomada de consciência da realidade, a formação da consciência libertadora, ensejando a superação. Para isto havia que ser superada a divisão técnica do trabalho, modelo implantado da administração de empresas, nas escolas. (FERREIRA, 1990, p. 27)

Ferreira (1990) dá destaque a importância de caracterizar a história da supervisão no Brasil fazendo um resgate das suas origens enquanto parte integrante do processo educacional, que vai além do que preconizava o tecnicismo. Afirma a presença da função da supervisão desde o momento em que se delineiam as relações dos homens com o trabalho. A esse respeito ressalta:

> O trabalho como atividade proposital, orientado pela inteligência, é produto singular da espécie humana. O homem, ao agir sobre o mundo externo, transforma-o, faz cultura e, ao mesmo tempo, modifica sua natureza. É pelo trabalho, força criada pela espécie humana e pela qual a humanidade completou a criação do mundo que conhecemos, que o homem constrói e reconstrói o seu ambiente. Todas as diversas formas sociais que surgiram e que podem ainda surgir dependem, em última análise, dessa característica distintiva do trabalho inteligente. (FERREIRA, 1990, p. 37)

Em seguida, a autora, passa a falar da formação do supervisor educacional como uma opção política. Aborda o parecer 252/69 do Conselho Federal de Educação em consonância com a lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 que tratam da reforma universitária, sendo o parecer de cunho eminentemente político e por isso pode ser analisado sob a ótica do modelo social, político e econômico vigente.

O parecer em seu início aborda a necessidade de mudanças em relação ao currículo e duração dos cursos. A autora ressalta que a partir de 1968 com o Ato Institucional nº 5, que considera em sua análise um ponto bastante relevante, assevera que a reforma universitária foi nefasta para o magistério e para o setor universitário. Dentre algumas mudanças a autora cita: “aposentadoria compulsória de professores; repressão de movimentos estudantis; mudança de legislação referente a representação discente; restrições à liberdade acadêmica” o que impactou decisivamente na alienação da universidade. É na universidade que estava a comunidade científica parte da sociedade e da política do Brasil naquela época,

tornando-se este espaço muito autoritário fechando a possibilidade de discussão sobre os problemas da educação brasileira, dos problemas sociais entre os “detentores do poder e do saber”. (FERREIRA, 1990, p. 55)

De acordo com Ferreira a reforma universitária foi exagerada acarretando uma racionalidade técnica nas operações administrativas e ou gestão da universidade brasileira. Os investimentos passaram a ser direcionados em maior quantidade para alguns setores considerados importantes como a produção tecnológica em detrimento da cultura e do saber crítico das universidades. A autora também destaca a realização do fórum no Rio de Janeiro em outubro de 1968 sobre as mudanças presentes no parecer que traz como uma de suas características peculiares a exigência de especializações como um reflexo do contexto social presente no campo educacional. O parecer se refere aos cursos de pedagogia como assistemáticos e vacilantes devido à sua formação mais genérica da educação. Dessa maneira a autora questiona se o parecer 252/69 teria mesmo a pretensão de sistematizar alguma coisa ou apenas legitimar a ideologia de um poder autoritário e afirma que “a linguagem justificativa para a mudança é ambígua e, portanto, capciosa”. (FERREIRA, 1990, p. 56)

A autora aponta para a política vigente que ensejava pela especialização o que está expresso no Decreto-Lei nº 200/67, onde enfatiza a necessidade de formar técnicos para planejar e executar os projetos da política vigente e afirmar a estratificação social reproduzida pelo capitalismo. Assim Ferreira (1990, p. 57) destaca,

> A abertura contida na Lei anterior não era mais considerada um valor, mas um perigo ao desenvolvimento do espírito crítico. Fazia-se necessário que a racionalização do processo educacional ocorresse em consonância com os termos legais para atender aos novos cargos exigidos pelo modelo e, captando o espírito da lei, formulada ao nível central, executá-la devidamente. Não se pode deixar de mencionar as vicissitudes da economia brasileira no período considerado e seus reflexos no processo educacional. Começa aqui, a esboçar-se a cadeia lógica, ideológica e política. As duas extremidades da cadeia sustentam o capitalismo brasileiro, segundo a estratégia estipulada pela elite.

De acordo com Saviani (1976), para entender o real significado de uma legislação não é suficiente compreendê-la ao pé da letra, mas é preciso captar o seu espírito analisando o texto e examinando o seu conteúdo lendo-o também nas entrelinhas. E Ferreira conclui seu pensamento enfatizando que os estudos pedagógicos não exerceram a influência desejada pelo sistema e o título de técnico

em educação ficou muito desacreditado. “No parecer está clara a preocupação de valorizar oportunidades de emprego mais ou menos rendosos e ressaltar a importância que deve ter um técnico em educação”. Mas ao ler o parecer nas entrelinhas nota-se que este expressa a necessidade de criação de executores para ocupar cargos criados em benefício de uma suposta elite do saber, mistificando ideologicamente “o real código e espírito da reforma”. (FERREIRA, 1990, p. 58)

A autora analisa o parecer e aponta que de liberal ele não tem nada pelo fato de o sistema que o controla ser autoritário. Somente em entrelinhas é possível perceber a relação entre planejamento e supervisão que, funcionalmente estão separados por trabalhos específicos, especializados e diferentes dos anteriores e dos posteriores. Porém tudo muito controlado pela elite dominante que impõe o tecnicismo cópia de modelos estrangeiros principalmente dos Estados Unidos da América, em que se verifica que “a tecnologia serve para desviar a atenção dos reais problemas, enquanto mostra que as deficiências de aprendizagem são unicamente um problema de métodos, técnicas e recursos”. (FERREIRA, 1990, p. 60)

A autora destaca que o quadro e giz foram substituídos pelas tecnologias e neste caso funcionam como um descarte para esconder a verdadeira educação que está sendo fragmentada e comenta:

> A educação, portanto, sendo exercida e executada pelos especialistas e, mais especificamente, controlada pelo supervisor, vai atuar como <motor> do processo de <desenvolvimento nacional>. E onde fica a responsabilidade de supervisor, como especialista da educação, de trabalhar em função do desenvolvimento do homem, que é o fim primeiro da própria educação? Se não se fizer uma reflexão sobre isso, a função supervisor será reduzida a <atualizar o homem> de acordo com aqueles valores do social – inculcação ideológica – assumindo não o seu verdadeiro papel, mas tão somente o de reprodução. O processo educacional não é crítico, dialético, mas funcional, e o supervisor contribui para essa funcionalidade. (FERREIRA, 1990, p. 60)

Percebe-se na análise acima que a autora avalia a realidade existente no momento em que a educação como um fim primeiro deixa de emancipar o homem para apenas atualizá-lo reproduzindo a vontade dos dominadores. Neste caso não há criticidade no processo educacional e, portanto, o que se verifica é um desvio de função do supervisor educacional que foge radicalmente da verdadeira educação comprometida de forma dialética com a formação de um homem emancipado.

Na década de 1980, Ferreira se preocupava com mudanças necessárias sobre “o papel do supervisor no atual contexto brasileiro” e a superação das amarras presentes na lei nº 5692/71 que precisavam ser superadas. A necessidade de novos

caminhos para o pedagogo supervisor já era patente no início dos anos 80 e mostrava a necessidade de criatividade e inovação no trabalho deste profissional. Destaca-se que este cenário é um momento histórico de discussões sobre as habilitações à nível nacional, muitos embates se travam no fórum de educação e no Congresso Nacional para aprovar propostas que atendessem às reinvindicações daquele instante em que a redemocratização favorecia a participação da sociedade civil organizada que defendia os interesses da sociedade.

Ferreira em seus estudos sobre o papel da supervisão no Brasil, faz uma retomada histórica do desenvolvimento do trabalho deste profissional na escola e aponta como problemática se é supervisão ou gerência, explicando que:

> O trabalho como atividade profissional, orientado pela inteligência humana, é produto singular da espécie humana. O homem ao agir sobre o mundo externo, transforma-o, faz cultura e, ao mesmo tempo, modifica sua natureza. É pelo trabalho, força criada pela espécie humana e pela qual a humanidade completa a criação do mundo, que conhecemos que o homem constrói e reconstrói o seu ambiente. Todas as diversas formas sociais que surgiram e que podem ainda surgir dependem, em última análise, dessa característica distintiva do trabalho humano". (FERREIRA, 1989, p. 12-13)

Nota-se que Ferreira dá um destaque especial ao trabalho humano como transformador da natureza e criador de novas possibilidades em especial de formas sociais mais humanas. É aqui que há o entrelaçamento das produções da autora com a abordagem inicial desta investigação que apresenta o trabalho como uma categoria essencial para compreender a gestão da educação na perspectiva humana e em especial Ferreira (2018) afirma que pelo trabalho e conhecimento o homem e a mulher podem emancipar-se realizar seus objetivos na vida em sociedade e principalmente viver com dignidade. Contudo adverte que nesta sociedade excludente esta possibilidade tem se tornado cada vez mais árdua em especial para aqueles que vivem do trabalho.

A autora segue explicando sobre a força que governa e dirige o trabalho e a define como consciência humana, contudo alerta sobre a força que pode ser rompida no indivíduo e restaurada no coletivo. Nota-se a preocupação da autora no resgate da consciência do indivíduo sobre o produto que a ação do seu trabalho gerou. Há no mundo atual um estranhamento ou alienação. Portanto a consciência humana na sua luta para transformar a natureza para o seu bem pode nela residir a emancipação humana do jugo do trabalho alienado presente no modo de produção capitalista. Neste texto a autora demonstra que a educação é o caminho a ser trilhado na busca da

liberdade, mas há contradições dentro do próprio processo produtivo que o conhecimento e a sabedoria humana podem se apoderar para lutar contra a alienação da força de trabalho.

Nesta análise sobre o papel do supervisor do ensino Ferreira está realizando uma discussão que mostra a passagem da supervisão para a gestão da educação, percebe-se que há um estudo voltado no sentido de procurar para onde vai a supervisão naquele momento e, principalmente quando escreve sobre gerência que é mais comum na administração. A autora enfatiza que o trabalho orientado pela inteligência humana é próprio da espécie humana. Ao agir na natureza ou no mundo externo o homem o transforma produzindo cultura e a transformação da natureza. É por meio do trabalho que o homem constrói e reconstrói a sua realidade e modifica o ambiente em que vive. As formas sociais que já existiram, as atuais e as que virão dependem desta característica peculiar que é o trabalho humano. A esse respeito Ferreira (1989, p. 13) explica que no homem,

> Diversamente, porém, dos animais, no homem não é inviolável a unidade entre a força motivadora e o trabalho em si. A unidade entre concepção e execução pode ser dissolvida. A concepção pode, ainda, continuar a governar a execução, mas a idéia concebida por uma pessoa pode ser executada por outra. A força diretora do trabalho continua sendo a consciência humana, mas a unidade entre as duas pode ser rompida no indivíduo e restaurada no grupo, na oficina e na comunidade ou na sociedade como um todo. Portanto, a capacidade humana de executar trabalho não deve ser confundida com o poder de qualquer agente.

Ferreira (1989) explica que somente aquele que for senhor do trabalho dos outros, confunde força de trabalho com qualquer meio de execução de tarefas, pois para este o vapor da água, cavalo e músculos humanos empregados para mover o moinho são vistos apenas como fatores de produção. Este fundamento é desprezado pelos economistas burgueses porque não estão interessados nas relações sociais, seus olhos estão voltados apenas para o trabalho e na produção, ou seja, no ponto de vista burguês em detrimento do humano.

Pode-se afirmar que Ferreira (1989) aponta para a exploração a que é submetida a classe trabalhadora no mundo capitalista. Este mundo que cria valores úteis a partir da alienação da força de trabalho humano em favor da lucratividade. Daí decorre a necessidade de encarar o trabalho apenas do ponto de vista técnico. O controle do trabalho agora é realizado pelo capitalista através de seus gerentes atuando por meio do controle que é o conceito fundamental de todos os sistemas de gerência. Neste caso a supervisão é a gestão dos processos de trabalho e pode-se

perceber a divisão do trabalho intelectual e manual. A partir deste momento além do Curso de Pedagogia que deveria formar o aluno de forma integral, isto é: não mais para uma determinada habilitação e sim para todas, aparece a transição no pensamento da autora que passa a se dedicar com maior foco na gestão da educação uma categoria forte em suas produções até a atualidade.

Na UFPR juntamente com o Professor Lauro Esmanhoto se associou a ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação, participando de eventos sobre a produção científica de ponta, permanecendo como sócia até hoje. Em 1972 fez mais um curso de especialização sobre Métodos e Ténicas de Ensino, na busca de novas maneiras de ensinar para que os alunos tivessem prazer na aprendizagem. Defendeu sua monografia intitulada “A correspondência dos objetivos educacionais com as aspirações, expectativas e necessidade dos alunos do curso de pedagogia”, um trabalho muito bem organizado e com nota dez, conclui que ainda assim era um trabalho “alienado, desvinculado, ahistórico, acrítico e concluía com generalizações, como se isto fosse possível para todas as sociedades” era um curso voltado ao tecnicismo que invadiria o cenário educacional. (FERREIRA, 2002, p. 28)

O papel protagônico do tecnicismo visava adequar o modelo educacional ao econômico sempre em favor do último, na sua efetivação buscava camuflar por meio de uma estratégia que substituía a participação social pela decisão de poucas pessoas. Nesta ótica Ferreira (2001) cita Durmeval Trigueiro (1969, p. 7) que destaca o seguinte:

> Em primeiro lugar o Estado criou o que se poderia chamar de desvio tecnocrático. Pretende-se esvaziar o desenvolvimento (consciência e processo) de sua substância política, substituindo a “ratio”política pela “ratio”técnica. O desvio, no plano metodológico, consiste em opor a idéia de “eficiência” (conceito ambíguo) à de “participação”.

Este modelo que isola o processo educacional não é ingênuo, é uma estratégia com objetivos definidos que visa a manutenção daquele status quo vigente, com base tecnicista. A autora trabalhou em vários cursos na perspectiva tecnicista nesta época.

Em 1976, desenvolveu uma pesquisa realizada junto aos alunos do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná, que visava uma reflexão sobre o currículo e metodologia do ensino, a partir de sugestões feitas pelos próprios alunos, sendo que os pesquisados responderam em sua maioria que voltariam em grande número, apesar das restrições apresentadas, a optar pelo Curso de Pedagogia. Neste estudo pode-se verificar que:

> Nos requisitos exigidos pela sociedade verificou-se que os aspectos morais foram considerados como fundamentais ao profissional do magistério, o que aliás é condição ao exercício de qualquer profissão. Finalmente, apesar do nível de conscientização e amadurecimento, os estudantes não colocam adequadamente os requisitos profissionalizantes confundindo-os com os requisitos do homem em geral, e de tipo de profissional de qualquer nível, indispensáveis à cooperação e solidariedade social e ao exercício da atividade profissional. (FERREIRA, 1976, p. 228)

Este estudo foi um forte contributo para o que mais tarde a autora chama de "formação humana" da qual a educação e o Curso de Pedagogia são responsáveis. Este trabalho se transformou em artigo intitulado **"**Aspirações dos estudantes do Curso de Pedagogia referentes à sua profissionalização" publicado em *Estudos Brasileiros,* Revista da UFPR. O Estado do Paraná na efervescência para implantar um novo modelo, pede a participação da UFPR, a autora foi convidada com o Professor Alfeu Marques Garcia e produziram um documento para os professores do 2º grau que depois resultou em livro publicado pela Secretaria de Educação do Paraná, com o título "Indicações Básicas para planejamento e execução da disciplina de EFE de 1 º Grau, integrante do Currículo Pleno da Habilitação de 2º Grau - Formação de Magistério*".*

2.3 UM DEGRAU A MAIS NA ESCADA DA VIDA: O MESTRADO

O Curso de Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná foi criado em 1976 pela então Professora Dra. Zélia Milléo Pavão e a professora Naura foi aprovada na primeira seleção e iniciou o curso com muito entusiasmo, porém logo surge uma decepção que chamou de chão vazio, ou seja, a determinação do pensamento americano no curso. Contudo, alguns poucos professores possuíam formação europeia e brasileira o que possibilitou que as contradições aflorassem. O projeto de estudo da autora mostrava a necessidade urgente de que as reflexões realizadas na pedagogia refletissem a realidade brasileira.

Durante o curso estudou vários autores que contribuíram de forma significativa para a sua formação em especial destaca Gramsci e Saviani. Nas discussões com os colegas, percebiam que os alunos cursavam uma das habilitações e logo voltavam para cursar outra para terem maiores possibilidades de trabalho. Dedicou-se à Supervisão Escolar tendo como maior objetivo de estudo e objeto de investigação a

formação dos profissionais da educação e a gestão educacional como um núcleo central de interesse em suas pesquisas.

Em 1978 com a fundação da Anped torna-se como aluna do mestrado sócia fundadora da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), fazendo parte até hoje. Foi convidada para um seminário na Unicamp, avaliando as políticas educacionais que estavam em curso juntamente com a formação dos profissionais da educação, este seminário possibilitou mudanças significativas para a educação brasileira e ficou decidido a realização da primeira CBE (Conferência Brasileira de Educação) que se realizou na PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) em maio de 1980.

A primeira CBE foi muito significativa para redimensionar a educação no Brasil na perspectiva da qualidade, em uma das mesas que a autora participou e na qual estava também o Professor Pedro Demo, a discussão versava sobre “A formação de profissionais de educação: uma questão a ser examinada” e, o debate acalorado foi sobre a divisão técnica do trabalho presente nos cursos de licenciatura e especialmente na Pedagogia curso este que tinha como premissa a necessidade de uma formação integral do pedagogo. A redemocratização da sociedade tomava corpo nos debates e a supervisão escolar encontrava-se fragilizada pela divisão técnica do trabalho, neste sentido a professora se empenhou para criar a associação de supervisores, para isso, reuniu um grupo de colegas que deliberaram e em 30 de junho de 1978, surgiu a APARSE (Associação Paranaense de Supervisores de Educação) cuja atuação e debate se deu no âmbito estadual e nacional e versou sobre os supervisores e a formação dos profissionais da educação.

No mês de outubro de 1979 participa em Porto Alegre do primeiro encontro de supervisores, evento que decidiu que o segundo encontro seria em Curitiba. Na sua primeira gestão à frente da APARSE de 78 a 80, foi organizadora e presidiu o segundo encontro em Curitiba ocorrido de 16 a 20 de outubro, no qual a discussão teve como “tema central “A Função Supervisora no Contexto Educacional Brasileiro” e passou a ser considerado, na história da educação brasileira, como um marco em que se começou a pensar criticamente a supervisão educacional e as demais habilitações”. (FERREIRA, 2002, p. 36)

Ferreira destaca a importância da participação de conferencistas como:

> Jacques Velloso, Miguel Arroyo, Edson Machado de Souza, Samuel Pfromm Neto, Antonio Muniz de Rezende, Maria Amélia de Azevedo Goldberg,

> CláudiaTurra, Dilza Atta, Dermeval Saviani, Benno Sander, Claudio Moura Castro, Heloísa Luck, Acácia Küenzer Zung, Gládis Bassani Junqueira, Moacir Gadotti, Eny Toschi, Alete Dántola, Regina de Assis, José Erasmo Campelo, Nilcéa de Siqueira Pedra, Luíza Maria Rocha Nogueira, Neusa Armellini, Guiomar Namo de Mello, Rudolf Lenhard, Jacira da Silva Câmara, Tereza Noronha, Carlos Alberto Chiarelli, João Régis Teixeira e Zélia Milléo Pavão, intelectuais das mais variadas tendências teóricas que propiciaram, com suas intervenções, um debate e conclusões muito ricas de conteúdo. A escolha e convite a esta plêiade de intelectuais com posturas teóricas diversificadas, e até antagônicas, objetivava uma melhor compreensão do objeto que se constituía na temática do evento – compreender a supervisão educacional no contexto brasileiro e o papel do supervisor comprometido com a qualidade do seu trabalho e da educação. Foi feita uma avaliação do congresso, avaliação esta que se desenvolveu durante todo o evento e contou com a participação da comissão executiva. (FERREIRA, 2002, p. 36)

Neste encontro foram tratados dos seguintes temas:

1- "A Função supervisora no contexto brasileiro";
2- "O contexto Educacional brasileiro: seus determinantes";
3- "Caracterização da supervisão Educacional no atual contexto";
4- "A ação integrada da Supervisão Educacional com as outras especializações";
5- "Perspectivas do supervisor no atual contexto";
6- "O treinamento em serviço como viabilidade de formação de recursos humanos em supervisão nas unidades federadas";
7- "A atuação do supervisor";
8- "As Associações de profissionais de educação como entidades de caráter técnico-político".

Na abertura expôs as contradições e pediu a todos para fazer uma profunda reflexão para poder tomar decisões significativas,

> Por conceito societário, entendemos o circunstancial de cada brasileiro, quer habitantes da capital ou da zona urbana, quer o brasileiro de zona rural ou agrícola que, sem receber o atendimento sofisticado dos grandes centros culturais, constrói na sua humildade e força de ação e de vida, condições para o desenvolvimento de nosso país, enquanto nós, educadores privilegiados, aprofundamos nossas pesquisas e atividades profissionais e docentes, visando a especializações mais requintadas e que só se destinam a uma minoria elitista, que se comunica da mesma forma, envolvendo-se neste mesmo esquema de ação e pensamento, aumentando cada vez mais a alienação entre realidade, entre prática e teoria, ensino academicista e profissão, conteúdos ensinados e realidades vivenciadas, teorias cristalizadas e necessidades de inovações reais e planejadas. (FERREIRA, 1979, p 3)

Em 1980 inicia seu trabalho nas então Faculdades Integradas Tuiuti, atuando juntamente com a professora Carmem Gabardo nos cursos de Especialização, em uma experiência muito rica e gratificante devido à heterogeneidade das turmas e o ânimo para aprender daqueles alunos que em sua maioria eram professores da rede municipal e estadual de ensino.

No mês de março de 1980 defendeu a dissertação de mestrado com o título "Supervisão Educacional: função ou disfunção, com grande apoio na orientação da professora Acácia Zeneida Kuenzer Zung, ainda mestre e para a defesa o orientador foi Drº. Lauro Esmanhoto e esta foi a quinta defesa no programa de mestrado em educação da UFPR e a primeira egressa a ser convidada para lecionar no programa na disciplina "Supervisão de ensino", na qual lecionou por muito tempo, disciplina que era assinada por um doutor e, igualmente as suas orientações, passando mais tarde a fazer parte da Linha de Pesquisa "Educação e Trabalho".

Em sua dissertação preocupou-se em analisar se a supervisão cumpria seu real papel e afirmou,

> ...se a SUPERVISÃO ESCOLAR está cumprindo as suas funções implícitas, isto é, decorrentes da política vigente como racional, funcionalista, tecnicista, ingênua, acrítica, direcionada, conservadora, executória, perpetuadora da estratificação social, caracteriza-se como função em relação ao sistema e como disfunção em relação à educação. Porém, se a SUPERVISÃO se configurar como EDUCACIONAL, isto é, explicitamente, capaz de opção, percepção da realidade, como função política, reflexiva, crítica, consciente, assumida, inovadora, transformadora, decisória, libertadora, criativa, em todas as direções, pode-se considerá-la não uma disfunção, mas uma função comprometida com a educação. (FERREIRA, 1980, p. 143)

A dissertação de mestrado se transforma em livro que foi publicado pela Editora Vozes em outubro de 1981. E por sugestão do conselho editorial que considerava um trabalho crítico mudou o título para "*Supervisão Educacional: uma reflexão crítica*, hoje na décima edição. O texto chama a atenção sobre os elementos da lógica do modelo vigente e suas ambiguidades,

> O Parecer 252/69, elaborado pelo Conselho Federal de Educação e a Resolução 02 aprovada em 9 de maio de 1969, em decorrência da atribuição que lhe foi conferida pela Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 que regulamenta a Reforma Universitária, afirmando que esta letra da lei que "....fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização do curso de Pedagogia, tornou-se o instrumento fundamental e básico para a interpretação do princípio de 'tecnicismo', regulamentando as 'habilitações técnicas'"(FERREIRA, 1981a, p. 53-54). Desta forma, evidencio que a ênfase nas habilitações técnicas, colocou em segundo plano e fez diluir o caráter educativo das habilitações, transformando-as em habilitações que

> tivessem por pressuposto uma maior autonomia, uma existência própria. Ora, essa existência própria elas não têm nem do ponto de vista teórico, porque toda a sua fundamentação teórica vai decorrer de uma compreensão mais profunda do contexto educacional, e elas não têm também essa especificidade, enquanto uma profissão delimitada no conjunto de mercado de trabalho. Esse debate sobre a formação do educador acontece a partir das reformas educativas levadas a efeito em nosso país e nos outros países da América Latina desde o final da década de 1970, com o objetivo de adequar o sistema educacional ao processo de reestruturação produtiva e aos novos rumos do Estado. As concepções que orientam tais mudanças vêm sendo questionadas ao serem confrontadas com a produção teórica e prática da área educacional e no movimento dos educadores que, desde o final dos anos 70, com o processo de democratização da sociedade passa a colocar novas exigências para a melhoria da escola básica e para a formação de professores. A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – (ANFOPE) – que se organiza a partir de 1983 como Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores (CONARFE) -, em Belo Horizonte, dando prosseguimento aos trabalhos que o Comitê Nacional Pró Formação do Educador realizou desde 1980, com o objetivo de promover a articulação, em âmbito nacional, dos esforços destinados a reformular os cursos de formação do educador, sistematizando propostas e experiências. (FERREIRA, 2002, p.40)

Deste movimento, nasce a ANFOPE cuja contribuição resulta em construir coletivamente a concepção sócio-histórica se opondo ao caráter tecnicista e conteudista, característica das políticas de formação para professores do ensino básico no país, Ferreira associa-se ao movimento, permanecendo “até hoje e participando dos debates e estudos em curso durante todos estes anos”. (FERREIRA, 2002, p. 41)

2.4 UM NOVO DESAFIO: O DOUTORADO

Ferreira realizou a seleção para doutorado em História e Filosofia da Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1982, e foi orientada pelo professor Drº. Dermeval Saviani coordenador do doutorado da PUC. Tornou-se bolsista da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), e estudou com os mais renomados professores/intelectuais da época como: Drº. Antonio Joaquim Severino, Drº. Dermeval Saviani, Drº. Evaldo Amaro Vieira, Drº. Florestan Fernandes, Drº. Octávio Ianni e Drº. Bolivar Lamounier.

Ferreira (2018) destaca que foi um tempo muito profícuo em sua vida intelectual, porque leu e estudou os clássicos do pensamento humano com a orientação de respeitáveis professores, e ressalta que também muito aprendeu com os companheiros da turma. Entre tantos estudos importantes cursou uma disciplina especial a Teoria da Educação, na qual estudou Gramsci Bloco Histórico, hegemonia,

formação e papel dos intelectuais e a organização da cultura, disciplina ministrada por um profundo conhecedor de Gramsci o Professor Doutor Evaldo Vieira. Como pesquisadora e sendo a disciplina organizada por temas, foi atrás de tudo que pode encontrar sobre o autor e devorou os escritos de Gramsci, estudo que muito contribuiu com o seu objeto de pesquisa, em especial o destaque dado por Gramsci sobre o ensino nas universidades,

> Entre a escola propriamente dita e a vida, existe um salto, uma verdadeira solução de continuidade, e não uma passagem racional da quantidade (idade) à qualidade (maturidade intelectual e moral). Do ensino quase puramente dogmático, no qual a memória desempenha um grande papel, passa-se à fase criadora ou de trabalho autônomo e independente; da escola com disciplina de estudo imposta e controlada autoritariamente passa-se a uma fase de estudo ou de trabalho profissional na qual a autodisciplina intelectual e a autonomia moral são teoricamente ilimitadas. E, isto ocorre imediatamente à crise da puberdade, quando o ímpeto das paixões instintivas e elementares não terminou ainda de lutar contra os freios do caráter e da consciência moral em formação. (GRAMSCI, 1979, p. 123)

As pesquisas da autora possibilitam pensar aqui na questão da emancipação humana presente em sua tese de doutoramento, em que aborda questões relacionadas ao indivíduo enquanto ser histórico e a sua emancipação na sociedade. A autora realiza suas pesquisas acreditando na perspectiva da emancipação humana e, a este respeito há um sinal inconteste de que esta perspectiva é verdadeira quando escreve:

> Elaborei minha tese de doutorado, cujo título é *indivíduo e emancipação humana: contribuição à discussão da base comum da formação do educador*, defendendo que a formação do profissional da educação exige uma sólida formação humana e que a formação do homem está diretamente relacionada à sua emancipação como indivíduo, sujeito histórico numa sociedade dada. Nesse sentido, entende-se que o prioritário na formação do educador não é só a base comum nacional, mas a concepção de homem à luz da qual e sob cuja inspiração se desenvolve a formação do educador. (FERREIRA, 2002, p. 50)

Para Ferreira (2002) é de suma importância compreender o homem na sociedade como um “conjunto das relações sociais”, neste caso é sujeito histórico que cria sua própria história em sua atividade de vida e no trabalho, apesar do cenário adverso do mundo do trabalho como demonstrado anteriormente, dessa forma, cria a história humana. Contudo, para que isso seja real, implica tomar no ponto de partida os indivíduos reais, concretos, que produzem dentro da realidade uma sociedade em condições concretas, com direitos e deveres a serem cumpridos e para todos e, ainda em especial poder usufruir daquilo que produzem, da totalidade cultural, combatendo

desta forma a alienação. Neste sentido pode-se pensar em homens e mulheres livres, homens lúcidos, emancipados, autônomos, em uma perspectiva de formação integral. A autora enfatiza a contradição para essa afirmação ao escrever,

> Tal intento, todavia, não se consegue viabilizar apenas pela via da instrumentalização do conhecimento científico, na aceitação generalizada da "formação do educador" numa sociedade "minada" pela ideologia dominante, que se infiltra de forma qualitativamente vigorosa através do requinte das diversas formas de consciência social, permitindo reeditar sob novas práticas, velhas concepções liberais. (FERREIRA, 2002, p. 50)

Ferreira analisa historicamente a formação dos educadores e examina a concepção de homem construída na sociedade brasileira, que se encontra inserida na sociedade mundial. Aponta o individualismo como uma categoria é a representação da existência individual "sem restrições e orientada apenas pelo livre arbítrio pessoal e por considerações voltadas exclusivamente para o próprio interesse". (FERREIRA, 1992, p 31)

Propõe dessa forma, o desenvolvimento da teoria da cultura, na perspectiva de construção de um currículo destinado a formação de educadores ativos e lúcidos, para poder realizar de forma coletiva a superação do individualismo egoísta tão marcante em nossa sociedade mundial. Nessa assertiva a autora continuou os seus estudos e uma parte deles foi destinada a participação de debates, palestras no Estado do Paraná e em outras unidades da federação. Seu trabalho expunha as preocupações e reflexões a respeito da formação tecnicista e funcionalista dos educadores, com base no que se segue:

> A formação técnica dos especialistas em educação lhe confere condições de perpetuar dentro da escola, uma prática que se sobrepõe à realidade sem incorporá-la. Um exame da realidade nos mostra que esses profissionais que compõem os quadros técnicos para os quais foram preparados e recebem o título de "especialistas", são chamados face os problemas educacionais em sua prática pedagógica (entendida como fenômeno educativo), a fim de resolvê-los, atenuá-los ou evitá-los, concentram-se ou reduzem-se a atividades burocráticas e assistenciais. (FERREIRA, 1986, p. 103)

Assumiu em 1987 como assessora na Secretaria de Estado da Educação do Paraná, um período de efervescência que antecedia a promulgação da CF (Constituição Federal de 1988). Fez parte, junto com as professoras Márcia Ângela Aguiar, da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), Miriam Paura Grispun, da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), e Cristina Kratz, da UNB, da comissão nacional do CONSED e apresentaram uma proposta "sobre os princípios constitucionais e principais teses relativas à educação" o documento elaborado foi

exaustivamente discutido pelos secretários sendo aceito quase totalmente, foi levado ao Congresso Nacional e as propostas foram incorporadas.

A autora se sentia muito bem participando plenamente dos rumos da educação à nível nacional. O desafio de lidar com a legislação a fez mergulhar ainda mais nos estudos na perspectiva de cumprir com as responsabilidades assumidas, percebeu, neste trabalho que exigia engajamento e muito empenho, uma de suas principais características, o compromisso e o romantismo "e que se alicerça na crença de poder construir, da melhor forma possível, o *bem e o belo*– que entendo como inseparáveis – para todos, através da solidariedade e do bem comum". (FERREIRA, 2002, p. 52)

Contudo, mesmo trabalhando muito na SEED, seu trabalho na UFPR continuava a todo vapor e, chegou a ser eleita para chefia do DEPLAE, em que desenvolveu em sua gestão um trabalho muito significativo. No XVI Simpósio Brasileiro de Administração da Educação, apresentou o trabalho intitulado "A formação d*o* profissional da educação na pós-modernidade: compromissos da administração da educação". Em que escreve, discute e defende:

> A concepção de homem como fundamento da formação do educador, contrapondo à visão abstrata e idealista à concepção histórica, criticando as matrizes teóricas baseadas no individualismo que se tornou hegemônica no mundo e que vem se acirrando cada vez mais. Apresentei, ainda, as limitações da visão que embasa os cursos de formação e as tendências humanistas "tradicional", "moderna" e "tecnicista", propondo uma concepção de totalidade que permite a visão concreta da realidade educacional. (FERREIRA, 2002, p.53)

Este estudo mostra que para a autora a categoria compromisso se fez presente, em sua produção científica e na técnica. O compromisso se destaca em toda sua carreira uma tese de vida em sua profissão afirma a autora, este esboço já aparece em 1967 em sua monografia de graduação quando escreve,

> Entendendo compromisso (do latim *comprõmissum* , ajuste, contrato, obrigação) como obrigação ou promessa mais ou menos solene, obrigação de caráter social, uma nova questão se impõe para nós educadores: quais os compromissos que a supervisão educacional deve assumir hoje? São compromissos com uma nova compreensão da qualidade da educação que se consubstancia no compromisso da formação de homens mais humanos através de uma educação comprometida com esta humanização nesta época da globalização em que a modernidade apresenta uma característica surpreendente e ameaçadora: o declínio do indivíduo, ele próprio, que singular e coletivamente produz e reproduz as condições materiais e espirituais da sua subordinação e eventual dissolução. São compromissos com uma outra qualidade que permita esclarecer estas complexidades e contraditoriedades a fim de permitir a humanização do homem, da escola, das instituições, do mundo. (FERREIRA, 1999b, p.239)

O governo brasileiro toma medidas que retiram direitos dos professores das universidades federais, diante deste desafio no ano de 1994 Ferreira resolve se aposentar para garantir o que tinha conquistado com árduo trabalho. Termina assim a trajetória na UFPR deixando um legado significativo e principalmante laços de amizade e profissionalismo com pesquisadores de renome nacional e internacional com os quais permanece trocando experiências no campo educacional até os dias de hoje.

2.5 O RECOMEÇO NA UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

Depois de se aposentar da UFPR a Professora Naura resolve que iria descansar, porém isso foi por muito pouco tempo porque percebeu que o verdadeiro descanso estava na lida diária para formar vidas humanas mais capazes de enfrentar os desafios do mundo hodierno. Assim, foi convidada pelo Professor Sydnei Lima santos e pela sua excelente ex-aluna, Professora Carmem Lúcia Gabardo, para o desafio de criar o Mestrado em educação o qual aceitou de imediato, e como é de seu profissionalismo foi à luta e em abril de 1997 deu entrada na CAPES com o projeto na área de Administração da Educação, juntamente com um grupo de docentes que convidou para trabalhar no curso de pós-graduação stricto sensu.

Era um momento em que os debates estavam muito acirrados entre o público e o privado e, justamente por serem as ainda na época Faculdades Integradas Tuiuti uma instituição privada e ainda não universidade e, nem era confessional. A coordenadora da CAPES sustentava em seu argumento o fato de não ser universidade e do corpo docente ser formado por professores aposentados das federais o que tornava o projeto sem o verdadeiro comprometimento com a pós-graduação.

Em 1997, esta dificuldade foi superada porque as Faculdades integradas Tuiuti se transformou em Universidade Tuiuti do Paraná. Imediatamente um novo projeto cumprindo com todas as exigências foi enviado a CAPES e em abril de 1999, com o apoio dos colegas de trabalho do Professor Sydnei, que era o reitor e dedicou seu tempo, apoio e incansável empenho, o Mestrado em Educação foi recomendado.

A estrutura curricular do Mestrado em Educação foi organizada em torno de duas linhas: “Políticas Públicas e Gestão da educação” e “Práticas pedagógicas:

elementos articuladores", que permanecem até hoje inclusive com o Doutorado em Educação também aprovado com o incansável empenho e dedicação da Professora Naura. Novos docentes foram contratados e a primeira seleção ocorreu em novembro e dezembro de 1999, e a primeira turma iniciou no mês de fevereiro de 2000, formando Mestres e agora mais recente, doutores em educação até os dias de hoje. Ferreira escreve que este curso se constituiu em um dos seus maiores desafios porque era conhecida como professora da UFPR e por isso as portas estavam bem abertas, contudo quando se apresentava institucionalmente as portas quase que se fechavam porque a instituição privada é considerada uma empresa que visa lucro e não a qualidade da educação. Assim, teve que se dedicar muito e estudar diuturnamente para enfrentar este que caracterizou como um dos seus maiores desafios em sua vida profissional. Destaca que o esforço valeu a pena porque na realidade as pesquisas produzidas pelo corpo docente e discente da instituição privada se tornaram muito significativos, provando ser possível fazer ensino, extensão e pesquisa de qualidade também em instituição privada.

Os profissionais formados se espalharam e em diversos lugares que atuam dão exemplo do profissionalismo competente e de qualidade egressos do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação, destaca a professora que vê com orgulho e entusiasmo estes resultados e que se tivesse que recomeçar faria de novo do mesmo jeito, por estar convicta de que o esforço rendeu excelentes resultados advindos do programa que criou e coordenou por um longo tempo. Em Guarapuava no Paraná convidada para proferir palestra, aprofundou as reflexões das pesquisas que desenvolveu ao longo da vida afirmando:

> ...entendo, pois, que o curso de pedagogia é a teoria da educação caminhando, é a teoria da educação em ação...O curso de pedagogia é que ensina a sistematização da alegria da vida através da sistematização do conteúdo que fornece a sistematização da vida, porque é através da educação que o homem se torna homem. Se a educação não atinge seus objetivos, o homem não se educou, não se humanizou. Pedagogia como "re-ligar" as disciplinas ao aluno, o aluno ao professor num universo carente de ensino, de qualidade, de vida, de humanidade. É assim que o vejo, hoje, sistematizado cientificamente, de modo que nós possamos construir para o amanhã, um mundo mais realizado e feliz. (FERREIRA, 1995, p.27-28)

Ferreira (2002, p. 58-59) com a forte convicção do papel da educação que deve estar a serviço dos objetivos da humanidade, juntamente com a ciência e a tecnologia, "como tal a investigação científica e a objetividade científica devem acompanhar

diuturnamente o trabalho educativo. O campo a explorar é bem mais amplo, quando se trata do verdadeiro trabalho intelectual. Implica disciplina e compromisso".

Neste sentido, escreve um texto com o título "Gestão da Educação e formação humana: um projeto pedagógico coletivo", em que desenvolve a ideia de formar homens e mulheres para uma expressiva convivência em sociedade. Para isso, a administração na escola deve realizar um trabalho coletivo que movimente todos os atores sociais daquela comunidade na perspectiva de elaborar um projeto pedagógico com ampla participação dos envolvidos, afirmando:

> Todo o objetivo que norteia a ação deve expressar os anseios e desejos da comunidade envolvida no trabalho a executar. Logo, na escola, os objetivos que expressarão as necessidades científicas e éticas dos/das alunos/as, no sentido de sua formação humana de cidadão/cidadã, deverão ser elaborados pelos professores responsáveis pelas áreas de ensino juntamente com o Orientador Educacional e o Supervisor Escolar e toda a comunidade educacional, refletindo o que existe de mais avançado na contemporaneidade no âmbito científico e ético. (FERREIRA, 1997 b, p. 47)

Participou do VIII Colóquio Internacional da AFIRSE, (Associação Francofônica de Pesquisa em Ciências da Educação), em Lisboa, em setembro de 1997, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, e escreveu o trabalho Concepções, decisões e formas de organização curricular na formação do profissional da educação. O evento apresentava a decisão como elemento chave, tema que era tratado em duas vertentes: metodológica e política, como se estas pudessem ser tratadas de forma isolada. O evento foi muito rico e as discussões foram excelentes e aprofundadas, resultando em conclusões complementares sem separar as duas vertentes. O trabalho da autora expôs,

> Um novo sentido se põe para a educação e para a gestão da educação no que concerne às decisões sobre que conteúdos científicos, técnicos, políticos, humanos e éticos necessitam ser tomadas para a formação de profissionais que irão atuar na formação de seres humanos desde o ensino fundamental e médio até o superior. Um novo sentido se põe para a administração da educação nas formas de organização curricular e na gestão das escolas que tem a responsabilidade de formar seres humanos capazes de enfrentar com dignidade e possibilidades a complexidade do mundo hodierno. É nesse sentido que a gestão da educação deve responder aos reclamos da contemporaneidade. (FERREIRA, 1998b, p. 741)

Ferreira (2002) enfatiza que suas pesquisas sobre a formação profissional da educação, resultavam em muitas lacunas apontadas pelos pesquisados, que procuravam os cursos de especialização na busca de preencher estes vazios em sua

formação. Era como uma denúncia feita por estes profissionais sobre a necessidade de uma séria e comprometida atualização e aperfeiçoamento na formação. O resultado desta pesquisa foi que a educação precisava ser constituída por conteúdos científicos, técnicos, éticos, políticos e humanos, em que a verdadeira formação se constitui de conteúdos profissionalizantes alicerçados em conteúdo da vida humana, sem o qual pode se tornar um profissional alienado e despreparado para enfrentar os desafios do mundo atual, caracterizado por um momento histórico configurado por novas exigências e novas posturas profissionais.

A autora percebe o mundo em processo de transição e crise, mais ao mesmo tempo abrem-se muitas possibilidades neste mundo global e de uma velocidade tecnológica assustadora. Este momento veloz de mudança tecnológica traz junto a riqueza presente na pluralidade de ideias. Contudo, estas transformações desafiam os países e os sistemas educacionais, porque estas mudanças rápidas são violentas e geram necessidade de trabalho que fica escasso para as pessoas, ao passo que a riqueza é para poucos e a miserabilidade é muito grande. O cenário social mostra uma ampliação da violência nas relações sociais como um todo, afetando os sentimentos humanos sem precedentes na história da humanidade, promovendo o aumento desenfrado das desigualdades sociais.

Ferreira (2002, p. 62) com o olhar crítico sobre a realidade que se apresenta, caótica principalmente para os menos abastados escreve,

> A globalização, culminância do processo histórico do capitalismo, politicamente aponta o caminho da dissolução dos Estados nacionais e da despolitização da sociedade, na busca da preservação, em nível mundial da posição da hegemonia americana. Este processo, seus impactos e conseqüências, vem sendo discutido em seminários, congressos palestras e abordado por cientistas de diversas áreas, em todo o mundo, que tentam entender, explicar e produzir conhecimento capaz de lidar com a nova realidade. Trata-se de um novo momento histórico sem precedentes que necessita ser compreendido pelos educadores para “nele” poderem atuar competentemente, com a responsabilidade da formação profissional e humana. Em todos os eventos desta última década estas determinações têm se constituído no foco principal.

Ferreira (1999) com estas preocupações e a intenção de fazer um esboço crítico da investigação na gestão da educação que se constitui no “fio condutor de sua “tese” de vida: a educação como formação humana”, que forme homens e mulheres capazes de transformar a própria vida e a sociedade em busca de vida com dignidade,

respeito e possibilidade de emancipação humana, em um mundo recheado de contradições, afirma:

> As categorias expressas nos relatos desta investigação apresentam necessidades de qualificação humana, de profissionalização, de indissociabilidade da vida real e do saber elaborado. Com todo o significado que esses termos possuem e com todos os significados que o mundo globalizado apresenta, urge formar novos homens e mulheres com a força e o vigor da transformação da sociedade humana em uma sociedade de todos os homens e de todas as mulheres. Nessas convicções é que devem se alicerçar as novas finalidades das políticas públicas e dos projetos inovadores que possibilitarão experiências de vida mais ricas, mais realizadoras e felizes, pois como dizia Gramsci 'qualquer trabalho transformador só tem possibilidade de sucesso quando se baseia nas necessidades da vida humana e nas exigências da produção da cultura. (FERREIRA, 1999, p.220)

Esta pesquisa deu origem a outro trabalho para o II congresso Internacional da AFIRSE, em Lisboa entre os dias 10 e 12 de setembro de 1998, trabalho intitulado "Experiências inovadoras e/ou exitosas em gestão da educação: de que políticas necessitamos*? ",* foi publicado nos anais do evento e gerou riqueza de discussões. Participou de vários eventos sempre defendendo a tese de humanização das pessoas e entende a educação como afirma Saviani, (1980, p. 120) "educação como uma mediação no seio da prática social global". Considera como uma determinação para o mundo atual, e deve ser tratada com atenção na formação e como possibilidade para superar o individualismo.

Absolutamente convicta, de que só a solidariedade, a seriedade, o respeito e a honestidade poderão alicerçar a gestação de um mundo novo e mais humano. Um fato Interessante a destacaré que a autora lembra que estes eram os valores preconizados e vividos por seus pais e que no presente os reafirmo como uma necessidade, e nesta ótica escreve,

> O mundo está interconectado de fragmentos de culturas. Somos uma sociedade global, nunca tão "individualista" como no atual momento histórico. A tecnologia acentua, antes, a barreira entre o que podem e os que não podem ter acesso a ela, especialmente produzi-la. Vivemos o encanto da possibilidade de acessar e a realidade da impossibilidade de acessar. (...) A formação de profissionais da educação necessita incorporar todos os avanços científicos e tecnológicos que foram criados pelo homem para o bem de toda a humanidade. Para tanto, não só a instrumentalização técnica é necessária, mas as finalidades e o compromisso ético-político de socializar o conhecimento e as informações na tentativa humana de tornar o mundo humano. Essa é, realmente, a verdadeira tecnologia educacional que deve formar o profissional qualificado e competente para o exercício da cidadania. (FERREIRA, 1998, p. 29)

Estas reflexões da autora permitem entender que a escola e o professor precisam ensinar o aluno a pensar de forma crítica a informação veiculada para não ser apenas um consumidor de informação. Assim, é preciso que as tecnologias estejam à disposição da escola e "façam parte de seu cotidiano reflexivo como recursos para a qualidade de vida, a qualificação e formação humana". (FERREIRA, 2002, p. 64)

Em relação ao professorado, os diversos estudos revelaram que:

> De uma maneira geral, constatou-se a dificuldade de compreensão, por parte dos professores/pesquisados, do que vem a ser a sua própria profissão, quais os elementos fundantes e fundamentais de sua formação, que saberes foram e são importantes para sua qualificação profissional no mercado de trabalho e um enorme 'desencanto' com a profissão pela sua não valorização que fere a sua dignidade humana. (FERREIRA, 2.000, p. 464)

Preocupada com as diferentes maneiras de entender a gestão democrática da educação organizou um livro intitulado "Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios". Em que autores nacionais e internacionais foram convidados. Escreveu um capítulo *"*A Gestão da educação e as políticas de formação de profissionais da educação: desafios e compromissos*",* texto que examina os nexos existentes entre administração da educação, as políticas educacionais e a formação dos profissionais da educação, à luz das imagens desestabilizadoras e perigosas do mundo contemporâneo, buscando um novo sentido para a gestão da educação, e destaca:

> A importância da direção que se constrói e legitima na participação, no exercício da democracia e na competência da construção coletiva do projeto político-pedagógico, por meio de uma prática de gestão comprometida com a formação de homens e mulheres brasileiro/as forte intelectualmente, ajustados emocionalmente e capazes tecnicamente. (FERREIRA, 1998, p. 113)

Participou, em 1998, de um seminário em Aveiro, Portugal, lá conheceu pessoalmente Boaventura de Souza Santos que a convidou para participar de um seminário na Universidade de Coimbra e nesta ocasião conheceu o Professor Dr. Carlos Serra, da Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique, sendo convidada por ele para participar em Maputo, com o tema Tradição e Modernidade. Proferiu uma conferência intitulada " O individualismo na contemporaneidade e o compromisso da administração da educação", para este evento preparou um texto que se tornou um capítulo do livro Conflito e Mestiçagem do Dr. Carlos Serra publicado no ano de 2000. A autora destaca que em Maputo pode sentir muito fortemente os agudos contrastes

de uma sociedade docilizada e muito sofrida devido aos efeitos da colonização e da miséria. Contudo, enfatiza que esta foi uma das experiências de destaque em sua vida em que pode ver de perto as precárias condições de vida, mais teve a honra de conviver com profissionais de muito respeito, sábios e simples.

No ano seguinte, em novembro de 1999, a Seção portuguesa da AFIRSE fez realizar o IX Colóquio sobre o tema “Diversidade e diferenciação em Pedagogia”, onde participou com o trabalho “Supervisão educacional no Brasil: a formação e os compromissos”, e enfatizou:

> O que está verdadeiramente em causa é a criação de novos espaços políticos, a ampliação do espaço público, a criação de novas identidades e de novos sujeitos coletivos capazes de aprofundar a humanização no próprio processo de luta pela própria hominização da humanidade. Da heterogeneidade que o paradigma da modernidade apresenta surge a vitalidade de uma concepção emergente cada vez menos resignada e cada vez mais atenta às práticas cotidianas em que se satisfazem efetivamente as necessidades básicas, não só as necessidades materiais, mas também as necessidades afetivas e expressivas, aquelas cuja satisfação nos confere um sentido e um lugar no mundo, no mundo dos cidadãos. Creio serem estes os compromissos da supervisão educacional. (FERREIRA, 2.000, p. 524)

Nesta seara, sobre supervisão educacional acreditando que mesmo tendo surgido durante a divisão técnica do trabalho no período do auge do tecnicismo no Brasil, muitas coisas precisavam ser esclarecidas o que a autora faz com maestria na organização do livro intitulado “Supervisão Educacional para uma escola de qualidade. Neste livro a autora escreveu um capítulo muito significativo com o título “Supervisão Educacional no Brasil: trajetória de compromissos no domínio das políticas públicas e da administração da educação”. Neste texto destaca a importância do processo de humanização dos homens e do mundo na perspectiva de sua emancipação e afirma:

> Examino a transição paradigmática da modernidade e proponho o conhecimento-emancipação como norte para, a partir daí examinar e propor compromissos para a supervisão educacional, compromissos estes, que possam garantir a construção de um mundo de cidadania, de solidariedade, de participação, enfim, um mundo mais humano. A supervisão educacional, enquanto responsável pela qualidade do processo de humanização do homem através da educação, nesse contexto hodierno firma outros compromissos que ultrapassam as especificidades do espaço escolar, sem dele descurar. Afirma-se nele, enquanto espaço de fazer o mundo mais humano através do trabalho pedagógico de qualidade, garantindo conteúdos emancipatórios trabalhados com toda a profundidade em toda sua complexidade e contraditoriedade, mas compromete-se com a administração da educação que concretiza as direções traçadas pelas políticas educacionais e ainda, com as políticas públicas que as orientam. Este compromisso se traduz em um acompanhamento e estudo de todas as

> relações que se estabelecem entre as tomadas de decisões, as determinações sociais e políticas que as gestam e as possíveis conseqüências. É, ainda um compromisso de subsidiar a administração da educação como um todo, enquanto "prática de apoio à prática educativa" envolvendo-a na participação direta da construção coletiva da emancipação humana. Se compromisso é uma obrigação de caráter social, nossos compromissos têm que ser encarados como obrigações a partir do momento que forem com muita lucidez assumidos. É nosso contributo como ser social e profissional da educação que acredita, participa e espera construir um mundo bem melhor, um mundo mais justo, humano e igualitário. Se compromisso é uma obrigação social, é no âmago das questões sociais globais que a supervisão educacional, que os profissionais da educação, vão extrair seus compromissos para cumpri-los na direção acima apontada. Eleva-se assim, a supervisão educacional, da condição de executora de políticas e de planejamentos, de apenas articuladora de conteúdos e propostas, para atuar como partícipe da construção da sociedade, condição esta sim, que garantirá a qualidade do trabalho pedagógico. Reveste-se, desta forma, o trabalho pedagógico, de outra qualidade, ou seja, seu compromisso explícito é com a emancipação humana. (FERREIRA, 1999b, p. 251)

A professora Naura recebeu um convite para escrever um artigo para a inauguração da Educação em Revista da UNESP (Universidade Estadual Paulista) de Marília e, preocupada com o avanço do individualismo escreveu "Poderemos trabalhar juntos?: responsabilidades da gestão da educação em ação". Assim,

> Refletir sobre o que se tem feito e como se tem feito nos leva a programar a agenda futura de ações necessárias a partir do novo conhecimento disponível e das lições aprendidas. Sempre *trabalhamos juntos*, porque o trabalho, enquanto produção da existência, assim como a divisão técnica e social do trabalho, foi nos colocando juntos. E, juntos trabalhamos, sem trabalharmos juntos, isto é, sem produzirmos com qualidade as condições de existência de qualidade para todos. O individualismo, enquanto categoria básica do liberalismo, acirrado cada vez mais no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo permeia nosso sentir, pensar e agir, transformando e reduzindo nossas práticas em formas isoladas e competitivas de *fazer a educação, de administrar a educação,* muito mais voltadas para os interesses individualistas que secundarizam o bem de todos. Por outro lado, as políticas públicas têm, nos textos legais, salientado a importância da gestão democrática da educação, sem, todavia, garantir, na efetivação destas políticas, a possibilidade de exercício desta prática. Dois focos de contraponto permeiam estas práticas, as políticas neoliberais em desenvolvimento no mundo e o espírito democrático que se desenvolve e constrói. (FERREIRA, 2000, p. 2)

Dessa forma, o sonho da autora é a superação do individualismo que considera ser rançoso, desumano e capaz de corroer pessoas, relações, a sociedade e os sonhos. O discurso democrático esconde práticas individualistas, possessivas e competitivas, atingindo inclusive a academia em que se manifesta de forma petulante e com muita agressividade como um festival de vaidades, que se opõe à desejada pratica de solidariedade humana, companheirismo e amizade. Assim, para o

seminário da ANPAE que se realizou em Itajaí em 2000, apresentou o trabalho intitulado “Trabalhamos juntos ou juntamos trabalhos”? “No qual discute o desafio a novos compromissos, verdadeiramente humanos, em nossas relações de trabalho, na educação como exemplo para os educandos que “pretendemos” formar e que, de uma forma ou de outra, estamos formando”. (FERREIRA, 2002, p. 69)

Em Lisboa “Tecnologia em Educação: estudos e investigações” foi o tema do X Colóquio da AFIRSE, realizado de 16 a 18 de novembro de 2000, No auge das “transformações que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, em conseqüência dos processos de globalização, afetando a sociedade mundial e o nosso país, quando o conhecimento e a tecnologia passam a ter não só um papel protagônico no mundo” (FERREIRA, 2002, p. 97), discutiu com colegas e alguns orientandos as propostas hodiernas da tecnologia e seus impactos no mundo e na educação. Escreveu com professores e colegas do mestrado e, escreveu para este evento “Tecnologia Educacional e Gestão da Educação: entre a utopia e a realidade” em que o tecido da análise tem como base, pesquisas que se alicerçam no pólo teórico e no pólo prático, apresentando reflexões orientadas em três direções chaves para a sua compreensão:

> 1 a utilização das tecnologias educacionais de informação e comunicação como um recurso pedagógico contribui decisivamente a gerar no educando uma consciência sobre a utilização destes recursos e de audiência que não existe quando se utilizam outros meios;
> 2 o papel do professorado e seu discurso em rede contribuem para gerar relações mais simétricas que em um contexto educativo tradicional;
> 3 a utilização das tecnologias de informação e comunicação constituem-se numa nova forma de conviver com o mundo que necessita se tornar mais humano, exigindo novas formas de intervenção que humanizem as relações. (FERREIRA, 2001, p. 365)

A autora entende que em relação às tecnologias quem vai fazer a diferença é o ser humano que poderá usar a sua criatividade para produzir bens e serviços e, poderá ou não construir uma relação criativa com os meios. Para isso, afirma,

> Há que reforçar a dimensão social da formação de cidadãos na escola e na sociedade. Para isto, faz-se necessário incorporar todas as tecnologias no referencial de metas educativas que levem em conta as dimensões política, ética, social, pedagógica e didática. Isto é, desenvolver nosso poder de crítica e de autonomia relativa, revalorizar a produção nos processos de aprendizagem, levando em conta que esta produção não é alheia às relações de saber e de poder nas instituições educacionais, reforçar a idéia de conceber, de criar, de fazer e pensar sobre o fazer e valorizar, tanto a produção como o produto. (...) Para tanto, não só a instrumentalização técnica é necessária, mas as finalidades e o compromisso ético-político de socializar o conhecimento e as informações na tentativa humana de tornar o mundo mais humano. Essa é, realmente, a verdadeira tecnologia que deve

> formar o profissional qualificado e competente para o exercício da cidadania. (FERREIRA, 2001a, p. 370)

Na mesma esteira de abordagem, mas, trabalhando a formação do professor, especificamente, examina a integração das tecnologias de informação e comunicação na perspectiva da escola, o papel do docente trabalhando na busca de apontar um futuro mais humano, usando para isso as TICs (Tecnologias da informação e Comunicação):

> A formação de professores para a integração da tecnologia na prática passa pela reflexão e pelo trabalho colaborativo de grupos e docentes que facilitem a elaboração de um modelo teórico e de aplicação sobre as mídias, baseado no conhecimento prático e de ação dos próprios professores, enquanto usuários e delineadores de mídias, que descobrem e experimentam seu potencial curricular. (....) As tecnologias ampliam a liberdade do indivíduo, ao mesmo tempo em que lhe apresentam problemas absolutamente novos como decidir sobre o modo de fecundação ou a que fonte recorrer para informar-se a respeito de certo tema. Portanto, o compromisso moral e político da escola é de formar cidadãos para que ocupem os novos espaços de liberdade participando no delineamento de seu destino. (FERREIRA, 2000b, p.587)

Neste sentido, a prática como finalidade da teoria, nos dias atuais, nunca foi tão necessária, e os desafios do contexto educacional brasileiro com a necessidade de formação de professores cada vez mais preparados para uma prática efetiva, com melhores condições de trabalho e salários, avaliados de forma sistemática criando condições para uma educação de qualidade para todos. (FERREIRA, 1999 a, p. 160)

Os estudos revelaram a urgência de olhar de forma séria para a formação como:

> A necessidade de uma formação mais crítica e estimuladora no convívio com a divergência e na prática cotidiana é salientada em vários resumos, assim como a necessidade da interdisciplinaridade, que aparece, a partir da fragmentação entre o pedagógico e o conteúdo específico, cuja superação exige trabalho compartilhado por diferentes áreas do conhecimento. Ora, ser crítico é saber-se limitado. É saber-se necessitado de ultrapassar os seus limites na compreensão da grandeza de cada um de nossos convíveres, com quem compartilhamos nossas formas de compreender e fazer o mundo e as nossas existências, diferenciadas e, por isso, ricas. (FERREIRA, 2001 b, p. 183)

A convite da Professora Dra. Mary Rangel da Universidade Federal Fluminense e, “compreendendo supervisão como intérprete do significado das políticas e da gestão da educação, assim como das práticas pedagógicas, escrevi, um texto que denominei Supervisão Educacional: novas exigências, novos conceitos, novos

significados". Trabalho em que explica os conteúdos da supervisão, especialmente os que abordam:

> ♦ à *política* - coordenação da interpretação/implementação e "coleta" de subsídios para o desenvolvimento de novas políticas mais comprometidas com as realidades educacionais;
> ♦ ao *planejamento* - coordenação, construção e elaboração coletiva do projeto acadêmico/educacional, implementação coletiva, coordenação da "vigilância" sobre seu desenvolvimento e necessárias reconstruções;
> ♦ à *gestão,* - coordenação, propriamente dita, de todo o desenvolvimento das políticas, do planejamento e da avaliação – projeto acadêmico/educacional – construído e desenvolvido coletivamente;
> ♦ à *avaliação* é a análise e julgamento das práticas educacionais em desenvolvimento a partir de uma construção coletiva de padrões que se alicercem em três princípios/posturas intimamente relacionados: a avaliação democrática, a crítica institucional e criação coletiva e a investigação participante e contínua;
> ♦ a todos estes elementos – estudar muito e continuadamente, individual e coletivamente, discutindo conceitos e formas de elaboração prática de estratégias de ação pedagógica.
> Percebe-se que outras exigências e outros compromissos se impõem a supervisão educacional que passa a construir um outro perfil de atuação com outras competências. Por isto, entendo que esta compreensão da supervisão enquanto prática profissional do pedagogo como trabalho que se desenvolve no movimento de interpretação/subsídio de políticas públicas e de coordenação/organização/controle das práticas profissionais que se desenvolvem num âmbito escolar/educacional, não se apoia no modelo de ciência que a gerou, mas no modelo da ciência histórica que lhe fornece o sentido e a destinação. (FERREIRA, 2000e, p. 89)

Neste trabalho utiliza as categorias - política, planejamento, gestão e avaliação, anteriormente pesquisadas pela autora na ANPAE, reexaminando-as à luz da compreensão sobre a supervisão educacional, assim como a orientação educacional e as outras formas de trabalho, ou seja, é a administração da educação em ação, com novas exigências e compromissos para que a "humana lida" resulte em um mundo mais humano. Neste sentido, Ferreira (2002, p. 75) escreve:

> Como educadora, dediquei-me a entender o que é a verdadeira educação para uma verdadeira humanidade que deve existir em cada pessoa. Como educadora, sonhei e sonho com um mundo mais humano onde reine, efetivamente, a paz, a alegria e a felicidade para todos. Utopia? Talvez. Mas, sim, uma verdadeira utopia de quem acredita que o futuro está em nossas mãos. O futuro é feito fermentado com o mal-estar da falta, mas também com esperança de superá-la, que se constitui num desafio, no qual investimos nossos esforços com prazer e riscos.

A autora mostra a possibilidade de um novo jeito para vencer os desafios do mundo em constantes e rápidas transformações, pelo caminho da superação, de buscar sempre sem nunca desistir do sonho que a acompanhou em toda a sua vitoriosa trajetória de vida. Com seu exemplo de mulher lutadora mostrou que o trabalho e o conhecimento emancípa a mulher e pode emancipar todo um povo que

acredita e luta por dias melhores neste mundo complexo e excludente que vivenciamos no presente.

Continua trabalhando na UTP como pesquisadora e professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação, legado construído na instituição porque enquanto coordenadora criou o mestrado e posteriormente o doutorado em educação. Os dois programas hoje são referência na pesquisa em educação e figuram no cenário nacional com nota 5 da Capes, ou seja, entre os melhores do país.

3 A EDUCAÇÃO E O MODO DE SER DO TRABALHO

> Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência (Marx, Karl).

O desenvolvimento do capítulo três situa o trabalho e a educação no mundo contemporâneo na perspectiva da sociedade articulando o pensamento crítico de Ferreira com a realidade social em que desenvolve o seu pensamento. Neste horizonte de análise a autora enfatiza que seus textos estão articulados através de "uma totalidade temática porque tem um fio condutor que perpassa todas as reflexões expostas" e segue sua reflexão explicando que seus objetos de investigação analisados durante toda sua vida de pesquisas acadêmicas mantém a perspectiva de se avançar nos estudos de "algumas importantes determinações da formação humana". (FERREIRA, 2017, p. 12)

Neste solo de investigação, segue suas análises afirmando que suas produções contêm interações entre o todo e as partes, destacando as interações que se tornam inevitáveis "como dimensões de um mesmo objeto de investigação mais amplo – Políticas públicas e Gestão da Educação – na perspectiva da relação trabalho/educação". (FERREIRA, 2017, p. 12)

Nas produções da autora pode-se identificar na relação estabelecida entre trabalho e educação, a aproximação de seus escritos com os seguintes temas: o trabalho na fábrica e a educação do trabalhador; a desigualdade e humanização; o trabalho como fator de humanização; a utopia do estado de bem-estar social e as novas configurações do trabalho. É nesse cenário que se move o pensamento de Ferreira procurando revelar o discurso vigente e demonstrar a exploração, a exclusão social, a miserabilidade, a concentração de riqueza nas mãos de poucos e a

possibilidade de pelo conhecimento poder superar este aprisionamento em que a grande maioria da população encontra-se acorrentada.

Ferreira destaca em suas pesquisas a luta para que as classes menos abastadas possam ter melhores condições de vida pela tomada de consciência que o conhecimento pode oferecer. Mais afinal que cenário de luta é este? É o cenário social presente na realidade brasileira e em grande parte do mundo, em que o individualismo e o ódio são maximizados e produzem uma escalada da violência jamais vista no mundo. A seguir são colocados em evidência alguns dos aspectos desse cenário social nada animador, a partir de autores com os quais Ferreira estabelece proximidade de pensamento e ou colaboração nas pesquisas.

3.1 A EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR NA FÁBRICA MODERNA

No mundo hodierno educação e trabalho se apresentam como problemas fundamentais a serem elucidados principalmente se o objetivo for o de buscar incessantemente a compreensão do papel da educação e da escola na sociedade. Por isso é de fundamental importância pesquisar o funcionamento das relações de trabalho nas modernas fábricas capitalistas. Para Ferreira as pesquisas de Kuenzer são indispensáveis para a compreensão do que vem ocorrendo no mundo do trabalho. Para a autora, a reflexão sobre o trabalho está presente em suas análises e a contribuição de Kuenzer faz parte deste estudo porque é referência presente nos trabalhos da autora. Ferreira (2002) destaca a importância da pesquisa sobre o tema Educação e Trabalho que estudou e depois trabalhou juntamente com a Professora Acácia Kuenzer e desenvolveu importantes pesquisas que demonstram a exploração da força de trabalho no interior da fábrica capitalista. Em estudos na UFPR eram discutidas as formas de dominação a que eram submetidos os trabalhadores no processo produtivo.

Nesta perspectiva Kuenzer (2002, p.11), em um período de três meses conviveu cotidianamente junto com os trabalhadores na chamada empresa X. Esta empresa figurava como uma das mais avançadas empresas capitalistas da época. Por isso, a indagação: de que maneira a fábrica capitalista educa o trabalhador? A autora então responde com base em Marx e Engels que já apontavam na Ideologia Alemã e retomando em O Capital, a afirmação de que:

> O homem se educa, se faz homem, na produção e nas relações de produção, através de um processo contraditório em que estão sempre presentes e em confronto, momentos de educação e de deseducação, de qualificação e de desqualificação e, portanto, de humanização e de desumanização. (KUENZER, 2002, p. 11)

Assim, da mesma forma em que o objetivo é a educação do trabalhador que vende a sua força de trabalho como mercadoria, também é submetido à dominação do capital. Contudo, quando o trabalhador se torna esclarecido poderá de alguma forma enfrentar estas formas de disciplinamento e é forçado a rever os seus modos de ação e com isso se criam novas formas de dominação.

Porém pergunta-se: quem é esse trabalhador? Como ele está sendo educado? Por quem e para quê? O cenário onde estas respostas podem ser encontradas é no trabalho concreto no seu próprio movimento de acontecimentos, ou seja, no chão de fábrica capitalista. Ferreira e Kuenzer explicam de forma significativa a respeito da exploração do trabalhador e por isso veem na práxis do mundo do trabalho, no processo produtivo, o lócus em que pode nascer o gérmen da resistência contra a exploração e daí emergir uma espécie de desalienação dos trabalhadores.

A respeito da exploração da força de trabalho Marx (1985, p. 143) diz:

> O limite último ou o limite mínimo do valor da força do trabalho é constituído pelo valor de uma massa de mercadorias, sem cujo suprimento diário o portador da força de trabalho, o homem, não pode renovar o seu processo de vida, sendo, portanto, o valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. Se o preço da força de trabalho baixa a esse mínimo, então ele cai abaixo do valor dela, pois assim ela só pode manter-se e desenvolver-se em forma atrofiada. Mas o valor de cada mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para fornecê-la com sua qualidade normal.

Assim Kuenzer (2002) cita Marx para demonstrar a exploração da massa trabalhadora a níveis de subsistência mínima, pois os trabalhadores sem possuir capital apenas têm sua própria força de trabalho para oferecer aos donos do capital. Nota-se aí a divisão de classes entre ricos e pobres em um sistema que precisa ser superado como apontado por Marx na *Contribuição à crítica da economia política.* No prefácio à pedagogia da fábrica Kuenzer (2002, p. 8) fala sobre o papel da escola e demonstra como não cair no idealismo, como a escola pode tratar do campo do conhecimento de acordo com a realidade que se apresenta e dos desafios a serem superados para poder enfrentá-la, a partir de Marx na terceira tese sobre Feuerbach observando que:

> Indiscutivelmente, a escola tem um papel preponderante a desempenhar na viabilização do difícil salto do senso comum a consciência filosófica. Mas este trabalho não se encerra aí: é preciso discutir como exercer processos

> pedagógicos intencionalmente dirigidos à formação desta consciência nas demais instâncias superestruturais que desempenham esta função. Para tanto, é preciso aprofundar o conhecimento acerca de como hoje estas instâncias, particularmente os sindicatos e as empresas estão trabalhando esta formação, no sentido oposto de seus próprios projetos; aprofundar a compreensão dos projetos pedagógicos embutidos nos novos paradigmas de gerência e nas novas formas de organização do trabalho; identificar espaços e metodologias adequados à educação do trabalhador no sentido do seu projeto hegemônico. Enfim é urgente avançar, para não mais se ouvir, em futuro próximo, a queixa angustiada dos poucos trabalhadores que, conscientes de sua situação de classe, lutam pelos direitos de uma categoria desmobilizada e desinformada, que continua achando que ter emprego, salário, benefícios, condições de trabalho é dádiva, e não conquista, é benesse, e não direito.

E o trabalho educacional está de fato comprometido com o seu papel em busca de superação do senso comum ou, apenas quantitativamente sendo avaliado a partir de índices para prestar contas ao Banco Mundial. Nota-se que a qualidade vem deixando a desejar e assim, precarizando a formação dos profissionais da educação, da estrutura física das escolas e da educação escolar em sua totalidade.

Assim, nesta forma desigual de sociabilidade capitalista reside a desigualdade e a presente luta de classes, portanto não se pode esperar de cima mudanças significativas na escola e sim aprofundar o debate para que as melhorias ocorram no chão da escola e que esta possa ser a mola propulsora da superação dos atrasos rumo à uma consciência de classe capaz de lutar pela emancipação fazendo valer os direitos do trabalhador e não as chamadas benesses capitalistas.

Ferreira explica que o trabalho mudou muito com as novas tecnologias e hoje urge repensar as formas de trabalho que se apresentam e por isso faz considerações significativas, na perspectiva de compreender a acirrada corrida em busca de trabalho e porque tanta dificuldade neste mundo atual, e assim escreve,

> Na mesma escala em que ocorre a globalização do capitalismo, considerada um processo civilizatório, verifica-se a globalização do mundo do trabalho. No âmbito da fábrica global, criada com a nova divisão internacional do trabalho, e da produção e dinamização do mercado mundial, amplamente favorecidas pelas tecnologias eletrônicas, colocam-se novas formas e novos significados para o trabalho, gerando o nãotrabalho, fato este que vai exigir novas compreensões e responsabilidades sobre o uso e o rumo decisivo de todos os avanços da ciência e da tecnologia na formação de profissionais em geral, de profissionais da educação e na formação para o exercício da cidadania. Portanto, novas prioridades impõem-se para novas políticas e, em especial, para a gestão democrática da educação comprometida com a qualidade da formação humana. (2004, p. 1227)

Kuenzer (2002) retoma Marx para demonstrar que o capitalismo ao se tornar hegemônico dita as regras e os trabalhadores apenas obedecem, trata-os como uma

matéria prima que comprou no mercado de forma desumana, sem sentimentos, e explica:

> Não é pela transformação das consciências que se transformam as circunstâncias. Pelo contrário, a transformação só ocorrerá quando houver coincidência entre a transformação das circunstâncias e a transformação das consciências. O capitalismo, empurrado pela força das suas próprias contradições, vem transformando as circunstâncias a favor de seu projeto hegemônico, e com isso, fazendo a seu modo a concepção do mundo dos trabalhadores. (2002, p.8)

Neste caso, a força da grande massa trabalhadora se cala por não ter consciência clara de sua capacidade de transformação e, aceita o projeto capitalista e legitima a exploração quando aceita a determinação da concepção de mundo hegemônica imposta pelo capitalismo vigente. Nota-se a necessidade do compromisso político, na busca de quebrar esta concepção de exploração ampliando as possibilidades de emancipação dos trabalhadores por meio da educação construindo um projeto de hegemonia dos trabalhadores. Esta construção poderá acontecer com homens fortes, conscientes e que lutem de forma coletiva para poder garantir os seus direitos participando unidos em busca de seus direitos. (FERREIRA, 2006)

Kuenzer (2002) a respeito do trabalho apresenta as críticas feitas em relação a economia política burguesa bem como as suas derivações, onde, o trabalho é apresentado de forma fragmentada, heterogerido e responsável pela qualificação do trabalhador. Tomando-se como pressuposto que a produção capitalista é ao mesmo tempo produção e reprodução das “relações capitalistas de produção” se torna indispensável encontrar no próprio sistema produtivo a maneira de educação do trabalhador. Por isso, a história da formação do trabalhador na sociedade capitalista é a história de sua desqualificação. Nas obras dos economistas burgueses isto permanece encoberto apenas mostrando o discurso da qualificação como resultado do avanço do capitalismo.

Kuenzer (2002, p. 32) citando Marx “remonta ao surgimento da produção capitalista como um modo peculiar de produção, caracterizado por determinadas relações de produção que trazem, como um dos resultados, a exploração do trabalho humano e a sua alienação”.

Daí resulta que o trabalho considerado essência do homem se transforma na prática em uma relação antagônica entre o operário e o capitalista. A alienação

acontece no plano subjetivo no qual o homem não se reconhece em seus produtos e nem em sua atividade produtiva sendo também os demais homens desta relação concebidos como seres estranhos. Mas, a alienação tem determinado conteúdo objetivo que se caracteriza na pobreza material e espiritual contrastando com a riqueza, pois o trabalho alienado além de produzir mercadoria produz também a força de trabalho como mercadoria e, dessa forma o produto do trabalho é apenas puro meio de subsistência. Portanto, pode-se dizer que o homem realiza um divórcio entre essência e existência nessa sociedade capitalista. A proposição é que a essência humana se defina pelo trabalho criador de maneira que o homem se reconheça nos produtos e na atividade humana bem como nas relações estabelecidas em sociedade. Contudo, isso seria a superação do capitalismo.

Porém, mesmo diante da alienação o homem está na práxis e na história, onde ambas permitem negar o trabalho alienado e conquistar o trabalho criador como o ponto de partida na busca de construir novas relações para um mundo mais humanizado. Não ocorre sem contradição como explica Marx (1985) que o trabalho assume a forma de mercadoria com duplo caráter: dispêndio de força humana de trabalho e dispêndio especial que produz valores de uso. Para o capital interessa o trabalho na forma de mercadoria produzida pelo trabalho social que é o conjunto dos trabalhos particulares. Estes trabalhos concretos atuam como partes do trabalho social pelas relações de trocas realizadas entre os produtos.

Considerando-se a produção e apropriação do saber como mediação na luta de classes, aparece o processo de afirmação e de negação do saber ao operário de acordo com os interesses do capital. Pela contradição o capital de um lado exerce dominação controlando o saber e por outro se utiliza do mesmo como força produtiva.

Entretanto, na elaboração do conhecimento os homens são tomados na sua atividade real, não isolados e em seu próprio trabalho. Por isso o saber inexiste de forma autônoma ele é uma síntese das relações sociais estabelecidas pelos homens na sua prática produtiva e em momento histórico determinado. Por isso, “O trabalho compreendido como todas as formas de atividade humana pelas quais o homem apreende, compreende e transforma as circunstâncias ao mesmo tempo em que se transforma é a categoria que se constitui no fundamento do processo de elaboração do conhecimento”. (KUENZER, 2002, p. 183)

Assim, o conhecimento é produzido socialmente nas relações de trabalho e, trabalhando cotidianamente o operário também aprende, ao produzir desenvolve a capacidade de resolver problemas dentro do espaço da fábrica e com isso também adquire saber gestado na contradição pela própria empresa capitalista. Este saber em sua concretude é formado por um conjunto de explicações e formas de ação que ajudam o operário no enfrentamento do controle do capital aprendendo a se organizar, reivindicar e lutar por seus direitos de cidadão. "É justamente por reconhecer que o operário elabora e detém um saber que, em certa medida, tem poder explicativo e transformador da realidade e, portanto, tem caráter revolucionário, o que o capital precisa negar". (KUENZER, 2002, p. 184)

Do ponto de vista da classe dominante o saber produzido pelo trabalhador não tem o mesmo valor do saber teórico por resultar do trabalho prático e não intelectual. Assim, a teoria e prática são inseparáveis e nisso reside a falsa justificação do capital ao reduzir o trabalho do operário apenas a trabalho manual. Contudo parar a análise aqui seria supor que o conhecimento do operário é o mesmo da burguesia e, de certa maneira o é, mas depende do ponto de vista, pois parece residir na função que cada classe ocupa no processo produtivo e nisso há uma desvantagem da classe dominada em relação à burguesia, por não ter o monopólio dos instrumentos teóricos metodológicos que favorecem a dominação. Então, existe o saber dominado em razão da exploração a que é submetida a classe operária. É nesta contradição que existe a possibilidade de a classe trabalhadora construir a ciência revolucionária e desafiar a dominação. (KUENZER, 2002)

Contudo, existe uma limitação no pensamento burguês por inviabilizar a dimensão da totalidade na fragmentação e autonomização das partes que se imobilizam e se sobrepõem ao real. Por isso, os dominados precisam superar a imediaticidade captando a totalidade concreta e dinâmica como um momento do conjunto social em seu processo histórico. "Para a burguesia é impossível fazê-lo, na medida em que seu método resulta do seu ser social, aparecendo a imediaticidade como limite intransponível". (KUENZER, 2002, p. 188)

De outro lado, para os operários existem possibilidades e limites para a superação, compreendendo que esta pode se dar na experiência da atividade prática do trabalho. Logo, percebem-se limitações pertinentes às duas classes sociais: a burguesia não consegue superar a imediaticidade do empírico para alcançar a

totalidade e o proletariado mesmo tendo a teoria e prática não alcançam a totalidade pela “expropriação do instrumental teórico-metodológico a que tem sido historicamente submetido”, pois para isso é necessário que o trabalhador se aproprie do saber socialmente elaborado. (KUENZER, 2002, p. 188)

Outro limite do proletariado surge da venda da força de trabalho como um objeto e não como um sujeito histórico e produtor de saber, mas esse limite que transforma o trabalho dos homens em mercadoria pode favorecer o emergir da consciência revolucionária a partir da atividade produtiva. Contudo isto não acontece espontaneamente e é por meio do processo educativo, concreto e contraditório, presente de modo amplo nas relações sociais que esta consciência poderá se concretizar.

Nesse sentido Kuenzer (2002, p. 189) aponta que:

> Controlando o acesso ao saber e dificultando sua aquisição em outras instituições, a fábrica pretende formar e manter um corpo coletivo tecnicamente qualificado na medida exata das suas necessidades, e politicamente submisso e disciplinado. Esse controle é fundamental para a manutenção das relações de dominação, na medida em que a qualificação é um poder que o operário exerce em seu trabalho, e que pode trazer problemas ao patronato. Por outro lado, a desqualificação se reveste de conteúdo político na medida em que, pelo esvaziamento do conteúdo do trabalho e pela automatização, isola os operários e dificulta a sua organização. (KUENZER, 2002, p. 189)

Na perspectiva de superar os limites acima citados Kuenzer (2002) argumenta que os trabalhadores aspiram ao “saber teórico” que pode ser acessado na escola, aparecendo como a instituição a lhes oferecer o saber social negado na fábrica. Assim poderão compreender melhor o mundo que os rodeia e melhorar a sua condição de vida. Os trabalhadores concebem a escola como o lócus de democratização do saber. No entanto não parece ser esta, historicamente, a função da escola burguesa que exerce a função de reprodução por meio da exclusão e da baixa qualidade de ensino para os que vivem do trabalho. No entanto, a escola é importante para o trabalhador e seus filhos por ser a alternativa concreta de acesso ao saber teórico, porém ainda um saber burguês, mas é deste saber que um novo mais adequado à classe trabalhadora pode emergir. A proposta escolar precisa ultrapassar os limites para alcançar uma dimensão política capaz de levar o trabalhador à compreensão da história e dos limites de sua prática, mas ao mesmo tempo demonstrar a sua articulação com as relações de produção podendo dessa forma transformá-las.

Kuenzer (2002) explica que é preciso lutar para superar a desqualificação que só interessa ao patronato e buscar a alternativa fundamental que é a sua qualificação para o mundo do trabalho. Para o trabalhador o domínio do conteúdo do trabalho significa poder e força para negociar melhores condições de trabalho e de salário. Assim, criam-se espaços para a discussão, argumentação e reivindicação que em parte recuperam o domínio sobre a sua prática mesmo ainda estando alienado do produto de seu trabalho.

Esta análise parece uma ótica simplificada e fragmentada do trabalho, se o proletariado conhece o processo em sua totalidade, domina a máquina e os princípios de seu funcionamento o que lhe permite dirigir o trabalho e não ser dirigido pelo mesmo, concretamente o trabalhador está garantindo para si a possibilidade de ter conhecimento para se valorizar. O objetivo neste caso é buscar a emancipação, através do conhecimento do processo de trabalho na sua totalidade. Como este é muitas vezes negado na exploração da força de trabalho cabe à escola que deve repensar a sua relação com o mundo do trabalho, realizando uma leitura da realidade concreta e por isso mesmo toma o trabalhador concreto na sua prática, no seu saber, nas suas experiências e necessidades. Assim “intelectuais e trabalhadores precisam reinventar, no fazer, a educação”. (KUENZER, 2002, p. 197)

Desse modo, o trabalhador poderá ser capaz de ver a sociedade como uma totalidade histórica e concreta e, a partir de sua práxis poder transformá-la. Por isso, não basta ser preparado tecnicamente e sim se educar para ser governante, E isso implica o acesso à uma educação pública e de qualidade que vem sendo negada de diversas maneiras para o aluno trabalhador. O ideário presente aqui é o de uma escolarização mínima e precária para melhor poder dominar as massas e mantê-las afastadas de seus direitos, e principalmente desmobilizadas. (KUENZER, 2002)

É uma das táticas do neoliberalismo que aposta na retirada de direitos dos trabalhadores e em um estado mínimo para poder fazer o que quiser para aumentar a lucratividade às custas da exploração da força de trabalho e desvalorização da mão de obra. Ferreira (2017) explica esta desvalorização e o aumento do desemprego porque vem denunciando o aumento das desigualdades, da concentração de renda para os mais ricos no mundo, gerando miséria e fome a um exército de trabalhadores desempregados no mundo. Urge um repensar de todos, homens e mulheres para superar esses desafios.

Na ótica de Kuenzer (2002, p. 199) afirma que é um imperativo:

> Encontrar formas viáveis para enfrentar concretamente a questão da educação do trabalhador que é cidadão, aproveitando as contradições que o processo pedagógico capitalista apresenta e tentando romper com o seu círculo de dominação, é uma tarefa política da maior relevância, a ser assumida coletivamente pelos trabalhadores e pelos intelectuais comprometidos com seus interesses.

Este “novo fazer pedagógico” significa o resultado de um conjunto de lutas, reivindicações por meio da pressão exercida pelos trabalhadores em um processo lento e contínuo presente no interior das unidades produtivas e em cada escola pelo esforço de trabalhadores e intelectuais unidos para gestar um novo modo de produção que possa significar a liberdade das massas trabalhadoras. É uma dura luta por se tratar de uma difícil conquista que implica na superação da alienação e, por estar diretamente na frente de trabalho o trabalhador é o único que poderá gestar no chão da fábrica o gérmen da superação da exploração que é o modo capitalista de produção.

Dessa maneira, as mudanças no modo de produção capitalista no mundo lançam também novas exigências sobre a formação do trabalhador. O capitalismo inaugura um novo padrão para a acumulação a partir da globalização da economia e da reestruturação produtiva, determinando novas formas de relação entre o Estado e a sociedade. Estas novidades nas relações produtivas fazem compreender que as mudanças e exigências de maior qualificação do trabalhador acontecem apenas nos níveis mais elevados da produção não alcançando as camadas mais pobres dos trabalhadores que devido à fragmentação do trabalho com pouco treinamento e formação é suficiente para desempenharem suas funções. Daí decorre uma maior exploração da força de trabalho e com isso aumento dos lucros que é objetivo do capitalismo vigente. E a maioria dos trabalhadores, sem ensino superior, ficam à margem da qualificação e por isso a mais explorada. (KUENZER, 2002)

Esta exploração também aponta na direção da desarticulação da organização dos trabalhadores faz aparecer a contradição entre o burguês capitalista e aqueles que vivem do trabalho. Nota-se que diferenciando as exigências de formação para os trabalhadores estes terão maiores dificuldades em se organizar para enfrentar, como classe trabalhadora, os desafios para amenizar a exploração. Neste caso há o interesse do capitalista porque a característica do capital reside em extrair o máximo de lucratividade da força de trabalho e se esta for mais esclarecida isto se torna mais

difícil, então o combate à alienação neste caso é de fundamental importância para os trabalhadores conquistarem avanços.

Para Ferreira (1989, p. 13) estas mudanças no processo produtivo vão dar origem a formas de exploração mais sofisticadas como a gerência, uma forma de mostrar o “antagonismo entre aqueles que executam o processo e os que se beneficiam dele, entre os que administram e os que executam”. Aparentemente a divisão do trabalho é uma característica inerente do trabalho humano, contudo a sua fragmentação em pormenores destrói esta característica e torna o trabalhador inapto para acompanhar a totalidade de um processo de produção. Esta forçada e caótica divisão do trabalho realizada no capitalismo confere mais valor ao técnico do que ao humano, implicando a perda da totalidade para o trabalhador. Mas em educação seria isso possível? A argumentação é que no sentido da emancipação humana isso não é possível. Este adestramento de corpos para o trabalho dividido somente serve para a alienação do trabalho, é o destaque para técnico em detrimento do humano.

Para Ferreira (1989, p. 15) a separação entre trabalho intelectual e trabalho de execução resulta em esforço sobre humano,

> A separação entre concepção e execução, isto é a mudança assinalada na composição ocupacional dentro das empresas e do chamado “mercado de trabalho” é outra conseqüência da revolução técnico-científica – o que reflete uma necessidade cada vez maior de os indivíduos ascenderem na pirâmide burocrática, em busca de melhores status, melhores condições de vida e melhores salários, levando-os a esforços super-humanos, procurando cursar níveis de estudo mais elevados, que possam garantir uma oportunidade de concretizarem suas aspirações.

Nota-se aí uma forma de baratear a mão de obra oferecendo cursos mais rápidos e menos qualificados e deixando a execução para o especialista preparado para gerenciar o trabalho de todos e ainda torná-lo lucrativo. Neste caso como o educador pode romper com este reducionismo e recuperar a sua identidade para se libertar e emancipar-se?

A esse respeito, em busca de alternativas frente às mudanças no trabalho, Ferreira propõe repensar e redefinir o educador e que para isso não existem ainda respostas prontas e mesmo que existissem seria como negar a possibilidade dialética, a práxis. “Urge repensar e redefinir a educação e a formação do educador. Democratizar a educação como um ato político, assumido e consciente, participativo e real é o meu repensar”. (1989, p. 15)

Assim, Ferreira na análise demonstra a articulação necessária entre o trabalho, a educação e a formação que mantém entre si uma relação de interdependência no cenário real da sociedade. É este o cenário real em que a autora lança seu olhar para analisar a sociedade, a educação, a gestão da educação, as políticas públicas e a formação dos profissionais da educação, formando o tripé de análise da pesquisadora, que vai se modificando e adquirindo novos contornos a partir do momento em que a sociedade oferece novos caminhos para a pesquisa.

Contudo Ferreira adverte e apresenta o contexto do atual mundo do trabalho escrevendo e realizando uma abordagem crítica sobre o cenário vigente, aliás nada animador por se apresentar como um período de crise do capital, retirada de direitos sociais e, por se caracterizar em diversas formas de exploração da massa trabalhadora pelo capitalismo mundial e sua nefasta investida neoliberal sobre os direitos dos trabalhadores. O foco de análise da autora revela significados e possibilidades para que as pesquisas educacionais possam avançar neste cenário de lutas e desigualdades promovidas especialmente pelo neoliberalismo no campo educacional. Aborda-se em suas pesquisas este palco real concreto, o trabalho do qual se ganha com muito suor o sustento da vida, no qual a autora tece suas produções críticas nas idas e vindas para de forma dialética explicitar o seu objeto de pesquisa.

Ferreira (2002) discorre sobre como o ser humano luta para produzir a sua existência, explica que do trabalho e da formação nasce a consciência da práxis, ou seja, aquele homem que, por força da reflexão sobre si próprio, se reconhece limitado, é quem está mais próximo de se realizar na vida, se aproxima de fato da perfeição. Segue a autora, afirmando que o tecido do saber, a ciência e o trabalho na vida só pode ser reforçado quando pela teoria pode-se ter consciência da realidade que por esta é elucidada, esclarecida. Assim, o pensar, o sentir e o agir são unidos para enfrentar e construir o que é necessário para que a vida possa ter sabor e alegria ainda que sofrida pela luta diária pelos objetivos traçados e, principalmente pelo que se acredita, dando desta forma um sentido para a vida. A autora acredita que o trabalho pode realizar a vida e dar alegria a vida e em especial o trabalho com a educação é um deleite para o espírito que não perece e permanece eternamente.

Enfatiza, com a maestria que lhe é singular em seu profissionalismo, a doçura de ensinar,

> Ser educadora é bordar o tecido da vida com os conteúdos do saber e da energia do afeto que constrói seres humanos repletos de possibilidades. É reconhecer-se limitada na completude da convivência, do estudo e da vida. É ter consciência de que seu trabalho consiste em formar seres humanos que descubram, através de sua mediação, o verdadeiro sentido da vida e da humanidade. (FERREIRA, 2002, p. 43)

Nota-se aqui a preocupação do pensamento de Ferreira com o que é humano e que está sendo destruído pelas formas capitalistas de exploração no atual mundo do trabalho. Propõe o trabalho como realização humana e não alienação e exploração da força de trabalho. Em suas palavras sempre com muito sentido para a vida, procura demonstrar como o conhecimento é o caminho para ressignifcar a vida para que esta seja usufruída de forma digna por homens e mulheres deste mundo. Apesar das adversidades, da exploração e da violência que a sociedade tem vivenciado nos últimos tempos, há em seus estudos a esperança de um mundo mais justo, humano no qual o grande objetivo da felicidade para todos possa ser alcançado.

3.2 O MUNDO DO TRABALHO E A EDUCAÇÃO

No cenário de mudanças Ferreira (2018) afirma que o trabalho é maravilhoso porque concretiza sonhos na vida das pessoas, mais adverte que não é este trabalho que se faz presente na exploração do capitalismo que promove a vida humana. Assim critica com razão os rumos que o capitalismo vem dando ao trabalho assalariado no mundo hodierno e assevera que o trabalho na sociedade capitalista toma novos contornos na economia mundial.

Ferreira mostra que em analise histórica Harvey (2003) aponta para o que ele denominou de uma estratégia entre economia e política, que fez surgir o Estado de Bem-estar Social. Com o aumento da produtividade surge a necessidade de promover o aumento da demanda no consumo por meio do pleno emprego, mais renda e direitos sociais. O acesso ao consumo eleva a condição econômica dos trabalhadores e arrefece a luta de classes.

Explica que na mesma esteira Antunes (1995), mostra que esse esquema funcionou durante certo tempo como um artifício justificador da organização do trabalho e da vida, sobre o metabolismo social do capital, mediados pela intervenção do Estado. No entanto, como indica Mészaros (2002) com a crise de 1973 surge a

necessidade de se criar novas formas de organizar a produção e garantir a funcionalidade do sistema e o metabolismo social do capital.

Ferreira aponta que as mudanças ocorridas no sistema capitalista ao longo do século XX, confirmaram as previsões clássicas de Marx (1987) sobre a tendência histórica de diminuição na taxa de acumulação do capital. Apesar das inúmeras crises que marcaram a vida do capital é notória conforme ressalta Adorno (1995) sua capacidade de utilizar o aparato técnico e ideológico para incrementar a produção e evitar a bancarrota total. As crises cíclicas e os novos rearranjos do capitalismo indicam o quanto as relações de produção podem ser dinâmicas e elásticas.

A autora explica que a necessidade intrínseca de acumulação do capital exige a implementação de novas relações produtivas o que provoca o desgaste do paradigma fordista/taylorista e do welfare state. No limite, as conquistas alcançadas nos anos dourados, em termos de direitos sociais e trabalhistas se tornaram empecilhos a serem superados no sentido de fortalecer o poder do capital frente a organização dos trabalhadores. Os direitos agora incomodam porque os capitalistas detentores do grande capital estão ávidos por maior acumulação.

Apresenta de acordo com Anderson (1995) o que essa nova conjuntura engendrou, ou seja, a ideologia neoliberal que rapidamente articula seu discurso culpando o Estado de Bem-estar social pela recessão e crise do emprego. A reorganização da produção econômica com base nos avanços técnicos e científicos e a propagação de novos valores e comportamentos ajudaram a criar uma nova cultura social capaz de convencer os trabalhadores a aceitarem sacrifícios para o bem comum de toda sociedade. Lessa (2000) observa que é nessa etapa que o capital buscará no setor financeiro e especulativo uma alternativa ao sistema de acúmulo tradicional pela exploração da mais valia. Ao analisar estas mudanças, Chesnais (1996) argumenta que muito mais que um processo de globalização o que estaria ocorrendo é a mundialização do capital. Articulado pelas grandes empresas com o objetivo de impor às economias locais de seus próprios países e, dos países em desenvolvimento, novas formas de flexibilização da produção e das relações de trabalho.

A base produtiva da indústria tradicional sofre profundas modificações com a incorporação da automação, da robótica, da telemática e da microeletrônica. Tal realidade é denominada por (HARVEY, 2003, p. 140) de acumulação flexível.

> A acumulação flexível, como vou chamá-la é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores, como regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões então subdesenvolvidas.

Na ótica de Ferreira e Sob as exigências desse novo regime, toda cadeia produtiva passa por um processo de reestruturação, assumindo sua forma mais acabada no fenômeno do Toyotismo. Originário na indústria automobilista do Japão, trouxe um conjunto de novas medidas que, segundo Antunes (2001, p. 230) visa uma nova forma de organização da gestão e da produção com vistas ao atendimento do consumo por demanda uma vez que o trabalho operário em equipe e a flexibilidade nas funções, visando à intensificação da exploração da força de trabalho, melhor aproveitamento do tempo, estoque mínimo e terceirização de parte da produção. É na verdade a ampliação da exploração para gerar mais lucros à custa do trabalho humano.

O pensamento de Ferreira em relação às novas articulações do capital encontra eco em Mészáros (2002) explicando que a nova configuração do capitalismo foi além de uma resposta às suas crises cíclicas, pois acabou promovendo a subsunção real da vida social ao capital. Cria-se um cenário marcado pelos imperativos da flexibilização, da desregulamentação do mundo do trabalho e a total mercantilização dos direitos da cidadania.

Quando se analisa o novo cenário, observa-se que está em curso, um processo de precarização do trabalho em todos os níveis e áreas, onde esta se tornou a estratégia central do capital em contraposição aos desafios da competitividade crescente. “Começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização (...) consequências necessárias em favor da competitividade”. (CASTEL, 1998 p. 516)

Ferreira (2000) argumenta que além de se tratar de mudanças estruturais, surge uma nova cultura questionando a sociedade salarial e ameaçando a funcionalidade da coesão social. E ainda, esta forma de atuação do capitalismo afeta diretamente a educação em especial o ensino público, que sofre com a falta de

estrutura física, recursos e precarização do trabalho dos profissionais da educação. Assim, sem considerar seriamente estas determinações, exigem qualidade que pode ser verificada nas novas exigências de resultados através de avaliações quantitativas e externas à realidade educacional de cada instituição de ensino.

Ao analisar as mudanças na sociedade, Anderson (1995, p. 11) faz um balanço mundial sobre as políticas neoliberais mostrando que o Estado precisa ser forte principalmente "em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas". É a manifestação do neoliberalismo atacando com todo o seu potencial os direitos dos trabalhadores.

Historicamente, as mudanças na sociedade e na economia tiveram profundos impactos na América Latina. Para Gentili (1996) as mudanças ocorridas tiveram como mola propulsora as políticas neoliberais. Ao estudar as mudanças sócio históricas na sociedade brasileira o autor ressalta o que significou o governo de Fernando Henrique Cardoso do ponto de vista sociológico, como um governo neoliberal que provocou o agravamento das condições sociais da classe trabalhadora, realizando privatizações, mudanças constitucionais que colocaram o Brasil numa condição de subserviência ao capital estrangeiro ao qual se insere inclusive o campo educacional (GENTILI, 1996, p. 16)

Ao analisar "as reformas curriculares e as políticas oficiais foram marcadas por uma preocupação unilateral em atender as exigências do mercado interno com foco na formação profissional*",* de perto a realidade brasileira, Souza (1997) observa que o Estado sob a influência e pressão neoliberal concretizou nas últimas décadas grandes reformas educacionais.

Nesse contexto, a escola não é uma mera ferramenta de criação do capital, mas um espaço de contradições, uma luta de classes em movimento histórico que toma determinada direção de acordo com a luta de classes vigente em cada tempo, em cada época, cabendo destacar que "não é da natureza da escola ser capitalista, senão que por ser o modo de produção social da existência dominantemente capitalista, tende a mediar os interesses do capital". (FRIGOTTO, 1989, p. 223)

Como resposta a suas crises cíclicas, o capitalismo reorganiza sua base produtiva segundo os imperativos da acumulação flexível*,* remodelando velhas formas e criando novas práticas de exploração dos trabalhadores. Nesse sentido argumenta

Antunes (2001), são intensificados os processos de exploração do trabalho e apesar das modificações subjetivas em termos de uma exigência de um novo perfil do trabalhador mesmo em face de uma realidade fragmentada, complexa e heterogênea a classe que vive do trabalho sente-se alienada, estranha ao trabalho que desenvolve pelo fato de não lhe pertencer o fruto do seu trabalho.

Na visão de Antunes (2001), os contornos e formatos do Toyotismo, mesmo quando passa a exigir nos setores de ponta, uma mão de obra mais intelectualizada, com atitudes de participação, autonomia e controle da produção, permanece uma relação subordinada do trabalhador ao capital. Visto que a lógica que rege a ralação capital trabalho segue inalterada.

Numa análise a respeito desta nova conjuntura, Leite (2009, p. 82), aponta para novas configurações do trabalho, decorrentes do regime de acumulação flexível indicando “um processo articulado de precarização e informalização do trabalho em curso”, o que aumentaria em muito a precarização das formas de espoliação da mão de obra.

Ao analisar as influências dos padrões de acumulação flexível no âmbito educacional, Souza (1997) conclui que, assim como os demais trabalhadores, os professores, em seu trabalho, encontram-se submetidos ao capital e apesar da sua atividade não gerar diretamente um valor de troca, independentemente de se tratar de escola pública ou privada o capital continua a ser valorizado.

Ferreira apresenta os argumentos de Braverman,

> Não podemos desdenhar o impacto econômico imediato do sistema escolar ampliado. Não apenas o dilatamento do limite de escolaridade limita o aumento do desemprego reconhecido, como também fornece emprego para uma considerável massa de professores, administradores, trabalhadores em construção e serviços e etc. Ademais, a educação tornou-se uma área imensamente lucrativa de acumulação do capital para a indústria de construção, para os fornecedores de todos os tipos, e para uma multidão de empresas subsidiárias. (1987, p. 372)

Como sugerem Enguita (1991), Hypólito (1991), os professores historicamente fizeram parte da classe média com status e prestígio social. Mesmo existindo tratamentos diferenciados em relação aos professores médios e universitários é possível afirmar que se tratava de um grupo diferenciado de trabalhadores intelectualizados, mais próximos de profissionais liberais. Nos últimos anos as

situações vivenciadas por essa classe indicam uma realidade marcada pela proletarização e pauperização desta categoria.

Para Ferreira é possível ainda, estabelecer algumas relações entre o universo do trabalho na educação e as formas de precarização presentes no setor produtivo, pois embora uma escola seja diferente de uma fábrica, em ambas, como argumenta Tumolo (1991) está presente o trabalho produtivo e a extração da mais valia. O que torna evidente que a lógica do capital afetou significativamente também as escolas. O que indica que a pressão exercida sobre o trabalho do professor, faz com que muitos não planejem e controlem seu trabalho, sucumbindo às relações de controle e subordinação, como afirma Aplle e Kenneth (2003, p. 67)*, "*o que se tem em vez de professores, profissionais que se importam muito com o que fazem e por que o fazem, podemos ter meros executores alienados de planos alheios*".*

Antunes (1995) ao analisar a sociedade produtora de mercadorias argumenta pela centralidade do trabalho. Assim, mesmo no setor de serviços que podem ser públicos ou privados e naqueles onde está presente certa 'autonomia' do trabalhador, a pressão do capital e a intensificação da produção são tantas que permanecem a prevalência da sensação de estranhamento e alienação dos trabalhadores em geral. Nesse sentido, pode-se dizer que o Estado, ao adotar práticas contratuais de terceirização injustificada, trabalho temporário e parcial, está recorrendo a formas precárias de contratação e aderindo a lógica neoliberal de diminuição dos direitos sociais já conquistados pelos trabalhadores.

Ferreira sugere que na década 90 no que tange a influência neoliberal no Brasil, se caracteriza como um período importante de mudanças e reformas, momento em que muitos governos contabilizaram em suas ações medidas afins com as proposições neoliberais, havia um clima favorável para que o expediente neoliberal pudesse prosperar. Ao analisar historicamente as mudanças no campo da educação é relevante o estudo de Sapelli (2003) mostrando a criação de vários programas de ensino técnico e profissionalizante, o direcionamento curricular as exigências do mercado, a não realização de concursos para professores, à falta de investimentos em infraestrutura nas escolas. Segundo a autora são inequívocas as situações que indicam uma clara afinidade do governo com a agenda neoliberal.

Ferreira explica que o fato de o BID (Banco interamericano de Desenvolvimento) uma instituição que representa os interesses neoliberais na

América Latina ter realizado várias missões de trabalho e financiando vários projetos, configura uma clara interferência do capital internacional na elaboração de políticas de Estado para Educação. Vale lembrar o alerta de Dowbor (2006) e Leite (2003) quando chamam atenção para o fato de que no regime de acumulação flexível a flexibilização dos contratos de trabalho é regra usual. Sendo possível afirmar que mesmo no setor público o atendimento a crescente demanda no quadro docente tem se dado sob formas de precarização para tornar o serviço menos oneroso como apregoa a pauta neoliberal e sua investida nefasta contra a educação pública. A tônica do discurso político atual é atuar contra o ensino médio propondo inclusive uma pauta neoliberal que é oferecer 20% deste nível de ensino em educação à distância. Nota-se que na prática poderá haver uma redução de carga horária, como ocorre em cursos de nível superior, que afetam tanto professores como alunos porque terão menos horas no ensino presencial e consequentemente isso afeta diretamente a qualidade do ensino ofertado.

3.3 A ALIENAÇÃO NO TRABALHO

Para Ferreira (1990) a classe trabalhadora ganha importância numérica com o advento do capitalismo industrial. Neste cenário o trabalhador faz um contrato de trabalho porque não há outra alternativa para ganhar o pão de cada dia. Explica a autora que o empregador possui uma unidade de capital e se esforça para ampliá-la, convertendo parte desse capital em salários. Dessa maneira funciona o processo de trabalho que em geral deve criar valores úteis, contudo se torna um processo de expansão do capital que visa a lucratividade. O capitalista então passa a exercer maior controle no processo de trabalho que agora é ajustado pela acumulação de capital. É de fundamental importância para o capitalista assumir o controle do processo de trabalho e se configura em uma progressiva alienação do trabalhador em favor do capitalista nas modernas formas de acumulação de capital que deixa ricos, mais ricos e pobres mais pobres. O capitalismo atual ganha novos e mais vorazes contornos com o neoliberalismo e a globalização que em muitos cenários retiram muitos direitos dos trabalhadores, como revela Ferreira (1990) em suas análises.

É neste cenário de desigualdades como se fosse um palco real em que é apresentada uma peça teatral sobre a vida humana de uma pessoa, que a trajetória

de Ferreira vem se realizando de forma crítica à exploração capitalista e das investidas neoliberais principalmente as que afetam diretamente a educação, porque a autora acredita na emancipação humana pelo conhecimento. O que fica espelhado em sua trajetória realizada a partir da sólida construção do saber cientifico elaborado juntamente com as lutas sociais que se desenvolveram ao longo de sua vida acadêmica e que até hoje produzem efeitos em sua vida. A autora explica que o cenário atual requer muita atenção devido ao aumento da violência e do individualismo.

Ferreira (2000) argumentava sobre a necessidade de criar uma sociedade mais humana, justa e solidária, e aponta a escola como um palco de resistência às investidas do capital, depositando esta possibilidade em especial na gestão democrática da educação, na formação de qualidade e em um projeto de escola comprometido com mudanças significativas para as futuras gerações. Reafirma a necessidade de ensino e trabalho para que as pessoas possam realizar na vida as suas utopias de uma vida melhor. O problema social que gera desigualdades dificulta as oportunidades de estudo e trabalho na atualidade, que não são para todos e daí decorre o aumento da miserabilidade no mundo. A autora sempre acreditou no conhecimento com uma das formas de viver de forma digna e de possuir a força da emancipação mesmo neste cenário social adverso.

O trabalhador precisa compreender sua participação no mundo se deseja participar da sociedade e das tomadas de decisão, ou seja, é preciso que ele conheça sua história e a história do mundo em que vive. É necessário o mapeamento dos processos que o levaram até o atual momento da sua vida, por onde seus ancestrais caminharam como a humanidade caminhou que fatos históricos compõem sua nação, quais as conquistas e quais as perdas que o trouxeram até aqui, este processo de reconhecimento de si é um processo de emancipação, ou seja, o sujeito que se compreende e compreende o mundo que o cerca, pode modifica-lo com propriedade de quem esteve aqui o tempo todo. O homem carrega em si todas as decisões da humanidade, e a partir desta reflexão ele caminha com entendimento, dá passos seguros no percurso coletivo da humanidade. Para isto é necessário que a escola seja reconhecida pelo aluno como um local de construção de possibilidades decorrentes da formação que se realiza na escola.

Ferreira (2016) explica que na escola há a manifestação de contradições, é um lugar em que as desigualdades sociais aparecem nas relações estabelecidas pelos alunos que ocupam o mesmo espaço durante o ano letivo. São os filhos dos trabalhadores e suas lutas do dia a dia se refletem na escola, ou seja, a escola é um retrato da vida social das famílias que vivem do trabalho.

Para Ferreira (2017) é preciso que o homem possa reconhecer-se como construtor e reconstrutor da sociedade, estas ações gerarão também uma percepção aguçada frente ao seu papel social, pois ninguém modifica o que desconhece, e se, desconhece o mundo ao seu redor, desconhece as pessoas que nele estão inseridas. Por isso, as excluem, seus filhos são excluídos na escola porque não fazem parte de seu mundo, este estranhamento é pertinente às discussões escolares, pois quando a multiplicidade de indivíduos que compõem o universo social de uma escola choca-se com os métodos fechados e tradicionais aparece o conflito existencial. A escola não encontra espaço para o indivíduo e o indivíduo não encontra espaço na escola e, por conseguinte não se encontra na sociedade. Estes desencontros geram as desigualdades, exclusões e violência.

Assim vão se reforçando as desigualdades, as segregações, as exclusões e a violência investigadas por Ferreira (2017) e que apresentam um aumento no mundo todo devido a promoção desmedida do individualismo, do desemprego, da exploração. Práticas sociais das quais os homens e mulheres do mundo precisam se emancipar e, o caminho para isso é o ensino, como destaca Libâneo (2007, p. 61) afirmando a necessidade de parâmetros diferenciados para a educação básica, diferentes dos propostos pelo modelo neoliberal:

> Do ponto de vista de uma educação emancipatória, há que se reforçar a exigência do aprimoramento do ensino fundamental para a população excluída, a partir de parâmetros de qualidade diferenciados daqueles veiculados no discurso do neoliberalismo. Alguns autores vêm adotando a expressão “qualidade social do ensino da educação”. Mas tem importância peculiar a qualidade cognitiva dos processos de ensino e aprendizagem.

Para Ferreira (2000, p. 173) a conquista de mais espaços na sociedade reside na solidariedade, na participação e no diálogo que provém do conhecimento que é capaz de construir ralações emancipatórias por meio de um processo de criação de indivíduos capazes de serem recíprocos uns com os outros e na coletividade participarem de forma consciente das tomadas de decisões na sociedade em que estão inseridos para que possam realizar os seus objetivos e serem felizes.

Ferreira enfatiza que a vida humana precisa estar focada em busca de liberdade, não no sentido de poder todas as coisas, mas de ser livre para decidir o que se quer e saber conviver com as decisões dos outros, esta alteridade nas relações provoca uma emancipação ainda pouco conhecida do homem, é a convivência com suas limitações, e com as decisões coletivas que afetam seus gostos pessoais, a emancipação de saber lidar com as diferenças sociais também provocará uma mudança nos paradigmas de exclusão, assim emancipar-se é desalienar-se.

Segundo Álvaro Vieira Pinto (1969, p.18) discorrendo sobre a realidade do mundo em transformação, enfatiza:

> Ora, essa realidade em transformação contínua que se desenrola no tempo é percebida pela consciência como história, processo em que se enquadra uma multiplicidade dos seres semelhantes a mim convivendo comigo segundo relações definidas, ou seja, um processo que tem de ser entendido desde o início na condição de social.

Reconhecer-se no outro é papel fundamental no caminho do indivíduo que busca a igualdade. O processo de ruptura passa pela desalienação, o sujeito alienado é um sujeito privado de sua essência, assim quando se torna histórico e percebe todo o percurso, também tem sua essência devolvida, recuperada, caminha essencialmente transformando o que lhe é cabido transformar. Atuante então é este ser que busca as transformações para a sociedade. Um ser em movimento e movimento no sentido de alcançar uma emancipação social, não somente individual, mas uma nova forma de pensar coletiva, esta ruptura não pode ser solitária, precisa alcançar outros indivíduos. (PINTO, 1969)

Entende-se que este sujeito que se torna histórico participa e conhece o mundo ao seu redor e pode transformá-lo, é um sujeito emancipado, como sugere Álvaro Vieira Pinto (1969, p. 23) diz que:

> A matéria viva, ao apreender o mundo, mesmo nas formas mais incipientes dêsse processo, interioriza-o, apossa-se dele, ainda que com caráter de manifestações biológicas extremamente rudimentares. Isto significa que inverte a relação pela qual é definida a matéria inerte, que apenas é do mundo, pertence a ele, e o segue passivamente nas transformações mecânicas, físicas e químicas que nele tem lugar. A matéria viva, ao contrário, continuando a pertencer ao mundo pela sua realidade fundamental, torna-se capaz, sob certo aspecto – e nisto consiste precisamente o conhecimento – de fazer o mundo ser dela. Em vez de permanecer como um ser que apenas é do mundo, transforma-se em um ser capaz de fazer o mundo ser dele.

Ferreira (2000) no sentido de pertencimento dos homens no mundo, observa que o homem ao transformar a natureza pelo trabalho gera cultura e dialoga com os

outros homens em um primeiro ato de pesquisar a natureza e transformá-la. Neste sentido, o indivíduo passa a ser atuante no processo do desenvolvimento, no desenvolvimento cognitivo, passa a ter domínio sobre o seu conhecimento e, no processo social, intervém com sabedoria e age conscientemente sobre a realidade em que está inserido, esta realidade pode ser o trabalho físico ou intelectual, buscando sempre a organização e mudanças que possibilitam a emancipação humana.

De acordo com Álvaro Vieira Pinto (1969, p.23) explica:

> Por ínfima que seja a organização da matéria viva, o que sempre a caracteriza é de alguma maneira dominar o mundo, inverter, mediante o conhecimento, a relação de pertencimento, tomar o mundo por objeto da sua ação, isto é, estabelecer a diferenciação ontológica, posteriormente transferida para o terreno lógico, entre a condição de objeto e a de sujeito. A condição para isso está em que, mesmo nos graus inferiores, tenha se tornado um sujeito em face do mundo. A diferenciação entre condição de objeto e a de sujeito tem, pois, fundamento biológico e se irá manifestar quando os organismos recém-aparecidos começarem a ser capazes de produzir em si o reflexo da realidade, tornando-se habilitados a conhecer o mundo.

Álvaro Vieira Pinto (1969) salienta a importância da evolução do conhecimento e explicita que a pesquisa é um aspecto, de um processo de extrema complexidade. É por meio da pesquisa que o ser humano realiza sua suprema possibilidade existencial, dando conteúdo na sua essência animal que conquistou a racionalidade. “A possibilidade de dominar a natureza, transformá-la, adaptá-la às suas necessidades. Este processo chama-se conhecimento” (PINTO,1969, p. 24).

Desde os primórdios, segue o autor argumentando que há o surgimento de ideias na consciência humana que em etapa mais elevada passam a ser pesquisa cientifica na busca de dotar a consciência de novas e mais elaboradas ideias advindas da realidade exterior e que podem significar novas formas de agir no mundo. Nas transformações do trabalho na vida humana, o conhecimento a pesquisa e a interpretação da realidade são consideradas como um momento, porém não estão desligadas do sistema vivo e, não dissociados do sentimento de se identificar como humano, portanto a ação de transformar a natureza pela ação do homem pode ser compreendida de certo modo como uma ação no sentido de humanização.

Ferreira (2000) fala que a pesquisa precisa desde o primeiro momento ser interpretada por meio do conceito de totalidade. É pela lógica desta categoria que se pode investigar o mundo. Então, qualquer ato definido de pesquisa sobre a realidade concreta só poderá ser compreendido se determinado pela totalidade do

conhecimento. Por outro lado, o todo do conhecimento foi constituído de partes singulares, com pesquisas distintas sobre a realidade. Esta visão é dialeticamente oposta à primeira e ao mesmo tempo complementar sendo neste caso a parte que determina o todo. Por isso o conceito de totalidade se torna primordial, pois o todo sendo constituído de partes, mas só pode ser explicado pela totalidade e esta é a origem de cada novo ato de pesquisa.

Álvaro Vieira Pinto (1969) sugere que a teoria do conhecimento não pode ser construída a partir da subjetividade humana porque esta já é um produto secundário na realidade, e sim partindo da objetividade absoluta, da existência concreta do mundo em transformação constante, da própria vida que possui um dinamismo em expansão e complexidade crescente. A realidade em transformação contínua no tempo é percebida pela consciência como história. É o processo onde seres semelhantes vivem por meio de relações definidas. O conhecimento é sempre social e é sempre uma propriedade geral da matéria viva e que acompanha o processo evolutivo da mesma.

O conhecimento (PINTO, 1969) sendo a expressão da unidade da teoria e da prática manifesta-se como ideia, que surge no processo de transformação da realidade, no curso do trabalho, é a maneira que se concretiza a relação entre o pensamento que vai se constituindo aos poucos e o mundo. É como o próprio surgimento do homem que é um aspecto da hominização desse ramo diferenciado da animalidade. Nesta ótica, é importante destacar que o autor fala da relação entre o pensamento e o mundo em movimento é o movimento de homens e mulheres na luta por melhores condições de vida. O conhecimento cientifico, ainda que metódico, admite duas etapas a ingênua e a crítica. Os novos pesquisadores em grande parte precisam de formação geral, filosófica, metodológica. É o momento de transformação qualitativa, é a passagem de uma atitude formalista e metafísica de pensar a realidade para as concepções dialéticas aplicadas à ciência e a investigação do mundo. A ciência como a forma superior do conhecimento precisa da teoria geral para ser entendida. Todas as proposições emitidas estão vinculadas a uma concepção filosófica. A essência da ciência possui dois caminhos: formal e dialético. Portanto, esclarecer a essência da ciência, seu significado, valor, limites e modo de proceder,

> é tarefa que ou pode ser empreendida a partir do fato objetivo da presença da ciência, e neste caso a história do seu desenvolvimento é a origem de todas as abstrações teóricas justificadas, que se façam a seu respeito; ou, pelo caminho oposto, partindo de um plano filosófico de máxima

> generalidade, constituído pela reflexão geral sobre a realidade, e dai passando à caracterização da ciência como atividade natural da razão humana ao cumprir a exigência interior de apoderar-se intelectualmente, por reflexão subjetiva, dos processos do mundo exterior. (PINTO, 1969, p. 63)

Na história do conhecimento houve uma bifurcação nas concepções que interpretam a realidade do mundo: primeiro acreditou-se que o pensamento é um reino original e irredutível, na essência que o circunda. Ideias com existência absoluta e inatas e suas leis imanentes são as da realidade. Em seguida as ideias são o reflexo de realidades e leis do mundo e não dependem do pensamento. Esta segunda proposição a respeito do conhecimento é dialética, na qual o pensamento é levado a criar as ideias gerais, chamadas categorias. São as categorias que dominam o processo do pensamento, construindo um mundo de ideias harmonicamente organizadas e que se relacionam umas com as outras por meio de oposição e ou contradição e, com isso mantendo uma lógica de precisão e exatidão.

Este é o pensar dialético que nasce da cultura e lhe assegura a superioridade racional e se divide em dois grandes mundos de pensamento: o formal e a dialética. Na direção dialética é preciso compreendê-la em dois sentidos:

> De um lado, é o sistema das leis da natureza, das relações entre os corpos e os fenômenos, a expressão da ordem que rege a totalidade dos processos que se travam no mundo, e atua tanto no conjunto cósmico quanto na mais insignificante parcela do universo. Em tal sentido a dialética se identifica com a razão na sua objetividade original, no seu estado primordial e eterno de lei absoluta da totalidade da existência e dos processos em que esta se desenrola. Mas, por outro lado, constituindo-se o homem no seio da natureza, por força da evolução natural, como ente dotado do poder de subjetivar os dados da realidade, isto é, de interiorizar, elevando-as à dignidade de idéias abstratas, de caráter inteligível, universal, as representações das coisas, dos fenômenos e das leis a que estão submetidos, a razão, que está objetiva e originariamente presente no íntimo do mundo material, a razão que é em si mesma o próprio funcionamento do processo natural na totalidade dos seus aspectos, físicos e sociais, torna-se capaz de ser refletida na consciência do homem, e assim se produzem as idéias. (PINTO, 1979, p. 65-66)

A dialética crítica aconselha a proceder de modo inverso:

> Não é o pensamento que cria os fatos e os organiza em função de determinações lógicas tiradas de sí mesmo. São os fenômenos, em virtude de suas relações intrínsecas, que se causam uns aos outros e se exprimem no pensamento em virtude da capacidade que a organização perceptiva do homem possui de captá-los, eles e suas relações, e de produzir representações gerais, abstratas, universais, entre as quais se estabelecem vínculos que refletem as ligações existentes no mundo exterior entre os objetos e os fenômenos. Desta maneira, a dialética que primitivamente é a legalidade da realidade em si, passa a ser secundariamente, e como expressão subjetiva da primeira, por via da compreensão adquirida pela ciência da lógica, a legalidade do mundo das idéias. (PINTO, 1979, p. 65).

Álvaro Vieira Pinto (1979, p. 67) para uma melhor compreensão divide a dialética, de forma que esta possa ser aplicada ao problema do conhecimento, em três partes: gnosiologia, lógica e epistemologia.

> A) Gnosiologia, “teoria do conhecimento”, estado de origem, a organização e validade do mundo das ideias na representação de coisas reais. É repensar o processo de formação do pensamento. É a atitude que pensa o pensamento no processo de sua gênese material, e constitui a teoria da dialética útil para a compreensão da ciência e da pesquisa cientifica.
> B) Lógica, estuda a estrutura e funcionamento dos processos em que as ideias se relacionam umas com as outras, guiando os homens na apreciação do mundo, de si mesmo, e de sua vida, e propõe intervenções práticas no plano material. Ou seja, a compreensão da totalidade do real e as operações do pensamento. Em termos é a lógica dialética e formal.
> C) Epistemologia, teoria da ciência, o conhecimento da realidade já se encontra empiricamente distribuído em campos específicos. É a realização da ciência em seu ato concreto, efetivo, ocupa-se do resultado cognoscitivo obtido, cristalizado em determinada ciência. Admitida por todos e que forma um objeto, que o pensamento filosófico, por meio do método dialético procura explicar nos fundamentos, sistematizar nas demais relações com as classes do saber cientifico e estudar sobre as aplicações que os homens podem lhe dar. A sociologia da ciência aparece como parte inseparável da epistemologia. Somente a dialética pode organizá-la com perfeição por introduzir o conceito de trabalho como uma categoria para a sua compreensão. (1979, p. 67)

Ferreira (2002) tomando como base de referência os estudos de Álvaro vieira pinto, explica que o trabalho da ciência aparece como o resultado das relações entre o homem e a natureza, por isso, todo saber, vulgar ou cientifico, tem de exprimir-se por uma linguagem apropriada aos objetos de que trata. A linguagem sempre existiu e significa a manifestação da interação entre a matéria viva e o meio exterior. Ela se relaciona com a ciência para transmitir ao outro o que o criador do conhecimento elaborou e descobriu em suas pesquisas.

O conceito, a valia e o critério de rigor da linguagem são variáveis e puramente históricos. A compreensão de um conceito cientifico não depende da linguagem em que é exposto, mas do uso que dele é feito, do papel que desempenha na representação do processo da realidade. Por isso, existe a exigência de rigor, quer na expressão linguística ou na medida das propriedades quantificáveis das coisas sob pena de ser uma simples aspiração, e por isso, não pertencer ao reino das intenções cognoscíveis. A ciência tem a obrigação de se fazer entendida e conhecida por um número cada vez maior de indivíduos.

Quanto ao rigor da linguagem esta depende de dois fatores que são: o conteúdo objetivo do conhecimento e as condições sociais da comunicação. O

desenvolvimento das forças produtivas e a fabricação de instrumentos de observação, de medida e de divulgação. Dessa maneira, sendo a ciência a forma mais elevada do conhecimento humano, participa das mesmas condições gerais que a caracterizam a este conhecimento. Pertence ao complexo de relações que se estabelecem entre o ser vivo e, a realidade que o circunda. Por isso, a dialética é um caminho que possibilita entender esta unidade de ações contrárias entre o homem e o mundo. Portanto, a ciência é um produto do processo de hominização e só pode aparecer nas fases superiores desse processo. Na medida em que as relações humanas com o mundo deixam de ser simplesmente a de um animal adaptado e se convertem em relações de adaptação do mundo a ele, impondo uma transformação deliberada e artificial da realidade exterior, é neste momento que surge o trabalho que é o modo pelo qual o homem começa a produzir para si o mundo, os objetos e as condições de que precisa para existir. Então o homem produz o mundo, tornado humano pela sua presença e pela organização social que, realiza por meio do trabalho. Assim, pelo trabalho o homem torna-se um produzido pelo produzido graças a sua intervenção voluntária, progressiva e consciente sobre aquilo que a natureza pode lhe oferecer. Neste caso, o homem deixa de ser um produzido puro e torna-se um produzido produtor do que o produz. (PINTO, 1979)

Assim, para o autor aparece a contradição dialética fundamental do processo de hominização, na qual o homem passa a ser o criador das condições que o criam. Adquire por meio do trabalho a capacidade de intervir na natureza. O homem se capacita e converte-se em produtor eficiente do mundo, que desemboca no processo de hominização no qual o ápice é a ciência dependente do processo de produção da existência, conduzida pelo homem através do trabalho sobre a realidade física. Portanto, a origem do conhecimento é sempre a realidade exterior.

Ferreira (2006) a referência sobre o homem e o trabalho que desempenha para transformar a natureza é uma abstração usada no início da teoria da ciência e dois fatos corrigem esta simplicidade: a ação do homem possui caráter social e é uma ocorrência histórica. Sendo sempre uma ação coletiva na natureza possui configurações históricas e atuais que correspondem à feição de totalidades econômicas nacionais e entrelaçadas. Por isso, a produção possui a essência de produção social.

Nesse sentido, a ideia inicial de indicar a coisa diretamente, ganha novos contornos como o caráter de mediação entre o mundo objetivo e o conjunto das representações subjetivas, organizado e sistematizado em saber e em ciência. O homem conquista a plena racionalidade e com o aperfeiçoamento da linguagem alcança a ciência.

O aspecto histórico é muito importante neste processo, para se compreender melhor o caráter social da ideia enquanto um bem. Assim, a caducidade e substituição de ideias é essencialmente uma de suas principais características. Não existem ideias eternas e sua veracidade existe em sua relativa eficácia enquanto é válida.

A ciência é a forma mais elevada da adaptação da realidade pela mente humana e cada época é capaz de produzir seu próprio conhecimento. Portanto, a historicidade da ciência ganha consistência pelos métodos utilizados e por meio do exame e compreensão do pensamento. É preciso entender que mesmo em condições mais primitivas da vida humana a ciência esteve presente. Por isso, a historicidade do método é um conceito fundamental como um guia na aplicação de técnicas inéditas e ao mesmo tempo sem negar o legado do passado.

A ciência é o resultado do processo histórico de acúmulo de saberes que a humanidade conseguiu realizar ao longo de sua existência, portanto, não haverá dificuldade de compreensão àqueles que abordam a realidade como um processo histórico ou, processo da sua gênese. A razão mesmo sendo subjetiva é real, por ter um fundamento concreto da realidade objetiva. Nesta ótica, a ciência, o método e a razão são produtos do homem real concreto. A razão é a forma mais perfeita que reflete a realidade pela capacidade perceptiva e reflexiva do homem, devido ao grau de complexidade e aperfeiçoamento na sua relação com o mundo.

A produção da ciência pelo homem revela o mundo e o próprio homem, que pelo avanço evolutivo poderá pensar universalmente o mundo, ou seja, os dados concretos da experiência. Portanto, sem equívocos, a teoria do conhecimento sempre será a teoria do conhecimento do homem social e não do homem isolado ou individual. De acordo com Álvaro Vieira Pinto (1979, p. 115) “o que há de conhecer é aquilo que, existindo no mundo exterior, desperta o interesse do homem. Ora, esta atitude só surge e se organiza eficazmente em termos sociais”.

É a sociedade em ação coletiva sobre a realidade e impulsionada a descobrir o significado das coisas do mundo “o motor primeiro do interesse social na exploração

da natureza reside na necessidade do contínuo incremento das forças produtivas". É a investigação do mundo e organização racional das forças produtivas sempre em caráter coletivo. A ciência é então um produto social. (PINTO, 1979, p. 116)

Assim, a ciência se torna um produto da sociedade que a produziu, é uma prática política da produção e de pesquisa cientifica que gera grandes benefícios para a humanidade. Desse modo, Pinto (1979, p. 116) enfatiza:

> O surgimento do pensamento racional e o subseqüente desenrolar histórico da razão na aquisição dos resultados que a vão conformando em faculdade superior, são acontecimentos sociais no sentido em que não só a experiência de que provém não poderia ser realizada senão por um conjunto de indivíduos que nela estão interessados, como ainda pelo fato de que esses resultados só passam a integrar o conhecimento na forma de saber científico, se forem reconhecidos socialmente, ainda que não necessariamente com caráter autoconsciente e crítico, como expressão do pensar racional, conforme o interpreta a comunidade na etapa de desenvolvimento que atravessa.

Desse modo, a teoria pode resultar em concretude se compreendida em seu aspecto social e histórico, pois a ciência é um bem socialmente produzido. O seu consumo se dá como um bem social. Desse modo, o cientista deve à sociedade a sua produção que é incorporada pela cultura como um caráter de contribuição do homem individual que passará a ter valor se sancionada pela comunidade. Um dos aspectos fundamentais da teoria científica é "o papel mediador que a cultura, na qualidade de produção social, exerce na criação da própria cultura em geral e na ciência em particular". (PINTO, 1979, p. 117)

Segundo Álvaro Vieira Pinto (1979, p.13) enfatiza:

> A pesquisa cientifica é um aspecto, na verdade o momento culminante, de um processo de extrema amplitude e complexidade pelo qual o homem realiza sua suprema possibilidade existencial, aquela que dá conteúdo à sua essência de animal que conquistou a racionalidade: a possibilidade de dominar a natureza, transformá-la, adaptá-la às suas necessidades.

Esta possibilidade existencial tornara o homem fruto de seu próprio esforço e aquilo para que se designou será excelente, ao passo que cumprir não é dever, e sim vocação. Isto torna o homem independente e seguro para modificar o meio ambiente. Este processo é libertador para a humanidade, e este sujeito será também um formador de liberdade. O indivíduo cria uma consciência própria à medida que a consciência social, não particular, mas generalizada pela comunidade que o cerca e lhe envolve, esta percepção do meio ambiente colabora para a emancipação, porém, isto dependera da forma como o indivíduo irá responder aos acontecimentos e fatos

sociais. O ser evolui, transforma-se conforme o desdobramento das interpretações e reações e conforme as decisões sobre elas amadurecem.

Posto isto, Álvaro Vieira Pinto (1969, p.122) mostra as formas como a cultura científica pode ser transmitida para as gerações futuras:

> Tais atos vão-se acumulando na consciência comunitária, graças à hereditariedade social dos conhecimentos adquiridos, porque, em virtude dos favoráveis resultados que propiciam, são recolhidos, conservados e transmitidos de uma geração a outra.

O homem é social e coletivo, está inserido no mundo e numa sociedade não por escolha própria, mas simplesmente porque assim está posto o sistema, uma social comunidade, nisto percebe-se que o ser é indivíduo e o indivíduo é social, mesmo sem um movimento que o busque esta sociabilidade. Este conhecimento é pesquisa, pois o sujeito vai a campo, busca e é buscado, instiga e é instigado, pergunta e responde, ouve e faz ser ouvido, não é figurante de sua própria existência, mas protagonista de seu caminhar. É um ser crítico que luta pela liberdade do ser humano e pela humanização da sociedade. Pode-se dizer que viver é lutar pela liberdade.

> Todo ser vivo em alguma medida domina o meio em que se encontra. Somente em virtude de exercer essa faculdade se define como vivo, e efetivamente se conserva, tanto no período de sua duração individual, quanto na capacidade evolutiva da espécie a que pertence. (Pinto, 1969, p.23)

O sujeito emancipado supera as desigualdades com seu próprio conhecimento, pois não permite que outrem o guie (Kant 1985), ou seja, não se acomoda com o que lhe é proposto pelo sistema social vigente. É neste campo que existe a possibilidade de transformações e reitera que na pesquisa cientifica habita a possibilidade de mudanças, mudanças no sentido apresentado por Vieira Pinto (1969, p. 334) que diz:

> A miséria das massas representa sem dúvida um impedimento para a produção do saber. Mas esta situação é dialética, e por isso contem em si a força que irá anula-la. Constitui um processo que por longo tempo pode permanecer numa base condicionadora do letargo da consciência, mas quando, por efeito de algumas modificações sensíveis nos modos fundamentais de execução do trabalho em geral, se instalam os momentos iniciais da fase mais adiantada, a miséria, que antes era um mundo de trevas e infecundidade, torna-se a própria fonte que nascerão as ideias que irão suprimi-la.

A emancipação do indivíduo frente a uma sociedade desigual proporcionara um embate sociológico individual, pois se de um lado o indivíduo sente-se sufocado pelo sistema escolar que reproduz as desigualdades sociais, por outro, percebe que é

neste mesmo cenário de adversidades que ele pode libertar-se das amarras impostas pelo sistema econômico. Vieira Pinto (1969) mostra as consequências das transformações do mundo na atualidade.

> Em consequência das transformações do mundo atual, a imensa maioria das áreas subdesenvolvidas ingressam irreversivelmente nesta fase em que lhes é possível tirar da condição de pobreza e ignorância os germes de uma representação global de si e da totalidade do real, que as levarão a eliminar o estado de indigência física e cultural. A orientação correta de uma política educacional, neste sentido, parece-nos ser aquela que atribui prioridade máxima as tarefas cientificas de base que exprimem na criação e desenvolvimento da tecnologia mais adiantada, seja no campo da produção econômica seja no do atendimento às necessidades humanas elementares, sem deixar de incluir no projeto o desenvolvimento dos estudos e pesquisas de nível superior e de vanguarda, apenas concedendo-lhes prioridade relativa, em função e na medida dos êxitos obtidos nas transformações fundamentais. (1969, p. 341)

A superação do status quo atual produzirá um rompimento com a miséria, mas somente com a pesquisa e o desenvolvimento do saber o ser humano poderá alcançar este nível. A desigualdade antes lhe imposta pela condição social passa ser o objeto de luta da superação, o ser coletivo não compete, apenas agrega. O processo de superação das desigualdades é correlato ao processo de hominização, pois o indivíduo ao passo que evolui enquanto homem passa a possuir as ferramentas necessárias à modificação do meio social. Este processo é a superação do seu estado atual, uma transposição de homem produzido para homem produtor, não somente no sentido de produzir as coisas, mas também de ser fruto de suas produções.

Vieira Pinto (1969, p. 84-85) explica as relações que o indivíduo social estabelece com o mundo em seu entorno e diz:

> A medida que as relações do homem com o mundo deixam de ser as de um animal simplesmente adaptado ao mundo para se converterem, simultaneamente com isso, em relações de adaptação do mundo a ele, o que impõe a transformação deliberada e artificial da realidade exterior, aparece o trabalho como o modo pelo qual o homem começa a produzir para si o mundo, os objetos e as condições de que precisa para existir. A primeira coisa que o homem produz é o mundo, entendido não simplesmente como o “estar aí” da existência inerte das coisas, mas o mundo tornado humano pela presença do homem e pela organização social que, pelo trabalho, lhe impõe. E o faz para produzir-se a si mesmo nele, individualmente, e reproduzir-se na espécie. Até então o homem ou antes primata de que precede, (como os demais seres vivos dos quais se diferencia) era um *produzido pelo produzido pela natureza*, e como tal obrigado a uma conduta invariável, a única que lhe asseguraria a sobrevivência, no sentido de lhe garantir a apropriação dos bens indispensáveis oferecidos pelo meio. Todo desvio dessa conduta, apenas possível acidentalmente, representaria uma mutação letal. Mas a partir da etapa em que no processo de diferenciação biológica se afirmar em espécie à parte, o homem se torna um produzido pelo produzido por sua intervenção voluntaria e progressivamente consciente daquilo que a natureza lhe oferece,

> ou seja, deixa de ser um produzido puro para se tornar um produzido produtor do que o produz.

As contribuições de Freire (1987) mostram o momento em que o indivíduo se percebe produtor e passa a interagir com o meio modificando-o, não de forma irracional, como estímulo-resposta, mas consciente de sua produção, produção que é social e coletiva. Com isto as desigualdades sociais afetam de forma variada cada indivíduo este por sua vez, precisa responder com autonomia frente às desigualdades. Assim é importante reconhecer a escola como solo de pesquisa, porque é neste ambiente que o indivíduo pode ser conduzido pelo caminho do conhecimento. É neste ambiente que o indivíduo passa a perceber-se e se identificar com o mundo, para isto faz-se necessário uma prática educativa libertadora, que vise diminuir e ou, superar as desigualdades sociais e escolares, bem como a possibilidade real de mudanças significativas dos alunos.

Para Freire (1987. p. 75) demonstra a importância da relação entre educadores e educandos e destaca:

> Por isto é que esta educação, em que educadores e educandos se fazem sujeitos do seu processo, superando o intelectualismo alienante, superando o autoritarismo do educador “bancário”, supera também a falsa consciência de mundo. O mundo, agora, já não é algo que se fala com falsas palavras, mas o mediatizador dos sujeitos da educação, a incidência da ação transformadora dos homens, de que resulte a sua humanização.

É fundamental superar esta falsa consciência para atingir a emancipação, para isto faz-se necessário desenvolver a criticidade no olhar sobre o mundo, não apenas enxergá-lo como um local árido. A forma como vemos e nos relacionamos com o que sabemos produz uma visão única sobre o objeto.

Freire (1987, p. 89) afirma que,

> Os homens, pelo contrário, ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão, ao atuarem em função das finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com o mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizam nele, na medida em que dele podem separar-se e, separando-se, podem com ele ficar, os homens, ao contrário do animal, não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica.

Importante e necessária esta percepção que vai além da existência, é a situação histórica do indivíduo que compunha as suas ferramentas, a emancipação histórica produzirá uma superação das desigualdades sociais, resgatando o indivíduo de seu estado atual e o conduzindo para uma nova ação produtora e transformadora. Freire (1987, p.91) aponta:

> Esta superação, que não existe fora das relações homens-mundo, somente pode verificar-se através da ação dos homens sobre a realidade concreta em que se dão as “situações-limites”. Superadas estas, com a transformação da realidade, novas surgirão, provocando outros “atos-limites” dos homens. Desta forma, o próprio objetivo dos homens é estar, como consciência de si e do mundo, em relação de enfrentamento com sua realidade em que, historicamente, se dão as “situações-limites”. E este enfrentamento com a realidade para a superação dos obstáculos só pode ser feito historicamente, como historicamente se objetivam as “situações-limites”.

A situação do sujeito é uma situação de trabalho, é preciso um esforço para a superação das limitações sociais. O estar no mundo supera a existência, e avança sobre o campo da produção e consequentemente esta ação produz mudanças. Mudanças precedem as transformações que precedem as superações. O sujeito que se encontra historicamente posicionado pode enfrentar a sua realidade e superar os seus limites para ter uma vida melhor.

Para Freire (1992 p.16) destaca o seguinte argumento:

> É por isso que alcançar a compreensão mais crítica da situação de opressão não liberta ainda os oprimidos. Ao desvelá-la, contudo, dão um passo para superá-la desde que se engajem na luta política pela transformação das condições concretas em que se dá a opressão.

De acordo com o autor o engajamento numa luta política e crítica é a forma de transformação da sua realidade, esta luta precisa estar atrelada à sua própria consciência e a consciência de mundo, é a forma crítica como o indivíduo capacitado passa a ler o mundo que lhe possibilitará e o impulsionará para lutar de maneira a superar as suas próprias desigualdades e limitações sociais. Isto é: combater buscando a liberdade e a emancipação humana.

A esse respeito aponta Freire:

> A escolha e decisão, atos de sujeito, de que não podemos falar numa concepção mecanicista da história, de direita ou de esquerda, e sim na sua inteligência como tempo de possibilidade, necessariamente sublinham a importância da educação. Da educação que, não podendo jamais ser neutra, tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção critica nele, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres humanos a realidade tida como intocável. (1992, p.27)

Dessa maneira aparecem as alternativas viáveis de uma educação com foco emancipatório e com possibilidades para romper com os mecanismos invisíveis de exclusão e de exploração comuns ao capitalismo. Um dos caminhos para uma pratica libertadora é uma reflexão histórica e crítica advinda da posição ocupada pelo indivíduo na sociedade.

Assim, a educação escolar é muito abrangente, em uma simplificação pode-se dizer de forma resumida que educação é a forma de o homem transmitir seus saberes, isto é: de caráter social, portanto a escola deve proporcionar esta transmissão, ser um ambiente emancipado e emancipador, bem como seus atores. Ressalta-se que muitas vezes a escola não contribui para superar a alienação. Contudo, “O indivíduo quando recebe o saber, no caso da emancipação uma orientação quanto ao seu papel social, passa a ter capacidade de reflexão, tomando para si sua própria consciência”. Desta forma, compreende-se o homem pleno e capaz de lutar para debelar as suas dificuldades e pode então sanar as necessidades que surgem na vida humana em sua totalidade. É o homem capaz de superar a alienação advinda da unilateralidade própria do modo capitalista e excludente de produção. É a capacidade de entender e lutar contra a exploração da força de trabalho humana. ”. (Pinto, 1969, p, 28)

Ferreira (2004, p. 1229) segue este raciocínio e explica que:

> Como um fetiche, a globalização é “falada”, “usada” com freqüência sem ser entendida concretamente, significando muitas vezes o oposto, mas tendo algo em comum: constitui-se como um poder oculto que agita o mundo, que determina as vidas humanas, dominando-as cada vez mais. Todos os problemas sociais, todas as crises e catástrofes, na atualidade, são relacionados com a “globalização”, assim como se fala de um mundo mais seguro e até de um possível “governo democrático mundial”.

Neste sentido, a autora destaca que a crise do trabalho está diretamente relacionada à estas violentas transformações que favorecem o capital especulativo em detrimento dos valores humanos, o que torna esta sociedade como está posta, responsável pela violência que gera a desumanização no mundo atual e como tal precisa ser combatido em busca de uma sociedade mais humana e solidária para todos. A esperança da emancipação reside no trabalho e na pesquisa que homens e mulheres realizam na sociedade.

3.4 A DIMENSÃO CONCRETA NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Ferreira (2008) explica que o trabalho e o conhecimento se caracterizam como uma atividade do homem, atividade humana na perspectiva de emancipação, o trabalho é um fazer que é a capacidade de autoprodução humana resultante do conhecimento da humanidade. Nesta ótica, imperiosa é a contribuição de Marx no Capital no livro I ao apresentar o trabalho como categoria fundamental da ação

humana no mundo, é o fundamento do ser social e da relação metabólica do homem com a natureza transformando-a e por ela sendo transformado. Em Marx e Lukács é o trabalho que gera as potencialidades sócio-históricas de realização do homem.

Marx sinaliza para o sentido teleológico do trabalho em sua metáfora entre o arquiteto e a abelha, onde se lê:

> Pois o arquiteto obtém um resultado que já desde o início, existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetiva uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, seu objeto, que ele sabe que determina como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 1983, p. 149)

Ferreirra (2006) ao explicar que pelo trabalho e conhecimento os indivíduos podem realizar seus objetivos se aproxima de Marx para o qual o trabalho representa algo de sublime na medida em que se constitui uma relação dialética e social capaz de envolver o homem em sua totalidade. O homem se revela como ser criativo e dinâmico capaz de se projetar no mundo natural, transformando o mundo a sua imagem e semelhança. Isto é a humanização do homem e da natureza. Nesta perspectiva o trabalho pode ser compreendido por meio de sua dupla dimensão:

> Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana (...). Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera valor das mercadorias. Todo trabalho é por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob a forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil, produz valores de uso. (MARX, 1983, p. 50)

O que se depreende das afirmações de Marx é que o trabalho em sua dimensão concreta, como fator de produção de valores de uso, tem o potencial emancipatório do homem. Contudo, no capitalismo tal potencial encontra-se frustrado pela alienação que produz um trabalho alienado, estranho ao trabalhador, a esse respeito é indispensável as contribuições de Tumolo (2008, p. 12) discorrendo sobre a natureza humana dentro do sistema capitalista de produção enfatiza:

> (...) é o elemento determinante na constituição da própria natureza humana, no capitalismo, a construção do gênero humano, por intermédio do trabalho, dá-se pela sua destruição, sua emancipação efetiva-se pela degradação,

> sua liberdade ocorre pela sua escravidão, a produção de sua vida realiza-se pela produção de sua morte. Na forma social do capital, a construção do ser humano, por meio do trabalho, processa-se pela sua niilização, a afirmação de sua condição de sujeito realiza-se pela negação dessa mesma condição, sua hominização produz-se pela reificação. No limite, trata-se da constituição do fetiche do capital – o capital que se subjetiva ou se hominiza reificando as relações sociais e o ser social – ou da subsunção real da vida social ao capital.

Ferreira (2008) analisa o trabalho do professorado e conclui que em se tratando do trabalho docente, permanece a mesma sensação de estranhamento, visto que o professor apesar de oferecer uma '*mão de obra*' eminentemente intelectual no contexto do regime de acumulação flexível, estabelece também uma relação heterogênea no conjunto de suas atividades. A centralização do planejamento, as relações de autoridade verticalizadas, e a submissão à organização burocrática e administrativa faz com que o trabalho do professor se caracterize como trabalho alienado e produtivo. Na iniciativa privada nota-se muitas demissões por conta da substituição do ensino presencial pela educação a distância ou, com o argumento de sanear despesas com pessoal. De outro lado, nas redes públicas encontram-se muitos contratos precários em que os docentes não concursados que completam os quadros defasados por falta de concursos públicos ganham muito menos que os profissionais do quadro próprio do magistério, configurando-se como exploração e precarização da mão de obra docente.

Conforme Marx (1984, p. 35) explica que :

> Considerando [...] a produção de mais-valia, a relação entre o professor e o capitalista é exatamente a mesma que se desdobra entre o capitalista e o proletário. As forças de trabalho do professor e do proletário são compradas pelos seus respectivos valores, o tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzir cada uma delas. [...] Ambas as forças de trabalho, portanto, foram compradas pelo seu valor de uso específico: é a única mercadoria que, uma vez consumida, gera maior valor que o seu próprio. A forma de exploração (se não a intensidade da exploração) é exatamente a mesma: a extração da mais-valia. Os lucros do dono da 'fábrica de saber' e do dono da 'fábrica de salsichas' têm suas origens na mesma relação social, qual seja, a relação capital/trabalho produtivo. Tal como o proletário, portanto, o mestre-escola também produz mais-valia.

Em sua análise, Marx (1984, p. 40) entende que um mesmo trabalho com igual conteúdo pode ser produtivo e improdutivo. Tal concepção faz compreender que o atributo de produtivo ou improdutivo está ligado as relações sociais que esse trabalho estabelece e não necessariamente ao tipo ou categoria de trabalho. Ao que se pode concluir que no caso do professor trata-se de um trabalhador produtivo, pois as

atividades que realiza contribuem direta e indiretamente para a geração da mais valia. Uma vez que o funcionamento de uma escola, para o capitalista dono do estabelecimento, os professores podem ser considerados meros assalariados. "Embora eles não sejam trabalhadores produtivos em relação aos alunos, assumem essa qualidade perante o capitalista".

Apesar de ser um trabalho de cunho intelectualizado, o trabalho do professor também sofre objetivações do capital, portanto, não pode ser visto como trabalho intelectual separado do trabalho manual. Torna-se oportuna a intervenção de Gramsci (2000, p. 52) quando afirma: "não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens".

Ao analisar a dimensão histórica das transformações ocorridas no âmbito da educação, Campos (2004, p. 54,) indica que a valorização de uma formação com base no ensino de competências remonta a exigência de maior qualificação profissional provocados pelas exigências do regime de acumulação flexível.

> Argumentava-se que o centro do processo não era mais o posto de trabalho codificado e normatizado pelas prescrições taylorianas, definidor das qualificações requeridas dos trabalhadores, mas a ação do trabalhador que diante da imprevisibilidade dos processos tendia a se tornar mais intelectualizada. Maior autonomia, maior domínio dos processos, capacidade de gestão de informações e, sobretudo, capacidade de reagir adequadamente aos imprevistos, tornaram-se os aspectos mais destacados na literatura especializada.

Para Ferreira (2006) estes argumentos indicam que a revolução tecnológica e da informática, introduziram nova base para a produção e acumulação capitalista. Neste contexto, as novas demandas do mercado exigem cada vez mais a qualificação dos trabalhadores. No âmbito educacional o discurso a favor de um professor, polivalente, multifuncional e flexível está presente tanto na literatura como nos documentos oficiais ao se perceber "o entusiasmo com relação às novas possibilidades postas pelas tecnologias de base microeletrônica e, mesmo dentre os educadores brasileiros, o debate em torno da polivalência, da politecnia, marcou as produções teóricas da época". (SHIROMA, 2003, p. 42)

O Banco Mundial se sentiu à vontade para indicar os caminhos para a formação dos professores. Destaca-se que não é qualquer caminho e sim o do mercado, que evidentemente promove uma precarização da formação no sentido de tornar o professor um especialista que trabalha a serviço das aspirações do neoliberalismo.

> (...) a profissionalização docente vem sendo apresentada como imperativa para a construção de um novo perfil de professor: competente, performático, criativo, inovador, que respeita a diversidade dos alunos. Recondicionar o professor é operação necessária para adequá-lo à sociedade do conhecimento. Após um up grading poder-se-ia denominá-lo professor-profissional. (SHIROMA e EVANGELISTA, 2007, p. 529)

Tais características em relação ao perfil do professor se apresentam em perfeita consonância com a nova ordem da economia e do mercado. A exigência de uma formação flexível não se restringe ao trabalho industrial, mais avança sobre o setor de serviços e toma de assalto a educação. Nenhuma atividade produtiva sai incólume dos imperativos da precarização. O volume da exploração é tão grande que professores são acometidos de várias enfermidades devido à desvalorização da profissão docente e da retirada de direitos já adquiridos anteriormente.

Sobre a exploração e o contexto social Ferreira (2004) argumenta que, no plano socioeconômico o capital, centrado no monopólio crescente das novas tecnologias microeletrônicas com o decisivo apoio da informática, vai muito além de fronteiras nacionais, agindo de maneira violenta e promovendo a exclusão social como jamais visto antes na história da humanidade. A autora argumenta que o capital financeiro destrói os fundos públicos e reafirma o ideário neoliberal como a face do mercado e via única de sociabilidade humana, com características marcadamente individualista. A massa de desempregados forma um exército de reserva com um grande excedente de trabalhadores aumentando de maneira desastrosa a miserabilidade social. Escreve reafirmando que estas mudanças sem considerar efetivamente a questão humana produz abalos sociais, de tal maneira que:

> A crença na formação de uma “sociedade mundial” pacífica e humana é abalada pela proliferação das guerras entre nações, pelo acirramento da divisão entre um “mundo” hegemônico constituído de uma minoria de poderosos e o “resto” do mundo tratado como resto, como descartável, como sobra humana coisificada. (FERREIRA, 2004, p. 1229)

No contexto atual a crise se configura em um grande problema da história da humanidade, revela contradições muito profundas no presente e a autora concorda com Frigotto (1998, p.140) quando explica sobre a crise do trabalho assalariado, escreve, “A classe trabalhadora que sempre lutou pela redução da jornada de trabalho e liberação do tempo livre empenha-se, hoje, desesperadamente para manter-se empregada mesmo à custa da perda de direitos duramente conquistados”.

O professorado também é incluído quando as condições de trabalho pelas quais sempre lutaram se tornam ainda piores em escolas e universidades. Os profissionais da educação trabalham com jornadas exaustivas e convivem com a retirada de direitos conquistados como a diminuição da hora atividade e do congelamento a até o não pagamento em dia de seus já defasados salários. As condições de trabalho são mínimas para cumprir com a exigência de qualidade de ensino cuja culpa recai sobre os professores pelos maus resultados do alunado. As transformações ocorrem muito rapidamente e causam um tremendo impacto que "alteram hábitos, valores, e tradições que pareciam imutáveis". (FERREIRA, 1999, p. 27)

Desse modo, a educação, a formação, "que são constituídas e constituintes das relações sociais, reduzem-se ao economicismo do emprego e da empregabilidade, da eficiência e da eficácia, da competitividade, da produtividade e conseqüente entropia da formação humana e da cidadania". Urge repensar o impacto no mundo do trabalho para que as desigualdades possam caminhar para um novo cenário que no presente parecem se distanciar, ou tornar mais difícil a luta dos trabalhadores por um mundo mais humano para todos. (FERREIRA, 1999, p. 28)

Os sistemas educacionais na atualidade passam por uma crise que acaba promovendo iniquidades, como a evasão escolar, repetência, o analfabetismo funcional, entre outros. Nesta perspectiva em relação à visão neoliberal, esta crise é gerada pela ineficiência dos profissionais que atuam nas áreas da Educação, e da ingerência por parte do estado.

Gentili (1993), adverte que o neoliberalismo enquanto ideologia econômica de mercado, tem criado uma nova cultura contemporânea, alguns estudiosos se referem a ela como o novo "senso comum", outros se referem à mesma como a cultura do "fracasso individual". O desejo dos neoconservadores, é que o mercado seja cada vez mais agressivo livre de interferências do estado, competitivo e individualista. Deixando claro que, o desenvolvimento humano é responsabilidade de cada indivíduo, e medido pelo esforço dos mesmos, desconsiderando as desigualdades sociais em que os indivíduos se encontram e as dificuldades que cada um deverá superar, induzindo as pessoas a acreditarem em seu próprio mérito.

Para o autor, os indivíduos que se enquadram neste modelo de sociedade capitalista, são aqueles que conseguem consumir, adquirir bens materiais, bens de

consumo, ou serviços que o mercado lhes oferece, esses cidadãos, obterão sucesso nos âmbitos: Pessoais, profissionais, econômicos e sociais. À medida que os que não têm as mesmas oportunidades, ou não se enquadram nas condições sociais abordadas, serão excluídos, viverão a margem de uma sociedade capitalista, consumista, cada vez mais individualista. Esse sistema econômico vende a ideia de que a felicidade está no poder de consumo, não no desenvolvimento humano. O autor consolida o pensamento de meritocracia dizendo:

> Na perspectiva conservadora, não é mau que seja assim é, até mesmo, desejável. Para isso cumprem aqui um papel fundamental das ideologias meritocráticas e do individualismo competitivo, segundo as quais o que justifica e legitima a divisão hierarquizante e dualizada das modernas sociedades de mercado é o assim chamado princípio do mérito: ... este princípio sustenta que os velhos esquemas institucionais premiavam os ineficientes, enquanto os novos, ao aumentar a dependência de cada um do valor de troca no mercado de sua capacidade individual, farão com que as retribuições sejam de acordo com sua maior ou menor eficiência como participante do sistema de trabalho social. (GENTILI 1993, p.165)

Seguindo o raciocínio de Gentili (1993), o princípio do mérito é gerador de desigualdades sociais, o mesmo questiona a noção de cidadania e democracia, descartando a existência dos direitos sociais e políticos dos cidadãos. Ainda, ironiza a cidadania dizendo que os neoconservadores tinham predileção pelos consumidores do que aos cidadãos. Ferreira (2000) concorda com a crítica sobre a tese da meritocracia e aborda esta nefasta investida deste modelo excludente sobre os trabalhadores e as futuras gerações, porque a educação escolar, lugar por excelência em que reside a esperança de melhoria de vida para os filhos da classe trabalhadora, está sendo controlada e vigiada pelos conservadores neoliberais a ponto de oferecer um ensino precarizado, o que colabora para o aumento das desigualdades sociais.

Ferreira (2007) apoiada em Marx e Gramsci, analisa as realidades sociais, neste mundo do trabalho acima detalhado, cujos objetivos são as desigualdades e seus efeitos na população, observando o comportamento dos indivíduos em convívio social e as camadas pertencentes a cada grupo. Consequentemente a autora destaca e se insere, sobre o papel dos intelectuais na perspectiva Gramsciana:

> Gramsci salienta o modo como a mistificação se mantém e se reforça criando no indivíduo expectativas de ascensão social que nunca serão realizadas, mas que produzem, no senso comum, uma apatia, uma indiferença política difícil de abalar. No campo da democracia burguesa, as eleições, o debate parlamentar (o parlamento é o lugar onde “se parla”), a proclamação da igualdade de acesso aos direitos individuais e outras práticas, ocultam a relação efetiva e o contato direto dos grupos econômicos com as instituições estatais, criando nas classes trabalhadoras a ilusão da participação igualitária

> e do exercício de uma política democrática no âmbito do Estado. A atualidade do pensamento de Gramsci, na contemporaneidade, se torna cada vez mais evidente. Tendo presente as categorias gramscianas, é necessário repensar o papel dos intelectuais em geral e, em especial dos profissionais da educação, enquanto formadores de opinião ou, como diz Gramsci, o intelectual capaz de incentivar a formação de uma nova concepção de mundo pela análise das contradições que permeiam o cotidiano. Para tanto, é necessário redefinir o trabalho educacional no sentido de se tornar força política capaz de enfrentar e questionar o poder da ideologia neoliberal. Tal processo, ainda no contexto gramsciniano, desencadeia-se na procura de novas formas de atuação política e de formação de uma consciência crítica que, na sociedade atual, passam pela utilização dos meios multimídia de formação da opinião que distorcem e violentam a verdadeira formação para a cidadania. (SCHLESENER; FERREIRA 2007, p. 107 - 108)

De acordo com Ferreira (2007), em seus estudos sobre o trabalho na sociedade, afirma que a classe trabalhadora é a mais fragilizada no processo de aquisição do conhecimento, as dificuldades se apresentam de várias formas, porém nos chama atenção para o procedimento de construção do conhecimento e a desconstrução de pensamentos e hábitos cotidianos. Aprender a pensar é algo complexo, para exercitar o pensamento é necessário se questionar, abandonar as certezas construídas ao longo do tempo, aspirando a estruturação de um pensamento mais elaborado, despertando-os com a intenção de desenvolver um pensamento crítico, esclarecedor acerca da realidade em que estão inseridos. Para a autora Gramsci traz uma reflexão significativa ao afirmar que, a concepção cultural contribui para as ideologias políticas, visto que, algumas ideologias são de cunho dominante e outras libertárias, salienta-se que a mídia tem total controle sobre as massas, no que diz respeito à formação de opiniões, manipulando a população menos esclarecida.

> Para Gramsci, a possibilidade de controlar os mecanismos de formação da opinião pública dá ao Estado ou aos grupos que concentram esses órgãos um poder incomparável de modelar a vontade política nacional e predominar em qualquer disputa ideológica: em períodos de eleições, quando a sociedade é convidada a manifestar-se e a exercer a soberania, os meios de comunicação podem suscitar motivações de pânico ou entusiasmo fictícios, que permitam alcançar objetivos determinados e definir um pleito e a vida política de um país, por 4 ou 5 anos. O efeito certamente seria menor se uma escola atuante, com uma gestão cônscia e responsável, portanto democrática, possibilitasse a garantia da formação efetiva do cidadão crítico e consciente. (SCHLESENER; FERREIRA 2007, p. 110)

Ferreira (2007) seguindo sua linha de pensamento, ao analisar a cultura e sua consolidação cultural, mostra que as hegemonias das classes dominantes se sustentam por conta de um pensamento unívoco, que mantém os indivíduos passivos, impotentes perante os problemas sociais. À medida que as massas permanecem dominadas, incapazes de questionarem os sistemas econômicos, políticos e culturais

de seu país, ficam suscetíveis a alienação e incapazes de compreender a realidade que os cercam, sem o auxílio de uma instituição de ensino democrática e emancipatória, se torna muito difícil este processo de desconstrução do senso comum entre os cidadãos menos favorecidos.

Contudo, Ferreira (2007) afirma que a percepção gramsciana alerta para a importância de uma escola pública de qualidade, democrática, com a função emancipatória na formação de cidadãos capazes de se reconhecerem como agentes históricos da sociedade em que estão inseridos. Porém, para que esse processo obtenha êxito de fato nas instituições de ensino, é preciso que os educadores estejam aptos a exercer essas funções emancipatórias perante aos educandos.

É de suma importância que os educadores busquem a formação qualificada, por meio da formação continuada e paralelamente assumam o compromisso politico com a formação de uma cidadania democrática, de forma abrangente. É indispensável ter uma visão clara para atender as necessidades sociais dos educandos e o acesso a uma formação de qualidade e gratuita, possibilitando que os cidadãos sejam capazes de assumirem suas responsabilidades perante a sociedade.

Ferreira (2002) explica que é importante ressaltar que o magistério é uma função humana, que faz mediação entre o conhecimento formal e o conhecimento que a sociedade anseia, por conseguinte, o educador, trabalha com a esperança de um futuro melhor, com o intuito de proporcionar melhorias para a vida das pessoas por meio do conhecimento. A autora acredita no conhecimento como uma possibilidade de emancipação e destaca sua importância em mais de 40 anos de árduo trabalho em suas pesquisas, para a pesquisadora a educação é uma aposta no futuro, por esse motivo, o compromisso dos educadores é com a sociedade e as gerações vindouras, que os educadores tenham sempre a sede pelo conhecimento e o desejo por despertá-lo em seus alunos, ambicionando a democracia no sistema de ensino, de modo que todos que estejam inseridos nesse sistema sejam alcançados. Este é o contexto do mundo do trabalho e da educação que a autora estuda para pensar criticamente a realidade social no mundo capitalista.

Na sociedade atual defender e garantir o acesso, a permanência e a oferta de ensino público de qualidade são requisitos defendidos nas pautas da academia e nas agendas das políticas públicas educacionais. Assim, a garantia da educação é defendida pelos setores que tem compromisso de construir um mundo mais humano

e melhor para todos, em especial na perspectiva de uma sociedade justa, solidária e humana. Contudo, isto não ocorre sem contradições oriundas das profundas transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho, nas relações sociais e políticas sociais. Por isso, esta garantia passa a ser o objetivo a ser alcançado neste incerto cenário social que se apresenta. Ao corpo docente é destinada uma árdua e precária jornada com cobranças de resultados quantitativos a todo vapor, em locais de trabalho muito aquém do que requer uma educação que seja significativa para todos. Em tempos em que o direito à universidade parece se afirmar no sentido de servir à alguns indivíduos em detrimento da grande maioria, ou seja, não é de fato para todos, questiona-se sobre os rumos do ensino no país.

Ferreira (2002) aponta de forma significativa a necessidade de pensar em alternativas de superação destas dificuldades que emperram o desenvolvimento de uma educação de qualidade. Para isso propõe como alternativa uma constante mudança de rumos nos processos educacionais como um trabalho fundamental a ser desenvolvido pelos trabalhadores em educação com vistas à transformação da realidade que passe a favorecer o bem comum na busca da cidadania. Explica que qualquer que seja a realidade que se apresenta com grau maior ou menor de dificuldade precisa ser encarada como um campo fértil de possibilidades. Neste cenário a análise sobre o trabalho e a formação dos profissionais da educação se torna uma demanda necessária para que se possa pensar em alternativas diante dos desafios do presente. O objetivo de focar no trabalho e na formação pode ser sustentado pela necessidade que o campo educacional tem de avançar no debate para que novas e importantes decisões possam efetivamente serem tomadas com maior clareza, para que os trabalhadores de fato se comprometam ainda mais em participar efetivamente na perspectiva desuperar as mazelas da educação.

As questões relativas ao trabalho e a formação dos profissionais da educação precisam ser examinadas a partir de sua complexidade para que seja possível ressignificá-las na realidade social do presente. Assim, urge considerar e compreender os conceitos que permitem traçar novos rumos em relação aos objetivos propostos para a educação e, nesta esteira compreender as fragilidades que afetam de forma decisiva a formação inicial, a formação continuada e as condições de trabalho oferecidas para os trabalhadores em educação nas redes de ensino, em especial condições humanas e físicas. Estas barreiras precisam ser sanadas para que

estes profissionais possam dar conta do que se espera deles que é uma contribuição efetiva na educação em busca de formar indivíduos que possam intervir de forma decisiva sobre a realidade do mundo em que vivem. É nestes profissionais que são depositadas as esperanças de promover e implementar ações significativas para o processo de ensino e aprendizagem, porque são educadores oriundos de diversas e fragmentadas formações, porém com um único objetivo necessário para a sociedade que é a construção de uma sociedade melhor, mais humana e significativa para todos. (FERREIRA, 2002)

Ferreira (2002, p. 9) segue seu argumento mostrando que os desafios, os impasses e as indefinições que afetam de forma decisiva a formação dos profissionais da educação trazem em seu bojo prejuízos à educação e interferem decisivamente na sua atuação como profissionais no trabalho que desenvolvem. Enfrentar estas contradições é questão necessária e urgente para melhorar o ensino e para isso propõe,

> Discutir novos horizontes para a escola, especialmente a pública, implica resgatar a defesa da docência como norte da formação de pedagogos, que sejam capazes de refletir e intervir na prática pedagógica, por meio de uma adequada compreensão da produção do conhecimento e da apreensão da escola como realidade concreta e historicamente construída.

Para esta construção de escola comprometida com a transformação da realidade há a necessidade de repensar e redefinir as ações a serem desenvolvidas e rediscutir o projeto de formação que precisa contemplar a educação de forma abrangente, exercitando a sua prática na sociedade de forma a considerar a totalidade do campo educacional. Isto é, tomar todas estas questões desafiadoras de forma crítica porque somente assim pode-se apresentar contribuições que ampliem o debate e dele nasçam compromissos e posicionamentos capazes de se concretizarem em alternativas e possibilidades que transformem para melhor as condições de trabalho na escola e na sala de aula. É na sala de aula que se efetiva o projeto sonhado, para que esta possa dar conta das exigências da sociedade.

Ferreira (2006) explicita de forma mais clara a importância do trabalho desenvolvido pelos profissionais da educação e, diante desta relevância aparece como um imperativo a formação de qualidade para que possam atuar de acordo com as novas exigências decorrentes das enormes transformações no mundo do trabalho que afetam profundamente as relações humanas na atualidade. Aponta que urge priorizar finalidades e ter autodeterminação como requisitos necessários para

enfrentar os desafios que se apresentam. No seio destas contradições é um imperativo promover atualização de conhecimentos e valorização para os trabalhadores da educação, destacando que o trabalho na educação é considerado, “sempre um trabalho de gestão da educação porque se constitui num compromisso político coletivo de tomada de decisões sobre a formação intelectual e moral de novas mentes humanas”. Dessa maneira, por meio de um trabalho de qualidade e articulado com o Projeto Pedagógico é que aparece a alternativa para assumir o compromisso com a possibilidade de emancipação humana. (FERREIRA, 2002, p. 10)

Ferreira (2008) reafirma estes pressupostos a respeito do trabalho dos profissionais da educação e enfatiza a necessidade de um novo rumo para a gestão da educação que possibilite uma ação com foco mais significativo em busca de melhorias na educação. Explica que importantes e acertadas decisões precisam ser tomadas para que um novo conhecimento mais significativo para a vida das pessoas possa ser efetivado. Os profissionais que irão atuar precisam de conteúdos científicos, éticos, técnicos políticos e humanos e sua atuação irá desde o ensino fundamental ao superior. Este trabalho têm o objetivo de formar seres humanos com a capacidade necessária para enfrentar com dignidade e possibilidades os desafios que se apresentarem na vida. Diante da complexidade do mundo aparecem novas exigências para as políticas educacionais e o seu enfrentamento está ligado ao bom desempenho dos trabalhadores, de sua formação, qualificação e formação, para que possam dar conta da demanda atual pelo bom trabalho educacional que executam em seus locais de trabalho e deste dependem os cidadãos e cidadãs brasileiros para realizar os seus sonhos de vida.

A autora fala de uma aprendizagem que tenha como pauta os conteúdos da vida e neste trabalho é de suma importância reconhecer a capacidade que os profissionais da educação realizam tendo em mente uma profunda transformação de vidas pelo caminho do conhecimento. Fala de um humanismo que todo profissional pode dar a seus alunos e enfatiza que disso dependem nossos, “alunos e alunas, homens e mulheres, profissionais da educação e profissionais em geral, possam desenvolver-se como seres humanos fortes intelectualmente, ajustados emocionalmente, capazes tecnicamente e ricos de caráter” e afirma com segurança que para isso,

> Nossa prática de gestão, comprometida com a formação de homens e mulheres brasileiros fortes e capazes de dirigir seus destinos, os da nação e

> os do mundo, tem que possuir a força do conhecimento-emancipação que possibilita o equilíbrio da afetividade nas relações, a competência em todas as atividades e a riqueza firme do caráter que norteia nossas ações. (FERREIRA, 2008, p.113)

Neste cenário social de análises complexas aparece o projeto pedagógico como meta, no entanto se concretiza quando é compreendido e assumido pelas pessoas. Em um tempo em que se vive a desintegração dos seres humanos, a contemporaneidade marcada pela carência de valores humanos, pela amoralidade e violência cada vez mais acentuadas, então, diante destes desafios urge a integração do homem e da mulher em sua essência humana, ou a produção da mesma pelo trabalho. Os seres humanos se diferenciam dos outros animais porque antecipam no pensamento o objetivo a ser realizado, assim agem na natureza para produzir as condições necessárias para a sua existência. Homens e mulheres transformam e criam cultura no mundo que os rodeia e produzem um mundo humano porque por humanos é criado. Decorre deste entendimento que a escola é lugar de criar a existência, é responsabilidade de educadores e educadoras possibilitar esta criação, bem como, é também responsabilidade das políticas públicas educacionais favorecerem a formação de cidadãos e cidadãs aptos para transformar para melhor o mundo que habitam. A escola precisa de uma direção que garanta a efetivação do projeto que foi pensado coletivamente, a direção está condicionada à escola ou sistema e ao “caráter social do trabalho”, portanto, uma condição indispensável é a participação que constrói e legitima a direção escolar. É o exercício da democracia competente na efetivação coletiva do projeto pedagógico que espelha o tipo de homen e de sociedade que se quer formar. (FERREIRA, 2008, p. 112)

Para isso, a autora afirma que há sim a necessidade de controlar o trabalho educacional porque este precisa ser redefinido a partir de novas bases e de novos significados. A educação exige um ensino de novo tipo, então o controle de que se fala é no sentido de construir com rigorosidade e de forma coletiva, um novo projeto acadêmico com base em conhecimentos científicos mais elaborados, na perspectiva de possibilitar o domínio de conteúdos e de habilidades cognitivas superiores a serem exercidos pelos trabalhadores da educação em sua função de sala de aula e fora dela. É preciso sonhar com um mundo mais justo e humano, sonho este que nasce das ações conscientes e competentes de educadores e educadoras que formam seres humanos para o mundo. A autora afirma que sonha com “uma educação

comprometida com todos os cidadãos brasileiros, a qual possa desenvolver seres humanos fortes intelectualmente, ajustados emocionalmente, capazes tecnicamente e ricos de caráter, o que me leva a ousar a acrescentar (...) e felizes". (FERREIRA, 2013, p. 100)

Para Ferreira (2013) diante de tantos desafios e violência presentes na sociedade, mesmo com tantas dificuldades, afirma que há esperança e esta reside agora e sempre na inteligência dos seres humanos e na vontade coletiva de pelo trabalho humanizado transformar o mundo e produzir cultura. Não o trabalho que explora a força de trabalho, mais sim o trabalho como criação que promove a vida a felicidade e a emancipação humana.

3.5 A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: IMPASSES E POSSIBILIDADES

No contexto atual o debate precisa considerar as lutas que garantiram direitos que hoje estão na legislação, porém muitas vezes negligenciados, assim, é um imperativo fazer valer o que está garantido na legislação, tendo como ponto de partida a nossa Carta Magna Nacional (Constituição de 1988) trazendo muitos avanços para a educação, resultado de muitos embates para garantir na lei maior do país, políticas públicas significativas para todos.

O processo de elaboração da nova Constituição na época (1987- 1988) se deu em um contexto de transição de um regime de ditadura militar para um governo civil e democrático. O momento era fértil para se refletir sobre a possibilidade de estabelecer relações democráticas principalmente a partir da década de 80. Vários avanços para a democratização são vivenciados nesta década como as Diretas Já e a reorganização dos partidos políticos que são movimentos importantes rumo à democratização do país. Neste clima de conquistas e de participação democrática, se organizam várias esferas da sociedade, movimentos sociais em torno das mais diversas causas, no sentido, sobretudo, de exigir reformas do Estado e da administração pública.

Na pauta dos setores progressistas estava a reforma do Estado autoritário e centralizador, assim caracterizado durante o regime militar (1964-1985). Aumentava a reivindicação dos movimentos populares e sindicais pela transparência e participação na busca de democratização da gestão do Estado. Os partidos de

oposição apresentaram plataformas embasadas em perspectivas participativas e democráticas apresentadas na disputa das eleições a partir de 1982.

Nesse sentido, as perspectivas de democratização se destacaram na esfera legislativa, por entenderem na época que uma das maneiras de se garantir o processo democrático é consolidá-lo legalmente. Contudo é necessário frisar que um processo legislativo sempre contém configuração de forças que se expressam na disputa entre interesses diferentes e a lei resultante do processo é a expressão de conflitos. Daí resulta a ambiguidade política de que nem sempre o que está aprovado legalmente é executado na prática, pois desde a sua formulação a lei encontra resistências de vários setores do poder, que sempre estão em constantes debates no cenário político brasileiro.

É importante destacar que a gestão democrática da educação aparece como princípio inédito no texto constitucional brasileiro, sendo introduzido na Constituição Federal de 1988. O mesmo não acontece em relação aos princípios de gratuidade e obrigatoriedade presentes em textos anteriores, negando a democratização do acesso e permanência como uma determinação legal. A importância de um princípio constitucional é que dele decorrem as outras orientações legais e que não podem ser desrespeitados por medida governamental ou ações da sociedade civil. A questão é muito complexa porque implica proposição da legislação e sua materialização, que neste caso de estudo seria no campo educacional. Desta forma sabe-se que entre a legislação e a prática há ainda um abismo para que a efetivação de direitos de fato possa se concretizar e ser eficiente e eficaz. É uma referência que valida normas dele derivadas. O processo jurídico configura uma hierarquização que produz um efeito de centralização. Contudo, o conflito em torno da lei se dá no cotidiano da administração e dos tribunais, de maneira que a lei ao referir-se aos indivíduos, quase sempre prevalece a vontade do mais forte.

As discussões políticas sobre a elaboração de leis não podem ser pensadas como um evento apartado do cotidiano como se os representantes do povo atuassem no centro de difusão do poder. Ao se analisar o processo produtor da lei, depara-se com pessoas de carne e osso defendendo interesses concretos ou de setores dos quais são apenas meios de transmissão e legitimação de interesses dominantes. A introdução do princípio da gestão democrática na Constituição de 1988 também resultou de embates nas comissões e subcomissões encarregadas da discussão

durante o processo constituinte (1987-1988) dentre as classes que discutiram a gestão democrática da educação. De maneira sucinta pode-se identificar duas posições expressas por setores organizados da sociedade civil e com “representação” no legislativo que travaram o debate a respeito do sentido que deveria ser atribuído à gestão da educação.

A primeira posição defendia as concepções do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, constituído por entidades de caráter nacional que se posicionavam na defesa do direito de participação da população usuária na definição das políticas educacionais e na gestão da educação e da escola. Entende-se que formar cidadãos e uma sociedade participativa e igualitária pressupõe vivências democráticas no cotidiano da escola, englobando tanto as escolas da rede pública quanto a particular de ensino. A redação apresentada à Comissão Constituinte pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública tinha a seguinte redação: “gestão democrática do ensino, com participação de docentes, alunos, funcionários e comunidade”.

A segunda posição, de forma oposta, ligada aos interesses privados no campo educacional, composto pelos empresariados educacionais e representantes das escolas confessionais era contrária à formulação do Fórum e, defendia que a participação fosse resumida à colaboração das famílias e educadores com as direções ou mantenedoras das instituições de ensino.

Assim, na composição do texto do anteprojeto para a Constituição foi incorporado pela comissão de sistematização o conceito de gestão democrática com a sua formulação alterada no plenário por meio de emenda coletiva defendida por conservadores, a redação final ficou muito restrita em relação a apresentada pelo fórum resultando na seguinte versão:

> Capitulo III
> Da Educação, da Cultura e do Desporto
> Seção I
> Da educação
> Artigo 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> VI – Gestão democrática do ensino público, na forma da lei. (CONSTITUIÇÃO, 1988)

A mudança é o acréscimo do adjetivo público à palavra ensino que exclui a extensão de gestão democrática no ensino privado e, quando usa a expressão na forma da lei delega a sua exequibilidade para legislação complementar, neste caso a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB) e nas demais expressões legais para definir o significado e os mecanismos de implementação do princípio democrático

da educação, ou seja, o ensino privado saiu beneficiado no debate e garantiu privilégios na legislação.

As limitações foram significativas, no entanto o princípio se configurou em conquista por parte dos segmentos comprometidos com a democratização da gestão do ensino, também representou uma conquista parcial devido à sua abrangência limitada e dependente de regulamentações futuras e ainda pode-se perceber a incipiente participação dos conselhos escolares no final da década de 80, diante de direções de escolas marcadamente hierarquizadas e centralizadoras. Contudo, a ampliação desta instância (conselho escolar) era vista mesmo antes da Constituição de 1988, como um dos meios para democratizar as relações de poder nas instituições escolares.

Dessa forma, a gestão como princípio significa o mesmo que decretar a autonomia. Como obrigar as escolas a serem autônomas a serem democráticas, sobretudo quando se estabelece formas de controle de autonomia com indicadores precisos? Em que sentido isso poderia ser expressão de um desejo de autonomia e democratização radical que daria às escolas e sistemas de ensino a possibilidade de se recriarem livremente, sobretudo de construir, localmente, formas de resistências e de padronização? "Décadas de cultura politizada e clientelista não podem se reverter, magicamente, apenas pelo discurso oficial que defende a criação de administração local e participativa inteiramente eficiente e eficaz". (MARTINS, 2002, p. 108)

Contudo, segundo os objetivos defendidos pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, a ampliação dos conselhos de escola fortalece a democracia que se articula ao princípio da igualdade proporcionando a todos os sujeitos a participação e o reconhecimento como interlocutor válido. Defende-se que a gestão democrática tem o dever de garantir a todos os participantes a igualdade de poder de intervenção nas tomadas de decisão, por meio de mecanismos que favoreçam a consolidação de iguais possibilidades para optar e agir nos processos de decisão, principalmente no permanente exercício de implementação da gestão democrática no ensino público de todo o país.

Neste sentido os conselhos aparecem como espaços públicos privilegiados para resolver tensões e conflitos que ao serem superados abalam as "práticas monolíticas e harmoniosas de gestão" e se consolidam como espaços institucionais para a articulação e solução dos problemas escolares. Entretanto, corre-se o risco de

pensar os conselhos como espaços de enfrentamento de conflitos e de busca de consensos que acabam por se tornar novas práticas monolíticas e harmoniosas de gestão. Essas tensões e conflitos é a luta de classes presente na escola como um reflexo do exercício de poder que circula e define os rumos da gestão da educação e das unidades escolares. Elas não podem ser contidas sem com isso bloquear a livre dinâmica da criatividade coletiva.

O princípio da gestão democrática da educação nasceu de um clima favorável de democratização da sociedade brasileira, que naquele momento se traduzia em práticas sociais concretas como devem ser as políticas de estado. É importante destacar que o princípio democrático da gestão pública incorporou práticas de participação já existentes de democratização na gestão da educação, observando-se que no início dos anos 1980, foram implantados conselhos escolares com natureza deliberativa, eleição de diretores e apoio aos grêmios estudantis. São exemplos deste processo as redes públicas do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso. Da mesma forma, favoreceu políticas voltadas para o aumento da participação coletiva de educadores, pais, funcionários e a comunidade escolar que passam a fazer parte da gestão escolar. Pode-se dizer que, de certo modo, a legislação veio ao encontro de uma tradição de práticas de gestão democrática já efetivada.

Assim o princípio de gestão democrática da educação é ambíguo podendo se configurar contra ou a favor da referida tradição. Medidas oficiais de participação ainda que importantes se limitam às unidades escolares, se expressando principalmente por meio dos colegiados e de conselhos de gestores, avançando muito pouco ou nada no sentido de uma participação criadora de mecanismos de efetivo engajamento dos trabalhadores da educação e da comunidade escolar da rede pública nas tomadas de decisões seja para reafirmar ou para resistir ao que é imposto pelos sistemas de ensino.

Por isso, foi uma estratégia política a omissão no texto constitucional, que não definiu diretrizes gerais que garantissem a constituição e a gestão de diferentes sistemas de ensino, deixou em aberto várias possibilidades. Ao deixar para leis futuras a definição das orientações gerais, em especial para a LDB, que foi elaborada oito anos após a Constituição, assim, permitiu-se que cada sistema de ensino fizesse a sua regulamentação, bem como sua própria organização e funcionamento que quase nada avançou em relação aos procedimentos já existentes. Contudo, até que ponto o

princípio da gestão democrática do ensino se consolida no âmbito da gestão escolar como prática concreta, e até que ponto ele é mera letra morta, sem eficácia? É preciso compreender limites e possibilidades na Lei, não tanto no sentido das normas jurídicas e, sim como um instrumento que induz modificações na sociedade, mas cuja eficácia depende de mecanismos locais que nem sempre são engendrados por decretos. É neste sentido que se pode analisar a LDB como um dispositivo de poder um artefato que produz práticas de gestão da educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 regulamenta o processo de gestão democrática da educação em seu Título II quando trata na forma da Lei dos princípios e fins da educação nacional em seu artigo 3º traz a seguinte redação:

> Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino (LDB, 9394/96).

Na regulamentação da gestão democrática da educação pela LDB, já de imediato se pode notar que a brecha deixada pela Constituição é ainda ampliada quando esta insere no inciso VIII, além de na forma da lei acrescenta também da legislação dos sistemas de ensino o que dá a estes, liberdade de escolhas.

Daí depreende-se que permanece a ambiguidade que separa o público do privado, onde a gestão democrática pela LDB confirma seus limites que não ultrapassam a esfera das instituições públicas. Para os educadores comprometidos com a defesa da escola pública, é necessário ampliar o alcance de tal princípio para que se possam materializar transformações na educação brasileira.

No trabalho elaborado pelo Fórum em defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal que faz uma análise crítica da LDB, sobre a gestão democrática da educação, diz-se que a maneira de gerir, de planejar, administrar e coordenar as escolas e os órgãos pertencentes ao sistema de ensino estava contemplado no seu artigo 9º como uma norma geral de todo o Sistema Nacional de Educação. O encaminhamento democrático podia ser encontrado na composição e no funcionamento dos órgãos normativos dos estados e municípios. O Fórum Nacional da Educação também legitimava ratificando a direção democrática do ensino.

No artigo 21, específico da gestão, tratava exclusivamente da gestão democrática, possuía como conteúdo um conjunto de diretrizes voltadas para a organização e administração das escolas públicas e também para as instituições

particulares que recebessem recursos públicos. As diretrizes se referiam à formação dos Conselhos de Escola e a participação da comunidade na gestão do ensino e também na escolha de dirigentes. Tratavam ainda da qualidade do ensino e da prestação de contas dos recursos que deveria ser obrigatória, com a intenção de dar maior transparência para a gestão da educação, referindo-se ainda sobre o processo de avaliação institucional e ao indispensável envolvimento coletivo no processo democrático para a definição dos objetivos e das prioridades.

Nota-se aqui que o projeto era bem mais completo do que aquele aprovado na LDB, em que o princípio da gestão democrática perdeu sua vitalidade e a possibilidade de eficácia. A primeira grande limitação se refere à aplicação do princípio apenas para o ensino público e não para toda a organização da educação como previa o artigo 9°. Outra grande limitação aparece no artigo 14 pela generalidade e indefinição que se limita a prescrever que os profissionais da educação participam na elaboração do projeto político pedagógico da escola e a comunidade escolar apenas dos Conselhos Escolares ou equivalentes.

No caput do artigo 14 da LDB encontra-se o seguinte:

> Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
>
> I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
>
> II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Portanto, será preciso um acompanhamento atento nos Sistemas de Ensino, para que as normas possam assegurar possíveis avanços diante deste conjunto de indefinições e generalidades. O mesmo sucede com o artigo 15 da LDB, que propõe a autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira para as escolas públicas, diante do contexto de descentralização proposta no texto legal se torna no mínimo discutível a questão da autonomia das escolas e ao que parece dá sinais de controle e vigilância do poder central inclusive com avaliações quantitativas.

Em relação à autonomia financeira é preciso atenção quanto ao seu significado e encaminhamento, porque nas diretrizes do Banco Mundial são encontradas estratégias para a administração escolar que em grande parte determinam as políticas educacionais no Brasil. Estas orientações apontam no sentido de buscar alternativas de financiamento para a educação básica para além da responsabilidade estatal que

inclui a colaboração dos pais e até mesmo o pagamento de mensalidades escolares é o estado neoliberal presente no ensino.

Desse modo, sobre a composição dos sistemas de ensino Federal, Estadual e Municipal, a lei destaca que as instituições mantidas por estas esferas continuam sob a responsabilidade do Sistema de Ensino, com exceção das instituições de ensino superior e municipais, que são incluídas nos Sistemas de Ensino dos Estados e do Distrito Federal. Continuam no âmbito do Sistema Federal de Ensino as instituições criadas e mantidas pela iniciativa privada em consonência com o que determina a lei 4024/61. De acordo com o artigo 9º no inciso 3º tanto os Estados quanto o Distrito Federal que mantenham instituições de ensino superior podem receber da União competência para autorização, reconhecimento, credenciamento e supervisionar e avaliar os cursos de instituições superiores do seu Sistema de Ensino e também de estabelecimentos particulares. As instituições privadas de ensino fundamental e médio também pertencem ao Sistema Estadual de Ensino.

No tocante aos Sistemas Municipais de Ensino, estes são responsáveis pelas instituições públicas de ensino fundamental e médio e da educação infantil mantida pelo município inclusive a educação infantil vinculada à iniciativa privada. Quanto a sua caracterização as instituições de ensino podem ser públicas e privadas, sendo que as da iniciativa privada podem ser particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas de acordo com o artigo 19º da LDB.

No que concerne à iniciativa privada, esta trata a educação de uma forma privada mesmo, ou seja, de fato como um produto de mercado a ser negociado pela lei da oferta e da procura. Na categoria comunitária o disfarce aparece por meio de uma cooperativa de professores e alunos na privatização do público apenas tendo as escolas comunitárias e confessionais de incluir em suas mantenedoras representantes da comunidade e oferecer algumas poucas bolsas de estudos para alunos carentes.

O Plano Nacional de Educação (PNE, 2001), no que se refere à gestão democrática da educação, durante a sua vigência, pouco acrescentou ao que está regulamentado na LDB. Aborda a democratização da gestão do ensino público nas instituições públicas e mantém a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar e local nos conselhos ou equivalentes.

A diferença a ser analisada é que no plano a gestão aparece como prioridade nos objetivos e metas, portanto mais especificada inclusive bastante atrelada ao financiamento da educação. Apresenta mais clareza e transparência em relação aos recursos para a educação, porém também abre um leque muito grande em relação à colaboração entre os entes federados no financiamento, que de forma implícita pode se caracterizar como uma possibilidade de participação da iniciativa privada o que abre a possibilidade de invasão do público pelo privado. Aqui nota-se a presença das forças conservadoras nas tomadas de decisões sobre o ensino. (PNE, 2001)

Dessa maneira, a meta principal do PNE em relação à gestão é a definição em cada sistema de ensino das normas de gestão democrática para o ensino público com a devida participação da comunidade (Meta 22 da Gestão/PNE, 2001). De acordo com o PNE se pode concluir que ele é um documento que traz com maior clareza as prioridades, diretrizes, objetivos e metas para a gestão do ensino público em todos os seus segmentos. Porém depende da elaboração e efetivação dos planos Estaduais e Municipais para que suas políticas possam atuar na educação. O PNE mostra bem como o Estado dispõe metas para as escolas atingirem, mobilizando a todos por meio da gestão escolar com o objetivo de cumpri-las. (PNE, 2001)

O novo Plano Nacional de educação (2014/2024) na meta 19 reafirma a gestão democrática da educação como uma necessidade imperiosa na educação pública. A Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014 assegura que:

> Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.
>
> Estratégias:
>
> 19.1) priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;
>
> 19.2) ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

> 19.3) incentivar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a constituírem Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, estaduais e distrital bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PNE e dos seus planos de educação;
>
> 19.4) estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;
>
> 19.5) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;
>
> 19.6) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;
>
> 19.7) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;
>
> 19.8) desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão.

Nota-se que o novo Plano traz muitas possibilidades de implementação da gestão da educação por meio da participação e do diálogo na busca de melhorar a participação atuando na elaboração dos planos e regimentos da escola, nos currículos e também assegurando a formação continuada. Além disso, prevê um bom financiamento da escola pública desde que sejam assegurados o destino apenas para o público. Contudo é perceptível a participação da iniciativa privada em parte do fundo destinado ao ensino público. Percebe-se que neste campo está pautado o objetivo privado por mérito e desempenho.

Assim, as proposições apresentadas pelos educadores, que foram reapresentadas durante a elaboração do Plano Nacional de Educação e, mais recentemente, debatidas na Conferência Nacional da Educação Básica. Mais as exigências da democratização, pelo tom do debate atual, ainda não se tornaram realidade na educação brasileira como políticas públicas efetivadas em um sistema de ensino e tão pouco para a democratização da Educação e da sociedade brasileira, que podem, devem e precisam avançar urgentemente na atual conjuntura. Este é o

momento de reafirmação destas propostas no período em que se vivencia um processo de ascenso na implementação de políticas públicas educacionais de cunho neoliberal, que atinge a maioria da população. As questões que são propostas para a educação são as mesmas da década de 80 que ainda não foram superadas, pelo contrário se caracterizam como questões da atualidade para serem resolvidas, então pode-se dizer que o avanço nas políticas educacionais é ainda muito incipiente. (CARVALHO, 2009)

Neste sentido, organizações da sociedade em especial os movimentos sindicais se recusam em aceitar que a formulação, definição ideológica e a estruturação das políticas públicas sejam prerrogativas apenas do Estado, pois isso se caracteriza como um monopólio estatal. Nesse caso defende-se como indispensável à instituição de espaços democráticos bem como a exigência de se criar e implementar o sistema educacional brasileiro para garantir a democracia na atual conjuntura política mundial que afeta também o Brasil. É preciso se projetar para além de uma simples participação afirmando solidamente na nossa realidade o princípio da gestão democrática da educação para a garantia de um ensino público de qualidade para a maioria da população. (APP/PR, 2009)

A democratização da educação precisaria acontecer como forma e fundo e ser universal e gratuita para todos, com o indispensável quesito de qualidade, em todos os níveis e modalidades, devendo ser então expandida de forma completa em todo o território nacional. Neste caso, a democratização é um processo que deve ser compreendido e exercitado de forma coletiva e muito bem organizada, para o bem comum da população em geral.

Aparecem neste momento propostas de resistência e de luta por conquistas que propõe a mudança de papéis que subverte a tendência dominante de cima para baixo e propõe uma ação coletiva para o exercício do poder. Contudo a intervenção coletiva não busca mais o controle central, apoderar-se do aparelho de Estado. O debate ocorre com foco que busca a maneira compatível com a criação de um sistema nacional de educação articulado em torno do Estado, como se propõe atualmente. Contudo é preciso ter precauções para que não se torne mais uma forma de homogeneizar e impor um padrão de gestão e de medida reafirmando a tendência já presente na avaliação da educação de ser cada vez mais nacional e centralizada. Nota-se aqui que se pretende uma educação alinhada com a vontade do mercado que

lança um olhar sobre a possibilidade de lucrar com a educação pública. Nestes termos do debate e da luta por direitos Ferreira (2008) destaca a importância do trabalho coletivo nas escolas em busca de construir juntos um projeto de ensino que seja significativo para os alunos, para que possam almejar um futuro melhor na sociedade em que vivem e poderem lutar em busca da emancipação humana, mostrando que um dos caminhos da emancipação é o conhecimento.

3.6 O TRABALHO DENTRO DAS ESCOLAS

O árduo trabalho desempenhado pelos profissionais da educação no processo de conduzir instituições escolares destaca-se a importância da gestão escolar em encontrar caminhos concretos e positivos para a aprendizagem do aluno e formação do ser humano capaz de refletir sobre seus atos. A gestão segundo Cury (2005, p. 14) provém do verbo latino *gero, gesse, gestum, genere* que significa levar sobre si, chamar a si, exercer, gerar.

Ferreira (2001) ensina que gestão é um exercício complexo, profundo e contínuo a ser concretizado no ensino público, deixando claro que há um grande caminho a ser percorrido no cenário das políticas públicas para a educação e seu desenvolvimento nas escolas, a gestão precisa se criativa e, nesta seara destaca:

> [...] tomar decisões, organizar, dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania.
> [...] é um compromisso de quem toma decisões – a gestão - de quem tem consciência do coletivo – democrático – de quem tem responsabilidade de formar seres humanos por meio da educação.

Entende-se a necessidade de refletir que é pela escola que passam os jovens em processo de desenvolvimento, assim estes cidadãos dependem da forma que estão sendo conduzidos a partir da gestão da escola e que esta não pode cometer erros para não comprometer o futuro dos alunos e, por isso precisa ser a mola mestra que impulsiona e organiza a ação a ser implementada que é a vontade do coletivo da instituição. Ferreira (2011, p. 296) se preocupa com este trajeto percorrido e explica a importância deste exercício para a aprendizagem e enfatiza:

> Depreende-se daí, que de uma boa ou má administração da educação dependerá a vida futura de todos que pela escola passarem. Uma boa ou má gestão educacional exercerá uma influência relevante sobre a possibilidade de acesso ás oportunidades sociais da vida em sociedade, pois a organização da escola e sua gestão revela seu caráter excludente ou includente. A administração da educação, diante destas questões

> indubitáveis, defronta-se com a responsabilidade de avançar na construção do seu estatuto teórico/prático a fim de garantir que a educação se faça com a melhor qualidade para todos possibilitando, desta forma, que a escola cumpra sua função social e seu papel político institucional.

A escola possui um papel primordial diante da sociedade, pois é a grande formadora de cidadãos dignos de caráter e cientes de seus direitos e deveres, esta função parte de um processo humanizado, no qual mais uma vez vale acrescer as palavras de Ferreira dizendo que a escola possui seis dimensões que indagam a formação humana do homem e da mulher.

> São elas: 1. A escola oferece um tipo de formação que não é facilmente adquirida em outro lugar; 2. A escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado existindo para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso a esse saber; 3. Esta formação abarca as dimensões cientifica técnico, ética e humana que se constituem de elementos cognitivos (aprendizagem, ensino, habilidades, conhecimentos, capacitação, qualificação) e elementos atitudinais (socialização, disciplina, conduta, disposições); 4. A passagem pela escola, assim como desempenho desta com os alunos e alunas, isto é, o êxito ou fracassos acadêmicos, têm influência relevante sobre o acesso ás oportunidades sociais da vida em sociedade. Vale dizer, da formação que a escola propiciar e administrar dependerá a vida futura de todos que por ela passarem. 5. A escola é “locus de reprodução e locus de produção de políticas, orientações e regras”. 6. A escola está inserida na “sociedade global” e na chamada “sociedade do conhecimento” onde violentas e profundas transformações no mundo do trabalho e das relações sociais vêm causando impactos desestabilizadores á toda humanidade, e conseqüentemente exigindo novos conteúdos e formação, novas formas de organização e gestão da educação ressignificando o valor da teoria e da pratica da administração da educação. (FERREIRA, 2011, p. 295)

Assim é compreensivo a importância de uma gestão que busque na prática a qualidade de ensino. A gestão democrática proporciona esta autonomia aos envolvidos no âmbito escolar para tomadas de decisões e vivências escolares dialogadas e reflexivas. No Brasil o regime militar se instalou dentro da educação através do autoritarismo, onde formava alunos sem visão de mundo e sem possibilidades de reflexões. Cury (2002, p. 166) diz que a gestão se traduziu em aspectos internos à escola baseados no controle do “vigiar e punir”.

A derrubada do regime militar contou com a ordem jurídica de caráter democrático e com a determinação da Constituição Federal de 1988 em seu artigo 206, que assegura os seguintes princípios.

> I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
> III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

> IV- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
> VI- gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
> VII- garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988).

Então a Constituição garante a todos o direito à educação e à informação, podendo haver trocas de ideias e concepções dos profissionais da educação e os envolvidos na comunidade escolar. É direito de todo ser humano a gratuidade do ensino e garantia de qualidade do mesmo, sendo assim, toda escola pública brasileira deveria ser administrada por uma gestão democrática, efetiva no dia a dia escolar e não só descrita em seu Projeto Político Pedagógico.

Nota-se a importância de se priorizar a participação efetiva, buscando trazer a comunidade para dentro da escola e participando das tomadas de decisões, priorizando o diálogo e a paciência nesta ótica, Cury (2002, p. 165) apresenta um novo modo de administrar, para o autor a “gestão, dentro de tais parâmetros, é a geração de um novo modo de administrar uma realidade que é em si mesma democrática já que se traduz pela comunicação, pelo envolvimento coletivo e pelo diálogo”. Nesta reflexão continua nasce a verdadeira participação e mostra que gestão é muito mais do que direção da escola, é um colegiado complexo e deve estar sempre articulado para gerar possibilidades cada vez mais profundas de gestão que exercita a participação continua na busca dos objetivos da escola. (FERREIRA, 2006)

É importante ter clareza e cautela na forma de conduzir a administração da escola para que possa resultar em um processo de aprendizagem de qualidade, este caminho humanizado, com os direitos e deveres dos cidadãos vivenciados na busca da formação de uma sociedade igualitária. Ressignificar a gestão democrática para envolver a participação da comunidade escolar que engloba os alunos, pais, professores, funcionários e a comunidade local inserida dentro do processo da busca de qualidade educacional é um dos maiores desafios propostos em textos de Ferreira que demonstram a incipiente participação no processo de consolidação do projeto pedagógico nas escolas. Neste cenário se torna indispensável aprimorar o processo de gestão democrática nas escolas.

A LDB n°. 9.394/96 regulamentou os princípios da Constituição de 1988 da seguinte maneira:

> Art.14 Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
> I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

> II- Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Nesta ótica, percebe-se como é importante e significativa a participação da comunidade local nestes momentos de conselhos, pois, através dos mecanismos de participação a escola fica interligada com situações e realidades que a envolvem, construindo um trabalho pedagógico dentro da realidade dos alunos, conseguindo assim assimilar com mais facilidade os conhecimentos propostos. Trabalhar com o foco direto na aprendizagem e bem-estar dos educandos é crucial, já que eles são os componentes primordiais da escola. Nota-se, portanto, que a escola é componente fundamental para que o aluno possa tornar-se cidadão e desenvolver-se cognitivamente.

Nessa assertiva, Dourado (2012, p. 4) afirma como é indispensável a participação no meio escolar:

> A gestão democrática é entendida como participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola.

Nesta esteira Dourado (2017) afirma a importância do Plano Nacional de Educação se estabelecer de fato como uma política de Estado sustentado pela mobilização social, porque em muitos cenários estas políticas acabam se transformando em políticas de governo o que é inaceitável e produz retrocessos para a educação. O pesquisador assevera a importância da defesa do PNE como uma política de Estado como uma possibilidade de melhorar a educação apesar dos recuos que a política educacional tem sofrido nos últimos anos.

A análise do PNE conta com a participação de vários pesquisadores das Universidades: Federal de Goiás; Federal de Minas Gerais; Universidade de Brasília; Federal de Pernambuco; Instituto Federal de Goiás. A ênfase neste trabalho é ser fruto de rigorosa investigação científica, que se desenvolveu nos últimos anos. As contribuições de Dourado (2017) destacam o PNE como Política de Estado e escreve que o PNE seja “ entendido como uma das formas de materialização do regime de colaboração e cooperação coletiva, se converta em efetivo Plano de Estado”.

Nesta seara Dourado (2017) reafirma a importância de revisar os limites nas políticas e na gestão da educação, marcadas por descentralização e desconcentração. Fica evidente os limites da colaboração dos entes federados

prevalecendo um desenvolvimento de forma desigual e combinado. Neste sentido é preciso compreender a educação como uma política de Estado e avançar para que os limites possam ser superados. A política da educação sofre com as diversas interferências das estruturas políticas, econômicas e sociais de cada época. Importante repensar o Estado Brasileiro para ampliá-lo e aprimorá-lo principalmente no que diz respeito a correlação das forças da sociedade civil e política o que implica em avanços na participação da sociedade nas tomadas de decisões.

Dourado (2017, p. 9) afirma que os pesquisadores continuam trabalhando na perspectiva de concretização do PNE, e destaca os imensos desafios a serem enfrentados para materializar o plano, em especial no que diz respeito "a financiamento, gestão, avaliação e qualidade da educação, para garantir o direito a educação para todos/as". Nesta assertiva escreve,

> Ao avaliar o PNE como política pública, buscamos delimitar e problematizar seus limites, avanços e desafios em suas proposições que dizem respeito as metas e estratégias do plano, no contexto da educação nacional. Nesta análise, reconhece-se a educação como um direito, considerando-se as inter-relações entre a dinâmica social, suas dimensões políticas, ideológicas e os valores materializados nos embates entre distintos projetos de educação e de sociedade.

Desta maneira, valida-se as discussões realizadas por Dourado (2017) quando da análise do PNE em seu livro, e das políticas educacionais supracitadas. A discussão realizada por Dourado é indicada por Ferreira (2017), como uma contribuição significativa para a educação. Também corrobora em relação à gestão da educação que precisa ser reafirmada na escola como uma política pública e não plano de governo e, para isso, é indispensável a participação da comunidade nas tomadas de decisões da escola. É sem dúvida um caminho para buscar a liberdade por meio da ressignificação da participação coletiva nas políticas educacionais e no solo da escola onde se efetiva o projeto pedagógico pensado coletivamente.

Nesta ótica, Dourado (2017, p. 24) reafirma que as contribuições realizadas por pesquisadores é a esperança de um aprofundamento do debate que possa levar a democratização e "o aprimoramento das políticas educacionais no país" e que o PNE se torne uma política de Estado, com a participação da sociedade brasileira, decidindo os" rumos da educação", daí a importância das pesquisas e avaliações do PNE que precisam continuar sob intenso debate.

Assim compreende-se que a democracia se manifesta dentro da escola, exercitando esta participação na medida em que proporciona a oportunidade de

criação sólida de projeto de ensino, ou seja**,** um projeto pautado por oportunidades e vivencias oriundas da cooperação coletiva dos atores que atuam na instituição de ensino. Refletindo a respeito do tema cabe destacar que não é algo novo, pois ela é debatida desde os anos 80. Contudo na atualidade ainda reside muitos limites em sua prática que precisam de participação para serem superados. Os traços de autoritarismo teimam em permanecer nos caminhos da educação como uma herança amarga do passado. Por isso, a gestão precisa ser vivenciada e colocada em prática, implementá-la de fato porque está respaldada na lei. É preciso identificar as falhas que não a deixam se desenvolver com possibilidades e diálogos sólidos.

Para Ferreira (1998, p. 113) é preciso ainda construir este valor do verdadeiro exercício da democracia nas instituições escolares e na sociedade. Muito se tem ainda que construir para que este valor, já historicamente universal, possa ser realidade na construção de uma sociedade verdadeiramente humana, onde todos tenham possibilidades de “desenvolver-se como seres humanos fortes intelectualmente, ajustados emocionalmente, capazes tecnicamente e ricos de caráter”.

Nesta seara, Dourado (2017, p. 26-27) na perspectiva de construção de políticas de Estado que ultrapassem planos de governos, propõe que é fundamental compreender que o PNE deve ser o,

> Eixo das políticas educacionais, pode representar um avanço para a educação básica e superior, a despeito de alguns limites, tensões e ambiguidades do texto aprovado. Por outro lado, é também fundamental considerar que a discussão e materialização das políticas e da gestão da educação – especialmente do Plano Nacional de Educação entendido como epicentro -, expressam uma tessitura sócio-política que demarca questões mais abrangentes e complexas, envolvendo as agendas transnacionais, o Estado Nacional, a relação entre os entes federados, as especificidades do sistema educacional brasileiro, a gestão, a avaliação e o financiamento, a qualidade e as concepções político- pedagógicas norteadoras, entre outros.

Portanto, seguindo Dourado (2017) e Ferreira (2017), pode-se observar a estreita relação entre as análises desenvolvidas por ambos na busca de melhorar a educação no Brasil. Há uma preocupação de construção de um estado brasileiro que seja mais justo e democrático e que esteja em pauta a defesa, a possibilidade de um desenvolvimento saudável e democrático para o país. Por isso é essencial a defesa do PNE como um “epicentro” em torno do qual os direitos do homem e da mulher possam ser garantidos, ressignificados com a participação da sociedade sobre os destinos da nação brasileira. A materialização do PNE é de suma importância no

campo educacional, contribui decisivamente para a democratização e qualidade do ensino a ser ofertado.

Então desenvolver um trabalho dando valor dentro da realidade cotidiana das escolas, saindo do paradigma de que só uma pessoa toma as decisões que envolvem o processo escolar porque é notável como só a prática do ato de dialogar, refletir, buscar, interagir, possibilitar, transformar, construir coletivamente. Este processo organizado e participativo fará com que avancem as políticas públicas e o exercício da participação democrática, com a perspectiva de transformação das gestões escolares públicas, passando de uma gestão autoritária para inúmeras possibilidades e com muita paciência e compreensão os desafios possam ser superados.

Para Dourado (2012, p. 10) a escola precisa possibilitar espaços onde a comunidade inserida sinta-se no direito e no dever de participar.

> A escola, no desempenho desta função, precisa ter clareza de que o processo de formação para uma vida cidadã e, portanto, de gestão democrática passa pela construção de mecanismos de participação da comunidade escolar, como: Conselho escolar, Associação de pais e mestres, Grêmio estudantil, Conselhos de classes etc.

Então, a partir destes mecanismos de discussões que Dourado (2012) mencionou, a escola precisa intensificar o trabalho na busca de trazer a comunidade para dentro da escola, incentivando a participação colocando os direitos e deveres de cidadãos e como são partes fundamentais para a garantia de uma educação pública de qualidade, construindo assim graus de autonomia para a escola. A democratização da escola só irá se desenvolver se houver processos de decisões vivenciados coletivamente. A questão da democratização da educação pública, embora não seja nova, encontra-se ainda muito distante de ser equacionada, como expressa Oliveira (2006, p. 91).

Ferreira (2002) argumenta que para conduzir uma gestão que delimita como ponto primordial o diálogo e as possibilidades, se vê a necessidade de buscar aprender a ouvir e de conduzir oportunidades, tornando possível compreender o outro, ouvi-lo e respeitar opiniões de outras vivencias e realidades que poderão ser debatidas no decorrer de situações do dia a dia da escola, fazendo assim um processo de adequação da gestão democrática. Este meio de administração precisa ter mais atenção na forma de mediação para que não aconteça equívocos e os envolvidos não se sintam apenas pessoas usadas no processo. Não é permitir que, concordem ou

não, mas oportunizar que exponham suas ideias, participem efetivamente das tomadas de decisões sobre os rumos da escola.

Lück (2009, p. 3-4) em sua visão, coloca a participação efetiva pressupondo que:

> A participação efetiva pressupõe que os professores, coletivamente organizados discutam e analisem a problemática pedagógica que vivenciam em interação com a organização escolar e que, a partir dessa análise, determinem um caminho para superar as dificuldades que julgarem mais carentes de atenção. Portanto os problemas são apontados pelo próprio grupo, e não pelo diretor da escola ou sua equipe técnico-pedagógica.

Contudo, a palavra chave para que esta participação seja efetivada, é a organização. A gestão da educação democrática necessita ser administrada por um gestor, que busque a via de mão dupla, que compreenda realmente o modo de conviver em coletividade nas trocas de informações, ideias e diálogo, desse modo, a educação pública brasileira poderá alcançar e obter melhores resultados rumo ao topo da qualidade de ensino. Assim para este caminho ser alcançado, cabe à escola zelar pela transparência se dedicar em busca da transformação do ensino e da sociedade propondo o conhecimento, a criação, diálogos e por consequência a construção coletiva de diálogos reflexivos sobre o trabalho pedagógico da instituição.

Portanto, o PPP (Projeto Político Pedagógico) é um documento extremamente importante dentro da escola, é dele (e como já exposto em uma perspectiva democrática) que se movimentará o trabalho pedagógico que por sua vez colaborará ou impedirá o desenvolvimento de uma prática participativa. Mas, antes de analisá-lo numa dimensão democrática e participativa, cabe explicar de antemão o papel da “política” dentro desse contexto. Souza (2009, p. 124) vai dizer que a gestão escolar é “um fenômeno fundamentalmente político e, como tal, configura-se como o cenário em que ocorrem os processos de disputa e de dominação”. Com esse intuito, muitas escolas ainda desenvolvem certas relações de poder, neste caso cabe a democratização dentro da prática escolar, que deve assemelhar-se “mais ao poder decorrente da capacidade humana de agir em conjunto com outros, construindo uma vontade comum”. Portanto, a escola enquanto palco político pedagógico democrático tende a ascender para a superação do senso comum em relação ao conceito de política e assim, ganhar a confiança daquela comunidade escolar no que diz respeito a sua participação. É indispensável pensar na participação não só no sentido de frequentar as reuniões, mas na perspectiva de formação para que as tomadas de

decisões possam se efetivar com qualidade para o processo de aprendizagem na escola. (SOUZA, 2009, p. 124)

Segundo Souza (2009, p. 125),

> [...] mas, se a política na escola reconhece que o poder em questão decorre de um contrato formado entre as pessoas que compõe essa instituição, e considera que o diálogo entre esses sujeitos é precondição para a sua operação, assim se terá uma ação política talvez mais democrática.

É importante ressaltar que dentro dessa política pedagógica há um poder, como em qualquer conceito de política, mas esse poder dentro de uma gestão democrática serve apenas para encaminhar, mediar e orientar a todos que participam das decisões tomadas. Também se tem a responsabilidade de um compromisso social de formação dos alunos que estão inseridos naquele ambiente escolar. O que novamente expressa à ideia de uma educação política. Dentro deste contexto, norteado por tais princípios, e com a orientação de coordenadores é que o Projeto Político Pedagógico assume um papel central que conduz e organiza a escola.

A esse respeito Cury (2001, p. 51) destaca que não se pode mais administrar a escola de forma centralizada e sabiamente afirma:

> Não navegue mais sozinho. Não seja auto-suficiente. Treine dividir o barco de sua vida com seus íntimos. Treine penetrar no barco de alguém [...]. Uma mão lava a outra. A família deve ser uma grande equipe. Os colegas de trabalho devem ser uma grande família. A gestão participativa em qualquer esfera social expande as soluções e transforma o ambiente num oásis. Trabalhar em equipe é uma arte.

Por meio deste, pode-se conhecer as características que irão de certa forma diferenciar aquela escola de outras, além de abordar qual o tipo de cidadão que ela irá ajudar a formar. Portanto, esse documento permite à instituição escolar criar a sua identidade, Moretto (2013) enfatiza que, no projeto da instituição o pilar da sua estrutura se sustenta na missão, visão e objetivos institucionais, por meio dos quais a comunidade e equipe escolar devem coletivamente, organizar o ensino e conhecer, na medida em que vivenciam o dia-a-dia da escola, a realidade concreta presente naquele ambiente, que desde o seu início precisa preconizar a participação coletiva.

Assim, faz-se necessário a reflexão diante desse contexto, para que o projeto seja conhecido em detalhes especialmente pelos professores, pois ali estarão características preciosas da realidade local. O qual implicará diretamente no seu trabalho enquanto gestor da sala de aula, como por exemplo, experiências e

principalmente a necessidade daqueles alunos, como os atender por meio dos conteúdos no processo de ensino-aprendizagem. Por isso, que a sua elaboração deve ser coletiva, e mais, deve priorizar um ensino para o coletivo, abrindo possibilidades.

Neste sentido, Ferreira (2007) discorre sobre a participação que pode ser a geradora de muitas possibilidades de liberdade e emancipação pela autoformação, posicionamentos e busca de novas políticas públicas dentro e fora da escola. O projeto de escola é uma alternativa para formar seres humanos capazes com múltiplas possibilidades,

> [...] Isto porque, ao possibilitar a efetiva participação de todos na construção e gestão do projeto de trabalho na escola, forma seres humanos com todas as possibilidades. Este é o verdadeiro sentido da educação de qualidade para a formação cidadã. A gestão da educação significa, então, garantir a auto-formação de todos os envolvidos para a "leitura", interpretação, debate e posicionamentos que podem fornecer subsídios para novas políticas. (FERREIRA; SCHLESENER, 2007, p. 101-102)

O projeto da escola está hoje inserido em um cenário marcado pela diversidade, o que deixa inviável uma padronização do mesmo, diante dessa reflexão é que se percebe a seriedade de uma atitude autônoma, tanto para estabelecer seu projeto quanto para executá-lo e avaliá-lo. Esse documento não pode ser entendido como mero condutor de princípios, ele deve ser sentido no conselho da escola além de ser levado em conta nas decisões decorrentes dentro da instituição. Para tanto, não se pode de jeito algum limitar a participação, como por exemplo, apenas assistir as reuniões.

Os meios que serão utilizados para a efetiva participação deverão constar desde o início no processo de construção do projeto escolar, é relevante pautar sobre as condições as quais serão escolhidos os horários, bem como dias e como os participantes poderão atuar. Isso implica em uma atitude, a qual pode ser chamada de ousada, pois, não é fácil começar a praticar essa nova concepção de gestão e mantê-la, mas se há agentes escolares ousados e compromissados para iniciá-la pode sim vir a ser efetivado, evidentemente entre acertos e erros. O importante é que se realize por meio de um trabalho coletivo e que se preservem as tomadas de decisões emanadas do consenso ou da vontade da maioria.

> As novas formas têm que ser pensadas em um contexto de luta de correlações de força – às vezes favoráveis às vezes desfavoráveis. Terão que nascer no próprio "chão da escola", com apoio dos professores e pesquisadores. Não poderão ser inventadas por alguém, longe da escola e da luta da escola. (FREITAS, 1991, p. 23)

Dentro dessa expectativa escolar, cabe ressaltar que a escola não pode mais ser dirigida de cima para baixo, como muitas vezes é imposto, exercer o contrário, ou seja, descentralizar o poder é o que se propõem como um exercício da democracia que privilegia a participação nas tomadas de decisões. Todo esse processo de repensar o papel da escola em geral para em consequência vislumbrar uma melhor organização da sociedade, este encaminhamento deve ser indissociável dos pressupostos da gestão democrática, da participação, do desenvolvimento da cidadania e autonomia que começa pela escola e atinge todos os seus atores. Tais problemas sustentam algumas discussões,

> A valorização da escola pública não somente em reivindicá-la para todos, mas, acima, de tudo, planejar uma ação educativa diferenciada em termos didáticos pedagógicos, oferecendo oportunidades ao aluno para saber e saber fazer de forma crítica, como primeira condição para sua participação ativa em outras situações da vida social, inclusive para melhorar suas condições de vida. (LIBÂNEO, 1987, p. 38)

Refletindo sobre essa assertiva, pode-se afirmar que essa transformação só será possível na medida em que todos os envolvidos na educação, seja familiar ou escolar, tomarem consciência de suas responsabilidades diante desta. O exercício da democracia passa também pela organização e participação efetiva das instâncias colegiadas da escola que, em constante diálogo poderão fortalecer a qualidade da educação no chão da escola. Por isso, e principalmente devido à relevância da funcionalidade democrática do Conselho de Escola, Associações de pais, mestres e funcionários e Grêmio Estudantil, para a gestão democrática, é um imperativo demonstrar o trabalho e a contribuição destas instâncias na gestão da escola. As instâncias colegiadas fortalecem o exercício democrático da instituição.

Uma das principais estratégias para conhecer, exercer e somar através de seu papel de cidadão para a qualidade do ensino é a participação em conselhos escolares, como prevê a Constituição de 1988 e a LDB em seu artigo 14, inciso II, “participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares ou equivalentes”. Lück (1998, p. 23) ressalta o que é indispensável nos conselhos:

> Um regime interno, elaboração, aprovação, acompanhamento e avaliação do Projeto Político – Pedagógico, criação e garantia de mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar, definição e apoio ao plano de aplicação financeira, constituição de comissões especiais para estudos relacionados aos aspectos administrativos pedagógicos e financeiros da escola e participação de outras instâncias democráticas (Conselho Regional, Municipal e Estadual – da estrutura educacional para definição, acompanhamento e fiscalização de políticas educacionais).

No entanto, infelizmente o indispensável não acontece como deveria e precisa de criteriosa observação e trabalho árduo de implementação, pois percebe-se que são inúmeras as falhas nas vias de participação, valendo ressaltar que em muitos casos a imposição de gestores é que tornam os conselhos escolares burocráticos, que ao invés de agir seguindo o regimento acabam deixando-o de lado. Permitindo apenas que seja tomada determinada decisão e o acompanhamento que é o imprescindível vai ficando para trás. Isso dificulta o desenvolvimento da gestão democrática no que diz respeito a sua transparência e compromete o trabalho pedagógico. Werle (2003, p.32) acrescenta na discussão sobre o conselho escolar dizendo que:

> O conselho escolar se relaciona com os princípios de igualdade, de liberdade e do pluralismo devido à sua composição por diferentes segmentos da comunidade escolar em regime de paridade, assegurando o direito de manifestações de diversos pontos de vista e de diferentes opiniões. Como órgão consultivo e deliberativo, o conselho deve tratar de problemas financeiros e projetos da escola, com vistas a uma educação de qualidade.

Assim, pode-se observar também que para haver de forma eficaz os conselhos escolares, a participação é relevante dentro e fora da escola, à mesma tem de se constituir como uma tática da administração. Portanto todas as condições de participação devem ser pensadas e oferecidas. Cabe então, repensar horários, locais, dias, as finalidades e os objetivos, por exemplo, para que a comunidade local se sinta sujeito daquela mudança e como Gadotti ressalva (1992, p.50) “A população precisa sentir prazer em exercer os seus direitos”. Mas para que possam intervir na realidade local, é necessário que a façam de verdade, e não que sejam chamados apenas para legitimar as decisões que já foram tomadas entre apenas os segmentos mediadores do conselho (equipe pedagógica). Diante desse pensamento, Gadotti (1992, p.51) deixa explícito muitas das realidades existentes quando discorre dizendo que,

> É preciso que a participação se traduza em resultados concretos. Na nossa tradição política a participação se tornou instrumento de manipulação em fastidiosas e intermináveis reuniões ou assembleias em que, muitas vezes, a única decisão consiste em marcar uma próxima reunião.

Portanto, o papel do conselho da escola é opinar no que diz respeito a todo o funcionamento da instituição (currículo, calendário escolar, horários, atividades extras, etc), bem como a organização do trabalho e a escolha da direção. De tal modo que a construção da autonomia da escola se tornará cada vez mais prática, além de reforçar o elo de honestidade, confiança e comprometimento entre sociedade e escola. Não

se pode esquecer que cabe aos conselheiros discutirem soluções dos interesses da instituição e que, quanto mais pessoas se envolverem nesse exercício de cidadania maior será o fortalecimento da escola como um todo. Ainda sobre essa atuação Freire (1992, p. 174) em suas sábias palavras vem dizer que:

> Tudo deve ser visível. Tudo deve ser explicado. O caráter pedagógico do ato de governar, sua missão formadora, exemplar, que demanda por isso mesmo dos governantes, seriedade irrecusável. Não há governo que persista verdadeiro, legitimado, digno de fé, se seu discurso não é confirmado por sua prática, se apadrinha e favorece amigos, se bem duro apenas com os oposicionistas e suave e ameno como correligionários.

Por fim, é importante levar em consideração que essa instância de ligação entre população e escola não extingue alguns ímpetos, já que os pais muitas vezes têm uma visão diferenciada da escola, podendo vir a sugerir de forma ríspida algumas adoções de medidas ou então se comportem de forma passiva, de maneira que não representem a sociedade. Nesse sentido a iniciação de uma prática democrática, bem como a mediação e apresentação de um assunto a ser debatido pelo conselho deve de antemão ter uma base para tal. Além disso, não se pode esquecer que apenas esta seja uma via de participação, mais sim que tenham outras instâncias e que o conselho, como afirma Gadotti (1992, p.53) “esteja inserido num plano estratégico mais amplo”.

É de suma importância ressaltar que o verdadeiro significado da gestão democrática da educação é a sua realização em sala de aula que é a alma da escola, a partir dela que se desenvolvem e se formam conceitos, aqueles que determinarão o que foi proposto no início do ano, coletivamente por todos dentro do seu projeto. Seria essencial ter em mente que a escola não é o único ambiente que repassa o conhecimento, tendo inúmeros lugares e ferramentas que também o promovem, como por exemplo, a tecnologia que tem sido muito discutida diante da aprendizagem, com esse intuito é que cabe fazer sempre uma reflexão sobre a nova função da instituição escolar.

Portanto, a nova escola prioriza o professor como mediador e para isso ocorrer de forma espontânea é preciso buscar conhecer as concepções de metodologia, o porquê de fazer-se assim. Esse deve apenas direcionar e estimular o aluno a buscar seu autoconhecimento o qual produzirá se sentindo assim sujeito do seu próprio fazer. Libâneo discorre sobre o novo papel da escola, dizendo que:

> Trata-se, assim, de capacitar os alunos a selecionar informações, mas, principalmente, a internalizar instrumentos cognitivos, (saber pensar de modo reflexivo) para aceder ao conhecimento. A escola fará, assim, uma síntese entre a cultura formal (dos conhecimentos sistematizados) e a cultura experienciada. Por isso, é necessário que proporcione não só o domínio de linguagens para busca de informação, mas também para a criação da informação. Ou seja, a escola precisa articular sua capacidade de receber e interpretar informação com a de produzi-la, a partir do aluno como sujeito do seu próprio conhecimento. (LIBÂNEO, 2011, p. 28)

Essa essência pode favorecer as condições de aprendizagem do educando, o qual é o real foco, além de semear práticas de cidadania constantemente, cultivando também a autonomia. Estas que estão dentro da prática de ensino do professor e inseridas na escola, como por exemplo, promover alternativas dentro dos colégios, instigando o aluno a participação e a democratização. Precisa-se entender que a partir do momento que a democracia e a cidadania ganharem força com uma participação eficaz de todos pela educação, a comunidade, os alunos, pais e funcionários da escola serão os próprios dirigentes desta e não meros receptores de um serviço educacional. Assim, desenvolvendo sua autonomia.

Gadotti (1994, p. 5 e 6) insiste e ressalva a autonomia como um dos principais pilares para a educação do futuro, a fim de enfrentar a alienação do ser humano.

> A luta pela autonomia da escola insere-se numa luta maior pela autonomia no seio da própria sociedade. Portanto, é uma luta dentro do instituído, contra o instituído, para instituir outra coisa. A eficácia dessa luta depende muito da ousadia da cada escola em experimentar o novo e não apenas pensá-lo. Mas para isso é preciso percorrer um longo caminho de construção da confiança na escola e na capacidade dela resolver seus problemas por ela mesma, confiança na capacidade autogovernar-se. A autonomia se refere à criação de novas relações sociais que se opõem às relações autoritárias existentes. Autonomia é o oposto da uniformização. A autonomia admite a diferença e, por isso, supõe a parceria. Só a igualdade na diferença e a parceria são capazes de criar o novo. Por isso, escola autônoma não significa escola isolada, mas em constante intercâmbio com a sociedade.

Destaca-se então a relevância em conhecer e aprimorar este pilar para criar uma base fundamentada para a implantação da democracia na escola, a qual visa amplamente uma transformação na sociedade, que só se fará a partir da educação e com a principal alternativa que é a participação. Por isso, discutiu-se acerca da coletividade, colocando como foco a cidadania e a autonomia. No entanto vale ressaltar que a democratização escolar vem de um ato de libertação de ideias e esta sequência de fatos faz com que a comunidade social local se torne justa. Neste sentido, Freire (2000, p. 52) observa que, a “reflexão e a ação se impõem, quando não se pretende, erroneamente, dicotomizar o conteúdo da forma histórica do ser do

homem", assim pode-se notar que a ideia de reflexão vem da consideração do que não faz sentido para si, vem de um senso que descentraliza o que é imposto pela sociedade como obrigação, a conscientização de direitos é um conceito chave para tal mudança efetiva.

A instituição escolar tem como base o aluno, logo o professor, e juntos a sala de aula e é nela que tudo acontece independentemente da idade do estudante, Freire (2000, p. 55) ressalta que "é preciso que eles se convençam de que esta luta exige deles, a partir do momento em que a aceitam a sua responsabilidade total", desta maneira percebe-se como é necessário à autonomia e o desenvolvimento da cidadania em sala, pois o tempo exige dos alunos um encargo maior ante a sociedade e é neste ponto que o desenvolvimento que existe em sala de aula reflete na vida inteira do aluno, no seu desenvolvimento cognitivo e social.

Vasconcellos (2013, p. 05) considera que:

> Dizer que a função da escola é a aprendizagem de todos parece óbvio, é óbvio, num certo sentido, mas, ao mesmo tempo, é algo revestido por uma inversão fetichizada. O exercício da crítica que é preconizado na formação dos educandos deve ser assumido pelo educador, a fim de desenvolver um novo olhar sobre a sua prática.

Portanto, o papel da escola deveria ser a formação ou até a deformação dependendo da instituição, se a mesma desenvolve juntamente a seus alunos a criticidade e o chamado "exercício da crítica" sendo este o diálogo coletivo de um grupo, a compreensão da existência da opinião de outrem, a formação da aprendizagem reflexiva. Tendo então a efetivação de uma sala de aula com os reflexos da gestão democrática. Nesta ótica se observa que a atenção dada às salas de aula tende a crescer cada vez mais por ser o aluno o centro da instituição e pelos desafios que tem o próprio educador com a finalidade de trocar experiências com o educando, e fazer a mediação necessária para que a aprendizagem significativa possa acontecer.

Na formação da cidadania nas instituições escolares, especificamente na sala de aula, Gadotti (2013, p. 5) observa que, "a escola deixa de ser um lugar abstrato para inserir-se definitivamente na vida da cidade e ganhar, com isso, nova vida. A escola se transforma num novo território de construção da cidadania", o ambiente de aprendizagem desenvolve a ação-reflexão-ação, ou pode se dizer cidadania-criticidade-autonomia, estes três pilares da sala de aula são essenciais na vida do

educando, pois quando os mesmos são aplicados ocorre à efetivação da qualidade de ensino. A gestão escolar quando acontece faz dos seus alunos participativos, ativos em sua sociedade.

De acordo com Freire:

> Os homens, pelo contrário, ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão, ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizem nele, na medida em que dele podem separar-se, podem com ele ficar, os homens, ao contrário do animal, não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica. (2000, p. 89)

Ferreira (2006) reafirma que os alunos dentro de uma gestão democrática que se realiza efetivamente dentro da sala de aula tornam-se autônomos, tomando as suas decisões a tal ponto em que se tornam independentes, ou seja, a gestão democrática na escola proporciona ao educando uma história diferenciada. A sala de aula transforma pequenas sementes em grandes árvores de conhecimentos, pois a sala de aula sendo a alma da escola, o ponto de referência para todos que da comunidade escolar participam, onde se constrói o início da história cognitiva formal e informal do educando, faz únicos e importantes os momentos dentro da sala de aula. Momentos de construção de cidadania, de sujeitos conscientes de seus deveres e direitos na sociedade. É deste trabalho na base que pode nascer o caminho para a emancipação humana e para isso é indispensável um trabalho valorizado e muito bem organizado.

Trabalho que na vida seja caminho de libertação, de criação de coisas vitais que contribuem para a emancipação do homem e da mulher, sempre em um cenário de superação das desigualdades em busca da realização pessoal e coletiva da humanidade, tendo como pauta o homem omnilateral que usufrui das possibilidades que a vida lhe apresenta. Homem que diz não à alienação e se compromete com a visão de futuro, de paz e de solidariedade neste mundo em constante transformação jamais vista antes pela sociedade. Urge pensar e refletir sobre a ação humana no mundo e retomar os caminhos que possibilitem uma cultura humana superadora da exploração e exclusão que deixam milhões de seres humanos na miséria para que poucos possam usufruir da riqueza que é de todos e, precisa urgentemente ser partilhada em todo o planeta terra para que não seja destruída a casa que habitamos, pela ganância dos poderosos que detém o capital.

4 TRABALHO E CONHECIMENTO PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA

4.1 O REAL CONCRETO E AS DETERMINAÇÕES DO PRESENTE

> "{...} a parte mais vital do estudo é aquela em que o espírito criativo faz assimilar os dados enciclopédicos e os funde numa chama ardente de nova vida individual. O ensino assim desenvolvido, torna-se um ato de libertação. Tem o fascínio de todas as coisas vitais" (Gramsci, 1976, p. 105). Tal desejamos e pode acontecer: Uma gestão democrática da educação repleta de vida, de compromisso, de solidariedade, de amor. (Ferreira, Naura. 2016, p. 142)

A Professora Naura embora muito triste com os acontecimentos sociais, em especial salienta o aumento da violência e do desemprego como problemas que devem ser tratados com prioridade pelas políticas públicas, continua convicta de que a educação em dias não muito distantes pode oferecer a emancipação aos homens e mulheres do mundo, por meio do conhecimento. Explica que diante de tantas adversidades pelas quais a sociedade está passando, espera-se que os humanos conquistem seus objetivos de serem felizes e o direito para fazer suas escolhas e participar plenamente da vida em sociedade como cidadãos e cidadãs de direitos e deveres na sociedade em que vivem e produzem a sua existência.

Afirma que é urgente defender e construir no presente as alternativas que possam se concretizar em possibilidades reais para a maioria que vive à margem da riqueza do mundo fruto da exploração desmedida do grande capital. Nesta perspectiva se mantém firme na crença de que a formação humana construída através da gestão democrática da educação e da formação dos profissionais da educação pode resultar em uma educação transformadora da realidade social marcadamente desigual, imersa no ódio e no individualismo exacerbado que promove o aumento contínuo da violência no mundo atual. (FERREIRA, 2017)

Pode-se notar que a autora segue o fio condutor de suas pesquisas defendendo que o ser humano é criativo e que o talento pode se desenvolver no amor ao outro, na solidariedade humana que se constitui na essência do fazer, de realizar os sonhos com amor e dedicação ao trabalho que executa na labuta diária sem deixar de se indignar com a exploração. Nesta perspectiva defende na atualidade uma formação que seja verdadeiramente humana e para todos sem distinção alguma. Nesta seara, a autora ratifica o que sempre defendeu em sua trajetória a "formação integral para todos como um direito inalienável". (FERREIRA, 2017, p. 11)

Falar sobre o real concreto exige que se conheça as determinações que o constituem depois de apropriadas pelo pensamento. Muito tem-se estudado e Ferreira, em toda a sua obra reitera esse movimento do real concreto na historicidade em que se processa, conforme consegue apropriar-se no seu concreto de pensamento, este real concreto, através de todas as investigações que realizou. Em outras palavras, a autora está muito atenta com a realidade em que vive e sobre ela pensa e produz a critica necessária para a transformação de vidas humanas que se encontram em dificuldades.

Importante salientar que a gestão da educação a partir de 1988 indubitavelmente tem papel fundamental para a autora, frente às novas exigências do mundo do trabalho. Na atualidade é de uma boa gestão escolar que exercite na escola a democracia nas tomadas de decisões, que está depositada a esperança de gerar expectativas e alternativas para os alunos de uma maneira geral, mais especificamente é a esperança quase única para os alunos filhos dos trabalhadores de conseguir melhorar a sua condição de vida. Isto ocorre devido a um modelo econômico extremamente competitivo e desumano com uma desigualdade selvagem presente na sociedade. Por isso, a organização e sistematização dos saberes escolares para que sejam significativos devem resultar de uma gestão democrática e participativa com a participação coletiva dos interessados em uma educação pública de qualidade pautada pela seriedade na formação que é capaz de melhorar o ensino escolar.

É importante o desenvolvimento de pesquisas na área educacional como contribuição para a sociedade, em especial aquelas que que objetivam a emancipação humana, um trabalho intelectual na perspectiva da emancipação humana pela vertente indispensável da educação. Neste sentido, e com significativa relevância a pesquisadora professora Doutora Naura Syria Carapeto Ferreira há décadas dedica seu trabalho intelectual na luta por uma educação de qualidade e de políticas públicas importantes para melhorar a sociedade por meio da educação.

Nesta tese a trajetória intelectual da autora, os temas que trata com maior relevância em seus estudos, as produções registradas no seu currículo lattes, mostram a centralidade das políticas públicas, da gestão democrática e da formação como uma base sólida em suas investigações. Estes temas marcam de forma impar a sua trajetória e assim se concretizam em um currículo rico de registros da

experiência vivida e revelam o fio condutor de suas pesquisas, como um aporte teórico crítico em busca da emancipação humana.

É importante dizer que estas produções sempre trazem em seu bojo um rigoroso olhar sobre a realidade social, os acontecimentos políticos, econômicos e sociais e, em especial a denúncia da exploração capitalista, do aumento do desemprego, retirada de direitos dos trabalhadores, escalada da violência, gerando ódio e desespero. Ferreira dá ênfase explicando que todos estes males são resultados da ganância exacerbada do mercado que apenas visa o lucro em detrimento da humanização. Há segundo a autora um recrudescimento da concentração de renda nas mãos de poucos e poderosos ricos, às custas do suor e lágrimas de uma multidão de trabalhadores que lutam desesperadamente para sobreviver.

Em suas produções e principalmente da análise de seu Currículo, foram identificados os três pilares fundamentais de suas pesquisas: Políticas públicas, Gestão da Educação e Formação, presentes em toda a sua vida de pesquisadora, os quais embasam as suas investigações e são denominados pela autora como tripé, dada a sua importância, para o ensino.

Estes pilares destacam-se nesta tese principalmente com maior ênfase às pesquisas voltadas para a gestão da educação e a formação. Relacionando suas contribuições com as mudanças oriundas do atual mundo do trabalho em constante transformação.

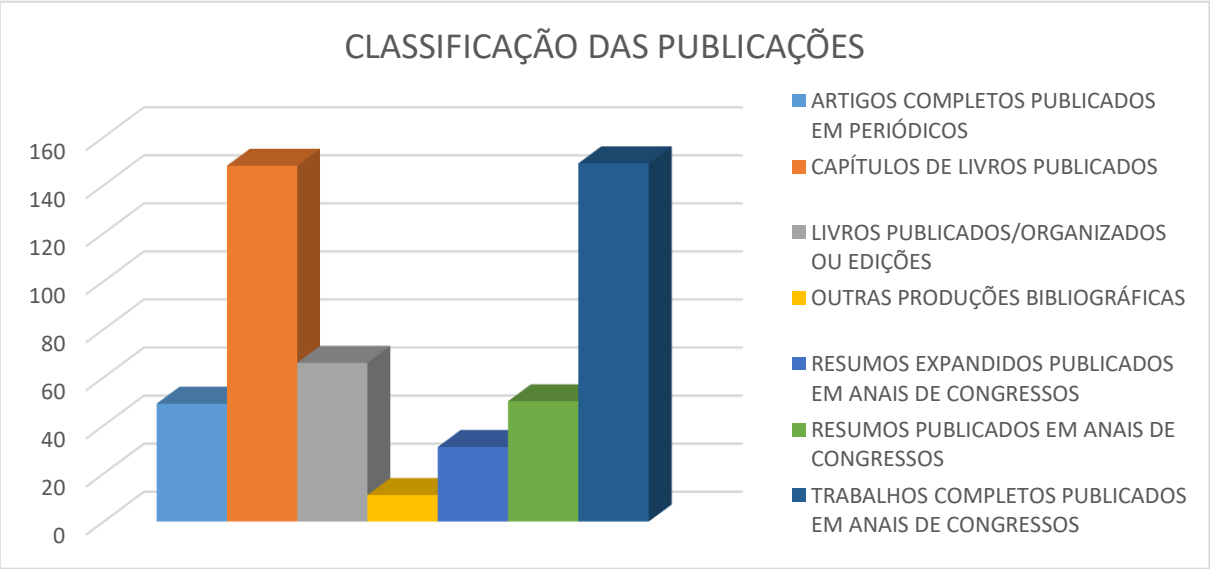
Depois de um primeiro olhar sobre a trajetória da autora, a pesquisa tabulou as suas produções no Lattes e identificou mais de 500 produções escritas, de autoria própria e em coautoria, possibilitando uma amplitude de análises, a qual foi sendo elaborada dialeticamente, passando por inúmeros momentos marcados pela ação-reflexão-ação, onde a leitura dos textos foi sendo revista e revisitada na medida em que o conhecimento foi sendo incorporado pelo autor.

Diante do vasto acervo de produções publicadas por Ferreira, há que enfatizar a maestria virtuosa com que a autora lida com o fio condutor de suas análises, porque existe uma continuidade do seu objeto de investigação que ganha novos contornos e densidade, porém se mantém ao longo das décadas de pesquisa. Esta maneira singular de ver as coisas no mundo faz com que o acesso do leitor às suas produções seja facilitado pela maneira direta e clara com que escreve e, isto ocorre pela permanência do objeto de investigação ao longo tempo de produção da autora.

As produções presentes no currículo Lattes foram tabuladas com o objetivo de mapear de forma abrangente e mais completa possível o acervo bibliográfico da autora, respeitando os critérios de organização de produções adotado pela plataforma lattes, a tabulação, em uma primeira classificação, seguiu os mesmos critérios que perpassam na diferenciação dos gêneros textuais catalogados por: artigos completos publicados; capítulos de livros publicados; livros organizados e publicados; outras produções bibliográficas; resumos expandidos e publicados; resumos publicados em anais e congressos; trabalhos completos publicados . Desta tabulação emergiram inúmeras possibilidades de análise as quais foram sendo reorganizadas no desenvolvimento da pesquisa.

Neste trabalho as publicações em livros tiveram um maior destaque e, se justifica porque o autor tem maior facilidade em trabalhar com textos oriundos de material impresso especialmente livros. Após uma leitura extensa e criteriosa de suas obras foi necessário fazer escolhas e estas de fato não foram fáceis devido a ampla produção da autora o que resultaria em muitas teses. Para este estudo, foi das leituras e do Currículo que emergiram os temas destacados na pesquisa. Assim para uma melhor compreensão estas obras estão representadas em gráficos, de forma articulada e contextualizada, e podem ser observadas no decorrer da tese e em gráficos, como no gráfico de número 1 a seguir:

GRÁFICO 1: GÊNEROS DAS PUBLICAÇÕES



Fonte: o próprio autor com base nos dados extraídos do Currículo Lattes 2017.

Observa-se no gráfico 1 que a autora concentra seu maior número de produções em artigos completos e capítulos de livros, demonstrando sua relevância e

significativa contribuição intelectual disseminada em trabalhos que podem referenciar inúmeras pesquisas, pois podem ser consultados e estudados por diferentes indivíduos, em diversos locais do país e fora dele. O fato da autora possuir maior quantidade de produções nestas duas categorias textuais não anula a importância das demais, no entanto destaca-se o grau de cientificidade em suas pesquisas caracterizadas pela própria estrutura textual exigida nestes modelos de textos científicos, e ainda pela relevância dos eventos e materiais que são disponibilizados.

A autora tem uma vasta publicação de livros, artigos e participação em eventos nacionais e internacionais. A importância de suas obras ultrapassa fronteiras e é reconhecida entre os autores de renome dentro e fora do país. O programa de Mestrado e depois o Doutorado em Educação que criou na UTP em suas linhas de pesquisa levam o nome de temas pesquisados pela autora como: Políticas Públicas e Gestão da Educação. Nesta linha são problematizados e pesquisados temas de relevância para o campo da educação e as questões relativas às demandas políticas no cenário nacional. A gestão educacional tem destaque privilegiado e nas disciplinas a importância da pesquisa em educação é um destaque na perspectiva de gerar possibilidades para melhorar a educação.

Ferreira ilustra seu caminho com o pensamento de Betold Brecht que disse: O grande momento da unidade entre o intelectual e o afetivo seria o amor que não temesse “submeter-se ao trabalho da reflexão” e ao qual o amante somente deixaria o campo livre após a experiência do pensamento. Fazendo e reconstruindo caminhos e mostrando um novo achado que é mostrar que a pesquisa em Universidade particular pode ser igual ou superior à pública. Em sua vida de pesquisadora demonstra isso ao criar o mestrado e o doutorado na Universidade Tuiuti do Paraná. A a utora se firma de forma inconteste por estes feitos entre o público e o particular sem nunca deixar de trabalhar e produzir pesquisas significativas no campo da educação como tem feito ao longo de sua vida profissional.

Este imenso trabalho da autora apresenta-se de forma concreta na docência, em trabalhos científicos e várias produções e livros que já possuem muitas edições com inconteste respeito de ilustres nomes de pesquisadores tanto no cenário nacional como internacional.

Esta luta constante da autora no árduo trabalho da pesquisa em educação pode ser melhor compreendida e visualizada no gráfico de número 2 a seguir:

GRÁFICO 2: EDITORAS, REVISTAS E EVENTOS DAS PUBLICAÇÕES

Fonte: o próprio autor com base nos dados extraídos do Currículo Lattes 2017.

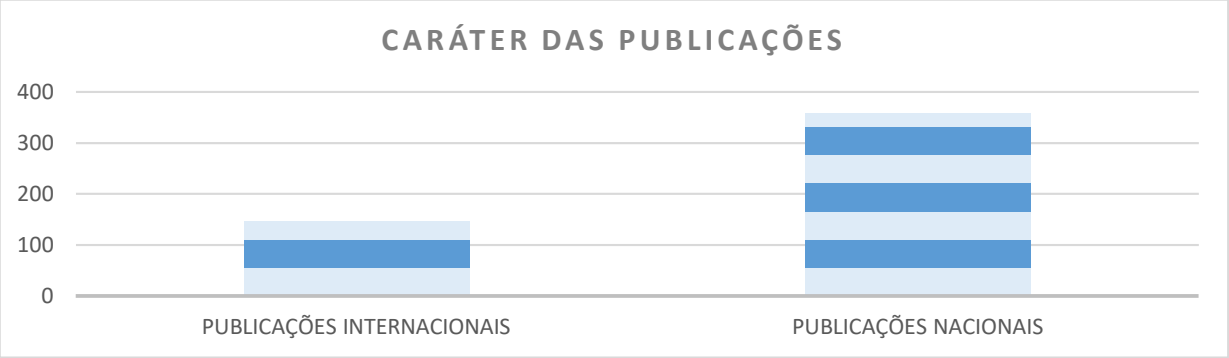
Evidencia-se pelo gráfico 2 que a autora participa de forma intensiva nos principais congressos na área da Educação, nacionais e internacionais, com relativo destaque nos congressos: AFIRSE e ANPAE, e que ratificam os dados apresentados em sua trajetória, os quais caracterizam-se pelo alto nível de qualidade. Destaca-se também que mais de 50% das publicações foram em editoras de ampla circulação nacional. No que diz respeito a ANPAE, este evento se enquadra na avaliação da CAPES com o conceito de Qualis A1, ou seja, o maior conceito a ser atingido, e é considerado, dessa forma, como um dos mais importantes eventos científicos na área da Educação Brasileira. Ambos os eventos reúnem intelectuais de diversas regiões para a disseminação de pesquisas cientificas desenvolvidas, as quais passam por avaliações de comissões especificas que selecionam os melhores textos submetidos, o que reitera a importância e a rigorosidade cientifica das produções elaboradas por Ferreira, como pode ser observado pela quantidade de produções apresentadas nestes eventos.

Na mesma linha de raciocínio pode-se considerar que as produções disponibilizadas nas revistas e nos livros também são caracterizadas pelo grau de

exigência adotado pelas comissões editoriais das editoras e das revistas em que publicou seus textos, destacando que possui 51% de seus textos publicados em revistas das associações, as quais são compostas pela elite intelectual brasileira, e desse modo concentram-se em produções de renomados pesquisadores, o que reafirma a pertinência e importância dos textos de Ferreira para a Educação.

Compreendendo a importância das pesquisas desenvolvidas pela autora observa-se que se expande para além do território nacional como pode ser observado no gráfico de número 3:

GRÁFICO 3: LOCAL DAS PUBLICAÇÕES

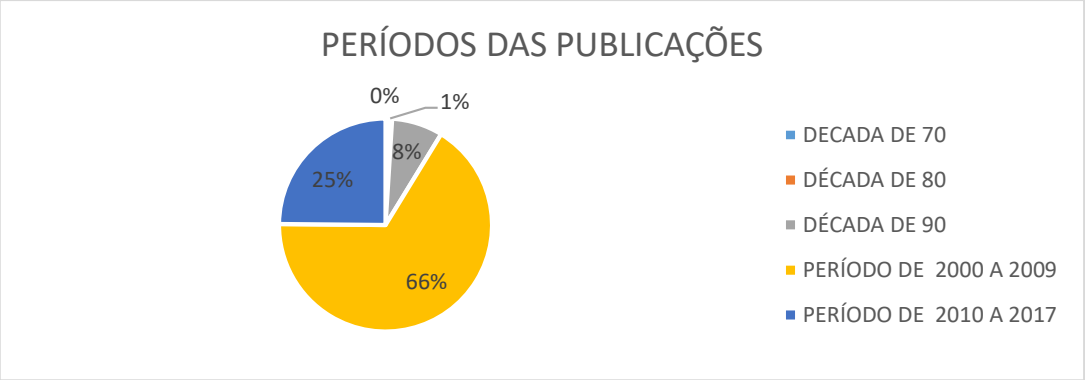


Fonte: o próprio autor com base nos dados extraídos do Currículo Lattes 2017.

A sua participação no território nacional é observada de forma significativa pois sua vasta produção é digna de muito respeito, não só pela quantidade, que se faz necessário destacar as suas 350 publicações, as quais exigem no mínimo muita determinação por parte da autora e expressa de forma singular suas preocupações em proporcionar debates por meio da disseminação das pesquisas, as quais faz questão de compartilhar com as demais pessoas da sociedade, e para além do território nacional vale destacar a sua significativa produção internacional que segue pela mesma linha de raciocínio.

A compilação de todos os dados referentes às produções escritas presentes e referenciadas no Currículo Lattes de Ferreira permitiu visualizar também os períodos que escreve, ou seja seguindo as datas de suas publicações que determinaram primeiro em década de produção e depois em anos, como apresenta-se no gráfico de número 4:

GRAFÍCO 4: PERÍODOS DAS PUBLICAÇÕES



Fonte: o próprio autor com base nos dados extraídos do Currículo Lattes 2017

O período de publicação se torna importante para a análise, porque ajuda a melhor compreensão pelo contexto em que se realizou e que lhe dá sentido, e a justificar, de certo modo, os objetos de estudo das pesquisas em dado momento, contextualizando com o momento historio, político-econômico em que a investigação se encontra, ou como bem afirma Saviani (2008), quando diz que o princípio de periodização se baseia na noção de predominância ou hegemonia das ideias.

> "A questão da periodização é, sem dúvida, uma das mais relevantes e também das mais complexas e, por isso mesmo, das mais controvertidas no campo dos estudos históricos. Em verdade a periodização não é um dado empírico, isto é, não está inscrita no próprio movimento objetivo dos fenômenos históricos investigados. A periodização, enquanto uma exigência de compreensão do objeto, é, antes, uma questão teórica que se põe para o historiador ao enfrentar a tarefa de organizar os dados visando a explicar o fenômeno que se propôs investigar" (Saviani, 2008, p. 12).

Ainda para o mesmo autor, o problema do investigador quando trabalha com a história, com a periodização consiste em onde fazer os cortes, para que permita "[...] dar conta das descontinuidades na continuidade dos eventos constitutivos do fenômeno investigado". (SAVIANI, 2008, p. 12)

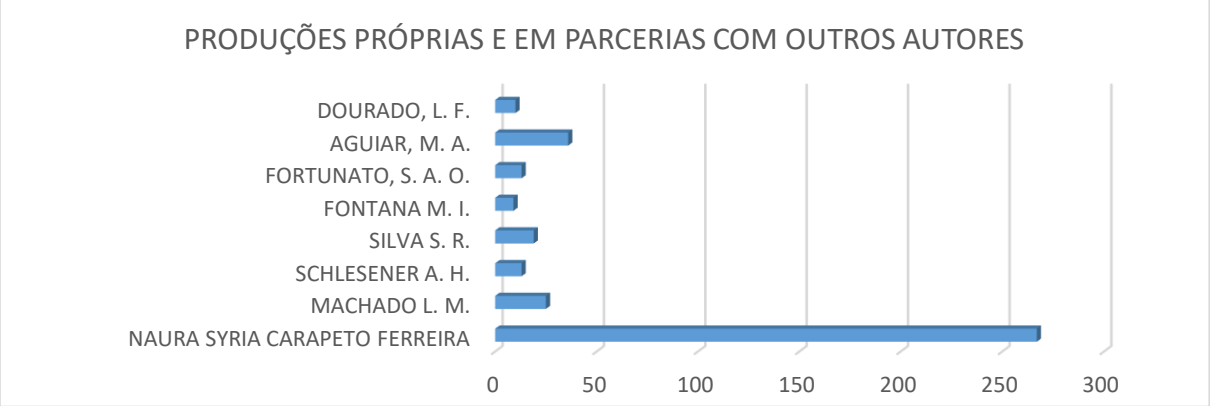
Neste trabalho a continuidade do fenômeno observado se pautou pelo caminho da trajetória e da ordem das produções presentes no Lattes da autora, ou seja, a periodização nesta pesquisa é abordada com grande responsabilidade na veracidade dos fatos e na continuidade dos fenômenos, visto que a história não é entendida linearmente, e sim no movimento da história, por isso se torna um tanto mais complexa, e mais próxima da realidade que a constitui. Cabe salientar que esta periodização revelou o início das produções desde os primeiros passos da autora e já

na década de 90 dão um salto significativo tendo o seu auge entre os anos de 2000 a 2009 e a partir daí entre 2010 a 2018 mantem-se ainda vigorosa produção científica.

O gráfico de número 4 mostra as produções da autora que tomam volume na década de 70 e seguem uma trajetória de ascendência cujo ápice se dá entre 2000 e 2009, com um número significativo de produções em especial sobre gestão da educação apresentando uma pequena descenção até 2017, mais ainda assim com produções significativas. A partir da Constituição de 1988 aparecem em maior quantidade textos sobre gestão da autora e se mantém em grande número até os dias de hoje.

O gráfico de número 5 apresenta as produções individuais e os autores com quem estabelece parcerias, os quais perpassam entre renomados pesquisadores de alto nível de formação bem como alguns alunos/ orientandos, reforçando seu caráter de compromisso com a pesquisa, entendendo-a como possibilidade de superação, e neste caso com responsabilidade social, compartilhando suas ideias com diferentes indivíduos e com diferentes formações, revelando e reforçando o seu compromisso com a pesquisa e com a formação dos indivíduos. No gráfico de número 5 expõe-se as produções individuais da autora e os autores com quem mais produziu em parceria sobre o tema gestão da educação na perspectiva de democratização da educação e da educação em geral.

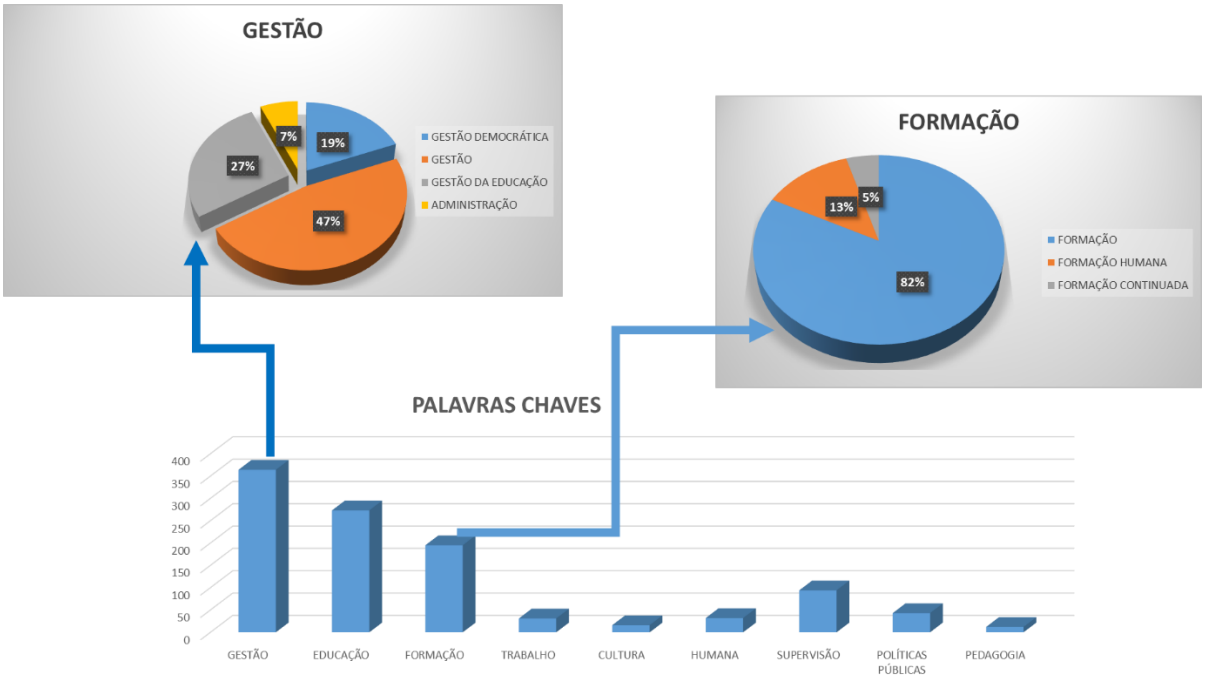
GRÁFICO 5: PRODUÇÕES PRÓPRIAS E AUTORES PARCEIROS



Fonte: o próprio autor com base nos dados extraídos do Currículo Lattes 2017

O gráfico número 6 destaca nas produções da referida autora os temas centrais de análise que ganham maior ênfase, todos os temas possuem relevância significativa, porém se destacam com vigorosidade a gestão democrática da educação e a formação, como pode-se visualizar a seguir:

GRÁFICO 6: TEMAS CENTRAIS DE ANÁLISE



Fonte: o próprio autor com base nos dados extraídos do Currículo Lattes 2017

Observa-se no gráfico 6 uma significativa predominância nas categorias Gestão da educação, Educação e Formação. Percebe-se que a supervisão educacional, tema muito trabalhado pela autora agora são ferramentas dentro da gestão e da formação, a supervisão para Ferreira é necessária não mais como uma graduação e sim como uma categoria fundamental que contribui para o bom funcionamento da escola. A supervisão é necessária dentro da gestão da escola para garantir uma contínua busaca pela qualidade da educação no espaço escolar.

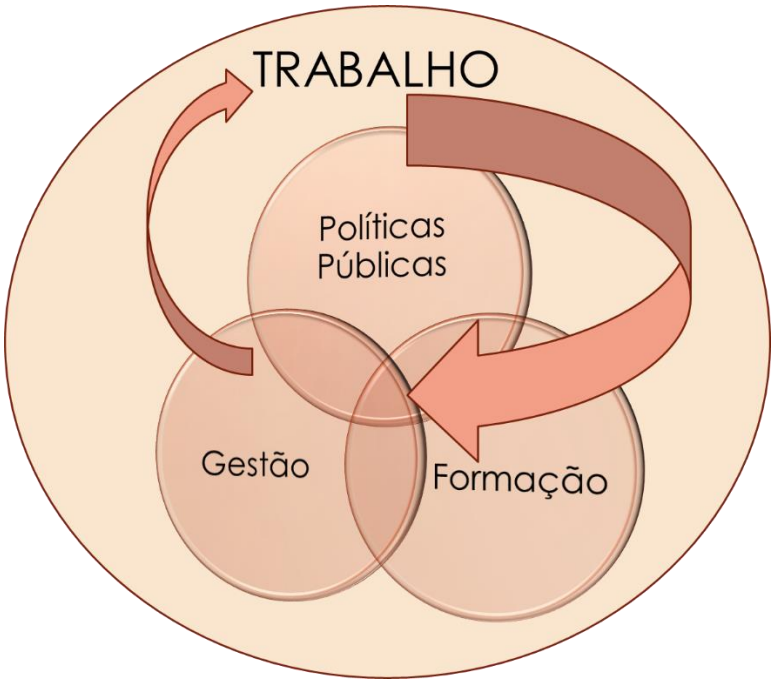
Desta forma, a análise das publicações baseadas nas tabulações do Lattes e que resultaram nos gráficos apresentados, para esta investigação os temas mais discutidos pela autora, os textos que se apresentaram com maior relevância para a pesquisa em questão,a estes, foram destinadas leituras mais rigorosas que possibilitaram novas análises e resultaram na unidade entre a trajetória da autora e do fio condutor de suas pesquisas com maior destaque para a gestão, o trabalho e a formação que se concretizam como temas essenciais presentes em toda a tese.

A partir da leitura e estudo destes textos, a leitura cautelosa apontou o caminho seguido nas análises da autora, formando o que já foi citado neste texto como tripé, que engloba as categorias Gestão da Educação, Políticas Públicas e formação. Este

estudo tornou-se possível pela leitura minuciosa e rigorosa análise das produções, ficando claramente perceptível a reiterada importância dada pela autora a estes temas, pois evidenciou-se que além de estarem presentes nos textos se constituem com maior destaque em relação aos demais, caracterizando-se pela importância que lhes é destinada pela autora e também por formarem de fato um tripé sobre o qual se assenta o pensamento da autora, principalmente com maior ênfase na educação como um todo, suas políticas, a gestão e a formação como pilares no cenário nacional e em especial no interior das escolas com um fortalecimento geral da implementação da gestão democrática e da formação para todos de forma coletiva e ampla discussão para as tomadas de decisões sobre os rumos da escola pública.

Neste sentido, pode-se destacar com segurança que o conhecimento produzido pela autora é resultado de muito trabalho ao longo da vida e que pode ser visualizado de forma sintética no gráfico de número 7 a seguir:

GRÁFICO 7 : OS TEMAS MAIS RELEVANTES DE ANÁLISE DA AUTORA



Fonte: O próprio autor com base nos dados do currículo lattes 2017e nas leituras dos textos de Ferreira no período de 2000 a 2017.

No processo de formação acadêmica da pesquisadora observou-se que o Trabalho; as Políticas Públicas; a Gestão da Educação e a Formação, são compreendidos como conceitos explicativos que emergem de forma a caracterizar o

processo teórico que justifica toda a sua produção e, ganham maior ênfase. Portanto no cenário social, em especial do mundo do trabalho com muitas mudanças, estes temas se tronam cada vez mais importantes e se repetem e permeiam todos os textos da autora, de modo a reforçar a importância desses contextos na realidade educacional brasileira. Assim há um movimento do pensamento entre o polo empírico e o polo teórico, entre a teoria e a prática na produção intelectual. Destaca-se nas produções da autora com maior relevância a Gestão da Educação como a mola propulsora que ancora e sustenta o pensamento e a ação da intelectual na perspectiva de análise da educação na atualidade.

Retomando o estudo com foco no fio condutor que é o real concreto e as suas determinações que são rigorosamente analisados pela autora, nota-se as idas e vindas sobre estes pilares, mostrando as suas modificações e permanências na sociedade atual.

A pesquisa no campo da educação e o pensamento à luz da dialética da autora fica mais evidente a partir de 1976, período em que dá início e se dedica à pesquisa na UFPR e, gradativamente vai ganhando novos contornos sendo reelaborado progressivamente nas produções posteriores com aprofundamento conceitual, ou seja, o caminho entre o polo teórico e prático da autora adquiriu ao longo do tempo uma densidade que supera o campo de pesquisa anterior, em um movimento contínuo de aperfeiçoamento teórico à luz da realidade, inclusive para superar as especialidade de Orientação, Supervisão e Administração no Curso de Pedagogia da UFPR, o que tornou o curso mais completo. É neste bojo de mudanças que a autora lida com a realidade social concreta, e desta realidade apresenta significativa produção que podem contribuir para a mudança necessária no mundo atual.

Diante dessa análise as pesquisas da autora ganham o status de centralidade em seus estudos o Trabalho; gestão democrática; políticas públicas; emancipação; educação e formação. Pode-se perceber esta análise a partir da tabulação oriunda do Currículo Lattes, com especial destaque, como já afirmado anteriormente, para a tríade políticas públicas, gestão e formação, que se constituem no fio condutor das pesquisas da autora ao longo de sua trajetória acadêmica. Dessa maneira esta trilogia está presente nas produções em quase todas as edições de seus livros e de trabalhos publicados.

Os temas centrais de estudo da autora no corpo dos textos vão sendo enriquecidos até os mais recentes em um movimento dialético que incorpora e supera as produções iniciais não no sentido de negá-las e sim no aspecto de fortalecer e torná-las teorias mais consistentes. Ao perceber este movimento nota-se que a pesquisadora trabalha a dialética por meio de um movimento em que as temáticas constituem e são constituídas em seu pensamento. Nessa ótica estes temas centrais utilizados pela pesquisadora tornam-se referência teórica importante para a pesquisa em educação.

O critério utilizado para o estudo foi baseado no material impresso que possuía maior número de edições, entendendo a partir de uma leitura sintética em que o número de edições representa uma maior disseminação dos conhecimentos ali descritos. Estes conceitos chaves a autora trabalha de forma densa o que revela que a autora os compreende como conceitos explicativos. O que justifica a escolha dos mesmos como indispensáveis para análise presentes nas pesquisas segundo a lógica de pensamento da autora.

Ferreira aponta a democratização do ensino e a sua gestão como um marco determinante na busca da superação dos desafios da sociedade hodierna. Os impasses se avolumam e ganham novos contornos e precisam de políticas públicas significativas para que se possa fazer da educação um caminho para a liberdade da classe trabalhadora. Nesta assertiva, Ferreira segue sonhando com um mundo mais humano para todos e que a vida é o lugar por excelência da educação e da história da vida humana, cenário em que se constrói a formação dos indivíduos na escola, na vida e no trabalho. A vida, a educação e a formação neste cenário violento e incerto precisam ser ressignificadas a partir das determinações da atualidade presentes na realidade de todo o planeta, e que precisa urgente de posições responsáveis, de compromissos com o bem comum para a construção de um mundo mais humano e solidário nesta sociedade mundial.

Diante desta urgência e das mudanças continuas e violentas que se processam no mundo do trabalho hodierno e principalmente no processo produtivo, no padrão de sociabilidade e nas relações sociais, que são o campo de estudos e pesquisas de respeitados profissionais. Estes inspiraram a autora para organizar em parceria com a Professora Doutora Márcia Ângela Aguiar, o projeto de trabalho que se transformou

em livro, intitulado “Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos”. Assim descreve o projeto:

> O projeto de trabalho para abordar a temática compunha-se de três eixos interligados que tratariam de questões fundamentais da política e da gestão da educação no debate contemporâneo. Assim, em torno do primeiro eixo - *Política e Gestão da Educação*: *impasses, limites e desafios* - foram aglutinados os ensaios concernentes ao debate das políticas públicas de educação tendo como cerne a questão da gestão. A discussão, nessa parte, ficou centrada nos problemas e desafios colocados para a gestão da educação pública no quadro da globalização, do neoliberalismo, da desregulação estatal, e de outras importantes questões da agenda. O segundo eixo - *A LDB e a Gestão da Educação: as questões controversas* - tratou dos aspectos de gestão relacionados, às reformas educacionais à escola e aos municípios, descentralização/recentralização, políticas educacionais, escola, educação e cidadania, política de formação de profissionais da educação, democratização e qualificação da escola pública. O terceiro eixo - *Gestão educacional e escolar*: *estruturas e interações* - abordou os compromissos da escola e das políticas educacionais, a gestão escolar e suas relações com outros componentes da prática educativa, os embates entre o público e privado na agenda educacional brasileira, parceria escola-empresa e as possibilidades da gestão democrática da educação. (FERREIRA, 2000, p. 77)

O livro, publicado pela Editora Cortez em 2000, possui além da organização, a participação da autora com um capítulo intitulado “Gestão democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades*”.* Neste estudo, analisa as possibilidades da gestão da educação como uma prática educacional voltada para a construção coletiva e organizacional escola vinculada ao projeto político pedagógico, usou como referência neste capítulo as teorias contemporâneas que valorizam a potencialidade e a capacidade participativa do ser humano. Analisa as determinações sócio-culturais da educação e reexamina os seus conceitos que no contexto atual possuem novo significado e, dão um novo enfoque para a gestão da educação. Nesta perspectiva afirma,

> Todavia, a gestão da educação, enquanto tomada de decisão, organização, direção e participação, não se reduz e circunscreve na responsabilidade de construção e desenvolvimento do projeto político-pedagógico. A gestão da educação acontece e se desenvolve em todos os âmbitos da escola, inclusive e fundamentalmente, na sala de aula, onde se objetiva o projeto político-pedagógico não só como desenvolvimento do planejado, mas como fonte privilegiada de novos subsídios para novas tomadas de decisões para o estabelecimento de novas políticas. Anísio Teixeira, precursor de tantas idéias que hoje ainda estão por serem totalmente incorporadas, comprometido com a ANPAE[2], de quem foi sócio fundador, ao escrever, para inaugurar a série Cadernos desta associação, um trabalho intitulado “Natureza e função da Administração Escolar”, explicita que há no ensino, na função de ensinar, em gérmen, sempre ação administrativa. Seja a lição, seja

[2] ANPAE- hoje- Associação Nacional de Política e Administração da Educação, denominava-se nesta época Associação Nacional de Professores de Administração da Educação

> a classe, envolve tomada de decisões, envolve administração, ou seja, plano, organização, execução, obediente a meios e técnicas. De moco geral o professor administra a lição ou a classe, ensina, ou seja, transmite, comunica o conhecimento, função antes artística do que técnica, e orienta ou aconselha o aluno, função antes moral, envolvendo sabedoria, intuição, empatia humana". (TEIXEIRA, 1968, p 17.)
> Refere-se, nesse sentido, ao compromisso político e pedagógico coletivo, à disciplina, e à necessária diretividade para a consecução do que foi planejado e organizado, se concretize em sala de aula. Refere-se à necessária direção do processo educativo que se faz, um só, com os mesmos princípios, valores, pressupostos teóricos e metodológicos postulados por todos, conteúdos científicos, técnicos, éticos e humanos, e "sabedoria" desde a construção coletiva inicial do projeto político-pedagógico que continua sendo reconstruído a cada momento em que se faz prática, quando a "idéia" se transforma em "ato" e possibilita um novo "pensar" sobre todo este processo de formação humana que se realiza na escola e pelo qual a gestão da educação é responsável. A razão de ser da gestão da educação consiste, portanto na garantia de qualidade do processo de formação humana - expresso no projeto político-pedagógico - que possibilitará ao educando crescer e, através dos conteúdos do ensino, que são conteúdos de vida, hominizar-se, isto é, tornar-se mais humano. A ação administrativa a que se referia Anísio não era senão a compreensão de que toda a tomada de decisão, seja em que nível ou dimensão for é sempre uma decisão entre várias alternativas, uma decisão política que irá ter repercussões e conseqüências de longo alcance sobre o acesso às oportunidades sociais da vida, de cada um de todos os alunos, em sociedade - uma sociedade que, hoje, é planetária. É a administração se fazendo em ação na sala de aula, por conter "em gérmen" o espírito e o conteúdo do projeto político pedagógico que expressa, democraticamente, os compromissos e o norte da escola através da gestão do ensino, da gestão da classe, da gestão das relações, da gestão do processo de aquisição do conhecimento, pois a escola e a sala de aula estão interligadas de todas as maneiras. (FERREIRA, 2000, p. 309-310)

Neste sentido, Ferreira (2002), em relação à gestão da educação, lhe confere um status muito significativo que na prática deve superar a manutenção das formas de gestão atuais e, dentro das possibilidades realizar a construção coletiva e organizacional da educação, com um sólido projeto educacional vinculado também ao projeto de sociedade que no cenário global tende a valorizar a capacidade de participação do ser humano nas tomadas de decisões, resignificando a gestão educacional e tornando-a capaz de combater as fragilidades das instituições educacionais e humanas, cujo resultado tem sido a exclusão, as desigualdades e injustiças. Nesta perspectiva escreveu, "*A* "difícil", mas não impossível "arte" de administrar a educação; suas finalidades na contemporaneidade*" texto publicado na* Revista Tuiuti: Ciência e Cultura*,* n º 23*,* em que afirma,

> Educar supõe possibilitar vida e colocar limites, estimular a construção da vida e ir contra pulsões destrutivas, enfrentar problemas da infância e o "furacão da puberdade", ensinar não apenas habilidades, conceitos e conteúdos vários, mas socializar para a vida em sociedade. Pais e alunos pobres demandam proteção para o aluno, disciplina, conhecimentos que – atuando sobre o comportamento e a linguagem – lhes permitam saber entrar

> e sair, falar corretamente e transitar pelo mundo, enfim, tudo aquilo que lhe possa assegurar um futuro melhor e escapar à discriminação. (FERREIRA, 2001, p. 162)

O futuro se processa em uma concreta realidade presente, e tem de ser muito bem construído. A construção do futuro está sempre em curso, necessitando urgente de compromissos que sejam expressados por meio de iniciativas, de convicções, condutas e práticas reais no cenário social, assim urge pensar que,

> A realidade, qualquer que seja o modo como é sentida e percebida, concebida e considerada, tem que ser encarada como um campo de possibilidades. A tarefa da teoria e dos educadores consiste precisamente em definir e avaliar a natureza e o âmbito das alternativas para o que está empiricamente dado. Santos, ao definir teoria crítica como "a teoria que não reduz a ´realidade´ ao que existe, exorta-nos à constatação de que "a análise crítica do que existe assenta no pressuposto de que a existência não esgota as possibilidades da existência e que, portanto, há alternativas susceptíveis de superar o que é criticável no que existe. O desconforto, o inconformismo ou a indignação perante o que existe suscita impulso para teorizar a sua superação. (FERREIRA, 2000, p. 220)

Ferreira (2000) fala que a superação da barbárie e ignomínia no mundo está ligada diretamente e dependente das grandes organizações mundiais, detentoras da hegemonia no mundo, porém, defende que isso depende da construção de um novo saber alicerçado na solidariedade na ética humana. Nesta seara, inspira-se em Bobbio, quando lhe perguntaram como este se definiria e ele responde que a sua definição seria a conclusão de sua obra "Italia Civile", a qual expressa que é: "Da observação da irredutibilidade das crenças últimas extraí a maior lição de minha vida. Aprendi a respeitar as idéias alheias, a deter-me diante do segredo de cada consciência, a compreender antes de discutir, a discutir antes de condenar". (BÓBBIO, 1997, p. 173)

Ferreira (2000, p. 80) fala que uma nova etapa na vida pode se iniciar em cada momento e que quer seguir empreendendo sem deixar de sonhar com um mundo melhor para toda a humanidade, assim escreveu,

> Sonho com um mundo mais humano, com uma sociedade mais digna e justa, com uma escola de qualidade para todos e com profissionais da educação qualificados, respeitados e felizes. Sonho com uma escola e com uma universidade unitária e universal. Sonho com um mundo repleto de jardins onde floresçam rosas perfumadas sem espinhos, jardins repletos de crianças alegres as quais brincam aprendendo os conteúdos da vida. Não os conteúdos desta vida que estamos vivendo, mas os de uma vida que possua todos os meios e recursos para o bem da humanidade, dignamente à disposição de toda a humanidade. Enfim, sonho com a pedagogia da esperança formada pela tolerância, o respeito e a solidariedade; uma pedagogia que rechaça a construção social de imagens que desumanizam o "outro"; uma pedagogia de esperança que ensina e vivencia que, ao construir

> o “outro”, tornamos-nos completamente relacionados ao “outro”; uma pedagogia que ensina que ao desumanizarmos o “outro”, desumanizamos a nós mesmos. Sonho com uma pedagogia da esperança que nos guie ao crítico caminho da verdade – não ao dos mitos, não ao das mentiras – rumo a reapropriação da dignidade humana. Se, por um lado, não pode haver humanidade feliz, somando-se homens infelizes, por outro, não pode haver homens felizes numa humanidade infeliz. Ao afirmar estas aspirações, sonhos, convicções, tenho claro que continuo com as mesmas utopias.

Assim a Professora Naura Ferreira se auto define como uma pesquisadora que possui sonhos, e nestes sonhos estão contempladas várias perspectivas de emancipação humana pelo viés da educação, em especial da tessitura concreta de realizações possíveis, inclusive seu exemplo de vida emancipada, no fio condutor de suas análises que a acompanham durante toda a sua caminhada intelectual que são: as políticas públicas, a gestão e a formação. Este fio condutor é determinante em seus estudos para que a possibilidade de um mundo mais humano e para todos possa se concretizar na práxis hodierna. Revela que o homem e a mulher para se emanciparem precisam participar de forma consciente e crítica como cidadãos que cumprem seus deveres na sociedade, mais que sabem lutar pelos seus direitos no mundo em que vivem.

4.2 A GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM EXERCÍCIO PARA A HUMANIZAÇÃO

O sentido do exercício democrático da gestão da educação significa: carregar, executar, exercer, ao mesmo tempo que na democracia o poder de decisão se encontra nas mãos do povo que pode exercer o poder de tomadas de decisões de forma direta ou indireta. A partir do momento em que se une Gestão e Democracia com os princípios que regem o ambiente escolar brasileiro, deve-se conhecer a legislação que respalda a mesma, por sua vez o termo Democratização do ensino foi discutido, defendido e inserido na Constituição em 1934, pelos Pioneiros da Educação Nova, que defendiam um ensino público de qualidade. No Manifesto dos Pioneiros da Educação, (1932, p. 89) defendiam que:

> Mas a educação pública por que nos batemos, ontem como hoje, é a educação fundada em princípios e sob a inspiração de ideais democráticos. A idéia da educação pública, – conquista irreversível das sociedades modernas; a de uma educação liberal e democrática.

Entre tantos objetivos escritos no Manifesto, destaca-se a relevância que a democracia possui, para a humanização e emancipação humana. Dentre os 26

intelectuais da época que assinaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, entre eles Anísio Teixeira, que defendia a construção de escolas embasadas em princípios democráticos e cidadãos, para que os alunos que por lá passassem, adquirissem um desenvolvimento integral, como seres constituintes de uma sociedade. Dos objetivos lá propostos, é notável que muitos ainda não foram atingidos, por sua vez a questão de democratização do ensino público foi retomada mais uma vez na Constituição da República Federativa do Brasil 1988, Cap. III, inciso: VI Gestão democrática do ensino público, na forma de lei.

Após um período autoritário comandado por militares, aparece a necessidade da redemocratização do Brasil, momento em que ocorre a promulgação de uma nova constituição, como citado acima entre todos os direitos lá assegurados destaca-se a educação e a democracia, como valores importantes a serem implantados, porque necessita-se de uma via de mão dupla, ou seja, a educação que deve ser mantida e garantida pelo estado, e o estado delega autonomia para que os gestores das escolas públicas juntamente com os pais e a sociedade sejam ativos e compromissados com a democratização do ambiente educacional.

Com a nova Constituição surgem novas leis, entre elas nota-se a Lei de Diretrizes e bases da Educação, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, onde se consolida a Gestão Democrática, sendo garantida pelos artigos:

> Artigo 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; Artigo 15. Os sistemas de ensino assegurarão ás unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observada a normas gerais de direito financeiro público.

A gestão democrática é compreendida como participação ativa de todos os envolvidos neste processo, ou seja, os interlocutores. Compreende-se que os funcionários da instituição de ensino, professores, os pais, os alunos e a comunidade onde está localizada a escola, devem estar presentes nas tomadas de decisões que dizem respeito ao funcionamento da escola. Ferreira (2002) argumenta que é preciso discutir e implementar coletivamente a gestão democrática e o projeto político pedagógico, de maneira que todos os atores sociais envolvidos na comunidade escolar participem efetivamente das tomadas de decisões sobre os objetivos que pretendem para que a escola ofereça a seus filhos.

Para Veiga (2004, p.19) significa que:

> A gestão democrática implica necessariamente o repensar da estrutura de poder da escola, tudo em vista de sua socialização. A socialização do poder propiciar a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora.

Nesta ótica percebe-se que, ao se implantar a gestão democrática no ambiente educacional como consequência pode-se obter uma extensão da solidariedade que supera a desigualdade elevando a autonomia e transformando a escola em um agente de mudanças significativas em especial no que diz respeito ao ensino. Para tanto Bordignom e Gracindo (2001, p.164) orientam que a Gestão Democrática deve ser vista como uma:

> [...] mediação das relações intersubjetivas, compreendendo, antes e acima das rotinas administrativas: identificação de necessidade; negociação de propósitos; definição clara de objetivos e estratégias de ação; linhas de compromissos; coordenação e acompanhamento de decisões pactuadas; mediações de conflitos, com ações voltadas para a transformação social.

Entende-se que pode ser a partir da Gestão Democrática que esses caminhos serão traçados, a coordenação e o acompanhamento das tomadas de decisões podem vir a ser efetivadas se partirem da democracia que deve respaldar a gestão escolar. Neste princípio em que se destaca a relevância que a Gestão Democrática possui, aparece mais uma vez na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, PNE – Plano Nacional de Educação na 22ª meta: "Definir, em cada sistema de ensino, normas de gestão democrática do ensino público, com a participação da comunidade". Sendo assim a Constituição Federal do Brasil, a LDB e o PNE legitimam a prática da gestão democrática nas escolas públicas do ensino básico e compreende-se que ocorre um viés na descentralização de poder existente na administração escolar, é notório que a coletividade deve estar presente, entre esta coletividade são indispensáveis os gestores, professores, funcionários, pais, alunos e comunidade local, para que façam parte estando presentes e participando efetivamente das tomadas de decisões.

Por sua vez é necessário que tais garantias aconteçam de fato, transcendendo do papel para a realidade. Dessa forma, aparece a necessidade de reorganizar a realidade escolar, e neste sentido de que é preciso intervir para transformar a escola, são indispensáveis as contribuições de Ferreira (2001, p.296), orientando que é,

> [...] através da gestão da educação que coloca em pratica, concretiza, diretrizes emanadas pelas políticas que, ao fornecerem o norte, estabelecem parâmetros de ação e, de forma dominante, determinam o tipo de mulher e

> de homem que devem ser formados. Todavia a gestão da educação não só coloca em pratica diretrizes emanadas, como também interpreta e subsidia as políticas públicas na trama conturbada das relações econômicas, políticas e sociais e globais que atravessamos e que se refletem e no espaço escolar. Ao desenvolver-se, na prática, a gestão da educação examina coerências e discrepâncias entre o previsto e o concreto percebe reais necessidades e novas formas de produção de trabalho que se constituirão em valiosos elementos de reivindicação para novas decisões e encaminhamentos de novas políticas educacionais.

Assim, a gestão é de fundamental importância para garantir o exercício democrático que revela os interesses advindos das relações econômicas que são refletidas nos espaços escolares. É a gestão que pode revelar e promover os ajustes necessários e lutar para se adaptar e vencer desafios que aparecem neste cenário social em constantes e rápidas transformações. Compreende-se que a gestão democrática é um caminho de acesso a cidadania e aos princípios democráticos, uma vez que a mesma deve ser utilizada, exercida através das práticas pedagógicas. Assim, a lógica excludente pode deixar de existir e em seu lugar prevaleça a igualdade e solidariedade, neste contexto, Paro (2008, p. 8) assegura que:

> A luta pela democratização da escola situa-se, assim, no bojo da própria luta pela democratização da sociedade, que, no limite, coincide com a transformação social, ou seja, com a revolução enquanto processo prolongado de transformação estrutural da sociedade.

Ao falar sobre democracia no âmbito educacional deve lembrar-se das consequências que a mesma pode causar na sociedade, realizando assim uma transformação social, a conquista da autonomia, das práticas cidadãs, da descentralização de poder, a coletividade, a dialogicidade, a democracia, o respeito e a igualdade são alguns dos pontos positivos que se destacam a partir das práticas intrínsecas da gestão democrática. Para Galina e Almeida (2008, p.12) gestão democrática é

> [...]um desafio para Coordenadores pedagógicos orientadores educacionais, professores, e principalmente para os Diretores, pois são esses os principais interlocutores sociais da organização escolar, responsáveis pela sensibilização ética dos educadores, desta forma, comprometê-los com a gestão democrática que é o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola.

Compreende-se então que todos nesta ótica são responsáveis e possuem um papel insubstituível nas questões de ordem administrativa e pedagógica do ambiente escolar, um problema solucionado na coletividade garante a satisfação e o

entendimento de todos, uma vez que haja um acompanhamento coletivo tais dificuldades encontradas no decorrer do percurso e solucionadas a partir da participação coletiva e efetiva garante um maior significado para todos os envolvidos, em um documento redigido pela SEED/PR encontra-se uma afirmação sobre Gestão Democrática (2008, p. 6), e entende-se que é importante:

> [...] que a comunidade tenha de fato acesso a participação na escola é necessário romper os entraves, a começar pelo autoritarismo exacerbado que se evidencia a muitos anos em nossa sociedade capitalista. [...] condicionantes do autoritarismo são os de ordem material; social; cultural; institucional, sendo esse último sem dúvida nenhuma, entre aqueles que mais dificultam o estabelecimento de relações democráticas, e consequentemente a participação da comunidade na gestão escolar.

Compreende-se a necessidade de buscar meios e fins para trazer a comunidade para dentro da escola, não somente em momentos festivos como acontece em algumas escolas, mas sim buscar a comunidade em sua totalidade nas ocasiões de decisões importantes para nortear os rumos escolares. Preocupar-se com o pensamento e com as necessidades que da comunidade local, transformando a escola em um complemento para transformar as vivências da comunidade em que a escola está inserida. Portanto, é evidente que a escola possui uma função social, onde a mesma tem que prestar contas a respeito dos fatores que influenciam a sociedade em geral, é dentro da escola que se perpetua a formação cidadã, a criticidade e a formação emancipatória, pois segundo Freire (1996) é através da educação que os homens se transformam e por consequência ocorre a transformação na sociedade.

Para Lück (2006, p.31) “é importante reconhecer que a educação é condição necessária para a formação de indivíduos, sem a qual estes não alcançam níveis mais elevados de desenvolvimento humano, como pessoas e cidadãos”, observa-se então que a relação entre escola e sociedade é intrínseca, e nesta seara, Paro (2007, p.112) orienta que:

> [...]a educação como mediação para a formação do homem histórico, envolve necessariamente relações humanas entre seres cuja condição de sujeito precisa ser necessariamente relações humanas entre seres cuja condição de sujeito precisa ser permanentemente afirmada[...] nesse sentido, a relação pedagógica supõe a postura ética dos sujeitos nela envolvidos: tanto quem educa quanto quem e precisam querer fazê-lo para que a relação se efetive como genuinamente pedagógica. Por isso a estrutura da escola de assumir forma democrática, que favoreça a vontade dos sujeitos envolvidos no processo pedagógico.

E desta maneira a escola contribui de forma significativa para a democratização da sociedade, a gestão democrática nesta ótica é vista como uma facilitadora, pois se

a escola possui uma função social que deve ser assegurada em sua prática, a mesma se intensifica através da gestão democrática pois ela se categoriza como uma legitimação da pratica cidadã e democrática no âmbito educacional. Mas para que a mesma se desenvolva de forma efetiva, Gadotti (2004, p. 36) observa que:

> [...] A gestão democrática deve estar impregnada por uma certa atmosfera que se respira na escola, na circulação das informações, na divisão do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, no processo de criação de novos cursos ou de novas disciplinas, na formação de grupos de trabalho, na capacitação dois recursos humanos. A gestão democrática é, portanto, atitude e método. A atitude democrática é necessária, mas não suficiente. Precisamos de métodos democráticos de efetivo exercício da democracia. Ela também é um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho.

Nota-se que todas as práticas no contexto de gestão democrática, devem ser pensadas, analisadas e acompanhadas, porque as atitudes democráticas devem estar presentes em todas as relações. A participação como ponto de partida deve ser assegurada e buscada pelos envolvidos, existe então, outras maneiras para corroborar com a gestão democrática, destaca-se a construção do Projeto Político Pedagógico de forma coletiva, e a participação ativa e consciente dos indivíduos nas instâncias colegiadas.

Entretanto, no cenário atual a democratização do ensino encontra resistências e se torna pertinente a indagação: Por que a gestão democrática permanece como um desafio a ser implementado? A hipótese mais coerente parece ser porque neste cenário nada animador para a classe trabalhadora em que os pesquisadores analisam as possibilidades de uma educação significativa para todos, nota-se um recuo da democratização do ensino. O cenário é pouco favorável com o desmonte do estado de “bem-estar social”, retirada de direitos dos trabalhadores em favor do estado neoliberal, as políticas públicas e a gestão da educação seguem, do ponto de vista do governo neoliberal, uma perspectiva de estado mínimo e uma educação com pouco investimento. Dessa forma urge realizar e organizar no solo da escola o campo de resistência para uma gestão capaz de realizar na escola uma educação voltada para a busca da emancipação da classe trabalhadora que mais precisa da escola pública como sua única esperança de emancipação.

É neste contexto que os pesquisadores críticos embasam seus estudos no campo educacional, apresentando para a sociedade suas contribuições produzidas na academia, como possibilidades para uma sociedade mais justa e humana. Ferreira (2001) destaca a importância de uma escola que gere possibilidades de liberdade e

emancipação neste cenário em que o homem e a mulher vivem explorados por um sistema que desumaniza, é preciso resgatar a alegria de viver, recriar um cenário cujo principal objetivo nesta realidade é que o homem e a mulher possam ser felizes. Urge criar estas possibilidades e um dos caminhos apontados pela autora é reconstruir laços de solidariedade entre a humanidade.

Para Ferreira (2017) em seus escritos um conceito chave é a gestão da educação, e para ela o principal na gestão é que a mesma aconteça na perspectiva democrática. É indispensável para a autora a democratização dos espaços escolares, com eleição de dirigentes eleitos de forma democrática, projeto político pedagógico construído coletivamente e com a participação de todos os envolvidos na comunidade escolar. Uma gestão que priorize a formação continuada de profissionais e da comunidade escolar. A autora reafirma a necessidade de manter os mecanismos democráticos em pleno exercício na escola e que as tomadas de decisões sejam efetivadas através do diálogo e da democracia em que todos possam falar e participar das decisões tomadas na escola. Enfatiza sobre a questão democrática da educação como um princípio constitucional ressaltando sua extrema importância para garantir o acesso, a permanência na escola e a aquisição de conhecimento de qualidade de forma gratuita e para todos indistintamente. Contudo faz um alerta importante advertindo que muitas vezes o mesmo princípio democrático que concedeu autonomia às escolas recebe os efeitos do “choque de gestão” onde a autonomia transforma-se em heteronomia, em subordinação, que é uma das formas de dominação e subalternização dos atores da comunidade escolar.

Dessa maneira, a gestão de escola, em sociedade sob os auspícios do capitalismo mundial e competitivo, que prima por resultados e lucros em todos os setores, também governa a educação segundo uma organização da política mundial que atrela as práticas de gestão que deveria ser democrática, em um mecanismo controlado cujo principal objetivo é a busca de resultados quantitativos em relação ao processo de ensino aprendizagem. Este é o mundo real presente no processo de globalização, onde a democracia torna-se também mais uma técnica de governo, de busca do consentimento. Uma das armadilhas mais latentes é a que decorre da chamada falsa democracia, na qual um discurso de participação coletiva na educação “oculta” a exclusão ou a inclusão subalterna.

A democratização da educação, do seu acesso, permanência e qualidade, deve ser para todos, sem nenhuma distinção, uma vez que a qualidade de ensino deve ser garantida também aos diferentes, ou seja, aos que não aprendem “normalmente”. Esse programa democrático a ser implementado pela gestão precisa ser questionado em relação a que tipo de subjetividade está formando com a escolarização compulsória também apresentada como direito de todos.

Nesse sentido, pode-se perceber que as pesquisas revelam um país com muitos analfabetos, bem como um acesso muito precário ao Ensino Fundamental, e com gradativa, mais insuficiente, ampliação para o ensino médio. A gestão torna-se responsável pela mudança do cenário educacional e com ela do país. Por outro lado, muitas vezes em conformidade com isso, os estudos acadêmicos sobre a gestão da educação, fundamentados em pesquisas de campo e teorias científicas, também apontam para o como da gestão, como ela está sendo e como ela deve ser.

Nesse sentido, um autor de relevância na área de políticas públicas e gestão da educação, e no que se refere à questão da democracia na escola, é Cury (2005, p. 205) que em seus estudos aborda a questão da transparência na gestão afirmando:

> A gestão democrática do ensino público supõe a transparência de processos e de atos. Ao caráter público e aberto se opõe o privado e o secreto. O segredo é a dimensão daquele que se tem como a sede e a fonte do poder e, portanto, nada deve à cidadania. Por esta via pode-se mesmo chegar a “déspotas esclarecidos”, mas que não deixarão de ser déspotas. O privado é a dimensão daquele que presta serviços sob sistema contratual de mercado. E mesmo aí, dada a complexidade social e a dimensão de consumidor contida na cidadania, o privado não é absoluto.

Existem atualmente muitas pesquisas sobre a gestão da educação. Muitos estudos são significativos para a compreensão “crítica” da realidade da escola e para se pensar outras formas de gestão. Estes estudos corroboram no sentido de revelar a necessidade de novas políticas educacionais de estado, ultrapassando as limitadas políticas de governos. Tais pesquisas têm credibilidade demonstrada por suas produções, participações em organizações e eventos, mostrando significativas contribuições para com a educação brasileira devido não só a produção da academia, mas também a militância política. Estas análises contribuem para mostrar a necessidade de um contínuo processo de democratização da educação em todos os seus segmentos.

De acordo com Cury (2005, p. 199), abordando sobre o capítulo da educação na Constituição Federal, mostra que foi incorporado no texto “os clamores dos

educadores que, exigindo a democratização da sociedade e da escola pública brasileira, buscaram traduzi-los em preceitos legais". Assim, a retomada do Estado de Direito, por meio da redemocratização, permitiu que no processo constituinte de 1987 os representantes de populações afetadas seriamente pela ausência de democratização, inserissem no documento princípios e garantias na busca de efetivação de direitos sociais até então negados.

Para Cury, o princípio da gestão democrática já é uma realidade em muitas administrações públicas de ensino. Nos Estados e Municípios brasileiros já há exemplos de participação democrática. Contudo, é importante a realização de um balanço para poder avaliar "a pluralidade e a riqueza que se vê contida na aspiração de participação (2005, p.202). Ainda de acordo com Cury:

> De todo modo, talvez seja importante reter que o princípio da gestão democrática tem um interlocutor (oculto?) que é o autoritarismo hierárquico de que se revestiu tanto a administração das redes quanto a própria relação pedagógica. E ela possui uma intencionalidade clara: ou a gestio rei publicae inclui a participação dos envolvidos na educação escolar ou ela não é pública e aí o que se lhe segue é a gestio negotiorum. (CURY, 2005, p. 202)

Deste modo, a gestão democrática é bastante complexa porque convive com algumas especificidades hierárquicas na escola. O professor por princípio detém um conhecimento que não é de domínio dos alunos e nisto implica certa hierarquia. "O desafio posto aos sujeitos interessados na educação escolar e sua qualidade será o de encontrar, no interior destes avanços, o caminho consequente e viável de sua efetivação". (CURY, 2005 p. 206)

Para Oliveira (1997), a escola pode ser concebida como um núcleo da gestão, enfatizando que a partir dos anos 90 as reformas educativas no Brasil passam por significativas transformações a nível federal, estadual e municipal. São na verdade reformas educativas anunciadas como administrativas. Em sua maioria as reformas estão de acordo com os compromissos assumidos pelo Brasil na Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em março de 1990, em Jontiem na Tailândia, e também dos acordos provenientes da Declaração de Nova Delhi em dezembro de 1993 para atender à demanda de universalização do ensino básico. Contudo, o desafio da universalização parece muito distante de se efetivar na realidade brasileira.

Segundo Oliveira (1997), a proposta tanto da conferência de Jontiem como da declaração de Nova Delhi, convergem para novos modelos de gestão do ensino público. A ideia tem como base a descentralização, a flexibilidade, a participação da

comunidade escolar na administração de recursos e de responsabilidades. O referencial é basicamente o mesmo que se desenvolve nas empresas privadas. Nota-se um zelo muito grande em relação à quantidade em detrimento da qualidade do ensino oferecido aos estudantes no Brasil.

Na gestão da educação a flexibilidade administrativa pode ser percebida pela desregulamentação dos serviços e na descentralização de recursos que coloca a escola numa posição de núcleo do sistema. Estes modelos objetivam resultados melhores para a educação, que possam ser mensurados e quantificados estatisticamente e alcançados por meio de inovações na organização do trabalho e na gestão escolar, mas há contradições que permeiam este processo como o aligeiramento quantitativo medido pelas estatísticas nem sempre confiáveis. (OLIVEIRA, 1997)

A gestão democrática da educação presente na Constituição de 1988, por si só não garante a sua efetivação, pois possibilita inúmeras interpretações que nem sempre garantem um processo democrático. A leitura que se faz de gestão e de democracia pode variar muito devido aos projetos em disputa e alguns modelos de gestão que se apresentam como democráticos por terem uma maior participação, são tomados como exemplos, sem que na verdade tenham incorporado os segmentos sociais e sua representatividade. Então o que parece ser uma democracia pode ser ainda pior, ou seja, conter em seu conteúdo e em especial em seu exercício diário, formas autoritárias de gestão. A descentralização das tomadas de decisões pode representar a retirada das responsabilidades do Estado para com a educação e a inserção das empresas privadas neste setor, com suas lógicas de administração descentralizada. A mudança de posição no MEC de executiva para supletiva e redistributiva pode ser o espaço que faltava para uma investida do mercado sobre a educação pela via da privatização. (OLIVEIRA, 1997)

Nesta mesma perspectiva, Bruno (1997) reafirma que a escola tem papel fundamental na formação dos indivíduos para a produção principalmente diante das novas exigências do mundo do trabalho que cada vez mais exige um trabalhador mais preparado que tenha a capacidade de pensar e agir satisfatoriamente frente a esta nova estrutura empresarial onde o disciplinamento da estrutura psíquica é muito importante para se poder explorar a capacidade de pensar do trabalhador. Contudo, lamenta-se que a escola não pode permanecer apenas como reprodutora de capital

como quer o capitalismo na sociedade atual. Esta é uma razão que justifica a crise de tantos sistemas educacionais no mundo todo que começam a se reestruturar devido a esta visão da educação como uma mercadoria e que precisa ser racionalizada, “modernizada”.

A descentralização administrativa é apresentada como solução para as crises uma vez que com maior autonomia para as unidades escolares, inclusive financeiras pode-se evitar dessa maneira que todo o sistema seja perturbado de forma indesejada ou entre em colapso. Destaca-se que no Brasil, as pesquisas indicam o que está sendo pensado e executado na educação pública, são adequações às novas tendências do capitalismo contemporâneo dando ênfase especial para a administração, gestão escolar e trabalho docente, com o objetivo de redução de custos e do tempo de formação na busca de eliminar os desperdícios com a educação. A ideia é de investimento em construções, livros, material didático deixando de lado os professores porque isto poderia provocar uma valorização social destes profissionais que se tornariam reivindicativos o que acarretaria segundo o Banco Mundial um processo inflacionário. O que se pergunta neste caso é como melhorar a qualidade da educação sem investimento financeiro e de formação permanente para professores e demais profissionais da educação pública. (BRUNO, 1997)

Nessa perspectiva, afirma-se ainda que, quando são verificados esforços para a melhoria da educação, estes são muito localizados onde a economia compete com setores inovadores e produtivos da economia mundial. A diferença na qualificação do trabalhador é que ela não é mais compreendida apenas no âmbito nacional, agora passa a ser também mundial, arrastando junto também a educação que deixa de ser uma questão apenas nacional. Destaca-se como um dos problemas os investimentos dirigidos para setores onde a classe trabalhadora realiza tarefas mais complexas, mais exigentes e, nas demais regiões os investimentos menores e de acordo com a sua inserção na economia globalizada, produzindo uma nova segmentação da classe trabalhadora e uma exclusão social a nível mundial. É mais uma proeza da investida nefasta do capitalismo. Com o fim das políticas compensatórias do Estado central em vários setores da sociedade e com o aumento da exclusão social, em se confirmando esta tendência, as consequências serão gravíssimas para as futuras gerações de trabalhadores, e os bolsões de miséria hoje existentes poderão se transformar em verdadeiras prisões sociais. Teme-se que os investimentos para a educação nos

chamados países emergentes tendem a ser destinados para as quatro primeiras séries como quer o Banco Mundial, porque trazem retorno financeiro mais rápido. Desse modo, estes segmentos entram mais rapidamente na economia informal, neste caso é possível talvez que isso sinalize que o Brasil pode se tornar um país de economia predominantemente informal. Afirma-se também que a melhoria da qualidade da educação vai além das reformas curriculares, é trabalhar com criatividade promovendo novas formas de organização do trabalho escolar que não sejam apenas contrárias ao modelo contemporâneo de organização e de exercício do poder, mas que apontem alternativas possíveis de serem realizadas. Ações práticas com laços de solidariedade que se concretizem por meio do trabalho coletivo na busca da transformação social. (OLIVEIRA, 1997)

A ideia de uma educação para todos e de qualidade faz parte do projeto de escola que se defende e que está presente nos documentos oficiais juntamente com a gestão democrática da educação pública. Em relação à legislação educacional esta garante um número bastante significativo de direitos educacionais, resultado de muita luta em busca de garantia de direitos em especial no período de redemocratização, momento de participação da sociedade na elaboração da nova Constituição.

Ferreira (1997) apoia-se em Teixeira para mostrar que um dos problemas educacionais mais graves pode estar centrado na ideia de que no Brasil qualquer pessoa pode exercer a direção de escola e administrar o ensino sem uma formação específica para isso. Expressa que:

> A função de administrador é função que depende muito da pessoa que a exerce; o administrador depende muito de quem ele é, do que tenha aprendido de uma longa experiência. Tudo isto é que faz o administrador. E, é comum, entre nós pensar que aquilo que não se aprende senão em muitos anos não se precisa aprender. Daí, não se precisa preparar o administrador. O Brasil é talvez um país dos mais excepcionais neste assunto. Não me consta que os administradores se preparem no Brasil. (FERREIRA, 1997, p. 274)

Segundo Ferreira (1997) por um lado, aparece com clareza a urgência em preparar bem o gestor de escola, pois ele é um elemento chave para a implementação do processo da gestão democrática na educação pública. Sua formação se configura como um pressuposto indispensável diante de uma perspectiva de transformação, com sério compromisso humano e social que objetive alcançar a melhoria da qualidade de vida na sociedade. A liderança na escola exerce papel preponderante e indispensável no processo de democratização da escola e da implementação do

projeto pedagógico na sala de aula. De outro lado, é preciso liderar a equipe para que de forma democrática, participem e tomem decisões coletivas significativas para melhorar o ensino na escola. É urgente fortalecer as instâncias colegiadas, e agir implementando as decisões tomadas pelo coletivo da escola em relação ao ensino. O gestor representa a vontade da coletividade da instituição e deve liderar a equipe para colocar em prática as decisões coletivas.

4.3 CAMINHOS PARA DEMOCRATIZAR A EDUCAÇÃO

As pesquisas realizadas por Ferreira também são temas estudados por outros pesquisadores que se preocupam com a Educação Brasileira e os caminhos que esta vem trilhando nas últimas décadas. Dentre os autores de respeito que corroboram com as análises de Ferreira pode-se destacar alguns como: Veiga; Gadotti; lück e outros, que realizam suas pesquisas na perspectiva da democratização do ensino, apontando caminhos para a sua efetivação nas instituições de ensino.

Percebe-se a importância da coletividade, na participação dos processos educativos, conforme artigo 14 da LDB 934/96, no primeiro inciso onde é garantido a participação dos profissionais da educação, alunos, pais e comunidade local na construção do projeto político pedagógico, documento esse que orienta o caminho de cada instituição de ensino e quando construído de forma democrática visa benefícios para todos os envolvidos. A resultante mais importante é o fomento do trabalho coletivo como uma pilastra para alcançar os resultados esperados por todos. Resultados estes que são o sonho de muitos pais para ver seus filhos emancipados, empreendedores, trabalhadores, cidadãos de direitos e conscientes na busca da realização de seus objetivos de vida, sujeitos humanizados.

Para Veiga (2003, p.169) o projeto adquire contornos da participação coletiva e significa:

> O projeto busca um rumo, uma direção, é uma ação intencional, como um sentido explicito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso todo projeto pedagógico da escola, e também um projeto político por estar articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromissado com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.

Veiga (2003) contribui no sentido de se fazer um diagnóstico da realidade da comunidade escolar, e para isso é muito importante ir busca-la para que possa participar efetivamente do trabalho coletivo a ser desenvolvido. É a comunidade que

tem clareza das necessidades locais e deve se constituir em um grupo que possui voz e vez nas tomadas de decisões e em especial na elaboração ou reformulação do projeto pedagógico da escola. É preciso criar momentos férteis de participação da comunidade na escola e estabelecer um diálogo continuado com o objetivo de que a comunidade possa contribuir de forma significativa na elaboração do projeto que assim tem ganhos na questão da qualidade da aprendizagem e também na legitimação do processo democrático da elaboração deste trabalho, este documento é considerado o coração que pulsa no ambiente escolar.

De acordo com Veiga (2003), ao se elaborar o projeto pedagógico de forma democrática, ocorre uma preocupação em colocar em prática uma forma organizacional que supere os conflitos existentes, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias e diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho em que prevalece a hierarquia. Assim, quando os alunos, pais, professores, os demais funcionários da escola e a comunidade local forem sujeitos ativos e participativos na construção do projeto pedagógico da escola, essas vivências quando bem exercitadas e organizadas, se tornam mais significativas e as mesmas poderão possuir um valor diferenciado no que diz respeito ao papel da educação frente a sociedade.

Nesta esteira, o projeto pedagógico da escola tem estreita ligação com a reorganização da sociedade, e nesta ótica destacam-se princípios norteadores para a construção do mesmo, Veiga (2003), aponta alguns princípios para construção do projeto pedagógico, dando ênfase ao princípio da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, isso requer ampliação do atendimento e manutenção da qualidade e essa por sua vez pode ser acessível através do projeto político pedagógico que apresenta a gestão democrática como uma ponte para o acesso a gestão educacional da escola. Esta liberdade que está associada a ideia de autonomia compreende regras e orientações criadas pelos sujeitos da ação educativa sem imposições externas, é a liberdade e autonomia de decisões garantida no interior da escola. Liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a arte e o saber direcionado para uma intencionalidade coletiva, a valorização do magistério sugerida por Veiga (2003), elucida que a formação continuada precisa ser garantida como um direito para todos os profissionais da educação sem distinção, garantindo-lhe o direito ao aperfeiçoamento de forma continuada e significativa.

Observa-se que o projeto pedagógico de acordo com as contribuições de Gadotti (2004, p. 34) reforça que:

> O projeto da escola não é responsabilidade apenas de sua direção. Ao contrário, numa gestão democrática, a direção é escolhida a partir do reconhecimento da competência e da liderança de alguém capaz de executar um projeto coletivo[...] o projeto pedagógico da escola está hoje inserido num cenário marcado pela diversidade[...] Não se entende, portanto uma escola sem autonomia, autonomia para estabelecer seu projeto e autonomia para avaliá-lo e executá-lo A autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu projeto político-pedagógico. Ela exige, em primeiro lugar, uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar [...] A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou, menos ainda, os meros receptores dos serviços educacionais.

Nota-se que a coletividade nas escolas pode ser iminente, onde a mesma possa utilizar deste viés, e de acordo com Gadotti (2004) assegura-se uma formação para cidadania e a emancipação dos envolvidos. Compreende-se que planejar significa lançar-se para frente, ou seja, o projeto político pedagógico em uma construção coletiva pode vir a emancipar de forma crítica e consciente todos os envolvidos, tendo em vista os planejamentos bem elaborados, as perspectivas, as experiências, as dificuldade e os anseios da comunidade escolar num contexto geral, em que ocorre a possibilidade de expor suas opiniões em decorrência de um acordo coletivo em busca do melhor para a escola e o local onde a mesma está inserida.

As instâncias colegiadas na gestão democrática são vistas como uma possibilidade de acesso a participação da comunidade local na escola, elas contribuem com a efetividade da democracia e do desenvolvimento da cidadania no interior das escolas. As instâncias colegiadas são compostas pelo Conselho Escolar, Conselho de Classe, APMF (Associação de Pais, mestres e funcionários) e Grêmio Estudantil. De acordo com Abranches (2003):

> Os órgãos colegiados têm possibilitado a implementação de novas formas de gestão por meio de um modelo de administração coletiva, em que todos participam dos processos decisórios e do acompanhamento, execução e avaliação das ações nas unidades escolares, envolvendo as questões administrativas, financeiras e pedagógicas.

Sabe-se que a gestão democrática aponta caminhos para o desenvolvimento de princípios democráticos e cidadãos, estabelecendo assim processos coletivos que favorecem as Inter-relações entre todos os envolvidos, obtendo uma ampliação do diálogo e da participação na organização escolar, pode ser categorizada como uma

maneira de legitimar a vontade da maioria. Nesta ótica as instâncias colegiadas se constituem como espaços de discussão e diálogo em que se perpetua a democracia e por consequência pode ocorrer a formação de um sujeito participativo e crítico. Esta participação qualificada é uma alternativa de (re)politizar o espaço público que neste caso é a escola tão carente de participação da comunidade em suas decisões.

Nesta esteira Albino (2008, p. 12) dá destaque à ideia de uma participação real e que um caminho é a participação nas instâncias colegiadas, por isso afirma que é:

> Fundamental para se efetivar o exercício da democracia e da autonomia administrativa, pedagógica e financeira. É preciso investir, tornar real a participação de toda comunidade por meio da liberdade de expressão, pela transparência nas decisões, firmando-se no controle social, na distribuição equitativa do conhecimento e dos bens gerados pela sociedade.

Esta citação é esclarecedora para as tomadas de decisões conscientes e democráticas que só podem ocorrer por meio de gestão democrática em que haja respeito com a opinião dos outros atores sociais que formam a comunidade escolar. Ferreira (2000) compreende o trabalho organizado da gestão como um exercício contínuo, esta atuação participativa respalda as instancias colegiadas, pois compreende-se que a participação dos pais em especifico é fundamental, porque é através do conhecimento das suas responsabilidades perante a escola que pode se assegurar um aprendizado mais significativo para seus filhos e habilita a comunidade escolar que também participa da formação. É neste aspecto uma formação com potencial para a emancipação humana, que neste caso significa participar de tomadas de decisões maiores para o seu bairro ou comunidade local. Neste sentido o exercício de democratização do ensino pode ultrapassar os muros da escola e fazer a diferença melhorando as condições de vida da comunidade como um todo.

Nesta esteira Lück (2006) observa que a atuação coletiva dos atores envolvidos na gestão resgata valores culturais, e pode superar aspectos socioeconômicos, contribuindo para um atendimento mais abrangente e concreto das necessidades educacionais dos educandos. A participação qualificada é decisiva para que se possa almejar a qualidade no processo de ensino e aprendizagem, porque principalmente os pais comprometidos com seus filhos desde a mais tenra idade sabem pela experiência como funciona a mente de seus filhos. Então ao colocar seus saberes que podem ser somados ao esforço da escola é notável a importância desta contribuição para maximizar a aprendizagem. Pode-se pensar também que esta é uma alternativa possível de (re) politização de um espaço público importante para a sociedade que é

a escola. Neste cenário pode-se vislumbrar consequências que promovem a emancipação humana no exercício de participação democrática.

> A participação pode ser promovida mediante atividades, as mais diversas. conforme sugerido pelos membros dos órgãos, como por exemplo: a) participar da elaboração e acompanhamento do projeto pedagógico da escola; b) envolver-se na realização de atividades pedagógicas da escola; c) participar de círculos de pais, para trocar experiências sobre a educação dos filhos; d) apoiar iniciativas de enriquecimento pedagógico da escola; e) colaborar com ações de parceria e trabalho voluntario na escola; f) auxiliar na promoção da aproximação entre escola e comunidade; g) participar da gestão de recursos financeiros da escola. (LÜCK, 2006, p. 67)

Percebe-se a construção ou existência de uma autonomia que nasce a partir de práticas existentes no núcleo da prática da democracia na escola, compreende-se que isto resulta da necessidade de participação e eficiência na implementação imediata e necessária da gestão democrática ou a sua melhoria com a indispensável participação das instâncias colegiadas. Nesta mesma ótica destaca-se a relevância do Conselho Escolar o órgão máximo que coordena a gestão escolar, segundo o Estatuto do Conselho Escolar de 2009 no Estado do Paraná e presente nas políticas e diretrizes educacionais da SEED/PR, o Art.2 º garante as prerrogativas do Conselho escolar nas tomadas de decisões da escola.

> O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da Secretaria de Estado da Educação observando a Constituição Federal e Estadual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar, para o cumprimento da função social e específica da escola.

O Conselho de Escola é o maior órgão de tomadas de decisões na escola, e deve ser identificado como um segmento na democratização da escola, porque é através dele que pode se efetivar a participação consciente e inteligente da comunidade escolar. Pode-se dizer que funciona como um parlamento que decide os rumos da escola e o diretor funciona como uma espécie de primeiro ministro que orquestra a implementação na escola das decisões tomadas coletivamente pelo Conselho. O Conselho é deliberativo o que significa elaborar, aprovar, decidir de forma democrática sobre a escola. Possui o caráter consultivo quando se refere a emissão de pareceres, sobre problemas que podem ou não surgir a respeito das questões pedagógicas, administrativas e financeiras, assume a função avaliativa porque refere-

se também a questões sistemáticas, ao acompanhar e garantir o cumprimento de normas da escola bem como a qualidade social da escola. A função fiscalizadora que por sua vez significa fiscalizar as ações da gestão democrática, dos processos pedagógicos, da administração e do financiamento, garantindo a legitimação e o bom funcionamento da organização do trabalho administrativo e pedagógico no interior da escola.

Segundo o mesmo estatuto a ação deste conselho deve estar respaldada em alguns pressupostos e entre os principais se destacam o trabalho pedagógico escolar, numa perspectiva emancipadora e organizado numa dimensão coletiva. A democratização da gestão escolar que é responsabilidade de todos os sujeitos que constituem a comunidade escolar. A gestão democrática privilegia a legitimidade, a transparência, a cooperação, a responsabilidade, o respeito, o diálogo e a interação em todos os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros da organização do trabalho escolar. Entre os objetivos da gestão destaca-se: constituir-se em instrumento de democratização das relações no interior da escola, assegurando os espaços de efetiva participação da comunidade escolar. Promover o exercício da cidadania no interior da escola. Garantir o cumprimento da função social e da especificidade do trabalho pedagógico da escola, de modo que a organização das atividades educativas escolares esteja pautada nos princípios da gestão democrática.

Entre algumas das atribuições segundo o Estatuído do Conselho Escolar aparece: discutir, aprovar e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico dentro da escola. Criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática na elaboração do Projeto Político-Pedagógico e, na mesma esteira o Regimento Escolar. Analisar e propor alternativas de solução a questões de natureza pedagógica, administrativa e financeira, detectadas pelo próprio Conselho Escolar. Compreende-se como um lugar privilegiado de participação de maneira que todos possam utilizar esta via de mão dupla para atingir as demandas escolares emergentes.

Estes diversos atores da escola e da comunidade formam o coletivo que é representado na escola pelo Conselho escolar que possui o poder de gerir democraticamente o serviço prestado à comunidade pela escola.

> O conselho de escola- um colegiado formado por pais, alunos, professores, diretor, pessoal administrativo e operacional para gerir coletivamente a escola – pode ser este espaço de construção do projeto de escola voltado aos interesses da comunidade que dela serve. Através dele, a população poderá controlar a qualidade de um serviço prestado pelo Estado, definindo e

> acompanhando a educação que lhe é oferecida. (CISESKI e ROMÃO 2004, p. 66)

Nota-se que os participantes que formam o conselho, os profissionais da escola, os pais e os alunos devidamente matriculados, devem participar para garantir que o conselho desenvolva suas ações através de uma postura de funcionamento democrática. Esta atuação pode ser vista como uma forma de entrelaçar os principais interessados efetivando assim um alicerce para a gestão democrática, porque o conselho tem legalmente o direito e o dever de acompanhar as ações pedagógicas e administrativas que se efetivam na escola, e pode intervir a qualquer momento por meio do diálogo, compreendendo que as decisões serão tomadas de forma coletiva e dentro do processo de democracia da instituição.

Pode-se dizer que o Conselho Escolar é o órgão que tem força legal e legitíma a gestão democrática, podendo intervir sempre que necessário na gestão da escola. Assim ressignificando os caminhos que a escola pretende seguir, enfatizando que a atuação do conselho pode trazer para a escola o perfil da comunidade ou o diagnóstico da realidade em que mesma está inserida e por isso, tornando sua atuação mais significativa no processo pedagógico da escola, por trazer os valores culturais da comunidade para dentro da escola.

Neste sentido, Ciseski e Romão (2004, p. 72) orientam:

> Não podemos considerar a natureza dos Conselhos como uma questão menor. Suas funções são sempre revestidas de grande importância e relevância: definir seu Regimento Interno, discutir suas diretrizes e metas de ação, analisar e definir propriedades, discutir e deliberar sobre os critérios de avaliação da instituição escolar como um todo, enfim, garantir que, democraticamente, os membros da escola e da comunidade apreciem, opinem e proponham ações que contribuam para a solução dos problemas de natureza pedagógica, administrativa ou financeira da escola.

O Conselho Escolar atua junto com a gestão da escola, e o mesmo pode ser visto como um mecanismo que possui autonomia e responsabilidade, para decidir e tomar a frente nas questões escolares que precisam ser resolvidas. Quando de forma democrática são tomadas as decisões sobre os rumos da escola, a gestão escolar amplia o processo de democratização no chão da escola em especial pelo fato de superar o autoritarismo de alguns gestores sobre o que fazer na escola. Dessa forma, as decisões implementadas com o devido respeito para com o coletivo que decidiu, legitimam a democracia e as possibilidades de um ensino mais qualificado podem ser refletidas na dinâmica interna da sala de aula, que é o lugar privilegiado de realização

do projeto da escola que fora aprovado coletivamente por meio de um processo que foi conduzido pelo exercício da democracia.

O Conselho de classe é outro órgão colegiado de suma importância na gestão escolar, este colegiado delibera e busca alternativas para que o ensino e aprendizagem se realizem de forma satisfatória. Nesta ótica, as pesquisas de Galina (2008, p. 17) apontam que o Conselho de Classe é,

> Um colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático–pedagógicos e seus objetivos são: avaliar a apropriação pelos alunos dos conteúdos curriculares estabelecidos no Projeto Político Pedagógico da Escola; refletir sobre a relação professor/aluno e analisar a prática pedagógica, buscando alternativas que garantam a efetivação do processo ensino aprendizagem.

Neste sentido, ressalta-se a importância da participação no Conselho de Classe, do aluno representante de turma nas reuniões. No entanto, esta participação do aluno representante tem sido bastante questionada em especial por parte dos professores que ainda resistem com relação à participação de alunos no Conselho de Classe. Este aluno pode em um processo democrático intervir nas decisões por meio do diálogo. É um caminho ainda a ser construído para que a democracia na escola possa avançar ainda mais rumo a uma escola para todos de forma que a participação seja de fato coletiva. Em relação ao processo avaliativo precisa ser também democrático e que nele prevaleça o conhecimento em detrimento do disciplinamento, é parte integrante do processo e não pode estar separado do mesmo. As decisões sobre avaliação precisam ser também coletivas e estarem em consonância com o projeto de escola que se pretende.

A unidade executora APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários, é no processo democrático identificada como o órgão legitimador da participação da comunidade na gestão democrática. De acordo com o Estatuto da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (2003), documento disponível na SEED/PR; cap. II Art. 2º:

> A APMF, ou similares, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos Pais, Mestres e Funcionários do Estabelecimento de Ensino, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros, sendo constituído por prazo indeterminado.

De acordo com o estatuto os objetivos deste órgão visam: aprimorar o ensino e integração da família, escola e a comunidade. Deve prestar assistência aos educandos, professores e funcionários, assegurando lhes melhor eficiência escolar.

Discutir amplamente as políticas educacionais buscando sempre a realidade da comunidade na perspectiva de efetivar-se a integração entre os segmentos da comunidade. Proporcionar condições ao educando para participar de todo o processo escolar, representar os interessas da comunidade, contribuindo dessa forma para a qualidade do ensino ofertado. É um de seus maiores objetivos fortalecer o entrosamento entre pais, alunos, professores e funcionários, gerir e administrar recursos financeiros próprios e os que lhe forem repassados através de convênio com empresas e pessoas físicas. Colaborar com a conservação e manutenção do prédio escolar. É de suma importância zelar e aplicar os recursos repassados do governo Federal com o Programa Dinheiro Direto nas Escolas (PDDE) e seus desmembramentos em várias possibilidades de auxílio financeiro para as escolas de acordo com suas necessidades locais. Para isso é importante que a gestão escolar seja competente para que estes recursos cheguem na escola e sejam aplicados de forma correta e não devolvidos por falta da correta aplicação dos recursos nas necessidades da escola.

Este órgão atua segundo o seu próprio estatuto, acompanhando o desenvolvimento da proposta pedagógica da instituição escolar, seu trabalho na escola tem como objetivo estimular o desenvolvimento de atividades para aproximar pais, alunos e comunidade escolar para que de fato participem dos acontecimentos da escola. Algumas atividades importantes podem ser realizadas no sentido de melhorar a participação como promover palestras, grupos de estudos para pais, professores e comunidade local. Participar de reuniões com o Conselho Escolar para definir o destino de recursos públicos e captação de recursos locais é uma atribuição de suma importância.

As prestações de contas das ações da APMF precisam ocorrer de forma clara e transparente e realizar a mobilização da comunidade para que participem de todo o processo, na perspectiva de sua organização enquanto órgão representativo, para que esta comunidade expresse suas expectativas e necessidades. Estas são algumas das atribuições garantidas pelo estatuto, percebe-se que ocorre um delegar de autonomia onde os participantes da APMF atuam de forma cooperativa e solidária frente às necessidades da escola, e contribuem para ampliar o processo de democratização.

Nesta seara de colegiados insere-se o Grêmio Estudantil como o órgão que representa os alunos e, dentro da democracia exerce um papel de destaque para o avanço do diálogo na busca de um trabalho escolar cada vez mais democrático. É na escola que a democracia aparece como princípio e o fim, assim, destaca-se o papel do Grêmio Estudantil, como afirma Galina (2008, p.19) é o órgão de representação do corpo discente na escola. Ele deve representar a vontade coletiva dos estudantes e promover a ampliação e se fazer presente no coletivo da escola que exercita a democracia, na perspectiva de alcançar a consciência crítica. No estatuto do Grêmio Estudantil, os alunos devem ser eleitos de forma democrática através de eleição, com objetivos claros e transparentes como os observados no:

> Art. 2º O Grêmio Estudantil tem por objetivos: I- representar condignamente o corpo discente; II - defender os interesses coletivos e os direitos dos alunos do Estabelecimento de Ensino; III - incentivar o ensino e a cultura literária, artística e desportiva da Comunidade Escolar; IV- promover a cooperação entre administradores, funcionários, professores e alunos no trabalho escolar buscando seus aprimoramentos[...]

Nota-se que os objetivos desse órgão colegiado pretendem disponibilizar e favorecer a prática da autonomia para os alunos, neste caso os alunos agem como sujeitos do seu próprio desenvolvimento, o que é garantido pelo estatuto que os legitima como órgão colegiado. O corpo discente realiza no interior da escola uma Assembleia Geral, para tomadas de decisões de ordem democrática, o Grêmio Estudantil é composto somente por alunos e os mesmos neste contexto possuem um determinado papel e ambos exercem sua responsabilidade, que tem um único objetivo a participação e o desenvolvimento dos alunos junto à gestão democrática. A constituição do Grêmio Estudantil seguindo o estatuto é expressada pelo que diz no:

> Art. 14 A Diretoria do Grêmio Estudantil poderá ser constituída pelos seguintes cargos: I - Presidente II - Vice-Presidente III - Secretário-Geral IV - Vice-Secretário V - Tesoureiro-Geral VI - Vice- Tesoureiro VII - Diretoria Social VIII- Diretoria de Imprensa IX - Diretoria de Esportes e Lazer X - Diretoria de Cultura e Diversidade XI - Diretoria Pedagógica

Deste modo, todos os cargos possuem um papel fundamental para a efetividade do Grêmio, ressaltando a importância da participação desta instância colegiada nos destinos da escola, nota-se que ao se pôr em pratica a gestão democrática e seus mecanismos de participação coletiva e colaborativa pode se obter uma cooperação que poderá impulsionar o papel da escola frente a sociedade atual, enfrentando os desafios com maior força resultante da participação coletiva.

Ferreira (2001) enfatiza que o projeto da escola deve ser realizado na dinâmica interna de sala de aula e que deve ser tomado por todo o corpo coletivo da escola em um processo contínuo de democratização. A gestão é responsável por garantir uma escola de qualidade na perspectiva do trabalho coletivo que, aparece como desalienante e emancipador para os trabalhadores da educação e em especial para os alunos. A esperança para os pais é que seus filhos possam se realizar no mundo através da educação escolar, na qual acreditam ser a única riqueza que estes trabalhadores podem deixar como herança para sua prole.

Para a autora é a formação que completa os pilares mais significativos na perspectiva de análise, por acreditar nos profissionais da educação como trabalhadores indispensáveis para uma educação pública e de qualidade. Somente pelo conhecimento e o árduo trabalho desses profissionais que a educação poderá desalienar o ser humano e devolver à massa trabalhadora o sonho da emancipação humana libertando a do jugo da exploração no atual mundo do trabalho.

Neste sentido nota-se a perspectiva crítica sobre a necessidade de mudar os rumos da educação superando a lógica do mercado para afirmar que a educação precisa lutar para se emancipar. A formação é o caminho de resistência e de criação de possibilidades de resistência contra as investidas do mercado neoliberal que avança também fortemente no campo educacional. É na democratização da escola que está contida em grande parte a possibilidade de desenvolvimento do processo de emancipação humana. Nos trabalhos de Ferreira, pode-se observar esta perspectiva sempre presente em suas análises, em especial quando trata da gestão, da formação e das políticas públicas na esfera educacional.

4.4 A FORMAÇÃO COMO PRÁXIS DA EMANCIPAÇÃO

> Nada é fixo para aquele que pensa e sonha. (BACHELARD, 1991 p. 12)

Na sociedade atual aparecem as novas exigências para a gestão e a formação dos profissionais da educação. Urge pensar que o atual modelo econômico deforma a formação porque pretende precarizar a educação em todos os seus níveis e modalidades. Assim o foco principal é o desmonte da atual organização escolar para em seu lugar implementar as políticas neoliberais na educação em todos os seus

campos em especial na escola pública. É indispensável que os profissionais da educação percebam esta nefasta investida do capital e, resistam lutando em especial pela formação continuada dentro da escola para propor uma contra hegemonia capaz de mudar o sentido da educação, que possa voltar a ter qualidade de ensino para a massa trabalhadora que tanto precisa para poder realizar os seus sonhos. Neste sentido, é que Ferreira pensa a formação como um pilar de suma importância para a humanização/emancipação humana, ou seja, o ser humano omnilateral, isto é, uma formação que contemple todas as dimensões do desenvolvimento humano que compreende a possibilidade de conquistar os espaços na sociedade e realizar-se como ser humano e não como uma mercadoria. Neste sentido a mulher pode se realizar como cidadã e o homem como cidadão, usufruindo plenamente de seus direitos e cumprindo com seus deveres na sociedade, participando como sujeitos no mundo em que vivem e, nele produzindo a emancipação humana na luta diária por melhores condições de vida.

Ferreira (2008, p. 97) em seu texto “A gestão da educação e as políticas de formação de profissionais da educação: desafios e compromissos” apresenta suas análises de forma crítica, destacando as mudanças que vem ocorrendo no mundo como consequência do processo de globalização da economia no cenário mundial, reafirmando a necessidade de uma análise profunda desses acontecimentos para tornar mais claros os desafios a serem enfrentados em nosso país. “Os nexos entre a administração da educação, as políticas educacionais e a formação de profissionais da educação são de primeira grandeza” sob o olhar cuidadoso e sistemático da pesquisadora. (2008, p. 97)

Entende-se do pensamento da autora que a gestão escolar vista como uma prática social é suporte e apoio da prática educativa e a formação de profissionais capacitados para atuar na prática educativa é indispensável. Destaca-se a importância da capacidade de criação e de ação humana para criar homens íntegros e mulheres integras com a capacidade de autogerir-se e administrar a educação e a sociedade deixando claro o caminho a ser seguido para que os resultados necessários no sentido de melhorias das vidas humanas possam aparecer. Por isso é questionável e ponto crucial de análise e reflexão, a formação dos dirigentes educacionais responsáveis pela formação dos homens e mulheres no Brasil. (FERREIRA, 2008)

Na sequência deste texto Ferreira (2008, p. 98) discorre sobre as “imagens desestabilizadoras da contemporaneidade”, remetendo este título para a nova realidade educacional ora instaurada mundialmente e suas relações com a administração da educação e a formação dos profissionais da educação. Estas novidades são tão perplexas que a autora se reporta a Einstein e aborda a sua preocupação sobre a responsabilidade e utilização dos descobrimentos técnicos e científicos e o progresso da sociedade. Enfatizava o cientista, que viveu entre 1879 e 1955, aos intelectuais para “usar a influência de todos os homens sábios para promover a paz e a segurança social em todo o mundo”. Explica-se que somente o pensamento racional não é capaz de resolver os problemas da vida em sociedade.

Após meio século do apelo feito pelo cientista alemão, Ferreira mostra que se encontram presentes as mesmas preocupações de dor e de barbárie, clima de guerra e de insegurança, desespero e dor, e todo tipo de violência seguida de anulação de capacidades humanas. No entanto é uma época geradora de novas possibilidades de humanização que estão sendo aniquiladas pelo capital excludente e aparece a surpresa acompanhada de encantamento, susto e temor. Percebe-se a preocupação do pensamento presente no texto com a manutenção de práticas excludentes dos direitos da humanidade presentes até nossos dias. A precarização do trabalho e a atual crise contribuem para o aumento da pobreza no mundo e o consequente aumento da violência desenfreada que assusta e apavora as pessoas no mundo atual. O ser humano vem sendo aniquilado, seu desenvolvimento cada vez mais afetado e, o império do individualismo se consolida em uma velocidade jamais vista.

Nesta esteira, Ferreira (2013, p. 121) segue o pensamento de Einstein (1995, p. 59) o qual afirma:

> Ao longo destes anos, este estado de anarquia nos assuntos internacionais, tem infringido inumeráveis sofrimentos e destruições na humanidade, entorpecendo o desenvolvimento do homem, sua alma e seu bem-estar, aniquilando-o, praticamente, em todas as suas dimensões.

Segundo Ferreira (2008), uma sociedade em que o individualismo está cada vez mais exacerbado e fica o registro e a “leitura” da impressão de rompimento de modos de “ser, pensar, agir e sonhar”, deixando evidente a desigualdade, violências e anomalias sociais que em novos tempos de globalização reaparecem com significados diferentes. É um abalo social de proporções amplas que desestrutura as

convicções e visões do mundo fazendo com que o homem e a mulher se sintam perdidos ante essas transformações hodiernas.

Ferreira (2013, p. 123) explica com base em Santos (1996) e reafirma estarem o homem e a mulher perdidos diante desses novos e incertos tempos:

> O grão de verdade da teoria do fim da história está em que ela é o máximo de consciência possível de uma burguesia internacional que vê, finalmente, o tempo transformado na repetição automática e infinita do seu domínio. O longo prazo colapsa assim no curto prazo e este, que foi sempre a moldura temporal do capitalismo, permite finalmente à burguesia produzir a única teoria da história verdadeiramente burguesa, a teoria do fim da história. O homem e a mulher veem-se perdidos.

Há uma disseminação da exploração e dominação dos seres humanos destruindo as virtudes humanas pelo aumento da destruição e da exclusão, da exploração dos seres humanos e da terra, de tal maneira que apenas uma pequena parcela da humanidade usufrui dos prazeres e da alegria da vida. O avanço científico a partir da década de 80 configurou um novo sistema mundial de produção a partir da revolução microeletrônica, mudando o padrão de produção industrial, seguida da engenharia genética e energética. Desta forma mudaram os padrões de produção o que provocou o desmantelamento de muitas organizações dos trabalhadores e dos seus direitos com o consequente aumento do desemprego pela diminuição de muitos postos de trabalho e da dificuldade de adaptação dos trabalhadores às novas regras de produção. (FERREIRA, 2008)

Este novo quadro produtivo é formado por trabalhadores de tempo integral e em número cada vez menor atuando na produção mais exigente de um trabalhador flexível intelectualmente e capaz de enfrentar novas situações pela sua capacidade de análise dos dados e por meio de competência e comunicação diferenciada. Há uma diminuição da consciência dos direitos sociais e o consequente aumento do desemprego, trazendo insegurança e produzindo a marginalização social. (FERREIRA, 2008)

Ferreira (2008, p. 103) discorre sobre as recentes transformações explicitando que,

> As transformações recentes no processo de produção nos apresentam, também, uma situação em que boa parte da população economicamente ativa nos países centrais e, cada vez mais nos países periféricos, vive à margem da civilização do trabalho, portanto, da civilização e da vida, numa sobrevida inumana.

A referida autora deixa em evidência que o problema mais importante da nova Revolução Industrial é um contingente muito grande de pessoas desempregadas, deixando clara a desigualdade na distribuição da riqueza. A automação e robotização ao mesmo tempo em que produziram a riqueza social, também proporcionaram uma considerável redução na demanda do trabalho humano.

Parece que se perdeu o sentido da vida, porque o trabalho representou até agora o caminho de ascensão social. É urgente encontrar um novo sentido para a vida humana, esta possibilidade pode emergir de um novo sentido dado para a gestão da educação e para as práticas educacionais que estão compromissadas na formação de mulheres e homens no mundo atual. Para resolver este impasse, homens e mulheres precisam de alta qualificação para enfrentar os desafios da nova forma de produção da existência humana e dar sentido à vida no mercado de trabalho cada vez mais exigente.

É nesses tempos difíceis que os educadores e educadoras precisam responder juntamente com os administradores e administradoras da educação, de forma eficiente e eficaz, propondo ações firmes para com a formação humana do cidadão e da cidadã brasileiros. É de competência natural da gestão da educação dirigir e organizar o funcionamento das instituições comprometidas com a formação humana, levando para o homem e para a mulher brasileiros um novo e iluminado conhecimento advindo de práticas democráticas empregadas na gestão do ensino. Isto é, dar um novo sentido para a administração educacional, tomando decisões sobre o novo e necessário conhecimento a ser ofertado e que forme profissionais capacitados para atuar na formação de seres humanos, preparando-os para lutar e enfrentar com dignidade os novos desafios do mundo em constante transformação. Sabe-se que novas exigências são impostas pelas políticas educacionais para responder às reais necessidades de formação, qualificação e valorização docente. Isto é indispensável para se poder realizar um trabalho educacional construtivo de realizações pessoais e profissionais para o povo brasileiro.

A gestão da educação na esteira das pesquisas de Ferreira (2008, p. 109) ilumina a mente humana ao apontar que “a participação é um processo de democratização emancipatória na conquista incessante de novos espaços e de novas formas de cidadania individual e coletiva”. Este novo saber é pautado por uma nova política e nova ética também é constituído de uma nova estética criadora e auto

realizadora. Para isso acontecer urge organizar coletivamente os profissionais em torno de objetivos comuns e isso é tarefa das políticas públicas e da gestão da educação. Isto é,

> A formação do homem brasileiro e da mulher brasileira nos exige a formação de um profissional entendido como “um mediador” da “vida social” efetiva, das expectativas e do desejo coletivo de uma comunidade global que requer que os seus membros sejam integrados à vida social e mundial, com todas as possibilidades.

A formação do profissional da educação hoje precisa ser pautada por uma sólida formação humana, uma formação de qualidade que capacite para poder lidar com as situações que este mundo exige. Ferreira insiste e defende uma formação significativa que possibilite ao aluno lutar pela emancipação na sociedade e, nesta perspectiva, deve-se “integrar o homem e a mulher naquilo que é a sua essência humana: a produção da sua existência – o trabalho”. O homem e a mulher modificam a natureza por antecipar mentalmente o que se vai realizar. Assim, produzem a sua existência e criam a cultura e o mundo humano, daí resultando a responsabilidade da escola e da educação, da gestão e das políticas educacionais. Na escola é o projeto pedagógico em ação, um trabalho árduo realizado coletivamente que garante a realização de objetivos educacionais decididos por todos e efetivado pela gestão da escola juntamente com o corpo de profissionais e a comunidade escolar. Esta construção coletiva do projeto pedagógico é de responsabilidade da gestão, do administrador escolar em dirigir e coordenar esse processo no interior da instituição escolar. (FERREIRA, 2008, p. 112)

Costuma-se confundir direção com autoritarismo que é a prática exacerbada de autoridade e de abuso de poder. No entanto, pode ser entendida como a função que garante a realização de um projeto. Para Ferreira (2008, p. 112) “É uma influência consciente sobre um determinado e específico contexto com a finalidade de ordenar, manter, aperfeiçoar e desenvolver uma programação planejada e projetada coletivamente”. Dessa maneira, a direção está condicionada à instituição escolar ou ao seu sistema e no caráter social do trabalho humano. A gestão é construída e legitimada por meio da participação e do constante exercício da democracia que na escola é realizada de forma coletiva através do projeto pedagógico que espelha o tipo de homem e sociedade que se pretende construir. A potência da transformação está ligada na construção coletiva do projeto pedagógico e da atuação competente para a

realização de uma aprendizagem efetivada pelo diálogo, respeito, companheirismo e solidariedade. Este ensino é uma prática social não só pela interação de seus atores, mas também por produzirem cultura no contexto social em que estão inseridos. É a aprendizagem dos conteúdos da vida que perpassam conceitos da cultura erudita e da ética da convivência social.

A rigorosidade pode ser o maior humanismo a se exigir dos trabalhadores da educação para que os interessados possam aprender e se desenvolver. Portanto, há a exigência de que os seres humanos sejam fortes intelectualmente, equilibrados no seu emocional e, uma característica importante é que sejam capazes tecnicamente e também possuir a riqueza de caráter. Nesta ótica a gestão precisa se comprometer com a formação dos indivíduos fortes e capazes de conduzir os destinos de si próprio, da nação e do mundo.

É um imperativo “possuir a força do conhecimento-emancipação que possibilita o equilíbrio da afetividade nas relações, a competência em todas as atividades e a riqueza firme do caráter que norteia nossas ações”. Neste cenário de desmonte da coisa pública, mais do que nunca os homens e mulheres deste mundo dependem de um profissional competente para mostrar que eles não podem apenas consumir informação de forma alienada. É de suma importância produzir a própria existência extraindo da informação a formação necessária para superar os desafios da vida, é preciso se emancipar e pelo conhecimento produzir a sua própria existência com o objetivo de ser feliz. (FERREIRA, 2008, p. 113)

Ferreira discorre sobre a necessidade e a valorização da formação continuada no mundo que caracteriza como global e abrangente, assim, em seu texto “Formação continuada e gestão da educação no contexto da cultura globalizada” (2006) analisa a formação continuada a partir das decisões tomadas pela gestão da educação. A formação, a gestão da educação e o que chamou de “cultura globalizada” são elementos fundamentais, indissociáveis e constituem-se nos três pilares que possibilitam a realização humana, a emancipação do himem e da mulher nos tempos atuais de muita dificuldade.

A formação continuada é importante como um mecanismo de permanente capacitação para tornar o homem e a mulher mais preparados para a luta frente as exigências do mundo do trabalho e do não trabalho em constante transformação. À gestão da educação cabe o papel de garantir e se responsabilizar pela formação

continuada na atual economia globalizada, organizar e dirigir a instituição escolar na perspectiva de gerar possibilidades de emancipação através da oferta de um sólido ensino que fortaleça os indivíduos, preparando-os para a luta diária da produção da própria existência.

Faz-se necessário, segundo a autora, na sociedade atual, que a "formação continuada seja entendida como um mecanismo de permanente capacitação reflexiva de todos os seres humanos às múltiplas exigências/desafios que a ciência, a tecnologia e o mundo do (não) trabalho colocam". (FERREIRA, 2006, p. 20)

Para a autora, a educação e a gestão da educação precisam assumir as novas exigências da economia globalizada. O educar e se reeducar constantemente é uma das exigências fundamentais deste novo mundo em luta e conflitos permanentes. Urge construir e reconstruir constantemente e de forma coletiva, uma política educacional viva que dê prioridade ao humano em sua totalidade. O mundo do trabalho adquiriu características que o tornaram realmente global, é a chamada globalização do mundo do trabalho. Aparecem também as novas formas e significados para trabalho e não trabalho, o que exige novas competências para formar profissionais e também na formação para exercer a cidadania.

Ferreira (2006, p. 21) neste cenário de trabalho incerto e até mesmo da inexistência ou pouca oferta de emprego, explica que:

> É a chamada "sociedade do conhecimento", com todas as contraditórias contribuições que permitem ao ser humano "avançar" e a se tornar "perplexo com as chamadas possibilidades de avanço". Desta forma, a globalização da economia e a reestruturação produtiva, componentes macroestratégicos que configuram a acumulação flexível, estabelecem um novo modelo de "desenvolvimento" econômico, nas últimas décadas, que vem potencializar o papel protagônico do conhecimento.

Ferreira argumenta sobre a importância de dar um lugar privilegiado para o conhecimento que nesta sociedade precisa se firmar diante de tantos avanços e possibilidades. Percebe-se que quanto mais as novas tecnologias são incorporadas no mundo do trabalho, maior é a exigência de conhecimento exigida do trabalhador, é uma aparente contradição aqui revelada. Frente à todas essas mudanças Kuenzer (1999) ressalta a importância do estudo contínuo e na mesma esteira das reflexões de Kuenzer, Ferreira (1998) argumenta que essas mudanças muito rápidas afetam os homens, o meio ambiente e a sociedade, bem como também as suas instituições sociais, cujo impacto é a alteração de hábitos, valores e as tradições que antes das

mudanças tecnológicas pareciam imutáveis. A formação continuada aqui é reafirmada pelas autoras na importante luta do trabalhado para enfrentar os desafios advindos das mudanças oriundas do novo mundo do trabalho.

É um imperativo acompanhar as mudanças científicas e técnicas para se manter habilitado para o trabalho e para a vida em sociedade, quem não acompanhar este processo estará fora do mercado de trabalho que mais e mais exige qualificação e contraditoriamente também produziu o “não trabalho” e favoreceu o aumento desenfreado da violência como categoria determinante na vida em sociedade. As tecnologias de informação e comunicação provocaram mudanças severas e “todos vivem, sentem, pensam e agem aceleradamente, violentamente, desrespeitando todas as formas humanas de trabalho e de convivência social”. Vive-se em um mundo violento onde tudo vale e ao mesmo tempo nada tem valor e tudo se pode. “E, nesta amoralidade, a violência toma lugar nas suas mais aviltantes formas, afetando indivíduos, famílias, instituições sociais e nações”. (FERREIRA, 2001, p. 367)

As novas tecnologias ao mesmo tempo em que produzem avanços também geram a miséria humana pelo aumento da desigualdade, está em curso a formação de um novo cidadão problemático por ser agora um cidadão do mundo neste processo de globalização, de neoliberalismo e, portanto, sem resolver os desafios da cidadania local o indivíduo é inserido na sociedade mundial o que aumenta os problemas sociais e a violência e até o terrorismo. Isto fere a Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948, A Carta de Direitos dos Estados Unidos de 1776 e os ideais de liberdade da Revolução francesa de 1789. Nas cartas estão presentes os direitos de cidadania cujo conteúdo,

> Assenta-se no princípio de que todos os homens são iguais, ainda que perante a lei, sem discriminação de raça, credo ou cor. E também a todos cabem o domínio sobre o corpo e sua vida, o acesso a um salário condizente para promover a vida, o direito à educação, à saúde, à habitação, ao lazer. E mais: é direito de todos poder expressar-se livremente, militar em partidos políticos e sindicatos, fomentar movimentos sociais, lutar por seus valores. O cidadão também deve ter deveres: ser o próprio fomentador da existência do direito de todos, ter responsabilidade em conjunto pela coletividade, cumprir as normas e propostas elaboradas e decididas coletivamente, fazer parte do governo, direta ou indiretamente, ao votar ou pressionar através dos movimentos sociais, ao participar de assembléias – no bairro, no sindicato, partido ou escola. (FERREIRA, 2006, p. 26-27)

O cidadão pleno é aquele que assume direitos e deveres para o bem da coletividade em seu país. Contudo, a compreensão de cidadania como soberania

precisa da autoconsciência para se realizar no tecido social o que na atualidade ainda se apresenta na forma de possibilidades limitadas. Poucos são os cidadãos que conseguem se posicionar em relação aos acontecimentos mundiais devido à grande e violenta avalanche de informações de proporções continentais. Esta autoconsciência enquanto um processo a realizar-se só será possível pelo conhecimento e condições dignas de vida e de participação na sociedade mundial o que exige nova quantidade e qualidade do saber a ser adquirido.

Faz-se necessário salientar que está em curso a formação do cidadão do mundo inserido na sociedade globalizada e recheada de contradições. É nesta esteira que a formação continuada precisa apoiar-se sem negar a cidadania local, mas dando condições para este novo cidadão circular nas diferentes culturas e respeitando-as de forma democrática e acessando os recursos necessários para essa formação. A nova ética social precisa alicerçar-se na solidariedade e na justiça social respeitando as diferenças e os direitos coletivos. Contudo, isso ocorre sem que ainda os problemas de cidadania local fossem resolvidos.

A formação dos profissionais da educação presentes nas reformas é de total descompromisso com a formação inicial, realizada de forma aligeirada, sem valorização e priorizando a formação em serviço. Neste caso a história é negada e este recomeçar e os saberes desqualificados, assujeitando o sujeito pelo chamado “tempo zero”, por isso, o ser humano encontra-se atento e ao mesmo tempo perdido em relação ao que fazer e como fazer. O cidadão do mundo que já foi utopia em outros tempos pode agora ser realidade na sociedade mundial. “O futuro cidadão do mundo se define por novas exigências do mundo do (não) trabalho, marcado pela força de trabalho, profissão e remuneração, emprego e desemprego que ocorrem em escala mundial”. (FERREIRA, 2006, p. 29)

Na cultura globalizada é preciso reinventar novas formas de viver e de produzir a própria existência humana na terra, por isso mesmo a gestão da educação precisa se comprometer com o bem comum e coletivo apresentando alternativas para a humanidade enfrentar os desafios do mundo globalizado. Ferreira (2017, p. 36-37) cita Ianni (1995, p. 111) que diz na medida em que o processo democrático avança,

> Compreende todos os níveis da vida social, da esfera pública. Codificam-se democraticamente as relações os processos e as estruturas que constituem e movimentam a sociedade em níveis nacional e mundial. Uma democratização que obviamente põe e repõe o problema da progressiva redução das desigualdades, pela redistribuição crescente da produção

> material e cultural, enquanto produtos do trabalho coletivo. Um trabalho cada vez mais socializado, chocando-se todo o tempo com formas jurídico-políticas, reificando a propriedade de forças produtivas, preservando relações de produção contraditórias com a extensão de padrões e valores democráticos.

No mundo hodierno aparecem novas formas de ver e agir no mundo em constantes e rápidas transformações. A gestão está ligada com a globalização da economia e a educação escolar segue nesta esteira. O aprender a aprender com cada mundo e ao mesmo tempo um único mundo globalizado exige que a gestão da educação seja compreendida a partir de seu sentido e significado atual. Ferreira (2006) observa que em outros textos já tratou da gestão como administração e tomada de decisões, como organização e direção, na busca de impulsionar uma instituição a realizar seus objetivos. Contudo a gestão da educação se diferencia da administração clássica porque é destinada à promoção humana. “A gestão da educação está responsável pela garantia da qualidade da mediação no seio da prática social global” (SAVIANI, 1980, p. 120) e Ferreira (2002, p. 306-307) argumenta que a gestão se “constitui no único mecanismo de hominização do ser humano, que é a educação, a formação humana de cidadãos”. “Seus princípios são os princípios da educação que a gestão assegura serem cumpridos”, com o compromisso e sabedoria para viver juntos e respeitar as possíveis diferenças, comprometendo-se com um mundo mais humano. Um mundo mais justo para aqueles que nele vivem e desenvolvem as suas potencialidades, independente de “raça, cor, credo ou opção de vida”. (FERREIRA, 2002, p. 307)

Contudo, nas palavras de Cury (2002, p. 164) a gestão vem do verbo latino “gero, gessi, gestum, gerere e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar”. É como o nascimento de uma criança é o novo se fazendo presente e lançando luz nova no ambiente escolar. Aqui se pode perceber uma importante possibilidade de exercício democrático por implicar na participação de vários interlocutores mediados pelo diálogo, pela problematização e busca de respostas que muitas vezes exigem paciência e tempo, considerando o diálogo como a melhor e superior forma para resolver os desafios que se apresentam na luta travada no interior da escola e que precisam de solução.

A gestão da educação vem se firmando como essencial para dirigir e organizar o trabalho coletivo e colaborativo na escola e principalmente na busca da qualidade no processo de ensino e aprendizagem, procurando desenvolver as atividades por

meio do diálogo e da participação nas tomadas de decisões e, se possível que sejam decisões tomadas pelo consenso da comunidade escolar juntamente com as instâncias colegiadas. É fazer o novo acontecer no palco onde atua o gestor, a equipe pedagógica e todos em busca de mudanças para garantir o direito de uma educação de qualidade para os estudantes. Dourado (2003, p. 79) define gestão da educação como:

> Processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do "jogo" democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio destas, as práticas educativas.

Ferreira (2006) pensa nesta esteira no sentido de que urge repensar o autoritarismo presente nas relações de poder e na educação para construir de forma coletiva humana e solidária, uma nova ética comprometida com a formação de cidadania. É papel da gestão zelar pela formação continuada com base nos princípios garantidos pela Constituição de 1988, e em documentos mundiais que abordam como princípios a liberdade e a solidariedade no sentido de garantia dos direitos humanos.

A cidadania mundial se tornará realidade se embasada por uma nova ética que seja solidária e humana, e que tenha respeito pelas diferenças. Para isso a formação continuada precisa de fato ser permanente e contínua por toda a vida humana, e tenha como objetivo principal superar as desigualdades advindas do mundo capitalista competitivo e individualista. É preciso construir coletivamente o humano como uma "poesia da ação".

É importante salientar o como concretizar esta possibilidade de emancipação diante de tantos desafios contraditórios e diversificados a serem superados. De que maneira o sujeito fez as suas escolhas dentro do movimento histórico e que o fez partir do sujeito singular redescobrindo-o no coletivo. É neste aspecto que se torna importante a formação continuada e a gestão da educação. Porque se configuram no cenário social como dimensões significativas na busca da liberdade e realização humana.

Ferreira (2008, p. 39) escreve que a educação como um acontecimento precisa ser concebida, "como a prática da hospitalidade e acolhimento ao recém-chegado. Neste sentido, concebe a educação na relação e na experiência do outro, da

alteridade no sentido de superar a educação técnico-científica que tem sido defendida pelo “humanismo” conservador, apregoado pelo neoliberalismo”.

Nota-se a preocupação de Ferreira com a possibilidade de o ser humano ser feliz e diz que feliz do educador que conseguir a possibilidade dos alunos enfrentarem os desafios da vida conduzindo-os ao nível poético que condensa a essência da vida. Neste sentido pode-se observar a ênfase na perspectiva humana que pode ser alcançada, ter objetivos de vida realizados e poderem ser felizes, usando a força da participação que constrói um mundo mais humano.

Para isso, urge resgatar o humano perdido na sociedade capitalista, explorado em todos os sentidos, realizando um trabalho que não é de sua propriedade e por isso alienante. É preciso enfrentar os desafios da vida para alcançar um mundo mais justo e humano, e principalmente porque tudo se pode mudar, pode-se pensar diferente e sonhar com melhores condições de vida, e principalmente em formas mais humanas da vida no planeta terra. É a luta diária para criar as possibilidades de emancipação humana.

Assim, novos desafios aparecem para serem superados pelas políticas educacionais, que precisam se comprometer seriamente com o exercício da democracia para poder sanar de forma mais abrangente e efetiva as necessidades reais dos cidadãos que vivem neste mundo desafiador. Neste sentido a gestão da escola precisa inovar para formar trabalhadores inteligentes para enfrentar a competitividade na perspectiva de sobreviver com dignidade na sociedade atual. É em uma educação de qualidade que está depositada a esperança verdadeira de construção de cidadãos e cidadãs brasileiros que podem viver com dignidade, poderem lutar com força na dura lida para a emancipação humana.

4.5 A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PARA A PROMOÇÃO HUMANA

As pessoas no mundo objetivam a felicidade e lutam desesperadamente em um cenário muito adverso para poderem sobreviver. Os estudos realizados por Ferreira ao longo de suas pesquisas durante décadas, apontam possibilidades de emancipação humana pelo conhecimento que pode ser adquirido na escolarização de qualidade. Esta árdua tarefa cabe aos educadores do mundo que é resgatar o ser humano deste lamaçal adverso em que se encontra preso. O fio condutor de suas

pesquisas confirma que há um caminho para homens e mulheres se emanciparem e este caminho reside na trilogia políticas públicas, gestão e formação. Afirma que isto é uma árdua luta mais que com muito trabalho e conhecimento o indivíduo pode atingir seus objetivos e, destaca ainda que as conquistas que advém do conhecimento são mais sólidas que as do capital porque já testemunhou grandes empresas que foram a falência e seus donos perderam tudo.

Aborda-se em que sentido a democratização da escola pode emancipar o ser humano na sociedade atual. Outrossim ressalta-se o árduo caminho da democratização e implementação da democracia no solo da escola como possibilidade de resistência e luta contra o projeto de desmonte da escola pública. Neste sentido, o enfoque principal é a gestão e a formação como pilares para uma educação voltada para a emancipação humana.

As pesquisas de Ferreira em especial nos três grandes pilares aqui apresentados e que vale repetir: Políticas Públicas; Gestão e Formação, contribuem de forma decisiva e apontam possibilidades para enfrentar os desafios impostos pelas atuais tendências advindas do mundo do trabalho na atualidade.

É neste sentido que os pilares citados pela autora podem ser a possibilidade do caminho da emancipação para a grande massa trabalhadora que vê na escola a única possibilidade de emancipação para filhos e filhas dos que vivem com ou sem trabalho e esperam da escola uma luz de liberdade e realização para suas crianças. Nesta perspectiva aborda-se as possibilidades de emancipação humana através do “conhecimento-emancipação”. Nesta esteira discorre sobre a possibilidade da emancipação humana no mundo hodierno. São reapresentadas as argumentações acerca dos três pilares seguidos pela autora suas pesquisas e a partir das reflexões sobre o mundo atual, assim, a gestão, as políticas públicas e a formação docente, apresentam as reflexões que confirmam a possibilidade de emancipação humana por meio de uma educação pública de qualidade e mediada pela gestão democrática e a formação em um exercício contínuo de aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem. Ferreira (2000) discute as possibilidades de enfrentar os desafios que se apresentam, por meio de um saber crítico que dá subsídios importantes para a luta na perspectiva da emancipação do cidadão e cidadã do mundo.

Na ótica de Ferreira a Gestão democrática da educação segue ressignificando conceitos e apresentando novas possibilidades. A autora discorre sobre as mudanças

ocorridas nas políticas e na gestão da educação nos últimos tempos e aponta de início as profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho e também no processo produtivo. Aparece como destaque alterações significativas de sociabilidade e de relações sociais. Enfatiza que a academia formada por pesquisadores e docentes de reconhecida relevância, mais do que o reconhecimento pelo alto nível de suas produções, está o reconhecimento de suas contribuições para com a escola pública, ofertando um ensino de qualidade para todos.

No mundo hodierno é um imperativo a abordagem de questões fundamentais sobre políticas públicas e gestão da educação elegendo como o cerne dos debates a gestão da educação. A gestão tem como grande desafio o quadro social da globalização e do neoliberalismo que aparecem como contributos da desigualdade na sociedade atual. É o cenário do mundo do trabalho que mostra o desmonte dos espaços públicos em favor da iniciativa privada. Ferreira se posiciona com um pensamento crítico a favor da manutenção dos direitos dos trabalhadores e propõe a resistência como forma de buscar a emancipação humana. Apresenta a sábia resistência presente em seus escritos e na formação que deve ser crítica e transformadora da sociedade em prol do homem e da mulher humanizados e possuidores de direitos e deveres, porém em processo de desalienação.

Ferreira em seu texto Gestão democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades aborda a questão da luta da educação para melhorar as condições de vida daqueles considerados os mais necessitados, na perspectiva de alcançar uma sociedade mais justa e humana. Enfatiza que a escola é o lugar privilegiado para onde afluem todas as crianças, jovens, adolescentes e adultos, na busca de uma formação de qualidade que os instrumentalize para o convívio social.

Contudo, salienta-se a percepção de ser a escola o único canal capaz de fornecer o passaporte de acesso à cidadania e principalmente a inserção no mundo do trabalho. Aqui a autora já demonstra que uma possibilidade oferecida pela escola é a formação para o mundo do trabalho que se apresenta mais competitivo do que jamais foi visto no mundo e principalmente agora com o desemprego ameaçando um contingente muito grande de trabalhadores. O sonho de que a escola prepara para o mercado de trabalho é presente no imaginário principalmente da classe trabalhadora, mais alerta que é indispensável preparar o ser humano para além do trabalho ou seja

para a vida. Neste sentido, pode-se afirmar que preparar para o trabalho e para a vida é preparar para a emancipação.

Na Questão Judaica Marx escreve sobre emancipação e mostra que a emancipação não pode se dar apenas para um determinado grupo social e sim deveria ser para a sociedade como um todo. Assim Marx desenvolve sua crítica a Bruno Bauer mostrando a sua limitação ao propor transformar as questões sociais em apenas questões de caráter teológico, fazendo uma exigência de emancipação religiosa como se a mesma se consolidasse como condição prévia para a emancipação política. Marx olha adiante e percebe o antagonismo existente entre a vida individual e coletiva e aí reside a luta pela emancipação.

Nesta esteira, na apresentação da Questão Judaica sobre Marx (2010, p. 1) observa-se,

> O fito da emancipação humana é fazer que o carácter colectivo, genérico, da vida dos homens seja vida real, isto é, que a sociedade, em vez de ser um conjunto de mónadas egoístas e em conflito de interesses, adopte um caráter colectivo e coincida com a vida do Estado. O homem individual deve recobrar em sí o cidadão abstracto e, como ser privado, utilizar as suas forças próprias como forças sociais, inserir-se na circulação da espécie no seu trabalho e nas suas relações.

A escola enquanto instituição tem como mote e razão de sua existência “a formação humana do homem e da mulher em sua ampla dimensão, pessoal e profissional” (FERREIRA, 2000, p.295), apresentando as questões indubitáveis da instituição escolar que são:

> 1- A escola oferece um tipo de formação que não é facilmente adquirida em outro lugar; 2- A escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado existindo para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso a esse saber 3- Esta formação abarca as dimensões científica, técnico, ética e humana que se constituem de elementos cognitivos (aprendizagem, ensino, habilidades, conhecimentos, capacitação, qualificação) e elementos atitudinais (socialização, disciplina, conduta, disposições); 4- A passagem pela escola, assim como desempenho desta com os alunos e alunas, isto é o êxito ou fracasso acadêmicos, têm influência relevante sobre o acesso às oportunidades sociais da vida em sociedade. Vale dizer, da formação que a escola propiciar e administrar, dependerá a vida futura de todos que por ela passarem. 5- A escola é “locus de reprodução, e locus de produção de políticas, orientações e regras” 6- A escola está inserida na “sociedade global” e na chamada “sociedade do conhecimento” onde violentas e profundas transformações no mundo do trabalho e das relações sociais vêm causando impactos desestabilizadores à toda humanidade, e conseqüentemente exigindo novos conteúdos de formação, novas formas de organização e gestão da educação ressignificando o valor da teoria e da prática da administração da educação.

O objetivo da pesquisadora é salientar que o futuro de todos depende da gestão da educação e poderá ser promissor ou representar um fracasso na vida das pessoas

e isso, corrobora para pensar que a gestão precisa ser relevante para gestar de fato possibilidades e alternativas de acesso às oportunidades oferecidas pela vida em sociedade. É a gestão e a organização da escola que revela o seu caráter includente ou excludente e, por isso, têm a responsabilidade de avançar na elaboração de seu conteúdo teórico/prático tendo como horizonte a qualidade do ensino que oferece e, o cumprimento do seu papel social e político institucional. (FERREIRA, 2000)

A pesquisadora reitera a importância e responsabilidade da escola e da gestão frente ao desafio de assegurar um ensino de qualidade. No entanto, a escola está intimamente ligada a uma política de educação fornecedora de direções a serem tomadas pela instituição. Estas políticas de forma arbitrária determinam o tipo de homem e de mulher que se quer formar. Contudo revela-se aqui a mediação desta dominação que pode ser feita pela gestão adaptando estas políticas às necessidades da escola. Para isso, analisa, interpreta e subsidia as tomadas de decisões e aí a autora aponta a participação da comunidade escolar como um meio pelo qual se pode avançar na consecução dos objetivos da escola. Revela-se aí a importância do trabalho coletivo, do projeto político pedagógico ser elaborado por meio da participação da coletividade da escola representada nas instâncias colegiadas. Nota-se o exercício da democracia na escola, com todas as características de participação verdadeira, mais ainda em processo, o que vislumbra neste processo a possibilidade de emancipação humana.

A gestão no cotidiano escolar examina e seleciona as “coerências e discrepâncias” existentes entre o previsto e o concreto, levando em consideração o que é realmente necessário reivindicando a partir de novas tomadas de decisões a busca por novas políticas públicas educacionais para suprir as lacunas existentes no processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma pode-se apresentar e lutar pelas reais necessidades apontando as mudanças no mundo do trabalho como determinantes para a escola oferecer possibilidades reais de vida social e empregabilidade.

Para a autora são estas novas determinações presentes no mundo, que passa por mudanças em uma velocidade jamais vista antes, que contribuem para a compreensão da necessidade urgente de ressignificação do trabalho escolar e em especial da gestão da educação por ser responsável em colocar na prática escolar os objetivos traçados pelas políticas públicas, é a gestão que conduz a educação e o

ensino. É notável a relevância aqui apresentada sobre o papel da gestão para garantir, diante da nova realidade global, possibilidades de acesso ao mundo do trabalho e daí, resulta a importância presente nos trabalhos da pesquisadora, em suas análises profundas a respeito da relação entre a gestão da educação e o mundo do trabalho.

Ferreira (2000, p.297) continua seu pensamento sobre a importância de uma boa gestão que garanta o "passaporte" para a cidadania e para os postos de trabalho fazendo a seguinte observação:

> A análise das possibilidades da administração da educação como prática educacional destinada não à manutenção, mas à construção coletiva e organizacional da instituição educativa vinculada ao projeto político pedagógico da escola, tendo como referencial o contexto global e as teorias contemporâneas que valorizam a potencialidade e a capacidade participativa do ser humano, ressignificam o valor dessa prática, conferindo à gestão da educação uma práxis que tenderá a superar nas organizações educacionais, as fraquezas institucionais e humanas que resultam em exclusão, desigualdades e injustiça. (FERREIRA, 2000, p. 297)

Nota-se que a autora apresenta a necessidade de transformação realizada pelos sujeitos que estão na base, ou seja, daqueles que concretamente fazem o processo de ensino e aprendizagem acontecer no dia a dia da escola. É este trabalhador o responsável pela luta para garantir a qualidade do ensino e abrir as possibilidades de acesso ao exigente e excludente mundo do trabalho na atualidade.

Contudo, a nefasta concentração do capital nas mãos dos abastados é um obstáculo à geração de emprego e renda, porque se o capital gera mais retorno ao detentor do que as empresas então os empresários migram para o capital em detrimento das empresas que geram emprego e renda. É neste mundo selvagem que a grande massa trabalhadora sobrevive em busca de uma esperança de um bom emprego que poderá deixar de existir e, a esperança é depositada na educação de qualidade da qual a grande maioria depende para sua sobrevivência. Nesse sentido, aparece a imensa responsabilidade da escola em oferecer a melhor educação para todos.

Nessa assertiva, a pesquisadora aponta novos significados para que a gestão da educação possa dar conta de realizar um trabalho significativo diante das novas exigências do mundo do trabalho. Ressignificar a administração da educação exige um exame minucioso das inter-relações advindas do mundo "sócio-cultural global", relações essas que se constituem nas mais novas determinações da organização da educação e da gestão da educação.

No mundo hodierno e de forma global a vida humana encontra-se permeada de incertezas e desestabilidade, são mudanças profundas e de difícil compreensão provocando insegurança, é neste mundo em crise que algumas alternativas são buscadas diante da perplexidade buscam-se caminhos por meio da criatividade para alcançar alguma segurança e certeza.

Para Ferreira as mudanças em curso exigem da gestão da educação e do conjunto de trabalhadores em educação um esforço coletivo diante das transformações pela qual passa o mundo do trabalho e que as novas exigências do mundo, pelo trabalho significativo de todos possam resultar em saberes escolares ensinados na escola na esperança de que os mesmos possibilitem uma formação humana e cidadã para o enfrentamento dos desafios futuros apresentados pela chamada “sociedade do conhecimento”.

Nessa asserção a autora apresenta um reexame de conceitos sobre a gestão da educação contextualizando a sua “práxis” em um cenário de profundas mudanças no mundo do trabalho e nas relações sociais resultantes da globalização, que exigem profundas transformações na gestão da educação. Dessa forma, aparece a convicção de que a trilogia: gestão democrática; a construção coletiva do projeto político pedagógico e a autonomia da escola, figuram neste novo cenário como os pressupostos fundamentais capazes de possibilitar alternativas para desenvolver a cidadania (FERREIRA, 2000).

Ferreira (2007, p. 101) reafirma estes pressupostos no texto intitulado “A Gestão democrática da educação e a formação do senso comum” onde, destaca a importância destas determinações para desvincular a escola da lógica do mercado excludente e de fato cumprir o seu papel político institucional e nesse sentido a gestão da educação pode ser pensada como uma garantia da superação do senso comum na educação escolar como um todo.

Mais uma vez aparece em destaque o caráter formador de cidadania presente no exercício democrático realizado pela gestão da educação que possibilita o acontecimento da efetiva participação de todos nas tomadas de decisões. Dessa maneira, a formação também é para todos que no exercício democrático da participação também aprendem, leem, interpretam, debatem, se posicionam e gestam o projeto de trabalho da escola e consequentemente pode se transformar em subsídio para a formulação de novas políticas públicas para a educação. Assim, este repensar

pode ser a ferramenta útil contra estruturas autoritárias ainda presentes na sociedade e na escola.

Ferreira (2000) reafirma que a gestão democrática da educação se impõem como um valor na sociedade brasileira, mais salienta que na prática ainda não é compreendida e nem incorporada como um exercício importante para o processo de ensino e aprendizagem. A participação precisa ser melhorada para que se alcance uma formação que de fato prepare os indivíduos para o exercício da cidadania, onde pela ação participativa se construa uma sociedade que seja justa e igualitária, em uma perspectiva de humanização social.

Por isso, é preciso avançar muito para que se efetive a verdadeira participação na efetivação e exercício da gestão democrática, na construção do projeto político pedagógico e no que diz respeito em relação a autonomia da escola. Exercitar a democracia de maneira consciente em busca de formação de cidadania e da emancipação humana. Estes pressupostos fundamentais são o resultado da luta dos trabalhadores da educação brasileira e que se concretizaram na carta magna da educação a Lei 9394/96 LDB, aprovada em 20 de dezembro de 1996, em seu Art. 14 estabelece “os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme princípios: I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II- participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares dou equivalentes”.

> A LDB em seu Art. 15 estabelece que “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”. Ratificando em ambos os artigos o que foi estabelecido na constituição de 1988 em seu Art, 206 estabelece que o ensino será ministrado pelos seguintes princípios: I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III- pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V- valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público, de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela união; VI- gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII- garantia de padrão de qualidade. (FERREIRA, 2000. p. 306)

Nota-se a garantia em lei do processo democrático e da participação dos profissionais da educação e da comunidade nas tomadas de decisões da escola,

construindo e efetivando a gestão democrática e o projeto político pedagógico da instituição e ao mesmo tempo garantindo um padrão de qualidade do ensino público.

Ferreira (2007) mais uma vez afirma que os elementos fundantes e fundamentais na construção da gestão da escola são: gestão democrática, participação dos profissionais e da comunidade escolar, elaboração do projeto político pedagógico da escola, autonomia pedagógica e administrativa. A autora segue reexaminando os conceitos e ao mesmo tempo ampliando seus significados e lhe dando novos contornos no desafio de administrar com qualidade a escola, sempre enaltecendo a necessidade do compromisso com os saberes buscando construir uma concepção de humanidade como comunidade global. Desta forma Ferreira reafirma o conceito de gestão como tomada de decisão, organização, portanto, é direção. Neste sentido a gestão significa a mola propulsora que impulsiona e motiva a todos na busca de realização de seus objetivos e a gestão se torna um princípio social destinado a superação da desigualdade, do senso comum em busca da promoção humana.

Neste aspecto cabe retornar a Saviani (1980, p. 120) ao dizer de forma enfática que cabe a gestão da educação a responsabilidade “por garantir a qualidade de uma mediação no seio da prática social global”, afirmação que Ferreira (2007) concorda plenamente e o postula como o único mecanismo a gestão que se constitui na hominização do ser humano por meio da educação e da formação humana de cidadãos. Este mecanismo pode ter a força necessária de se impor na dura luta pela superação do senso comum que atrapalha a tomada da consciência crítica capaz de emancipar a classe trabalhadora.

Neste caso, é imprescindivel assegurar a possibilidade de viver juntos e respeitando as diferenças na busca de “construção de um mundo mais humano e justo para todos os que nele habitam, independente de raça, cor, credo ou opção de vida. Neste reexame Ferreira mostra a possibilidade da verdadeira inclusão social e abre caminho para pensar que as relações de trabalho podem ser questionadas no sentido de se tornarem mais justas e igualitárias e com acesso e permanência para todos como apregoa a legislação educacional tanto na Constituição de 1988 como na LDB 9394/96.

Ferreira (2013) explica a necessidade de humanização das relações sociais, esta possibilidade encontra eco na democratização da sociedade que historicamente vem se afirmando na administração da educação, em instituições, organizações,

incluindo as educacionais, instalando-se no pensamento educacional dando uma nova dinâmica no processo de administração da escola. É evidente que existem divergências na aplicação deste conceito na gestão da educação, mas hoje se destaca de forma significativa e responsável na direção e garantia da qualidade do ensino escolar.

Para Sacristán (1995, p. 15) observa que existem novos modos de entendimento da direção:

> A gestão escolar constitui uma dimensão da educação institucional cuja prática põe em evidência o cruzamento de intenções reguladoras e o exercício do controle por parte da administração educacional, as necessidades sentidas pelos professores de enfrentar seu próprio desenvolvimento profissional no âmbito mais imediato do seu desempenho e as legitimas demandas dos cidadãos de terem interlocutor próximo que lhes de razão e garantia de qualidade na prestação coletiva deste serviço educativo.

Nota-se que a gestão democrática da educação é construção coletiva que se apodera da participação para construir a cidadania da escola e de seus membros e de todos que de alguma forma dela participam gerando aprendizado para todos, desenvolvendo uma consciência mais ampla de participação no mundo, superando modelos hierarquizados que não permitiam mudanças significativas, participação e ou criatividade. Este pensamento rígido estava fundamentado no rompimento entre o pensamento e a ação. (KUENZER, 1999, p. 167)

O pensar e agir, planejar e executar eram instâncias separadas, mas que se complementavam e mostravam “a consequência inexorável da separação entre concepção e execução, quando o trabalho era dividido entre lugares distintos e distintos grupos de trabalho. Assim, Ferreira (1998) possibilita a interpretação de que no mundo do trabalho exigente o cidadão com uma formação de qualidade advinda de uma escola resultante da ação de gestão democrática, coletiva e participativa que tenha atingido seus objetivos, possibilitará novas alternativas de inclusão no mercado de trabalho do cidadão pleno e não dividido entre o pensar e o fazer. Parece a superação do modelo taylorista/fordista para uma relação de empregabilidade mais dinâmica, contudo, permeada de exclusões pela extinção de postos de trabalho e a não oferta de novas vagas pelo capitalismo excludente e também de influências de práticas neoliberais.

A gestão hoje já superou as formas racionais, técnicas e mecânicas, porém as utiliza como instrumentais a serviço de propósitos previamente decididos de forma

coletiva. Os professores gostam de trabalhar em escolas organizadas e a gestão democrática exerce papel significativo “em todo o processo coletivo de construção do planejamento, organização e desenvolvimento do projeto-político pedagógico e de um ensino de qualidade”. Entretanto, é necessário salientar que a compreensão do processo teórico-prático da gestão democrática ainda está se fazendo no projeto-político pedagógico e na autonomia da escola, portanto está em construção e ainda não é uma realidade consolidada na vida social e profissional. Pode-se ver esta realidade porque as escolas que realizam verdadeiramente as práticas de participação nas instâncias colegiadas, quando os pais, comunidade e alunos entram na escola para de fato participar da gestão, parece algo muito novo no ambiente escolar.

Todavia a gestão democrática não acontece apenas no projeto-político pedagógico e na autonomia da escola, ela é mais do que isso:

> A gestão da educação acontece e se desenvolve em todos os âmbitos da escola, inclusive e fundamentalmente, na sala de aula, onde se objetiva o projeto político-pedagógico não só como desenvolvimento do planejado, mas como fonte privilegiada de novos subsídios para novas tomadas de decisões para o estabelecimento de novas políticas. (FERREIRA, 2000, p. 309)

Ferreira (2000, p. 309) cita ainda uma contribuição de Anísio Teixeira para explicar que a gestão orienta as pessoas para além da competência técnica, porque,

> Há no ensino, na função de ensinar, em gérmen, sempre ação administrativa. Seja a lição, seja a classe, envolve tomada de decisões, envolve administração, ou seja, plano, organização, execução, obediente a meios e técnicas. De modo geral o professor administra a lição ou a classe, ensina, ou seja, transmite, comunica o conhecimento, função antes artística do que técnica, e orienta ou aconselha o aluno, função antes moral, envolvendo sabedoria, intuição, empatia humana.

Depreende-se daí que Ferreira refere-se ao compromisso político e pedagógico coletivo e ao necessário disciplinamento para praticar e realizar em sala de aula as decisões que foram tomadas coletivamente e presentes no projeto pedagógico da escola, tornando vivo o projeto-político pedagógico que foi construído de forma coletiva. Destaca-se a importância de perceber que o trabalho em sala de aula é dinâmico e flexível e que mesmo o projeto pedagógico pode ser reformulado a qualquer tempo se houver necessidade. “A razão de ser da gestão da educação consiste, portanto na garantia de qualidade do processo de formação humana”, possibilitando o crescimento do educando e, pelos conteúdos de ensino que são conteúdos de vida, pode hominizar-se, tornar-se mais humano. (FERREIRA, 2000, p. 309)

Neste sentido, as tomadas de decisões são sempre uma escolha entre várias alternativas, é, portanto, uma decisão política que terá sempre repercussões e consequências de longo prazo intervindo no acesso às oportunidades de todos os alunos na sociedade que hoje é planetária. Ferreira (2000, p.310) amplia a noção de gestão e cita Teixeira para reafirmar que a gestão da educação é:

> A administração se fazendo em ação na sala de aula, por conter "em germen" o espírito e o conteúdo do projeto político pedagógico que expressa, democraticamente, os compromissos e o norte da escola através da gestão do ensino, da gestão da classe, da gestão das relações, da gestão do processo de aquisição do conhecimento, pois a escola e a sala de aula estão interligadas de todas as maneiras.

Ferreira reitera, a intima e inseparável relação entre a escola como um todo e a singularidade da sala de aula, valoriza o que é produzido em sala e demonstra como realmente o projeto político pedagógico da escola se efetiva na "práxis". É na dinâmica interna da sala de aula, em seu movimento dialético, que se concretiza o processo de ensino e aprendizagem. Nota-se a importância da gestão da educação que é responsável em colocar em movimento toda esta dinâmica e, acompanhar e mensurar os resultados para poder avançar e ou, rever posicionamentos. Para que se possa observar este movimento de efetivação e de realização do projeto político pedagógico, é de suma importância a unidade coletiva de todos os trabalhadores da instituição, com conhecimento claro do objetivo de ensino decidido por todos. Nesta relação aparece o trabalho da direção e da equipe pedagógica para dar o rumo, mostrar o caminho a ser percorrido, e principalmente auxiliando os professores na realização do seu trabalho diretamente com os alunos em sala de aula.

> A gestão democrática da educação, enquanto construção coletiva da organização da educação, da escola, das instituição, do ensino, da vida humana, faz-se, na prática, quando se tomam decisões, sobre todo o projeto político pedagógico, sobre as finalidades e objetivos do planejamento dos cursos, das disciplinas, dos planos de estudos, do elenco disciplinar e os respectivos conteúdos, sobre as atividades dos professores e dos alunos necessárias para a sua consecução, sobre os ambientes de aprendizagem, recursos humanos, físicos e financeiros necessários, os tipos, modos e procedimentos de avaliação e o tempo para a sua realização. É quando se organiza e se administra coletivamente todo este processo, que se está realizando a consubstanciação do projeto político-pedagógico definido, aqui, como uma forma específica de intervenção na realidade, a partir da avaliação desta realidade, a fim de deliberar quanto aos princípios norteadores da ação pedagógica, assegurando a indissociabilidade teoria (princípios e conteúdos)/ prática (ação coerente), o que vai exigir uma mesma direção, uma mesma qualidade, uma mesma racionalidade que terão de ser construídas no pensar e no decidir coletivo. (FERREIRA, 2000, p. 310)

Neste sentido, Ferreira demonstra para além da impossibilidade de separação entre teoria e prática, mas também a exigência da mesma direção, da mesma qualidade, mesma racionalidade, aponta o movimento do pensamento para efetivar na prática as decisões coletivas presentes no projeto da escola. Este pensar é produção do novo no fazer contínuo da sala de aula, portanto novos saberes trabalhados com os alunos, mas tendo uma sólida base coletiva presente no projeto político-pedagógico da instituição que deve ser coordenado e executado coletivamente. No caso de tomada de decisão advinda da gestão democrática é uma escolha feita coletivamente sobre várias possibilidades que se apresentam, mas pode-se escolher apenas uma alternativa. É sempre um processo dinâmico onde se tomam decisões sempre em busca de soluções. No entanto a escolha por uma e não outra alternativa, é feita sempre fundamentada em critérios. É uma ação na busca de solucionar uma problemática que se apresenta e que precisa de uma resposta. Esta resposta quando se dá coletivamente é mais importante porque, não é apenas mais rica de fundamento e conteúdo, mais principalmente por ser examinada de forma coletiva, é também discutida e assumida por todos. Nota-se aí uma ressignificação importante da gestão quando a mesma é analisada, discutida e principalmente torna-se uma responsabilidade de todos. (FERREIRA, 2000)

Ferreira desenvolve o conceito de ideia à luz do pensamento Kantiano em que ideia “não é outra coisa senão o conceito de uma perfeição que ainda não se encontra na experiência”. Explicita que todas as pessoas têm ideias e as julgam serem as melhores e mais perfeitas e por isso as defendem e, daí resulta a raiz das discordâncias e dos conflitos individualistas e tão presentes hoje nesta etapa do neoliberalismo na sociedade. Nesta perspectiva quando há a permanência da ideia individual todos são prejudicados, limitados, e impedidos de avançar, crescer e evoluir nesta sociedade extremamente competitiva e individualista. Na perspectiva democrática as ideias são postas em discussão, debates, julgamento e aprovação, sendo as eleitas como prioridades assumidas por todos principalmente aquelas decisões tomadas a respeito do ensino, da formação humana para as lutas de acesso aos direitos sociais no mundo globalizado. Neste sentido, a autora enfatiza:

> Quando as “idéias” são expostas, examinadas e debatidas, constroem-se novas “idéias” que vão originar, novas “perfeições” não individuais, mas cultivadas e lapidadas coletivamente numa verdadeira “perfeição” necessária à formação humana, pela qual a escola é responsável – o projeto político-

> pedagógico – constituindo-se esta garantia, a razão de ser da gestão da educação que expressa um compromisso estabelecido coletivamente. (FERREIRA, 2000, p. 318)

Nesta assertiva, para fortalecer a relação entre gestão e projeto pedagógico como fundamentais para garantir uma educação de qualidade Ferreira destaca as reflexões de Veiga (1998, p. 13) para explicar que:

> O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas e autoritárias, rompendo com a rotina do mundo pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola.

Desta forma, Ferreira concordando com Veiga, reitera a valorização e a participação nas decisões para organizar o trabalho escolar de forma significativa, para encontrar e resolver os conflitos e as contradições de forma democrática e se posicionando contra as formas competitivas e autoritárias por outras mais colaborativas e cooperadoras, para resolver os problemas promovendo relações horizontais e não hierárquicas e, por isso mais humanizantes no seio da escola. Decorre daí a importância do trabalho coletivo e em movimento dialético na busca de realizar na sala de aula as decisões coletivas presentes no projeto de escola e efetivadas por meio da gestão da educação em exercício contínuo dentro do ambiente escolar.

Ferreira recorre a Catani (1998, p.62) para definir que uma tomada de decisão não é uma atitude ocorrida em um determinado momento, mas é resultante de um processo complexo realizado em várias etapas sucessivas que clarifica e dá consistência para o desenvolvimento do processo. A primeira etapa é a tomada de consciência dos problemas a serem resolvidos e sobre os quais é preciso tomar decisões. Contudo se a tomada de consciência se dá no plano individual, o resultado da passagem da consciência para a ação se realiza de forma autoritária. A tomada de consciência sobre a necessidade de tomar decisão e o posterior processo de decidir se feito de forma coletiva enriquece o processo porque resulta de debate e de confronto de argumentações que facilitam e constroem dentro do processo coletivo as alternativas para a solução do problema a ser enfrentado. “A construção coletiva se faz na participação, ou seja, quando se compreende e incorpora que participar consiste em ajudar a construir comunicativamente o consenso quanto a um plano de ação coletivo”.

A autora fala da importante contribuição de Habermas, e enfatiza que o seu pensamento ilumina o caminho para fundamentar a participação, como processo para a socialização e tomada de consciência, no complexo processo de formação e socialização humana. Para este autor a socialização é realizada pela unidade dialética de três mediações ocorridas entre o sujeito-autor e o objeto mundo, de acordo com a "Teoria do agir comunicacional":

1- O processo de trabalho (Agir instrumental)
2- A representação simbólica (Linguagem)
3- A interação recíproca (Agir Comunicacional)

Desta forma, explica que é no interior do contexto social que surge uma nova forma de vida superior capaz de realizar o chamado agir comunicacional. Neste caso, é a linguagem a responsável pela interação entre os indivíduos numa relação completa e globalizante. Embora exista uma autonomia irredutível entre os três mecanismos de socialização é a linguagem (agir comunicacional) que permite a formação de identidades sociais ("mundo vividos") não reduzidos a sistemas de trabalho ou a sistemas de integração.

De acordo com o filósofo Habermas somente o agir comunicacional

> Constitui o meio em que se realiza a formação do espírito. A institucionalização da identidade do eu, a autoconsciência juridicamente sancionada concebe-se como o resultado de ambos os processos: do trabalho e da luta pelo reconhecimento. Nem a interação se reduz ao trabalho nem este elimina a interação. (1987, p. 168)

Ferreira explica que para Habermas os chamados "mundos vividos" são constituídos na relação de trabalho coletivo que se torna cada vez mais rica pelo processo de socialização e de formação humana e profissional e dessa forma o ser humano se torna rico e humanizado. À luz das teorias clássicas os processos de tomadas de decisões passam por uma sequência de etapas: "procura de informação, análise das soluções possíveis, para responder a um problema, avaliação das consequências das alternativas, escolha". No processo de tomadas de decisões coletivas podem ser incorporados, como instrumentos, os ensinamentos das teorias clássicas, que no "agir comunicacional" possibilita riqueza de raciocínios gerando possibilidades de participação e crescimento de todos ensinando-os a pensar. Neste pensar sobre a realidade do mundo, "faz-se então a socialização profissional na construção coletiva e profissional do trabalho pedagógico de formação humana e de cidadania". (FERREIRA, 2000, p. 313)

É indispensável, para Ferreira, repensar as possibilidades partindo das determinações hodiernas para poder ressignificar a gestão democrática da educação. Estas determinações hodiernas fazem parte da realidade planetária e exigem um novo tipo de homem e, por isso, de uma nova educação a ser construída democraticamente e solidariamente no interior da sociedade mundial. Para isso é preciso fortalecer os seus conteúdos teóricos/práticos para salvar a unidade e diversidade humana. Desse modo, é preciso encarar a realidade humana como um campo de múltiplas possibilidades e, cabe a teoria a tarefa de definir, avaliar as alternativas sobre o que empiricamente está dado e fazer as escolhas mais importantes para a humanidade.

Ferreira (2000, p. 314) cita as contribuições de Santos (2000, p.22) na definição da teoria crítica como "a teoria que não reduz a 'realidade' ao que existe e alerta sobre:

> A análise crítica do que existe assenta no pressuposto de que a existência não esgota as possibilidades da existência e que portanto há alternativas susceptíveis de superar o que é criticável no que existe. O desconforto, o inconformismo ou a indignação perante o que existe suscita impulso para teorizar a sua superação.

A superação da barbárie da desigualdade no mundo hodierno depende muito da política e da administração realizada pelas grandes organizações internacionais que são as detentoras da hegemonia no mundo todo, buscando novas possibilidades para construir uma realidade mais humana. Na passagem do século XVIII para o século XIX Kant (1996, p. 26) preocupado com o desenvolvimento da humanidade para que a mesma pudesse se tornar mais hábil e mais moral, alertava as pessoas que dirigem a educação no sentido de conduzir as pessoas a um estágio mais elevado de conhecimento, destacando a disciplina e a cultura como elementos indispensáveis neste processo. Por isso o ser humano precisa ser disciplinado, culto e prudente, zeloso pela moralização e problematiza: "como poderíamos tornar os homens mais felizes, se os não tornamos morais e sábios"?

Passados mais de dois séculos destes ensinamentos diante do complexo e contraditório estágio atingido pela humanidade, as mesmas questões são colocadas e, ainda com mais exigências e desafios. Ferreira (2000, p. 314) refaz a pergunta de Kant: "de fato, como poderemos tornar os homens mais felizes se os não tornarmos, além de morais e sábios, mais dignos e esperançosos"?

Ferreira (2000) destaca também a pedagogia da esperança formada pela tolerância, o respeito e a solidariedade, que se posiciona contra a desumanização social e mostra que ao construir o outro nos relacionamos com este outro e, portanto,

desumanizar o outro é desumanizar a si mesmo. É preciso uma pedagogia da esperança que nos guie na busca do caminho da verdade excluindo mitos, mentiras, e rumando no sentido da reapropriação da dignidade humana, que se encontra ameaçada. É preciso lutar pela construção de uma sociedade menos discriminatória, justa, e mais humana. Para isso, é importante a ação de uma pedagogia da esperança que supere a política do ódio e se posicione contra a intolerância e a divisão social e que elogie a diversidade dentro da unidade. Pode ser este o verdadeiro e atual significado da gestão democrática da educação como um processo a ser realizado no interior da escola pública que pode gerar a emancipação humana.

A promoção humana na perspectiva da emancipação depende da educação para combater o alienante senso comum que se forma no tecido social e prejudica a possibilidade de emancipação humana. Ferreira assevera a necessidade de superação do senso comum por meio do conhecimento crítico, de uma pedagogia crítica e transformadora, capaz de superar o comodismo da grande massa explorada, através de um movimento criativo de novas possibilidades para homens e mulheres que precisam superar a alienação.

Em 2007 Ferreira e Schlesener abordam “A gestão democrática da educação e a formação do senso comum” e, reafirmam que a gestão democrática da educação e a construção coletiva do projeto-político pedagógico são indispensáveis, no sentido de assegurar a autonomia da escola, continuam sendo pressupostos fundamentais para desenvolver cidadania. As autoras reafirmam a necessidade da superação do senso comum na escola e o seu distanciamento necessário da lógica de mercado para que a educação não seja mais uma mercadoria que se compra no mercado. É preciso a desvinculação imediata da escola da lógica mercadológica em especial a lógica neoliberal. Para isso a escola precisa cumprir o seu papel político institucional, e para a gestão o desafio é pensar esse processo como o passaporte da superação do senso comum na educação escolar em todos os seus níveis e modalidades. Para isso, destaca-se que a gestão da educação precisa em seu exercício formar cidadania, para que possa garantir um ensino de qualidade com bases científicas.

As autoras demonstram as possibilidades de participação efetiva na construção de uma educação de qualidade quando afirmam:

> Ao possibilitar a efetiva participação de todos na construção e gestão do projeto de trabalho na escola, forma seres humanos com todas as possibilidades. Este é o verdadeiro sentido da educação de qualidade para a formação cidadã. A gestão da educação significa, então, garantir a auto

> formação de todos os envolvidos para a “leitura”, interpretação, debate e posicionamentos que podem fornecer subsídios para novas políticas, repensando, no exercício da prática profissional, as estruturas de poder autoritário que ainda existem na ampla sociedade e conseqüentemente, no âmbito educacional e escolar. (FERREIRA E SCHELESENER, 2007, p. 101-102)

Para Ferreira (2000, p. 167) a gestão democrática da educação é na atualidade um valor importante e já consagrado não só no Brasil, mas também no mundo, no entanto, salienta que ainda há falta de compreensão e de incorporação na prática social brasileira e mundial, mais enfatiza que não restam dúvidas de sua importância para a formação humana e cidadã, sendo um recurso de participação indispensável para a formação da cidadania na atualidade. A gestão é importante na busca de construção de uma sociedade mais justa e igualitária e também como fonte necessária para a humanização. Contudo, ainda há muito trabalho a ser empreendido no sentido de sua implementação no seio da sociedade para que de fato a participação possa ser verdadeira e cidadã, ultrapassando a cidadania local pela possibilidade presente da cidadania mundial. Para isso, é urgente que se ultrapasse o senso comum no espaço educacional para que de fato pelo trabalho de todos e da gestão da educação se possa construir democracia, advinda da elaboração coletiva do projeto pedagógico transformador de realidades, da autonomia e da realidade da própria vida. Para isso, “faz-se necessário outro modo de pensar a educação que preserve o sentir e o viver de um povo e, ao mesmo tempo gere as condições de uma consciência crítica e cidadã”. Neste sentido, percebe-se claramente o grande trabalho intelectual dos envolvidos na luta para movimentar na “práxis” diária da escola esta proposta necessária e já consagrada mundialmente que é a gestão democrática da educação como possibilidade de emancipação humana que com muito trabalho humano pode se concretizar em educação de qualidade nutrindo possibilidades de mudança de vida para todos.

Para isso, Ferreira (2000) a importância de repensar as políticas públicas a partir das demandas sociais vigentes e de acordo com a realidade concreta, problematizando esta realidade de forma crítica a fim de superar o senso comum e avançar na luta contra as investidas das políticas neoliberais na sociedade atual. Esta luta pode ser o caminho necessário para a emancipação humana. Para isso é preciso enxergar a realidade de forma consciente e compreender que existe na verdade um ocultamento da exploração e da retirada de direitos da população feito pelo estado

liberal e, a população não reage por causa da política do Estado que esconde os verdadeiros interesses da classe dominante.

Ferreira (2000) cita Hegel para lembrar que este publica um artigo intitulado “Como o Senso Comum Compreende a Filosofia”. É um artigo polêmico em que o autor apresenta os pressupostos do senso comum temática esta abordada também por Kant e, serviu de base para Gramsci (1977, p. 331), estabelecendo a ligação entre a política revolucionária francesa e os princípios da filosofia clássica alemã. Aparece dessa forma a maneira como Marx estabelece a relação entre a teoria e a prática na perspectiva de explicar como se forma o senso comum. A análise de Gramsci mostra como o ideal liberal desempenha o papel de ocultamento do poder do Estado enquanto poder que defende os interesses da classe dominante. Este poder é mantido na medida em que se criam expectativas de ascensão social e de participação igualitária na sociedade de classes que apenas mantém as relações dominantes na ordem social. Este mesmo Estado tem o poder de convencer uma multidão que fica paralisada diante do poder da ordem que é imposto, gerando medo do novo, medo de perder tudo e imobilizando a coletividade menos favorecida.

Ferreira explica esta forma de exploração apoiando-se em Gramsci (1975, p. 154) ao afirmar que a insegurança e o medo fazem com que os cidadãos se apeguem às garantias mínimas oferecidas pelas instituições e assevera a importância de que as pessoas não poderiam se contentar com o mínimo e sim deveriam os trabalhadores por meio de uma formação política crítica, questionar o senso comum e mudar a realidade em que vivem. A Revolução Francesa refletiu na sociedade o ideário de que os direitos humanos podem ser estendidos para toda a coletividade.

Ferreira (2002) discorre a respeito da democracia e recorre a Gramsci nos Cadernos do Cárcere (1975, p. 154) que faz a análise sobre o papel da “utopia democrática” para formar o senso comum e diz “a força do discurso liberal da emancipação política está em atuar como invólucro e simulacro de uma realidade social cujo conteúdo é a desigualdade”. Em que aponta estar o Estado acima dos antagonismos da sociedade de classes criadas pela realidade econômica alimentando a possibilidade de participação de todos nas tomadas de decisões. É este o limite do modelo liberal, pois se a desigualdade for mantida a participação efetiva de todos nunca terá possibilidade de realização é “uma miragem que o torna robusto e o transforma em uma força de conservação”. Entende-se em Gramsci que este autor

pode dar a contribuição sobre as noções de senso comum e hegemonia, se observados profundamente favorecem a formação de cidadãos criativos para desenvolver novas formas de políticas para enfrentar a formação global de consenso.

Ferreira (2007, p. 114) argumenta que a tese de ressignificação e revalorização da gestão da educação só pode acontecer se houver,

> Reconhecimento das contradições que a sociedade apresenta e que se tornam parte da realidade escolar. Gerir as relações internas da escola implica envolver todos os seus participantes, isto é, professores, alunos e comunidade, na busca de soluções para seus problemas. Isso significa criar um novo relacionamento que viabilize a participação de todos, por meio da criação de conselhos e outros fóruns de debate.

Por isso é necessário o exercício da gestão democrática para a escola retomar suas atividades primordiais, para formar uma consciência crítica para a geração de novos dirigentes porque para mudar estruturalmente a escola é um imperativo que se mudem radicalmente as relações políticas. “É a democracia que gera condições para o exercício do pensamento e para a emancipação política dos sujeitos”. (FERREIRA, 2007, p. 114)

Na atualidade a gestão da educação apesar dos avanços ainda não é garantia da formação crítica que supere os limites impostos pelo senso comum. No presente sabe-se que os professores gostam de trabalhar em escolas bem dirigidas e bem organizadas. A gestão é decisiva no planejamento e na construção coletiva e na implementação do projeto político pedagógico visando a qualidade do ensino no interior da escola. Contudo, a compreensão teórica prática da gestão da educação ainda é um projeto em construção juntamente com o projeto político pedagógico e da autonomia da escola precisando reforçar o seu “valor, seus significados e suas práticas”. (FERREIRA, 2007, p. 115)

Para Ferreira (2007) a gestão democrática, a participação dos profissionais, a participação da comunidade escolar, a elaboração do projeto pedagógico, a autonomia pedagógica e administrativa, se constituem nos elementos fundantes da gestão da educação e fundamentais na implementação da gestão democrática na escola. Mas isso só será possível se na base estiver presente a compreensão aprofundada dos alicerces capazes de construir a real e verdadeira democracia, pautada no trabalho coletivo porque fora dele pode parecer ineficaz.

Deste modo, a liberdade e autonomia buscadas não se confundem com a liberdade individual liberal. Não há espaço para a desagregação individual e tem como

base sólida a solidariedade, como caminho para a superação do senso comum a partir do pensamento crítico que valoriza as potencialidades do ser humano acreditando em suas possibilidades e na força da coletividade. Isto é, a busca pela emancipação de todos em especial os trabalhadores explorados de todas as formas e também das minorias oprimidas. Mas, a gestão da escola não tem apenas a abrangência local na formação da cidadania, ela também engloba a cidadania mundial e abrangente, definindo-se assim a efetivação da gestão democrática na busca de uma educação pública e de qualidade garantida em nossa carta magna. Contudo, para que isso se realize é urgente e necessário o combate ao autoritarismo e aos mandonismos e clientelismos de toda forma, bem como, lutar contra os descasos com os miseráveis removendo das mentes os cabrestos colocados ha muito tempo na mente do povo.

Para isso, quando a gestão democrática enseja “a participação da comunidade no “governo” da escola, pode proporcionar a um povo, que historicamente tem sido “bestializado” e encabrestado pelas elites, a possibilidade de se formar politicamente e de aprender a tomar as rédeas de seu destino”. A autora demonstra aqui a possibilidade de emancipação coletiva dos cidadãos superando o senso comum e libertando-se das amarras individualistas da sociedade capitalista atual. (FERREIRA, 2007, p. 116)

Depreende-se neste pensamento que gestão democrática, projeto político pedagógico e autonomia da escola são alicerces na luta pela emancipação humana fruto da luta e da participação coletiva no espaço público que é de todos e para todos. Lugar de direito, palco de (re)politização, de diálogo na perspectiva de melhores condições de vida neste mundo incerto. A educação é a mediação necessária que por meio da gestão democrática controla e organiza o trabalho escolar na busca de um mundo mais humano e feliz que pode ser conquistado pela efetiva participação coletiva nas tomadas de decisões que podem transformar a realidade em que se vive. É uma luta contínua por educação de qualidade, luta pela transformação da gestão da educação com bases na ética humana e sem exclusão, para que as decisões possam ser tomadas com clareza e tornem desta forma o ensino em ato libertador, este é o fascínio da vida e a democracia com compromissos coletivos sérios e recheada de solidariedade e amor. Desta maneira pode-se pensar em superar este mundo egoísta e violento da sociedade, que faz com que a humanidade sofra com a miséria e a pobreza no mundo. (FERREIRA, 2016, p. 142)

4.6 A EMANCIPAÇÃO COMO RESTITUIÇÃO DO MUNDO AO HOMEM

A emancipação humana se constitui como uma possibilidade no mundo atual se a gestão da educação e a formação forem realizadas para além do capital neoliberal. Ferreira propõe gestão e formação de qualidade para a vida e, nesse sentido para a liberdade e emancipação humana. A tese aqui defendida está no sentido de que a emancipação é uma possibilidade dentro da perspectiva da aliança fundamental ente políticas públicas, gestão da educação e formação, levadas a cabo no mundo do trabalho em constantes transformações e que urge ser humanizado, até porque seu gérmen de humanização, o trabalho foi criado pelo homem e por isso mesmo deve estar a favor do homem. O trabalho precisa ser criativo e estar a favor do ser humano, para que humanizado possa ser o caminho da emancipação humana no planeta.

Nesta ótica, à luz dos escritos de Marx (2010, p. 30) pode se notar que o homem precisa ser livre para ter de volta o que é seu porque “toda emancipação é uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem”. Nesta esteira pode se dizer que é o mesmo que devolver a alguém algo que lhe pertence, ou seja, a liberdade tomada pela exploração nas formas atuais das relações de trabalho que desumanizam o homem e que Ferreira por meio da educação procura desenvolver suas pesquisas tendo no horizonte a perspectiva de emancipação humana.

Neste sentido Marx (2010) desenvolve sua análise mostrando que ao se emancipar politicamente, ocorre uma redução do homem que passa a ser identificado como membro da sociedade civil, ou seja, um homem independente, porém egoísta. Mesmo assim esta mesma redução o apresenta como um cidadão, pessoa moral. Marx (2010, p. 30) vai mais longe e escreve,

> A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstracto; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (forces propres) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política.

Em suas análises sobre “A Formação humana e gestão da educação: A Arte de pensar ameaçada”, Ferreira escreve que é preciso partir do próprio sujeito para

construir formas mais humanas e melhores condições de vida. Para iniciar a discussão cita Gramsci (1976, p. 93-94) que diz:

> Dai à vida toda a vossa atividade, toda a vossa fé, todo o abandono sincero e desinteressado de vossas melhores energias. Mergulhai, ainda, criaturas vivas, no vivo e palpitante futuro humano, até vos sentirdes um bloco com ele, até o receber todo em vós mesmos e sentir a vossa personalidade um átomo de um corpo, vibrante partícula de um todo, corda sonora que recebe e transmite todas as sinfonias da história que vos sentis de contribuir e criar, pois, se alguma coisa é ainda inexplicável, isto é somente devido ao nosso incompleto conhecimento, à ainda não alcançada perfeição intelectual e moral.

Ferreira (2008) intitula “Formação humana, práxis e gestão do conhecimento”, no qual repensa e escreve sobre formação, e expressa que a formação é fonte de vida que instrumentaliza e possibilita ao ser humano viver, reivindicar e buscar a vida plena. A formação pode significar fonte de vida ou de morte, onde se aprende tanto a amar como a odiar, e ou construir e destruir, amando ou odiando. A autora entende formação como fonte de vida aquela formação que ajuda o ser humano na busca da vida em plenitude. É uma preocupação sobre o que o homem pode se tornar ao criar sua própria vida. O que o homem poderá tornar-se? Esta é uma pergunta concreta que precisa estar presente quando são tomadas as decisões a respeito da formação humana, e neste sentido Ferreira (2008, p. 53) na esteira de Gramsci destaca:

> Ela nasce do fato de termos refletido sobre nós mesmos e sobre os outros: e de queremos saber, de acordo com o que vimos e refletimos, aquilo que somos, aquilo que podemos ser, se realmente – e dentro de que limites – somos ‘criadores de nós mesmos’, da nossa vida, do nosso destino. E, nós queremos saber isto ‘hoje’, nas condições de hoje, da vida ‘de hoje’, e não de uma vida qualquer, e de um homem qualquer.

O homem é concretamente um produto das relações sociais e pertence e realiza a sua existência no mundo do trabalho e da técnica, participando organicamente da sociedade, transformando a si mesmo e o outro nesta teia de relações sociais concretas. Fica bastante clara a definição de formação como fonte de vida. Mas esta encontra muitos desafios no mundo contraditório diante da competitividade, falsidade e toda a sorte de exploração que se colocam na contramão da humanização da sociedade e da vida humana.

A formação do profissional para atuar na educação na perspectiva da emancipação humana continua a ser objeto de investigação na busca de alternativas de qualidade para mediar na sociedade como um todo o processo de formação humana. É a formação inicial e continuada, formação geral e profissional, que estão

em pauta, pois pela formação humana formam-se humanos ou “monstros” pela negação de uma formação digna e para todos indistintamente. Esta reflexão é parte de pesquisa em andamento pela autora e reflete a capacitação na sociedade brasileira combatendo o mercantilismo educacional presente no fazer da educação. Esta reflexão é realizada pelo “movimento dialético da relação que as compõe”. (FERREIRA, 2008, p. 55)

Ferreira passa a abordar a “Práxis e formação humana” e enfatiza que a formação é determinada, delimitada e dirigida por uma concepção de mundo. O homem é colocado como um ser que vive a age no mundo por meio de uma relação dialética no mundo em que vive. O agir no mundo está ligado ao ato de transformar a natureza por meio da ação humana, ou seja, do trabalho.

Ferreira apoia-se em Braverman (1980) para afirmar que a gestão da educação é possível porque existe no ser humano uma força que motiva para o trabalho e o próprio trabalho em si mesmo possui o gérmen da humanização. Nesse sentido pode-se dizer que a gestão/administração pode ser definida pelo compartilhamento das ideias de uma pessoa que pode ser utilizada por todos que dela se apropriarem e fizerem o seu bom uso em seu trabalho fortalecendo sempre a coletividade.

Ferreira enfatiza “que a supervisão se delineia a partir do momento em que se estabelece as relações entre o homem e o trabalho”, portanto no próprio ato da práxis realizada sobre a matéria a ser transformada e Ferreira realiza este ato deslocando-se várias vezes do seu pensamento ao objeto e retornando no plano ideal do pensamento com o objeto mais aprofundado. Nesse caso a autora realiza em suas pesquisas um movimento de investigação que Florestan Fernandes destacou que é preciso saturar o objeto de pesquisa para obter dele a melhor compreensão de sua realidade desvelando assim sua essência. Ferreira aprofunda o objeto de pesquisa e revela a importância da democratização do ensino para que por meio do conhecimento de qualidade o homem possa emancipar-se.

Contudo, quando o homem é forçado a se adaptar a novas formas de trabalho sem o conhecimento do produto que ele mesmo vai fabricar, isso o torna alienado pelo fato do homem se adaptar a novas condições de trabalho, e executar sem conhecer o produto que está produzindo. Esta alienação se dá no processo de produção capitalista no qual a mão de obra é comprada como uma mercadoria qualquer pelo capitalista que dela espera não outra coisa senão o lucro retirado da força de trabalho

alienada. Esta alienação torna o trabalhador vulnerável neste processo pelo motivo de se tornar apenas mais uma mera peça desta engrenagem maior que o trabalhador, que neste caso pode ser substituído facilmente por outra força de trabalho com maior rendimento produtivo.

Contudo, o trabalho vai além da força instintiva criadora da espécie humana é ele que criou o mundo do trabalho que se conhece e nos aproxima enquanto grupo de humanos ou sociedade,

> O trabalho que ultrapassa a mera atividade instintiva é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como conhecemos [...] Assim, nos seres humanos, diferentemente dos animais, não é violável a unidade entre a força motivadora do trabalho e o trabalho em si mesmo. A unidade de concepção e execução pode ser dissolvida. A concepção pode ainda continuar e governar a execução, mas a ideia concebida por uma pessoa pode ser executada por outra. A força diretora do trabalho continua sendo a consciência humana, mas a unidade entre as duas pode ser rompida no indivíduo e restaurada no grupo, na oficina, na comunidade ou na sociedade como um todo. (BRAVERMAN, apud FERREIRA, 2012, p.53)

É importante destacar o valor que a força de trabalho tem para o capitalista, a mesma possui igual ou maior valor do que a matéria prima que ele compra no mercado para produzir novas mercadorias para intercambia-las no mercado consumidor. A força de trabalho é de fato pela sua exploração e alienação o que aufere lucro ao capitalista, que por isso a vigia, controla e a explora ao máximo. Braverman reafirma a importância que tem o controle do trabalho pelo capitalista e enfatiza:

> Torna-se, portanto, fundamental para o capitalista que o controle sobre o processo de trabalho passe das mãos do trabalhador para as suas próprias. Esta transição apresenta-se na história como a alienação progressiva dos processos de produção do trabalhador; para o capitalista, apresenta-se como o problema de gerência. (BRAVERMAN, 1980, p.59)

Para o capitalista o homem é considerado como única e exclusivamente a força de trabalho que gera lucro, tornando-o assim, como afirmado na citação de Braverman, alienado progressivamente até coisificá-lo, pois essa é a essência do capitalismo, a dominação de uns sobre os outros. Ferreira diz que na essência do capitalismo não há preocupação com a realização humana, e como é um sistema de mercantilização universal, global, visando apenas a produção de mais-valia trata o ser humano como coisa, ou seja, apenas como parte de um processo produtivo, como força de produção.

Nas contribuições de Braverman, a origem da gerência é oriunda das reuniões de pequenos grupos de artesãos, e se estabelece em qualquer situação em que um

capitalista emprega um significativo número de trabalhadores para uma produção determinada na sociedade capitalista. De acordo com o pensamento desse autor, os problemas da gerência aparecem de forma bem simples e rudimentar, a partir do momento em que os trabalhadores foram organizados em pequenos grupos na manufatura. As contradições surgem no próprio exercício do trabalho cooperativo e, até mesmo em trabalhos organizados de forma independente nos quais é preciso a coordenação para organizar os passos e etapas do processo produtivo. É preciso selecionar e dispor os materiais para o trabalho de forma a ganhar tempo, definir as prioridades a serem executadas em ordem para maximizar tempo e trabalho, distribuir as funções e as atribuições de cada trabalhador, cuidar da execução do trabalho para não haver perdas e calcular o lucro.

Nesta visão parece importante: ordenar; centralizar; definir prioridades; atribuir funções; manutenção; registros; folhas de pagamento; matérias primas; os produtos; vendas; crédito; cálculos; lucros e perdas. Isso tudo precisa estar sendo bem executado para o seu bom funcionamento. Em empresas e fábricas que exigiam maior complexidade e a mistura relativamente complicada de diferentes formas de trabalho, exigia funções de concepção e coordenação que posteriormente na indústria capitalista seriam definidas com a forma de gerência.

Por conseguinte, e consequência do aprimoramento na produção, novas relações de trabalho foram se constituindo nas indústrias, com essa nova função de gerente, que iniciou com o objetivo de controlar o tempo dos trabalhadores, passando a controle de produção por qualidade das peças, enfim foi se remodelando conforme os interesses dos capitalistas e na busca de uma teoria e prática da gerência mais aprimorada. Nasceram daí novas relações sociais de produção, tendo início a transformação do modo de produção, que de acordo com Braverman, apresentam-se com maior vigor os problemas de administração que antes eram diferentes e simples e agora estão mais complexos não apenas em escopo, mas também em tipo, em relação às características dos processos de produção anterior, o que exige qualificação para o exercício de administrar coisas mais elaboradas.

Nesta esteira, Braverman (1980, p. 68) é enfático ao definir fortemente a administração como um adestramento, em suas palavras diz que a gestão/administração pode ser compreendida como:

> [...]O verbo to manage (administrar, gerenciar), vem de manus, do latim, que significa mão. Antigamente significava adestrar um cavalo nas suas

> andaduras, para fazê-lo praticar o manege. Como um cavaleiro que utiliza rédeas, bridão, esporas, cenoura, chicote e adestramento desde o nascimento para impor sua vontade ao animal, o capitalista empenha-se, através da gerência (management), em controlar.

Para este autor os teóricos da gerência reconhecem de forma implícita e explicita que o controle é o conceito fundamental dos sistemas gerenciais. Para o autor o que criava a nova situação, eram as novas relações sociais instauradas pelos que executam e por aqueles que administram, são as novas relações sociais que estruturam o processo produtivo e deste a produção na própria relação de trabalho de antagonismos entre os que trazem à fábrica a sua força de trabalho e os que empreendem extrair dessa força de trabalho a vantagem máxima para o capitalista que é o lucro auferido da exploração do trabalho humano.

Para Ferreira (2000, p. 64), ao discorrer sobre o Taylorismo, explica que produziu uma nova compreensão e concepção de gerência amplamente embasada no controle entre o planejado e o executado e que tem reflexos diretos na gestão da educação. O controle se instala na gerência como característica essencial e produz efeitos marcantes através da sua história, adquiriu no taylorismo uma concepção nova, quando apregoou como uma necessidade absoluta para a gerência adequar e impor ao trabalhador a maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado. Anteriormente, cabia a gerência o direito de controlar o processo do trabalho, o que significava fixação de tarefas. Com Taylor houve uma inversão dessa prática, substituída pelo seu oposto. Neste caso, passa a ser competência da gerência o controle do modo concreto de execução de toda a atividade no trabalho, desde a mais complexa, isto é, o controle do trabalho através do controle das decisões que são tomadas no curso do trabalho.

Sabe-se que a teoria de Taylor segue três princípios básicos que marcam a divisão técnica do trabalho e abre o fosso da exploração pela alienação do trabalhador:

> 1 [...] O princípio de dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores. 2)[...] O principio de “separação de concepção e execução”. 3) [...] O princípio da utilização desse monopólio de conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução. (TAYLOR, 1947, p.13-14, in FERREIRA (2000, p. 64)

No primeiro princípio nota-se que o administrador deve se apropriar de todo o conhecimento existente e transformá-lo em regras, em fórmulas. O segundo princípio faz a separação entre quem pensa e quem executa, centralizando todo trabalho de

pensamento em um departamento, e o terceiro principio diz respeito a especialização de cada ofício por parte dos trabalhadores, neste caso é da competência da gerencia definir as tarefas de cada trabalhador.

Essa fragmentação do trabalho foi intensificada e complementada com a implantação das esteiras nas fábricas, elas foram introduzidas como um grande avanço, denominado linha de produção, por Henry Ford, pelo denominado sistema fordismo, em decorrência de suas pesquisas desenvolvidas em suas fábricas, essa organização estava estruturada nas denominadas linhas de montagem, onde os trabalhadores não precisam mais deslocar-se de seu posto de trabalho para outro. Uma esteira transporta o produto de um setor a outro ganhando mais tempo de produção, pois o princípio tanto do fordismo quanto do taylorismo era aumentar a produção num espaço de tempo cada vez menor. A grande mudança foi que a partir daí quem controlava o ritmo de trabalho eram as máquinas, tornando-se cada vez maior a exploração da força de trabalho humana empregada na produção.

Este modo de organização da produção encontrou logo alguns desafios, pois muitos trabalhadores adoeciam por movimentos repetitivos além de, como afirma Marx, causar um estranhamento primeiro do homem com o seu trabalho e consequentemente o estranhamento dele consigo mesmo, ou seja, transformando o ser humano como mais uma peça da indústria, despossuído daquilo que ele mesmo produziu. Essa organização da indústria, de forma fragmentada reforça a necessidade do controle da produção, tornando-se indispensável a função do gerente, supervisor dentro do processo produtivo, e pode-se dizer também da formação escolar do trabalhador onde nota-se uma fragmentação que o prepara para o controle e ou, adestramento para a alienação consentida e obediente da mão de obra do trabalhador.

Nas palavras de Ferreira (2000, p.65):

> [...] e a organização desta produção se faz, da única forma que é possível para ser eficiente, uma organização em unidades que concentram grande número de trabalhadores distribuídos em uma estrutura verticalizada que se desdobra em vários níveis operacionais, intermediários (de supervisão) e de planejamento e gestão, visando a produção em massa de produtos. A mediação entre execução e planejamento é feita por supervisores profissionais da administração de recursos humanos que gerenciam pessoas por meio da utilização de metodologias que combinam os princípios da administração científica de Taylor e Fayol.

Neste sentido, as atividades realizadas pelos trabalhadores precisam ser previamente calculadas de modo a garantir o máximo de produtividade, mas nem

todos os trabalhadores conseguiam acompanhar o ritmo pré-determinado, ficando a cargo de o supervisor substituir a força de trabalho bem como redistribuir as tarefas. Residindo nessas ações os princípios que constituem os fundamentos da administração. De acordo com a afirmação de Felix (1986, p.35), ao enfatizar que os princípios de racionalização, produtividade, especialização, controle, constituem os fundamentos teóricos da prática da administração, tendo como objetivo a garantia da divisão do trabalho e o seu controle em todos os níveis de organização da empresa, desde o planejamento do processo de produção até a sua execução.

A necessidade da organização dos trabalhadores aparece com o advento da ampliação dos processos produtivos, e Taylor ampliou nesse sentido o conceito de controle, asseverando a necessidade absoluta de impor aos trabalhadores a forma rigorosa de execução do trabalho, papel este destinado à gerência e com o intuito de aumentar a produtividade e o controle do tempo e da forma de agir do trabalhador que sempre precisava produzir mais e mais levando-o ao seu esgotamento físico e humano, muitas vezes adoecendo no trabalho extenuante que executava.

Nesse sentido vale a afirmação de Braverman (1980, p. 158) em suma, vale a pena observar que aos olhos da gerência assim como na prática que ela determina quanto mais trabalho é dirigido por movimentos classificados que ultrapassam os limites dos ofícios e ocupações, tanto mais ele dissolve suas formas concretas em tipos gerais de movimentos do trabalho. Esse exercício mecânico das faculdades humanas de acordo com movimentos típicos estudados independentemente da espécie particular de trabalho feito traz de novo a concepção marxista de “trabalho abstrato”. Observa-se que essa abstração das formas concretas de trabalho – o puro “gasto de trabalho humano em geral”, na expressão de Marx (1985) que ele empregava como meio de esclarecer o valor de mercadorias (de acordo com a parcela desse trabalho humano geral que elas incorporavam), não é algo que existe apenas nas páginas do primeiro capítulo de O Capital, mas existe também na mente do capitalista, do gerente, do engenheiro. É precisamente seu empenho e ofício de visualizar o trabalho não como um esforço humano integral, mas abstrair todas as suas qualidades concretas a fim de reduzi-lo a movimentos universais e infindavelmente repetitivos, a soma dos quais, quando misturado a máquinas, resulta de uma soma maior de capital do que foi “investida” no início do processo é esta a

mágica que faz o capitalista sorrir, enfim o seu rico dinheiro empregado na produção será multiplicado.

Neste raciocínio, o autor afirma que o trabalho organizado, com esquemas padronizados de movimentos é utilizado como peça intercambiável, ou seja, como uma mercadoria porque agrega valor ao produto, o que vem de encontro com a teoria da abstração de Marx, quando analisa o capitalismo, pois segundo o mesmo autor há uma separação evidente, de um lado o processo de produção transforma a riqueza material em capital, e de outro o trabalhador sai sempre do processo como nele entrou, fonte pessoal de riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-lo em seu proveito porque estes meios são propriedade do capitalista, Marx (1985) explica que mesmo antes de fazer parte do processo de produção, o trabalhador já alienou a sua força de trabalho que se tronou propriedade do capitalista e por conseguinte parte integrante do processo. O resultado é que os produtos não pertencem ao trabalhador que os fabricou, o produto resultado do trabalho vai continuamente se transformando em mercadoria e capital. O que resta ao trabalhador no modo de produção capitalista é a subsistencia na forma de trabalho assalariado.

Desta maneira está esclarecida a dominação do capitalismo sobre o trabalhador, e nesse processo produtivo, para Félix (1986), a organização dos meios de produção e da força de trabalho, função da administração, é feita de modo que dela resulta produção de mercadorias, garantindo ao capitalismo o retorno aumentado do capital investido graças a uma boa gerencia no processo produtivo.

A exploração do trabalhador é inerente ao modo de produção capitalista e identifica-se com uma estrutura hierárquica, em que o objetivo comum é o controle e a subordinação do trabalhador. Assim cada vez mais as proposições teóricas da administração, segundo Félix (1986), consideradas cada vez mais indispensáveis para a obtenção de maior produtividade que não está ligada ao aumento da jornada de trabalho e sim centralizada nos métodos organizacionais do trabalho.

Ferreira (2000) discorre sobre a exploração do capitalismo no mesmo foco de discussão realizado a cima por Marx e Félix e, fala das transformações da humanidade e o avanço da exploração do capitalismo que pode levar o ser humano à alienação e desumanização, como um processo incessante e contínuo de exploração da força de trabalho na perspectiva de gerar lucros exacerbados para os donos do capital, e em consequência isto se reflete nas escolas. Esta forma de organização das modernas

formas de produção, ocorrem de forma bastante similar nas escolas, trazendo um complexo de disciplinas acadêmicas fragmentadas que possam desenvolver práticas que atendam o sistema industrial.

Assim, destina-se ao desenvolvimento da mão de obra qualificada, de capacidades técnicas do trabalhador, contudo, mantendo o no senso comum e alienado do seu próprio trabalho favorecendo a exploração interminável. O fator decisivo nessas escolas consideradas do movimento de gerência científica, não é a organização do trabalho, o foco são as condições de trabalho que obrigam ou induzem o trabalhador a cooperar na engenharia da organização industrial. A ideia é evitar os problemas em questão na gerência como insatisfação, abandono, resistência ao ritmo de trabalho, hostilidade à administração entre outros. Nesse sentido o papel da escola aparece para mascarar a verdadeira divisão técnica do trabalho, que por meio das relações humanas na indústria busca amenizar as contradições advindas da exploração da força de trabalho, ofertando pequenas “benesses” para que com esta motivação os trabalhadores produzam mais. A motivação é usada aqui para o aumento da produtividade atingindo as metas propostas por meio do controle e da vigilância presentes no processo da produção industrial. Nota-se que o ensino também passa por um momento em que a checagem de resultados e os índices aferidos são muito parecidos com as exigências de produtividade no trabalho.

Nesse sentido, a teoria voltada para o elemento humano tem como objetivo principal excluir os conflitos, notadamente quando se utiliza da motivação e participação para manipular esta realidade. A Teoria Geral das Organizações é marcada pela racionalidade econômica que tem no controle o segredo do sucesso no processo produtivo na sociedade capitalista industrial. A presença da racionalidade funcional está presente na administração cientifica e se estende até a abordagem sistêmica que é valorizada como sendo a finalidade desta organização, que é extremamente funcionalista de posicionamento contrário a tudo o que pode promover o homem rumo à emancipação humana.

Nesta mesma esteira a racionalidade funcional é uma das características da burocracia muito bem definida como a expressão marcada pelo cumprimento às normas voltadas para atingir determinadas finalidades, valorizando a impessoalidade, e a separação do trabalho entre quem pensa e quem executa. Este processo marcou a história ao longo do tempo se estendendo até hoje com significativo valor na

sociedade capitalista, que é fortemente caracterizada por uma condição hierárquica adaptada ao controle das mãos e principalmente do cérebro, na busca apenas da lucratividade advinda da força de trabalho que praticamente movimenta todo o processo de produção, sem considerar de modo algum as condições de trabalho e de promoções humanas, ou seja, dá-se prioridade ao fazer técnico em detrimento do humano. (FERREIRA, 2000, p.71)

Ferreira (2000, p. 71) mostra a grande sabedoria e importância marcante nas palavras de Marx em 1844 no Manuscritos Econômicos-filosóficos apontando que a realidade que se apresentava naquele momento se estenderia até a atualidade:

> O homem se torna cada vez mais pobre enquanto homem, carece cada vez mais de dinheiro para se apoderar do ser hostil, e o poder de seu dinheiro cai precisamente na relação inversa da massa de produção, ou seja, cresce sua penúria à medida que aumenta o poder do dinheiro. [...] A quantidade de dinheiro se torna cada vez mais seu único atributo poderoso; assim como ele reduz todo o ser à sua abstração, reduz-se ele em seu próprio movimento a ser quantitativo.

Nota-se que o individualismo é um imperativo presente nas relações sociais no modo de produção capitalista, faz com que o ser humano deixe de priorizar as faculdades de ser, e de expressar a essência humana, em detrimento de uma necessidade imposta pelo capitalismo, de consumir e produzir, o excedente mais que o necessário para a sua sobrevivência ficando o trabalhador sempre com o mínimo que é seu salário.

Para Félix (1986, p.52), a nova organização trazida por alguns princípios da Escola das Relações Humanas à prática da administração, apresenta uma estrutura mais democrática dando oportunidade de participação dos operários por meio da eleição de membros eleitos para participar do conselho das equipes, mais ainda com pleno controle de seus poderes que são limitados e definidos pela direção. Há uma integração de concepções de administração nas diferentes escolas e correntes como um reflexo das transformações do próprio capitalismo.

Nesta esteira de pensamento Félix (1986, p.36), mostra certa compatibilidade das teorias e práticas da administração que não nascem no campo teórico e sim na realidade concreta presente no modo de produção capitalista. Existe uma “[...] prática que gera uma teoria e que, que por sua vez reproduz e aperfeiçoa essa prática, na medida em que ambas se produzem no interior do movimento de expansão do capitalismo”. Por meio desse pensamento pode-se ir além afirmando que a administração científica não consegue mais dar conta de aumentar a produção e

demonstra certo esgotamento, mas deverá encontrar formas de organização que atenda as exigências do capitalismo, para que otimizem o desempenho econômico das empresas e assegure cada vez mais as reivindicações dos trabalhadores, e que futuramente uma das funções primordiais da administração terá como principal finalidade "[...] tornar produtivo o conhecimento". (Drucker, 1975, p.35 in Félix, p.36)

Pode-se perceber que a administração foi ganhando novos contornos, se remodelando e ganhando novas formas da mesma maneira que as teorias foram se adaptando à nova realidade, esta novidade na administração é a vertente humanística onde, o homem, o poder e os valores organizacionais agora são apresentados como três conceitos fundamentais na administração. A nova teoria fornece à administração as informações e os instrumentos que permitem a inserção da empresa na dimensão social no nível da relação existente entre o comportamento humano, tanto individual como em grupo. A autora define que essa nova forma não permite que as questões sociais sejam caracterizadas apenas como questões econômico-políticas, é sim uma nova postura voltada a problemas psicológicos consequentes de relacionamentos, comunicação da necessidade de participação e de auto realização no mundo do trabalho.

Pode-se afirmar que as teorias da administração oriundas de diferentes escolas e correntes mostram as mudanças do capitalismo, decorrente da sua ampliação e das transformações na forma de organização para gerar mais lucros e produzir sempre maiores quantidades, e por isso, é inevitável que estas relações se tornem cada vez mais complexas, porque tem a responsabilidade de colocar em funcionamento sistemas de produção tecnologicamente mais aperfeiçoados, que possam fazer frente e competir com a concorrência internacional.

Segundo Félix (1986, p. 55) uma demanda importante para as empresas é a tomada de decisões e explica:

> Embora os principais aspectos abordados por esses autores estejam mais relacionados com os processos cognitivo e psicológico da tomada de decisão, os seus trabalhos estão voltados para o estudo da forma pela qual a organização, mediante sua estrutura, pode racionalizar a tomada de decisão, enquanto atividade dos administradores. Para isto, a informação é o elemento chave. O sistema de comunicação torna-se a espinha dorsal da organização, uma vez que a tomada de decisão envolve a seleção entre ações alternativas possíveis, ou seja, numa análise racional implica num diagnóstico e num prognóstico da situação da organização, a partir de todas as informações coletadas. (FÉLIX, p.55, 1986)

As pesquisas foram direcionadas para métodos que dessem conta das tomadas de decisões. Para Félix, a pesquisa operacional, esta que trata da tomada de decisões, foi desenvolvida a partir da década de 40 nas operações militares com o objetivo de analisar de forma global os problemas e encontrar alternativas adequadas para a efetivação das operações militares utilizando os recursos existentes. Com o tempo a pesquisa operacional foi sendo desenvolvida, segundo a mesma autora, como um ramo independente voltada para duas grandes áreas de interesse, a dos modelos matemáticos para analisar os problemas da administração e métodos específicos destinados às tomadas de decisão incluindo critérios de qualidade e as definições de seus princípios. A abordagem científica da administração aponta a necessidade de significativas transformações no escalão intermediário da estrutura organizacional, ou seja, nas atividades administrativas, o que exige diretamente a formalização da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual.

Nessa assertiva desencadeia-se a proletarização dos trabalhadores do escalão intermediário e disso resulta a formação de um grupo de profissionais especializados que detém o poder de pensar e elaborar as informações por meio de técnicas de investigação, organização e planejamento, mas não deixa de ser completamente subordinado ao capitalista, da mesma forma que o trabalhador da produção vende sua força de trabalho, o especialista em alguns casos considerado cientista, vende o seu conhecimento, que é adquirido pelo capitalista como mercadoria. Segundo Félix (1986), é assegurada certa autonomia dos funcionários e com isso diminui os conflitos entre os especialistas e os administradores, porque ambos são colocados como pertencentes a diretoria.

Porém esta autonomia, que oscila entre a descentralização e a centralização das tomadas de decisão, é para Félix (1986), uma farsa porque seu principal objetivo reside em obter o máximo de cooperação dos trabalhadores para fortalecer a empresa e maximizar o lucro pelo incremento da exploração da força de trabalho, se tornando mais como técnica de manipulação para produzir mais do que participação efetiva do trabalhador no processo de produção.

Nesse sentido, a pesquisadora é enfática ao afirmar, que a elaboração de uma teoria da administração denominada de moderna para os empiristas resultaria em uma teoria mais integral, considerando os aspectos inter-relacionados da administração concebendo-a como uma forma única.

4.7 AS NOVAS DETERMINAÇÕES PARA A GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Esta indagação encontra eco nas pesquisas realizadas por Ferreira (2016) e se opõem às formas de gerência citadas anteriormente que mais parecem técnicas de aumento da exploração do trabalho através de uma falsa participação que é controlada e vigiada. Na atualidade, estas pesquisas demonstram que os desafios para organizar e dirigir a escola ganham novos contornos e precisam ser tratados com muita seriedade e conhecimento. As hipóteses apontam para uma gestão democrática que tem servido à interesses contrários aos dos trabalhadores. Aparece de forma improvisada e com pautas reducionistas, desprovida de uma sólida política de estado que compreenda e adote a educação de forma séria e democrática.

Assim, considerando que a escola é um reflexo dos acontecimentos sociais, resulta que recebe as demandas oriundas da sociedade. O Brasil aderiu ao modelo neoliberal no qual o crescimento está atrelado à competitividade de mercado. A concorrência e a competitividade tomam conta da sociedade e também da escola, na qual, o desenvolvimento da gestão democrática se torna uma tarefa praticamente impossível de realizar de forma plena nas escolas. Urge trabalhar arduamente na defesa da democracia e da gestão democrática da educação porque fazem parte de uma importante totalidade indissolúvel.

Ferreira (2016) explica com base em Coutinho (1980) que democracia é a soberania popular, que se configura como construção da comunidade participativa, portanto igualdade, prioridades que o capitalismo já demonstrou sua imcompetência para implementar. A verdadeira democracia é um processo em movimento que ultrapassa as mudanças econômicas e sociais e aparece como o caminho viável para solucionar os problemas da humanidade. Os autores alertam sobre uma disputa existente sobre qual é a compreensão real da democracia e, que na sociedade vive-se uma democracia do tipo liberal e minimalista respeitando apenas algumas regras na qual se destaca a alternância das elites no poder em detrimento da maioria da população que fica excluída do processo democrático porque participa apenas com o voto a cada quatro anos.

Ferreira (2016) explica que entre o conjunto de políticas públicas que tem investigado nos últimos anos se destacam a formação e o exercício do profissional da educação e dos profissionais em geral. Argumenta que estas políticas são diretamente

responsáveis pela boa ou má qualidade da educação, por isso, é a gestão democrática e a formação humana as teses que devem ser defendidas na busca de uma educação de qualidade. A autora mostra que a formação humana tem ficado em segundo plano porque tem sido priorizado a formação profissional que é uma das pautas do neoliberalismo que precariza o ser humano.

Ferreira (2016, p. 113) é enfática ao defender a importância da formação humana e da gestão democrática na formação de cidadãos côncios e fortes para tomarem decisões acertadas na vida. As duas teses em seu entendimento são complementares, “e necessárias a construção da verdadeira cidadania entendida como um conceito coletivo que se alicerça na ética, na equidade e na justiça social” e neste caso, a gestão democrática assume um patamar sólido de onde nascem as fontes para as tomadas de decisões sobre os rumos da educação. Contudo, explica que a participação efetiva dos sujeitos nas tomadas de decisões depende de uma educação integral que vá além dos conteúdos científicos e técnicos, em todas as dimensões da vida de forma crítica e coletiva. A gestão precisa ser democrática e contemplar em seu exercício a dimensão ético-política como seu principal fundamento, por isso, a autora trata da gestão democrática como tema central em suas produções. Entende que a formação humana vem sofrendo degradação sistemática e tem ficado em segundo plano nas políticas públicas de maneira generalizada, porque priorizam as demandas neoliberais que reduzem o ser humano dando prioridade para a formação profissional.

A escola é o ambiente em que se desenvolvem as relações humanas, de pessoas que pensam e sonham com dias melhores para suas vidas e neste sentido, a gestão em especial a que se pauta pelas questões humanas é indispensável neste mundo controverso e desumanizador. Assim, a busca para elaborar um sistema de gestão que possa oferecer aos gestores e a comunidade escolar uma significativa orientação cientifica para guiarem bem a escola que neste caso é o mesmo que uma empresa, a questão problema são as diferenças entre as escolas e a empresa produtiva, cujo rumo é a produção de resultados satisfatórios, ou seja, a lucratividade que é a vida da empresa capitalista. Neste caso torna-se importante as relações humanas, que são tratadas com métodos e técnicas que aumentam a produtividade integrando os elementos estruturais, técnicos e humanos, mais ainda assim não está

superado o imediatismo prático e nessa esteira Félix (1986, p. 66) aponta a necessidade de avançar no campo prático da:

> Centralização, descentralização, delegação de responsabilidade, estrutura organizacional, motivação, comunicação, classificação e análise das funções de administração, organização do trabalho de executivo, otimização das relações entre elementos humanos e técnicos da administração, levantamento de critérios de seleção de pessoal, distribuição pessoal por unidade e de outro lado trabalham com questões técnicas e econômicas como: cálculos de custo, planejamento e controle de produção, finanças, sistema de salários etc".

O caminho realizado e concretizado pelas teorias da administração não difere praticamente em nada dos caminhos percorridos pelas outras ciências, mas a importância que adquiriu nas últimas décadas é relativamente significativa, porque inverteu a análise dos problemas, considerando os problemas econômico-político como problemas e desafios agora de ordem técnica e podem ser solucionados com uma boa administração. Assim, esta fórmula tem prejudicado a gestão escolar que em seu núcleo de ações ultrapassa a ideia de que administração boa resolve tudo, na gestão escolar a sociabilidade humana e as relações humanas ocorrem de diversas formas para além da eficiência administrativa. Urge humanizá-la o que não está previsto na agenda neoliberal que prioriza resultados imediatos.

Nesta ótica, os estudiosos da administração têm como objetivo fundamental provar que uma eficiente administração pode conduzir o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade, considerando-a como determinante de todo o processo. Contudo para Félix (1986) a administração não determina o desenvolvimento do capitalismo, porque não se pode deixar de considerar que ela é uma prática que decorreu dele e no atual estágio do capitalismo, ela adquiriu uma função determinada e determinante no seu processo de ampliação e, portanto, está dentro do seu núcleo. Decorre daí, que a função técnica da administração está imbricada com a função ideológica e que só é possível aproveitar as técnicas da administração, na medida em que seja possível um diagnóstico completo de todos os aspectos ideológicos implícitos que precisam ainda ser desvendados no seio do capitalismo.

E nesse aspecto, os teóricos da administração buscam soluções para que as teorias da administração possam ser aplicadas nas demais instituições, organizações, incluindo neste caso as instituições escolares como um lócus onde os conceitos da administração podem ser introduzidos já na mais tenra idade do futuro trabalhador como promessa de uma força de trabalho ainda mais rentável que a atual. No entanto

para Félix (1986), a administração escolar não construiu um corpo teórico próprio capaz de transformar as escolas, utilizando-se das técnicas das empresas, mas há a indicação para o Brasil, de uma sistematização dos princípios da administração e de sua aplicação na operacionalização do processo educacional.

Neste contexto os teóricos da administração escolar tentam atingir um grau de eficiência e racionalização já experimentados pelas empresas, buscam validar as suas proposições teóricas com bases científicas para guiar a prática administrativa na organização escolar, por meio de uma relação entre as duas posições assumidas entre os teóricos escolares e os especialistas das empresas.

Para Félix (1986, p. 72), existem dois pressupostos básicos na relação administrativa das escolas e das empresas: primeiro é que existe uma semelhança entre as mesmas, as diferenças apresentam estruturas similares, o que facilita o uso dos princípios da administração, que com poucas adaptações pode-se alcançar metas específicas podendo para isso usar os mesmos princípios da administração das empresas. No segundo pressuposto que diz respeito a eficiência do sistema, para a adequação do sistema e organização escolar às condições sociais e para alcançar os objetivos determinados pela sociedade é necessário assimilar métodos e técnicas da administração, porque além de garantir uma racionalidade no processo, uma eficiência justifica a sua própria continuidade no processo educacional. Em suma pode-se afirmar que a Administração Escolar usa a orientação da Administração de Empresa, buscando o seu modelo de eficiência procurando ampliar a sua validade, elaborando proposições voltadas para as estruturas organizacionais e implementando critérios da avaliação no seu funcionamento, considerando-os elementos confiáveis para demonstrar o desempenho da maioria das organizações educacionais.

Contudo, o que se tenta omitir é que administração é resultado de uma situação histórica determinada pelo próprio capitalismo, fato este que é muitas vezes omitido nestas teorias que tentam justificar e validar a aplicação da teoria administrativa em todas as organizações, é o fato de que a administração é o resultado de uma situação historicamente determinada pelo capitalismo e em se tratando de administração deve ser guiado por alguns princípios que a norteiam como: “[...] liberdade, responsabilidade, unidade, economia e flexibilidade”. (RIBEIRO, 1978, p.49)

Segundo Félix (1986) estes princípios são uma ratificação do critério da racionalização aplicado à organização educacional. Assim, a administração é

concebida puramente como técnica omitindo as articulações com as estruturas econômicas, políticas e sociais, mascarando a reflexão sobre os condicionantes da Educação.

> O processo de ideologização da teoria administrativa está em sua postura como ontologia, despida de historicidade. Ela representa a tradução em linguagem administrativa da práxis econômico-social historicamente definida. A mesma divisão de trabalho que separa planejamento de execução, trabalho manual de trabalho intelectual na empresa capitalista, opera a divisão entre a Sociologia, Filosofia e a Teoria da Administração, formando os experts em teoria administrativa. A autonomização da teoria administrativa em relação às determinações econômico-sociais se dá por mediação das instituições – escolas, institutos de pesquisa, centros de estudo – encarregadas pela divisão do trabalho na produção e reprodução de ideologias. A teoria administrativa se constitui como apreensão de um momento do processo social historicamente delimitado, encarado como processo de estruturação e desestruturação de objetos e ideias. A autonomização da Teoria Administrativa é ideológica, na medida em que ela é desvinculada do processo onde as partes não se reconhecem pertencer à totalidade. (TRAGTENBERG, 1980, p.209)

O ponto central de análise (FERREIRA, 2016) em toda a teoria da administração empresarial ou escolar, e que determina os objetivos e a validação destes nas organizações, neste caso a escola, é a fragmentação do trabalho humano, resultado da divisão do trabalho no modo de produção capitalista. A falta de compreensão do todo, faz o homem não reconhecer o produto do seu trabalho como sendo seu, estranhando o que ele mesmo produziu, e posteriormente distanciando o produto de seu trabalho de si mesmo, não se reconhecendo como parte do processo, parte da sociedade que se consolida como um todo, complexo e articulado que envolve a totalidade das relações humanas no seio da sociedade.

Pode-se notar na administração escolar esta divisão e estranhamento, algumas influências da escola sistêmica do trabalho que além de identificar a escola como um sistema social e classificá-la como uma organização de manutenção, muito parecida com a organização do trabalho nas empresas, moderniza utilizando termos como input (entrada), output (saída), feedback (processo, produto, realimentação). Porém mesmo com essa modernização, segundo Félix (1986), é insuficiente para realizar uma análise mais precisa sobre o sistema escolar, e mais uma vez constata-se a análise reduzida às questões internas de aperfeiçoamento da estrutura com o objetivo de alcançar um estado de equilíbrio interno e externo, necessários para garantir a eficiência do processo, e assegurando assim, os objetivos definidos pela sociedade e cumprindo a sua função social, ou seja, o papel da escola. De acordo com a mesma autora o que resultou como responsabilidade da administração, na educação, foi o

funcionamento mais eficiente da estrutura burocrática, sendo esta função baseada em saberes técnicos que efetivam maior controle, uma espécie de vigilância que é, "... o exercício da dominação baseado no saber". (FÉLIX, 1986, p.91)

A compreensão da administração deve ser antes de qualquer coisa definida como elemento de mediação entre as classes dominantes e as dominadas, e neste sentido, para Félix cumpre na produção e na escola dupla função: técnica e ideológica. Portanto, O sentido educacional brasileiro é ideologicamente marcado pela lógica capitalista, embora, na realidade, a nação é um país pobre, a acumulação de capital não condizente com a imensa maioria da população. A verdade é que, no momento da elaboração dos orçamentos da Nação e dos Estados continuamos vendo a educação colocada em plano secundário; a educação no Brasil não vive em regime de capitalização de recursos, mas de carência e pobreza. Paradoxalmente, a escola brasileira é pobre num país onde predomina entre os que decidem a mentalidade capitalista e aqueles que ficam com as migalhas deste sistema excludente. (REZENDE, 1979, p.2 in. FERREIRA, 1979, p. 72)

Nessa ótica, Paro ao definir gestão, torna bem claro esta definição de administração como sendo a mediação para a realização dos objetivos, em um segundo conceito que precisa ser explicitado é o de gestão, aqui entendido como sinônimo de administração e que, no senso comum de uma sociedade autoritária, costuma ser associado apenas a procedimentos "técnicos", mais ou menos especializados, de organização e funcionamento empresarial, ou a seu aspecto de controle do trabalho alheio pela gerencia do capitalista. Em seu aspecto mais geral e rigoroso, todavia, administração tem a ver com a "utilização racional de recursos para a realização de determinados fins". Nesse sentido, destaca-se no conceito de administração (ou gestão) pelo fato de ser a sua dimensão de mediação compreendida para a realização de objetivos. Esta mediação deve ser entendida como aquela que perpassa todo o processo de realização de fins, não se restringindo ou sendo resumida, como se costuma acreditar nas atividades-meio. (PARO, 2002, p.3)

Para o autor é natural compreender que a administração escolar está sob a responsabilidade do diretor e da secretária, mas para ele é uma visão parcial e fragmentada, porque o propósito é a realização do fim, contudo a administração está presente também no momento da realização, e nesta direção, não há divisão entre

administrativo e pedagógico, pois se entende que em se tratando do ponto de vista da administração como mediação, para o mesmo autor não há nada mais "autenticamente administrativo do que o pedagógico", pois é por meio da organização do trabalho pedagógico que a educação alcança seu fim cumprindo o seu papel social. É esta educação que estabelece o fim no fazer-se humano-histórico, considerando cultura como o conjunto de conhecimentos, valores, crenças, filosofia, arte, ciência, enfim abarcando todo o conhecimento historicamente produzido pelo homem ao transformar a natureza, fato este que só é possível através de uma ação do sujeito que supostamente a aceita de livre vontade, de forma autônoma e democrática.

É deste caráter intrinsecamente democrático da educação emancipadora que deverá, por sua vez, condicionar a própria forma de fazer, na escola, a administração. A administração, ao conceituar-se como mediação para a concretização de fins, só pode ser pensada como tal na medida em que está a serviço desses fins, não podendo contradizê-los, devendo, desse modo, fazer-se de acordo com os fins educativos, e neste caso se realizar democraticamente. Para que isso aconteça, tanto a organização quanto a estrutura didática da escola devem ser dispostas de modo democrático e educativo facilitando a participação do coletivo nas tomadas de decisões. (PARO, 2002, p.6)

Pode-se afirmar que é nessa descentralização a única forma que pode levar o homem a emancipação humana, e a possível transformação social, substituindo valores individualistas por valores coletivos em que a formação integral humana seja prioridade absoluta, e isso só será realidade quando,

> "[...] a democratização da gestão escolar, como objetivo de uma política educacional que mereça esse nome, se dará na medida em que a administração na escola básica, tanto em suas atividades-meio quanto em suas atividades-fim, se fizer de fato como mediadora para a busca de fins democráticos e educativos. (PARO,2002, p.7)

Contudo, o que existe enquanto realidade no Brasil, é a forma pela qual o povo participa que é apenas na escolha de quem vai assumir o poder, através do voto, e dessa forma, como afirma Ferreira, é um processo decisório centralizado, exclusivo e excludente e que não corresponde aos interesses da população como um todo coletivo, e é ilustrada, segundo a mesma autora, no Decreto lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967 que diz respeito à organização da administração Federal, que estabelece as diretrizes para a Reforma Administrativa,

> Um dos “princípios fundamentais” – a “ descentralização” – distingue claramente o nível de direção do de execução, salientando que os serviços que compõem a estrutura central de direção devem permanecer liberados das rotinas de execução e das tarefas de mera formalização de atos administrativos, para que possam se concentrar nas atividades de planejamento, supervisão e controle, enquanto que a denominada administração “casuística”, assim entendida como a decisão de casos individuais, compete ao nível de execução que estão em contato com os fatos e o público.” (FERREIRA,2001, p.72)

Pode-se afirmar com certa segurança o que a sociedade apresenta, segundo Kuenzer (2002, p.34) traz à tona os novos paradigmas econômicos e socioculturais, marcados pela incorporação de culturas dominadas a culturas hegemônicas, e neste sentido, dominadores e dominados, exploradores e explorados, estabelecem-se entre eles novas relações de trabalho, ciência e cultura, a partir das quais constitui-se historicamente um novo princípio educativo. Configura-se um novo projeto pedagógico por meio do qual a sociedade pretende formar os intelectuais/trabalhadores, os cidadãos/produtores para atender às novas demandas postas pela globalização da economia e pela reestruturação produtiva e com isso a exigência de redesenhar a educação tendo como base para isso estes novos modelos advindos da economia globalizada e em constante transformação.

O que resulta neste caso é um cenário contraditório, compreende-se que ao mesmo tempo em que se diz ter uma democracia, um sistema democrático, as ações são autoritárias e privilegiam sempre uma minoria da população, a classe dominante sendo privilegiada em detrimento da maioria explorada, e o que a sociedade tanto precisa para a educação são princípios que façam valer a constituição do homem enquanto ser historicamente e culturalmente constituído pelo conhecimento socialmente e coletivamente produzido sem as facetas do capital. Precisa-se alcançar uma grandeza de tal forma que a educação possa se tornar uma educação mais humana, emancipadora como diz Ferreira se almeja algo tem que primeiramente cultivá-lo, polir a pedra bruta, transformá-la.

> Pressupondo o homem enquanto homem e seu comportamento com o mundo como um comportamento humano, tu só podes trocar amor por amor, confiança por confiança etc. Se tu quiseres fruir da arte, tens de ser uma pessoa artisticamente cultivada; se queres exercer influência sobre outros seres humanos, tu tens de ser um ser humano que atue efetivamente sobre os outros de modo estimulante e encorajador. Cada uma das tuas relações com o homem e com a natureza – tem que ser uma externação determinada de tua vida individual efetiva correspondente ao objeto da tua vontade. Se tu amas sem despertar amor recíproco, isto é, se teu amar, enquanto amar, não produz o amor recíproco, se mediante tua externação de vida como homem amante não te tornas homem amado, então teu amor é impotente, é uma infelicidade. (2002, p.161)

A afirmação contradiz todo o comportamento humano pensado para atender a lógica do capital excludente, porque no capitalismo a individualidade, a competitividade são elementos necessários até mesmo, para a sobrevivência, e a grandeza humana está na reciprocidade, na solidariedade, na responsabilidade que o ser humano tem com sua própria espécie, a responsabilidade pelo bem estar do coletivo e não somente de si como é no capitalismo individualista e que põe em risco a própria espécie humana.

Nesse contexto, como pode ter um sistema de educação que é estruturado por uma gestão/administração que surgiu para atender a demanda do capitalismo que objetiva ao extremo a exploração do trabalho humano em todos os níveis, e que se adentrou na Educação, que objetiva formar o ser humano enquanto produto ser integral fruto de sua própria história, realizando apenas algumas adaptações e espera-se uma transformação da sociedade? Ou seja, educa-se o homem, na escola, para que este seja submisso, passivo e que sirva como força de trabalho que não reclama e principalmente se caracteriza por auferir grandes lucros aos capitalistas. Espera-se que quando ele termine seus estudos, sua formação, transforme-se em um cidadão crítico atuante, capaz de transformar a sociedade em que vive.

Ao se colocar diante destas contradições, percebe-se que, na atualidade a administração foi ganhando um novo sentido na educação, quando tenta-se incorporar um sentido mais humano, fazendo com que seus princípios gerencialistas, oriundos do capitalismo sejam cada vez menos levados a prática escolar, visto que a educação é responsável pela formação humana, e dessa forma, não pode ver o homem como mera peça de trabalho, mais isto está sendo construído pela gestão escolar ao enfrentar no chão da escola estas contradições do capital. Ferreira (2007) apresenta como definição da gestão a tomada de decisões, que é organização, direção, e constitui-se de práticas decorrentes que afirmam ou não os princípios que as geram. Também significa levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar, bem como afirma:

> Trata-se de algo que implica o sujeito. Isto pode ser visto em um dos substantivos derivados deste verbo. Trata-se de gestatio, ou seja, gestação. Isto, é o ato pelo qual se traz em si e dentro de si algo novo diferente: um novo ente. Da mesma raiz provém os termos genitora, genitor, germem. A gestão, nesse sentido, é, por analogia, uma geração similar àquela pela qual a mulher se faz mãe ao dar a luz uma pessoa humana. E aí se situa a responsabilidade da gestão que ou é comprometida com a fraternidade, a solidariedade, a equidade e a justiça social, ou é comprometida com a

> formação “deformada” de seres “humanos" desfigurados pela coisificação e desumanização egoísta, competitiva e destruidora de si e dos outros. (FERREIRA, 2000, p. 118)

A autora explica que a gestão tem duplo sentido, e o sentido que a gestão pode ter depende muito dos princípios que a originam e da finalidade que se quer alcançar e na escola é a emancipação humana pelo conhecimento escolar de qualidade. Nessa esteira a gestão pode adquirir princípios técnicos de competência, eficiência próprios do modelo capitalista, em que coisifica o homem, transformando-o em máquina ou mercadoria, tornando-se um meio de maquiar a desumanização causada pela fragmentação do trabalho, com propostas de trabalho em equipe onde se oculta a ideia capitalista de ampliar a exploração da força de trabalho fazendo com que os próprios trabalhadores se auto explorem vigiando uns aos outros para supostamente produzir mais e ganhar mais, habilidades, empreendedorismo, competitividade que na verdade são focados no lucro do capitalista, e não enriquecem o trabalhador.

E pode, de outro lado, adquirir um sentido mais humano, quando tem por objetivo democratizar as decisões, pensar em condições que tenha princípios de igualdade e justiça, e principalmente que possa expressar a decisão e/ou vontade da maioria, portanto, que seja uma coletividade tomando decisões com vistas nas melhores condições de trabalho do homem, pensando este como um ser integral em que há reciprocidade entre pensamento e força de trabalho. Melhor dizendo, a gestão pensada para a educação deve conter como princípio a emancipação humana e a formação de homens íntegros para mudar a sociedade para melhor. Na participação humana nas tomadas de decisões da educação reside a fonte para a humanização. (FERREIRA,2007)

Observou-se no decorrer da história da implementação da gestão democrática na educação que a gestão foi ganhando “corpo”, foi sendo provida de sentido que foi se construindo ao longo do tempo. Segundo Ferreira (2001), as novas determinações socioculturais apontam para uma ressignificação da gestão da educação, porque a administração escolar deve direcionar seus olhares para as inter-relações sociais e culturais que ocorrem no entorno da escola e na sociedade em que está inserida, ou seja, lançar um olhar para abrir a escola para a comunidade participar coletivamente e decidir juntos o rumo a ser tomado.

Nesse sentido, as mudanças ocorridas na atualidade devido às condições econômicas e sociais, exigem que a escola traduza as novas exigências, para

proporcionar uma formação “mais humana” e “cidadã”. Assim, a gestão é responsável pela formação humana, crítica e consciente. Neste caso, a gestão participativa acontece na totalidade da escola e principalmente dentro da sala de aula onde objetivamente se efetiva o projeto político-pedagógico que pode fornecer subsídios para novas decisões e novas políticas, oriundas da luta no interior da escola. Dessa forma, a gestão democrática conduz a uma formação humana participativa, em que as decisões podem influenciar na efetivação de políticas públicas voltadas para a formação de indivíduos emancipados. (FERREIRA, 2001)

Pensar em gestão é pensar em coletivo, pensar na divisão de responsabilidades, é transparência, como já afirmou Cury, é sair do individual para o coletivo, é ampliar a visão, pensar no todo e nas necessidades das partes respeitando as suas especificidades. Segundo Cury, o princípio da gestão democrática se tornou realidade em muitas administrações públicas de ensino, mais continua ainda em processo de implementação. Em muitas escolas públicas dos Estados e Municípios brasileiros já percebem grandes tentativas de participação democrática, onde a comunidade se faz presente nas decisões escolares tentando vencer o autoritarismo ainda presente na educação escolar. Essa participação se depara com algumas especificidades hierárquicas, que vem desde a sala de aula por meio do docente até a direção da escola. O autor aponta que “O desafio posto aos sujeitos interessados na educação escolar e sua qualidade será o de encontrar, no interior destes avanços, o caminho consequente e viável de sua efetivação”. (CURY, 2005, p. 206)

Contudo, na escola a gestão democrática da educação defronta-se com desafios e lutas ao exercitar-se na prática cotidiana e que precisam ser resolvidos, neste caso o enfrentamento encontra seu caminho mais eficaz no debate coletivo, e no trabalho colaborativo onde se sobressaem as tomadas de decisão que precisam ser efetivadas tendo como caminho a autonomia da escola. Dessa maneira, a autonomia da escola está intrinsecamente ligada a atitudes individuais que geram decisões coletivas com vistas ao todo da escola, porém muitas vezes se tornam vulneráveis a comportamentos de gestores que não estão com formação adequada para direcionar o trabalho. Neste embate a formação continuada se faz necessária para todos na escola, para garantir que a reflexão sobre as ações, a reavaliação, a readequação do trabalho se efetivam na medida em que se aprofunda o conhecimento, e proporciona subsídios para melhor direcionar os trabalhos na escola.

No entanto, é notório ainda que haja muitas falhas nesse processo de formação, porque ainda não se conseguiu alcançar um alto nível de qualidade entre os docentes para ocorrer as significativas mudanças no interior da escola, em questões principalmente ligadas a participação de todos e o domínio de conhecimentos. A insegurança acaba interferindo nas metodologias de ensino que ao invés de proporcionar a cada dia mais participações, críticas, acabam por diminuir o espaço e tempo de discussões e exposições de pensamentos que precisam resultar de debates com a participação significativa de todos.

Nesse contexto, se torna fundamental entender a responsabilidade do gestor da educação, como um maestro a guiar coletivamente todos os envolvidos frente a este desafio que é o processo de construção da Gestão Democrática da Educação, sendo esta uma tarefa árdua, porque este se insere como o mediador entre a realidade da escola e a efetivação das políticas públicas que emanam do poder central que muitas vezes dominam o poder criativo do gestor. O gestor é foco principal neste contexto e sobre ele é lançado o olhar do novo modelo econômico procurando fazer com que este passe por um processo de formação que o transforme em administrador escolar e, com isso possa gerenciar a escola quase como se faz nas grandes empresas em busca de lucros.

Para isso o gestor da educação deve ser capaz de entendê-la a partir das exigências hodiernas de uma nova realidade global para a qual a formação de um novo homem se torna indispensável. Somente com a visão ampliada o gestor pode conceber a realidade como um campo de possibilidades e criar alternativas para a superação, na luta de classes, dos desafios que se apresentam e a melhoria do nível de vida daqueles que dependem da educação para se tornarem de fato cidadãos de verdade, possuidores de direitos e deveres para com a sociedade.

É importante retomar, aqui, o Artigo 64 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB Lei Nº 9394/96 de 20 de dezembro que discorre dentre outros papéis o do gestor da escola apregoando que a formação de profissionais da educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (LDB, 1996).

A palavra administração no artigo 64 da LDB é um discurso que revela um conceito de mercado e atribui ao diretor o poder de decisão tal qual um gerente que impõe aos trabalhadores os interesses da empresa e exige que os resultados sejam alcançados. O ideal era denominá-lo de gestor porque iria de encontro à gestão democrática da educação onde este representa e deveria implementar a vontade do coletivo da escola e não a vontade do mercado como ocorre na administração empresarial. Nesse contexto atual, a formação do gestor se torna um imperativo no mundo hodierno, por isso, urge formar no trabalho o líder gestor em oposição ao administrador de empresas.

É possível perceber que nesta formação o objetivo é formar um líder, que tenha um discurso eficiente para que por meio da retórica faça valer no interior da escola o novo ideário educacional tendo o administrador como ator principal para implementar a construção desta nova identidade (neoliberal) no chão da escola e neste mesmo chão deve-se encontrar os insumos necessários para enfrentar o desafio da mudança por meio do contínuo exercício da gestão democrática da educação e também do contínuo exercício da formação continuada para além das exigências das políticas públicas. É preciso construir na escola um espaço de resistência às investidas neoliberais desumanas.

Nesse sentido, fica evidente que a reforma começa com a formação do profissional que a lidera e neste caso o gestor da escola. A escola inaugura a partir dos anos 90 um novo modo de pensar e agir na escola, agora ao que tudo indica com um novo discurso voltado para a busca de resultados, onde, se percebe claramente a ideia de um processo competitivo e individualista como apregoa o modelo capitalista de produção. Isso pode ser observado no novo ideário que aparece sob o nome de gerencialismo na educação.

Esta nova ideologia que se espalha pelo campo educacional e dissemina os princípios da eficiência financeira, priorizando, mesmo numa escola, os resultados financeiros, coloca os gestores numa posição de hierarquia, com a função de controlar e efetivar as mudanças, sendo estes os responsáveis pela prestação de contas da instituição, inclusive dos resultados alcançados pela instituição. (FERREIRA, 2004)

Isto pode ser observado ao se analisar a influência da gerência na centralização e mercantilização da educação sugerindo que o problema só pode ser visto de um único jeito, o denominado “pensamento único” que diz respeito mais à questão da

ação que da reflexão e concentra-se mais em analises do que em sínteses. É de fato um discurso tecnicista que deixa de lado a questão do debate sobre as bases políticas, priorizando a discussão sobre os meios e este suplanta toda a discussão sobre os fins precarizando o processo educacional que passa a ter um caráter aligeirado próprio da administração empresarial.

Esta reflexão ajuda na compreensão sobre as razões do investimento maior em formação recair sobre os gestores e esta política de reduzir o conhecimento de base do corpo docente dando prioridade à formação prática e ao material didático em detrimento das análises sócio históricas na formação e mantendo um distanciamento cada vez maior da formação universitária. Com isso se pretende transferir o vocabulário próprio da administração de empresas para a educação, com o intuito de que estes vocábulos influenciem a linguagem e a prática. Desse modo, vemos palavras como eficiência, competência, qualidade total, inovação, cultura organizacional, empreendedorismo, gerência, liderança, serem transplantados da administração de empresas e aplicados na educação. (FERREIRA, 2004)

Esse novo modelo pautado pela liderança do diretor (gerente) pretende que este seja o pivô da administração escolar, ou seja, liderança seria uma sub-área que transforma o diretor em uma espécie de gerente executivo que busca os recursos e os professores realizam o trabalho de técnicos da educação. O objetivo é claro, é a lucratividade e não a qualidade do serviço prestado à comunidade escolar, não é apenas a lógica técnica, mas também a lógica comercial que adentra a escola. Este tipo de profissionalismo tende a criar um abismo que divide ainda mais as categorias de professores, com os demais profissionais da escola, os pais e a comunidade escolar abrindo caminho para a pseudoparticipação o que na verdade ocorre é a imposição da lógica capitalista de mercado no seio da escola. É o espírito de competição de mercado que se instala na educação e que procura minar de alguma forma a solidariedade desses profissionais por meio da competitividade e da diferenciação salarial. Instalada a competição de mercado que busca a lucratividade, aqueles profissionais mais competitivos e adaptados ao novo modelo são incentivados a fazer cursos de liderança educacional para repetir no processo educacional o processo produtivo capitalista.

A intenção da profissionalização e da ideologia gerencialista se vale de uma estratégia para atingir dois alvos: eficiência financeira e política no campo

educacional. O que se instala são a regulação e o controle da educação procurando a obediência e a formação de um futuro trabalhador subordinado como cultura organizacional na preparação da futura força de trabalho a ser explorada. É importante salientar que apesar do modelo de mercado e lucratividade ter sua força e consequentemente os seus nefastos efeitos, como resistência permanecem as lideranças de base autênticas propondo alternativas para a educação. É este coletivo e suas relações no cotidiano da escola que adaptam, rechaçam e até resistem à reforma e orientam a possibilidade de outro projeto para a educação e para a sociedade. É urgente preservar e fortalecer na escola os princípios da gestão democrática da educação e a formação docente continuada e coletiva para gestar de fato a verdadeira gestão escolar para a emancipação humana que combata as investidas do mercado, porque a educação não pode ser tratada como uma mercadoria.

Contudo, urge salientar que o modelo econômico invade também a educação por meio de meticulosas armadilhas capazes de fazer da mesma uma mercadoria, ela não é um negócio, mas é negociada e deveria ser criação em oposição à mercadoria. Nesta esteira são arrastados para este modelo capitalista de exploração também os profissionais da educação que por meio da precarização veem seus planos de carreira docente serem esfacelados pela retirada de direitos já conquistados na carreira.

Nota-se uma invasão da iniciativa privada no espaço público que deixa brechas para que esta possa auferir lucros oferecendo uma educação ainda mais desqualificada e cobrando caro pela sua oferta. É preciso compreender que há a necessidade da repolitização dos espaços públicos via participação da sociedade como um todo, de maneira que este é o único caminho para resgatar e ressignificar o lugar da educação de qualidade que traga possibilidades reais de emancipação humana via educação escolar de qualidade.

Ferreira (2006) aponta para a gestão da educação; a formação continuada dos profissionais da educação; e a construção coletiva do projeto político pedagógico, como possibilidade de emancipação humana desde que realizados por meio de uma participação coletiva e qualificada. A autora adverte que exatamente esta articulação na escola precisa ser implementada com mais profundidade, porque existem muitos interesses que se relacionam e prejudicam o seu exercício como por exemplo políticas de governo e não de estado. Aparece também neste cenário desfavorável para o

projeto emancipatório da escola o controle da rede que age muitas vezes sem dar a menor possibilidade de que a democracia seja exercitada no solo da escola, muitas vezes dão ordens que devem ser obedecidas através de memorandos e outros instrumentos de dominação ou interferência no espaço público. Essa participação se dá na escola e entre os sujeitos no próprio trabalho. É na labuta do cotidiano que pode estar a esperança da liberdade e da emancipação humana onde, o ser humano é resgatado da exploração a que está submetido e então poderia fazer livremente suas próprias escolhas. Assumir a luta de classes é um passo para poder tomar decisões conscientes e críticas na sociedade atual. Ao lutar juntos e de forma organizada, é possível resistir as armadilhas que adentram a escola pelas políticas de governos. A gestão da educação e seus desafios para uma implementação que garanta a democratização da escola, é um pilar importante para a emancipação humana.

As análises permitem compreender que a gestão democrática da educação se articula com fatores diversificados considerando toda a vasta constituição histórica presente no cenário das políticas governamentais brasileiras, que produzem seus efeitos no seio da sociedade. A gestão democrática na atualidade se caracteriza por múltiplas possibilidades em seu exercício principalmente no chão da escola pública onde acontecem as lutas sociais. Pode-se afirmar que a gestão democrática se opõe aos nefastos interesses do capitalismo exploratório e principalmente o neoliberalismo considerado uma tragédia no mundo atual, e por isso mesmo a implementação da gestão democrática do ensino público enfrenta grandes desafios na sua efetivação, sendo muitas vezes usada para manifestações autoritárias e centralização de poder em uma visão deturpada da democracia na escola. Mas o trabalho coletivo dá sinais de superação na formação de equipes coesas e de objetivos claros sobre o papel da escola e o que a comunidade espera da educação. Assim, com possibilidades e condições de direcionar o trabalho coletivo nas tomadas de decisões ampliando as alternativas de combate ao autoritarismo e apontando saídas democráticas que já direcionam o trabalho para o verdadeiro objetivo que é a emancipação humana tão encontrada nos textos aqui analisados.

Nota-se a importância da mediação e articulação das dimensões pedagógicas, administrativas, estruturais, financeiras e humanas, os sucessos e retrocessos da construção e intervenção nas políticas educacionais e destaca-se em especial o trabalho da gestão da escola como o lugar mais adequado para a resistência ao

egoísmo, a individualidade e a todas as formas que preconizam o fim da autonomia da escola em face dos interesses do capital mundial.

Este estudo possibilitou verificar a urgência por parte dos governantes deste país, em manter e criar políticas públicas de estado para a educação, de olhar a realidade da forma como se apresenta sem mascarar a complexa condição em que a educação se encontra. É imprescindível pensar e elaborar políticas públicas educacionais utilizando como “ferramenta/instrumento” de estudo e de trabalho a percepção e compreensão elaborada pelos profissionais da educação que nela atuam, ou seja, é necessário utilizar as lentes dos educadores para compreender a educação, seja em qualquer nível ou modalidade de ensino. É preciso ver os desafios e as possibilidades da educação bem como da gestão ouvindo e considerando as percepções e análises feitas pelos profissionais que atuam na educação brasileira, e por conseguinte respeitar o trabalho desses profissionais. Respeito esse que requer valorização, investimento em estrutura, formação, recursos, e pressupõe políticas que atendam às necessidades expostas por estes profissionais.

O espaço desse processo encontra solo fecundo na escola e este precisa avançar para além do sentido mercadológico justamente porque a educação como reafirmado e confirmado nesta investigação, não é uma mercadoria, e por isso, o sentido mercadológico precisa ser superado e estar presente em todos os níveis e modalidades educacionais. A luta de classes se manifesta também na escola e precisa ser enfrentada para minimizar os impactos da exploração do capital que trava o processo de ensino e aprendizagem no que tange a busca pela qualidade, porque isso significaria romper com a lógica capitalista. Ter consciência disso na escola é marca forte de que a desalienação está em processo de se realizar ainda que de forma demorada. Contudo é preciso manter a luta viva pela emancipação.

É um imperativo retomar a Constituição de 1988, bem como faz-se urgente rever e ressignificar os seus princípios que se caracterizam limitados, porque não garantem a exclusividade de recursos públicos para o ensino público favorecendo os interesses privados na educação. Urge criar políticas públicas que apoiem os trabalhadores no labor diário de suas vidas, combatendo as políticas neoliberais excludentes presentes na LDB e nas políticas educacionais de alguns governos, em especial aqueles que retiram direitos da educação em prol do lucro do capitalismo vigente. Lutar por políticas públicas educacionais como políticas de Estado Nação e

contra políticas partidárias e transitórias de governos que são sempre passageiras, porém marcantes na vida daqueles que vivem do suor de seu trabalho.

Os estudos apontam para a necessidade de fortalecer os princípios de equidade e descentralizar as ações educacionais legais a partir da práxis compreendida como as demandas sociais e necessidades das massas populares, como princípios para a humanização, que seja inclusiva com políticas salariais significativas. Os recursos devem garantir por meio de uma administração democrática um trabalho pedagógico de qualidade para os trabalhadores ou para a humanidade como um todo. As pesquisas da autora apontam no sentido de reafirmar e definir a educação como um ato político de suma importância na busca da promoção humana no contexto e perspectiva histórico crítica. Nessa ótica, a base na perspectiva histórico crítica é considerada humana e concebe o ser humano em sua omnilateralidade. Esta definição aponta no sentido de promoção humana, capaz de entender o homem como ser histórico atuante e produtivo, produzindo a sua própria história e se constituindo como um ser histórico, capaz de mudar para melhor o meio em que vive.

É indispensável destacar e considerar a importância das pesquisas e discussões da tese de Doutorado de Saviani (1971) e retomar a discussão que já naquele ano afirmava ser imprescindível para garantir a qualidade da educação pública, a construção de um sistema, ou seja, elaborar um sistema de ensino no Brasil, porque até o momento ele é inexistente. Segundo Saviani (2008) no Brasil ainda não existe um sistema educacional e sim apenas uma estrutura, é urgente a tomada de consciência da falta de um sistema educacional na educação brasileira. As estruturas existentes podem servir de base para a elaboração de um sistema de educação, mas assevera o pensador que cabe aos professores realizar esta árdua tarefa.

Segundo Saviani (1971) para produzir um sistema de ensino de qualidade, é indispensável à fundamentação dos conceitos a serem usados e principalmente fomentar entre os educadores do país a respeito desses diagnósticos e da estrutura dos processos históricos presentes na legislação e nas diretrizes. É importante fundamentar adequadamente a teoria para a tomada de consciência dos educadores sobre a necessidade da construção de um sólido sistema educacional para o Brasil. Saviani apregoa que o sistema educacional é constituído da unidade intencional de vários elementos que formam um conjunto que possui como característica

fundamental ser coerente e operante, cuja estrutura é formada por um conjunto de elementos, e que se diferencia do sistema apenas porque sua característica não é intencional.

Sobre o sistema educacional Saviani (2008, p. 87) sugere:

> [...] para se ter um sistema educacional – que evidentemente deverá preencher os três requisitos apontados, a saber: intencionalidade (sujeito-objeto), conjunto (unidade-variedade), coerência (interna-externa) – é preciso acrescentar às condições impostas à atividade sistematizadora (educação sistematizada), esta outra: a formulação de uma teoria educacional. Reduzindo-se os requisitos da educação sistematizada a dois pontos fundamentais, pode-se, enfim, determinar as condições básicas para a construção de um sistema educacional numa situação histórico-geográfica determinada; são elas: a) consciência dos problemas da situação; b) conhecimento da realidade (as estruturas), c) formulação de uma pedagogia. (SAVIANI, 2008, p. 87)

Saviani (2008) explica que o denominado sistema nacional de educação básica é uma contradição, porque como um sistema que se refere ao todo articulado, a educação básica deveria ser uma das partes integrante do sistema. Então como falar de sistema nacional da educação básica se esta deveria ser uma das partes que constituem o sistema de educação nacional? Para Saviani, quem faz o sistema são os homens quando assumem a teoria na práxis. E quem faz o sistema educacional são os educadores quando assumem a teoria da práxis educativa na escola. Nesse contexto, também é necessário esclarecer no que diz respeito a gestão democrática que a LDB deixa muito vulnerável porque como Lei que regulamenta a Educação, delegou esta responsabilidade para legislar sobre a gestão da educação a cargo dos estados e municípios, deixando a critério de cada estado e município brasileiro a regulamentação da gestão democrática o que abre brechas para muitas interpretações. A grande frustração sobre a regulamentação afirma, Paro:

> A grande frustração com relação à regulamentação da gestão democrática do ensino público pela LDB deriva da ausência de regras que pelo menos acenem para uma mudança estrutural de maneira de distribuir-se o poder e a autoridade no interior da escola. Para isso, seria preciso que, além de uma organização calcada na colaboração recíproca e fundada não na imposição, mas na convivência e no diálogo, se previssem instituições e práticas que garantissem a participação efetiva tanto dos servidores (professores e demais funcionários) quanto dos usuários (alunos e pais) nas decisões da escola. (2001, p.62)

Depreende-se daí que mesmo depois da aprovação da Constituição Federal de 1988 e da LDB de 1996, faz-se presente no cenário brasileiro uma correlação de forças entre os movimentos que defendem a escola pública e os setores privatistas e governamentais muitas vezes contrários ao fortalecimento da escola pública porque

esta vai contra os seus interesses capitalistas, o que se tornou evidente na elaboração de dois planos Nacionais de Educação: um organizado pela sociedade civil com uma proposta democrática e voltado aos interesses populares e o outro pelo governo com uma proposta neoliberal corporativa, e nem precisa lembrar que o Plano aprovado foi o apresentado pelo governo favorecendo a iniciativa privada.

Esses fatos se repetem a todo o momento, não há uma consideração mais aprofundada sobre as discussões em massa levada a sério, o coletivo acaba sempre ficando de lado nas negociações ou apenas são aprovadas migalhas para agradar as massas e estas ficarem silenciadas, e sempre predominam as ideias de uma minoria com interesses mercadológicos, e está na hora de mudar esta realidade é preciso ouvir e considerar a opinião dos educadores e dos movimentos populares para alcançar a qualidade da educação. Do contrário a gestão democrática acaba ficando no papel. Concorda-se aqui com Saviani e Ferreira que é no exercício na escola que professores e a comunidade precisam assumir o papel da luta pela garantia dos direitos de uma educação democrática e voltada para a grande maioria que precisa superar o senso comum na busca de uma consciência filosófica que os capacite para lutar nesse mundo desigual e recheado de contradições. É preciso tirar o véu que encobre a realidade e perceber que direitos e garantias estão sendo tirados dos trabalhadores sem que estes resistam a esta nefasta investida do capital.

A proposta do Plano Nacional organizada pela sociedade civil evidenciava a inserção e a manutenção da gestão democrática como fator de qualificação do processo educativo, e assumia de fato segundo Rodrigues (2004, p.135) “a garantia e o incentivo às organizações tanto dos estudantes da educação básica quanto dos trabalhadores em educação”. Porém, o Plano Nacional de Educação, proposto pelo executivo, o trâmite fez um caminho diferente, resultando como objetivo a racionalização de recursos e o estímulo à produtividade, priorizando a promoção de uma gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis. E mais uma vez foram desprezados, assim como na elaboração da LDB, os debates públicos, prevalecendo a mesma postura autocrática revelada na tramitação do projeto da LDB.

Depreende-se dessa forma, os obstáculos que precisam ser superados:

> 1. Obstáculos de ordem financeira, representados pela histórica resistência de nossas elites políticas e econômicas à manutenção da educação pública;
> 2. Obstáculos de natureza política expressos na descontinuidade da politicas educativas;

> 3. Obstáculos de ordem filosófico-ideológica consubstânciados numa mentalidade avessa a se tratar a educação na forma de sistema;
> 4. Obstáculos de caráter legal evidenciados na resistência à idéia de sistema no plano da atividade legislativa. (SAVIANI, 2011 p. 214)

Entretanto é preciso ir além de superar estes obstáculos citados, é necessária, segundo o mesmo autor, para a consolidação de um sistema educacional de qualidade no Brasil que se evidencie outra postura entre os entes federados e que resulte em:

> 1. Decisão, por parte das três instâncias federativas de investir fortemente na educação;
> 2. Romper com a lógica da descontinuidade;
> 3. Considerar que o sistema, na medida em que regula o funcionamento da educação nos seus vários aspectos, supõe normas próprias que se impõem a todos os integrantes;
> 4.Compreender que o sistema, como reunião intencional de vários elementos formando um conjunto coerente e operante, é unidade de variedade e não unidade da identidade. Consequentemente, o sistema nacional não se opõe à autonomia de estados e municípios. Logo, não se contrapõe à diversidade local e regional. (SAVIANI, 2011, p. 215)

Desse modo o envolvimento de todos que fazem parte da Educação, profissionais da educação, pais e alunos, podem e devem contribuir para a consolidação desse sistema com maior qualidade, uma das possibilidades de discutir e elaborar novos projetos, novas propostas, além das alternativas e possibilidades de participação no interior das escolas, podem participar das conferências de educação, sendo estas um lugar de compartilhar ideias, buscar soluções e coletivamente por meio de um trabalho colaborativo e solidário consolidar um sistema de ensino que seja condizente com a realidade. Nesta esteira, Saviani (2011) assevera que a participação da sociedade nas conferências de educação se tornam importantes para aumentar em número e qualidade a participação e legitimar ainda mais a necessidade de um sistema nacional de ensino, por que:

> a) a educação diz respeito aos interesses de todos os membros da sociedade;
> b) a organização da educação na forma de um sistema nacional é a melhor maneira de contemplarem-se, em igualdade de condições, as necessidades educacionais de toda a população do país;
> c) o sistema nacional de educação só poderá ser instalado na medida em que conte com um forte apoio da população, sem o que não se conseguirá vencer os obstáculos que até agora têm impedido a organização brasileira na forma de um sistema nacional;
> d) o perfil do sistema, sua conformação estrutural e seu adequado funcionamento dependem de um razoável grau de consenso da maioria da sociedade em torno de sua importância e necessidade;
> e) a capacidade do sistema nacional de atender às necessidades educativas do conjunto da população com especial atenção à sua parte majoritária constituída pelos trabalhadores depende de uma forte mobilização e da

> pressão da sociedade organizada sobre as decisões que afetam a forma de implantação, o modo de organização e a dinâmica de funcionamento do sistema nacional de educação. (SAVIANI, 2011, p. 214)

Nesta ótica, nota-se que a responsabilidade por construir e consolidar um sistema de educação no Brasil é de responsabilidade coletiva, cada um com a sua especificidade de conteúdo e condição, pois as características de cada região só serão abordadas no momento em que elas são apresentadas, por isso a necessidade de todos na sociedade participarem das conferências de educação, para que seja possível delinear as alternativas e ações para cada segmento realizar. As conferências de educação foram e continuam sendo um dos espaços em que há possibilidade de participação, onde a gestão democrática é o fio condutor, ou melhor, dizendo, é a espinha dorsal que sustenta e/ou contempla as principais reinvindicações dos educadores, da sociedade civil organizada, é também onde começam as grandes mudanças no direcionamento das políticas educacionais brasileiras.

Essas conferências só são possíveis porque compreendem que é por meio da construção coletiva que a educação pode trilhar caminhos melhores, por meio da participação de todos nas tomadas de decisão. Isto é imprescindível para consolidar uma política educacional que seja coerente com a realidade de cada região, ou seja, as conferências de educação é a oportunidade de disseminar as ideias, de compartilhar os anseios e as possíveis soluções para os problemas educacionais brasileiros, entre eles os desafios da construção do princípio constitucional brasileiro a gestão democrática da educação.

Para Ferreira (2007) a gestão democrática da educação é fundamental para garantir a qualidade da educação, porque no exercício coletivo todos se formam e a comunidade escolar junto com a escola podem fazer a diferença no sentido de melhorar a aprendizagem e a sociabilidade humana. A gestão é responsável pela garantia da qualidade do processo educacional que ocorre na escola e no sistema. Sendo assim, para a mesma autora a supervisão é um fundamental componente da gestão democrática e da formação humana, que se constrói e legitima na garantia da efetividade do projeto político-pedagógico na escola e das políticas educacionais, em que quando planejadas em nível de sistema se efetivam no trabalho escolar. Além disso, é responsável pela formação humana que se realiza na escola. Para a autora, no que se refere a gestão democrática da educação, esta vem sendo estudada e defendida na sua prática muito mais pelas suas formas de acontecimentos e das

experiências vividas do que pela sua compreensão enquanto princípio educacional para organizar as escolas. A formação humana tem sido prejudicada, de modo geral, pela priorização da formação profissional e pautada pelas demandas neoliberais que reduzem o ser humano apenas a um “o que fazer” (Ferreira, 2007 p.116).

Neste contexto a possibilidade de construir a gestão efetivamente democrática na escola pública como apregoa a Constituição de 1988 e a LDB 1996, depende também da cuidadosa formação continuada dos profissionais da educação, sendo esta uma formação, segundo Ferreira (2007), intrinsecamente ligada a gestão democrática pelo conteúdo e forma de seu princípio que é a formação humana para a vida. Dessa forma a autora defende duas teses de suma importância, já citadas neste trabalho, e defendidas pela autora ao longo de suas análises, para se concretizar esse processo democrático:

> A primeira tese: a gestão democrática assenta-se na participação efetiva de sujeitos cônscios, fortes de caráter e ajustados emocionalmente, capazes de deliberar e tomar decisões. A segunda tese: um indivíduo só se torna um ser humano forte intelectualmente, ajustado emocionalmente, rico de caráter, habilitado tecnicamente, capaz de decidir sobre sua vida e sobre os destinos da nação, se lhe for possibilitada a formação humana que garanta sua plenitude de ser em vir a ser. (FERREIRA, 2007, p. 116)

Para a autora a gestão democrática ganhou um importante espaço no cenário brasileiro, mas que a sua compreensão fica restrita muitas vezes na defesa de sua prática e não ao cultivo dos conceitos que lhe dão sustentação, tornando-se necessário elucidar os princípios que a constituem para que também novas e necessárias políticas públicas possam ser viabilizadas, por isso afirma:

> Gestão é tomada de decisões, [...] é organização, direção. Constitui-se de práticas decorrentes que afirmam ou desafirmam os princípios que as geram. Daí sua importância enquanto garantia de fazer acontecer o princípio em ação no movimento dialético de reflexão-ação individual e coletiva. Daí a importância da supervisão enquanto garantia de fazer acontecer o princípio em ação no movimento dialético de reflexão-ação individual e coletiva (FERREIRA, 2007 p. 117)

Nesse sentido, a gestão democrática exige a efetivação de novos processos de organização e gestão com base em uma dinâmica que favoreça e fortaleça os processos coletivos e participativos para as tomadas de decisão. A gestão nos espaços escolares deve priorizar a organização que proporcione a igualdade de condições para que todos os segmentos possam participar, e que de forma alguma a participação seja cerceada ou inibida, pelo contrário ela deve oportunizar e instigar a

todos os integrantes da comunidade escolar a estarem atuando nas tomadas de decisões e buscando alternativas para melhorar a aprendizagem escolar.

Nesta perspectiva, a gestão consiste na garantia de qualidade do processo de formação humana, segundo Ferreira (2007), é ela que possibilita ao ser humano crescer, por meio dos conteúdos do ensino, que são também conteúdos de vida, tornar-se mais humano passa por uma educação de qualidade e significativa durante a vida escolar e fora dela. Pensar a gestão democrática, nesta direção, implica ampliar os horizontes históricos, políticos e culturais em que se encontram as instituições educativas, objetivando alcançar a cada dia mais autonomia. Quando se fala em autonomia, defende-se que a comunidade escolar possua um grau de independência e liberdade para coletivamente pensar, discutir, planejar, construir e executar seu projeto político pedagógico executado por meio da participação coletiva e democrática, entendendo que este contém o projeto de educação ou de escola que a comunidade almeja, bem como estabelece os processos de participação no dia-a-dia da escola.

De acordo com o pensamento de Veiga (2004), é importante reiterar que, quando se busca uma nova organização educacional deve-se considerar a organização própria das bases, ou seja, neste caso a escola passa a ser o núcleo da gestão de onde emanam as decisões coletivas, que tem a sua organização no trabalho pedagógico aberto e colaborativo, e que considera que as relações de trabalho, no interior da escola, deverão estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico próprio do neoliberalismo. É nesse movimento que se verifica o confronto de interesses no interior da escola. Por isso, todo esforço de se gestar uma nova organização deve levar em conta as condições concretas presentes na escola e principalmente as contradições internas presentes nesse processo de organização da instituição.

Neste processo de gestão da escola encontra-se uma correlação de forças, e desse embate se originam conflitos, tensões, rupturas, que precisam ser mediados por meio do diálogo democrático e do debate até a exaustão para diminuir as tensões e chegar a um objetivo comum. Neste caso propiciando a construção de novas formas de relação de trabalho e participação coletiva, como espaços abertos à reflexão coletiva que favoreçam o diálogo, a comunicação horizontal entre os diferentes

segmentos envolvidos com o processo educativo, a descentralização do poder somente pode de fato ocorrer pela qualificação da participação coletiva reflexo do permanente e continuado diálogo e debate nas tomadas de decisão.

Desta forma a gestão democrática da educação e o projeto político pedagógico ocupam um papel central na construção de processos de participação e, portanto, na implementação de uma gestão democrática. Envolver os diversos segmentos na elaboração e no acompanhamento do projeto pedagógico constitui um grande desafio para a construção da gestão democrática e participativa. A transformação de uma sociedade acontece especialmente por meio da participação popular, e daí resulta a base a cidadania ativa, atuante, capaz de propor ações, de participar de decisões coletivas, de propor e encontrar alternativas consistentes e consequentemente de tornar a sociedade mais justa e igualitária como importante fonte de humanização.

A busca da emancipação humana presente nas pesquisas de Ferreira aponta no sentido de que:

> A gestão democrática – e a supervisão que a compõe – é humanizadora na medida em que se possa compreender e definir com a lucidez necessária que tipo de gestão democrática se está exercendo, querendo e para onde se destina, rumo a quê. Ela é fonte de desalienação, de solidariedade, de fraternidade, de justiça social, de emancipação humana ou é competitiva, individualista, como o exercício de várias formas de cidadania têm se configurado? Esta gestão democrática da educação que queremos é humanizadora ou desumanizadora? A resposta a esta questão é definidora de nosso compromisso com uma determinada formação. (FERREIRA, 2007 p. 121)

Nessa assertiva é a intencionalidade que dá sentido para gerar uma ou outra possibilidade, esta pode ser para alienação do homem, servindo apenas como mais um mecanismo do capitalismo para explorar ainda mais a já sofrida força de trabalho, e a gestão neste caso se presta como uma ferramenta do capital como uma forma de controle, de ações competitivas individuais. Contudo, se a intenção inicial é para a humanização do ser humano, a gestão é uma forma de participação, de democracia e tem como princípio fundamental promover e fortalecer a formação humana para o exercício da cidadania plena. Entretanto, a formação humana, segunda tese defendida por Ferreira (2007), pode ser compreendida de duas maneiras: uma pela concepção unitária, exclusiva e excludente e a outra com uma compreensão omnilateral em todas as dimensões, portanto para Ferreira,

> A concepção de formação humana, interpretada como mediação histórica do educador, converte-se no reflexo da vida humana elaborada no mundo real concreto e social. Converte-se em força vital de transformação, em força vital

> de realização humana porque ativa, histórica, inteligente e em busca de um conhecimento cada vez maior, rumo a perfeição. Ao decidir sobre seu destino e sobre os destinos de sua nação, o homem se agiganta porque se torna um criador de si mesmo e da cultura em que vive. Reside aí a beleza da formação humana. Esta é a verdadeira formação humana que confere a legítima cidadania que supera os limites reducionistas e ilusórios dos formalismos identitários e confere legitimidade de participação. (FERREIRA, 2007 p. 123)

Resulta deste entendimento, o conhecimento como um produto resultante da construção coletiva de homens e mulheres na luta por um mundo melhor, e desse modo, é o meio pelo qual o homem reconquista a sua liberdade desalienando-se das amarras excludentes do capital, porque evolui para melhor, para melhorar a realidade em que vive. Segundo Saviani (2008), é na busca por melhores condições de vida humana que se faz necessário assegurar o saber socialmente produzido na escola, por meio da construção e efetivação do projeto político pedagógico construído coletivamente, é através da participação qualificada que se avança na busca pela liberdade. Nesta esteira Veiga (2004) entende e explica o documento que explicita a intenção e a ordenação das ações (planejamento, execução, acompanhamento avaliativo) voltadas ao ato de intenção do trabalho educativo, tomado na perspectiva da participação humana e coletiva na decisão sobre os rumos que a escola pretende seguir.

Dessa forma, o projeto político pedagógico é o documento que explicita de que maneira a escola pode garantir o acesso mais amplo e aprofundado das diversas formas de participação dos atores envolvidos no processo que seja, o mais crítico e compreensivo, sobre a cultura (humana) tendo em vista o pleno desenvolvimento humano, incluindo, dessa forma, todas as capacidades do ser humano pensar, sentir, expressar-se, conviver e transformar para melhor o mundo em que vive. Portanto, entende-se este, como um trabalho intencional e sistemático que visa finalidades e que não se dá espontaneamente, naturalmente pelo senso comum que precisa ser superado pelo ensino de qualidade.

A escola é um lugar importante, como explica Ferreira (2006, p. 38), “a escola, enquanto lócus privilegiado de transmissão, assimilação e produção do conhecimento, deverá possibilitar a formação continuada...”, para todos os que sonham com a emancipação humana, o conhecimento é construído também nas relações estabelecidas entre todos os sujeitos presentes na escola, os atores que agem nesta peça teatral real. Muito mais do que isso na escola é urgente: “um ensino de qualidade que se caracterize pelo calor da aquisição do conhecimento que aquece mentes e

corações realmente formando, no ser humano, o estudioso dos conteúdos científicos e dos conteúdos da vida[...]". (FERREIRA 2004, p. 259 in FERREIRA, 2007, p.125)

Entretanto, pode-se afirmar de acordo com Ferreira, que os indivíduos se tornam mais fortes e capazes intelectualmente, emocionalmente equilibrados, com bom caráter, com conhecimento técnico, com condições de tomar decisões sobre a sua vida e vida de uma nação. Isto ocorre se lhe for proporcionada uma formação humana que lhe assegure a "plenitude de ser humano em contínuo vir a ser" em formação continuada a vida inteira, impulsionada por saberes advindos da escola, porém espera-se uma escola de qualidade e democrática. (FERREIRA, 2007 p.131)

Diante do exposto, é necessário considerar que os desafios que se apresentam para a construção e viabilização da gestão democrática e participativa na educação brasileira, não podem ser contabilizados unicamente para a gestão, não é somente um problema de gestão, é um problema presente na Educação Brasileira em sua totalidade, presente nas políticas, na legislação, como a teoria que a embasa e a sustenta legalmente. Enfim é um exercício continuado em todas as esferas da sociedade brasileira. Portanto, é indispensável considerar que há muitos desafios a serem superados como: a elaboração de um sistema de ensino que não seja fragmentado, mas que abranja a totalidade do fenômeno educativo no seu contexto social, a necessidade da compreensão dos conceitos que fundamentam a gestão democrática da educação, e desenvolver a sua prática no seio da escola e priorizar a formação humana e continuada do profissional da educação em todas as dimensões: científica, técnica, ética e política.

4.8 VIOLÊNCIA E EMANCIPAÇÃO

No contexto do mundo de forma abrangente e global, há um desafio a ser superado que é o aumento desenfreado da violência na sociedade e que urge enfrentar este difícil obstáculo pelo caminho do conhecimento. A sociedade mundial é uma totalidade na qual está inserido cada ser humano e, daí resulta a responsabilidade cada vez mais importante da gestão democrática da educação, da formação dos profissionais da educação com a imcumbência de preparar para a vida neste cenário social extremamente violento. Esta categoria da violência amplia a necessidade de ressignificar os pilares da educação (políticas públicas, gestão e formação), visando a formação que prepare efetivamente para a cidadania. O cidadão

deste mundo precisa saber de seus direitos e deveres, estar preparado e capaz de poder ir e vir, de comunicar-se e de ser útil no mundo produtivo. Precisa ter a sua identidade, dignidade, e competência respeitada no mundo todo, uma vez que este mundo se tornou uma aldeia global em todos os sentidos. “A gestão, tem de ser entendida como uma totalidade na totalidade da concepção de educação adotada na escola ou na instituição escolar”. (FERREIRA, 2016 p. 116)

Ferreira explica que a raíz do individualismo está na extração da mais-valia em todo o tecido social, e diz:

> Esta categoria a mais-valia, perpassa o tecido societário em todas as suas relações, inclusive e, principalmente as humanas. Nesta categoria, encontra-se a raíz do individualismo. Todos querem tirar proveito dos demais; extrair a mais-valia de outrem em seu benefício. Esta é a ordem capitalista! Violência é a palavra de ordem, de forma explícita ou latente. E, desta forma, a violência instalada sobre tudo e sobre todos ocupa papel protagonista, isto é, passa a ser o agente principal de um ato, de um acontecimento, de todas as relações que acontecem em sociedade e nos lares. (FERREIRA, 2016, p. 117)

Ferreira (2016) tem destacado ao longo de seus estudos a violência como uma categoria que se faz presente e produz muitos efeitos negativos na sociedade hodierna. Há segundo seus estudos uma proliferação da violência em escala mundial, o que muito contribui para a desumanização na sociedade contemporânea. A violência está presente na sociedade e afeta as instituições, o meio ambiente e as relações humanas em todas as nações do planeta.

Neste contexto Ferreira (2016, p. 112-117) apresenta como hipótese que contribui para o aumento da violência a agenda do mercado que transfere os riscos e inseguranças para os trabalhadores e para as famílias dos trabalhadores. Formou-se como resultado desta agenda um precariado[3] sem nenhuma estabilidade e, outra questão que fortalece a violência é a forma como a gestão democrática da educação no seu exercício vem “se realizando através de formas improvisadas e reducionistas sem uma política e sólida concepção e teoria da educação que oriente sua compreensão, importância e prática democrática”.

Ferreira se preocupa com o aumento da pobreza no mundo, a violência é resultado desta flexibilização das atividades no mundo do trabalho que gera a instabilidade, a esse respeito escreve:

> A precariedade vem progredindo em escala potencial em nível pessoal e institucional. Quanto mais o mundo se globalizava, mais os governos e empresas aumentavam a flexibilização das relações laborais e o número de

[3] Precariado é uma expressão usada para definir uma classe em formação.

> pessoas em regime de trabalho sem segurança, vivendo em condições precárias em todos os âmbitos da vida humana, foi se multiplicando progressivamente. (FERREIRA, 2016, p. 118)

A autora mostra que a precariedade está em toda parte e pode afetar todo mundo de forma direta ou indireta, destruindo planejamentos, sonhos, e em especial embasa a categoria violência, gerando uma competitividade exacerbada que resulta em uma luta de todos contra todos, destruindo valores de solidariedade e humanidade. A insegurança e o desemprego, agem de forma direta e indireta sobre as pessoas, produzindo medo do desemprego e desenvolvendo um amplo processo de precarização na humanidade. (FERREIRA, 2016, p. 119)

Ferreira (2016) segue as contribuições deixadas por Sánchez Vázquez no que diz respeito à filosofia da práxis e violência. Seguindo nesta esteira reafirma a educação como grande estratégia e possibilidade de transformação global. Neste sentido dialoga com Saviani (1980, p. 20) que afirma: “A práxis educativa assume-se como uma possibilidade de pensamento e ação das sociedades, entendendo a educação como um processo de mediação no seio da prática social global”. Neste sentido, não basta apenas interpretar o mundo, é preciso ir além e transformá-lo. Estas exigências coincidem com o surgimento de fenômenos novos com acontecimentos políticos, sociais e econômicos que dificilmente podem ser analisados com referenciais ultrapassados, é preciso encontrar outros caminhos para interpretar de forma integrada e interpretativa, favorecendo desta forma a compreensão da vida humana de forma local e global. Assim, urge repensar a democracia no ensino para superar suas falhas e poder por meio de um exercício de gestão democrática de fato, fortalecer e encontrar os novos caminhos para a superação da violência rumo à uma sociedade mais humanizadora.

Contudo, estes novos caminhos só poderão ser encontrados se elevar a consciência humana na perspectiva de compreender que a violência está instalada no mundo, é representada e difundida pelos meios de comunicação e eletrônicos provocando um espetáculo, mostrando a crueldade e a barbárie que geram incontáveis males para a humanidade e por isso, precisa ser combatida fortemente. Ferreira (2016) sustenta seu objeto de estudo à luz do pensamento de Vázquez que define a práxis como processo de formação e transformação do objeto. Enfatiza que a violência é uma criação da humanidade, mas não aparece apenas sob a forma de uma força e por isso se caracteriza como exclusivamente humana. Isto porque

somente o homem faz o uso da força e pode usar a si mesmo como força. Decorre que é de suma importância transformar a sociedade, combater e vencer a violência para poder melhorar a qualidade de vida da humanidade como um todo.

Ferreira (2016) explica que em escala mundial a violência vem aumentando de forma significativa num mundo em crise e violento, é o resultado de contradições e de posições muito exacerbadas como:

> Choque de culturas, disputas, ganâncias, criminalidade associada, ou não, ao tráfico de drogas, existência de grupos de extermínio, práticas repressivas em detrimento das ações preventivas e de investigação, recessão, desemprego, aumento de impostos, cortes de salários, agudização das desigualdades econômicas, políticas e sociais, a austeridade, e tantas outras determinações. (FERREIRA, 2016, p. 114)

Estas determinações exigem muito da sociedade em geral e, principalmente dos profissionais da educação porque são os principais responsáveis pela qualidade da educação que é um dos principais direitos humanos. Neste momento em que a formação humana está em jogo e mergulhada em um turbilhão de embates, lutas, debates e enfrentamentos, em que a violência gera medo, a escola, a gestão da educação são chamadas para garantir a formação de homens e mulheres fortes de caráter e muito bem preparados para enfrentar os desafios deste mundo desigual. A gestão democrática e os profissionais da educação precisam zelar com muito cuidado da educação e desenvolver uma consciência crítica sobre a realidade do mundo. Desta forma, por meio de um sólido ensino de qualidade, tem o dever de formar sujeitos conscientes e preparados para os novos desafios e possibilidades que surgem neste mundo incerto e atemorizador do qual todos os seres humanos precisam se emancipar. É sem sombra de dúvidas uma nova etapa histórica que precisa muito do atendimento sério e rigoroso daqueles que estão à frente do processo educacional, para garantir uma qualificada formação humana. (FERREIRA, 2016)

Ferreira (2016, p. 114) enfatiza a necessidade de enfrentamento das desigualdades e para isso afirma:

> A necessidade do desenvolvimento da consciência e as grandes preocupações dos limites e desafios sobre essa possibilidade efetiva, num mundo de tantos individualismos, vaidades e intolerâncias, violências concretas e simbólicas que atravessam o tecido societário brasileiro e mundial, agravando tantas precariedades, carências, misérias no sentido amplo do termo. E criando, progressivamente, ódios, nas suas mais diversas formas de expressão, que se espraiam e se refletem nas escolas e famílias, nas relações humanas e sociais.

Neste contexto, a sociedade moderna segue os princípios da racionalidade linear e se assenta em visão tecnocrática e ao mesmo tempo guiada pela lógica do capital, os seus valores estão intimamente ligados à uma determinada centralidade que é a produção e o consumo. Dessa forma, se agravam os desiquilíbrios sociais, econômicos, culturais e educacionais, hipervalorizando o capital e em decorrência da competitividade acirrada, conduz a sociedade à barbárie, à violência. Para combater estes novos fenômenos violentos da sociedade atual aponta-se como indispensável o desenvolvimento de sociedades mais democráticas que promovam a igualdade e a justiça social. Contudo, mesmo com este exercício tomado como centralidade, não é suficiente para superar o legado mercantil e exploratório próprio da lógica do capitalismo. Nesta esteira, segue a humanidade cada vez em maior proporção subalternizada ao grande capital excludente. Em oposição a este projeto do capital é urgente ressignificar a perspectiva humanista defendendo a vida humana e os valores humanos contra os dominantes modelos gestionários que excluem a humanidade da participação igualitária dos bens sociais e dos direitos humanos. A liberdade e emancipação humana estão na superação da desumanização presente na atual lógica do grande capital mundial. (FERREIRA, 2016)

Ferreira (2016) explica que revitalizar as teorias da justiça distributiva pode significar o aparecimento de novas abordagens em tempos de globalização, para defender o bem comum, a equidade, a comunidade, os direitos humanos e o multiculturalismo, mobilizando não somente os saberes filosóficos, mas também os saberes políticos, jurídicos, éticos, sociológicos e organizacionais.

De forma gradual Ferreira (2016) observa que circula um discurso de afastamento das práticas democráticas e o forte aparecimento do discurso gestionário. Os atores que trabalham na área social e educacional estão seguindo este mesmo discurso, acentuando ainda mais a subalternização das políticas educacionais às políticas econômicas. Muitos países têm mudado suas políticas educacionais em função das determinações do mercado. Ao trazer de volta termos hipervalorizados como performance, qualidade, eficácia e eficiência na área educacional e social, afirma-se a linguagem tecnocrática e bélica e, afastam-se ou não podem ser trabalhados a cooperação, igualdade, partilha, respeito porque são contrários aos preceitos gestionários de competitividade, individualismo e meritocracia. As regulações produzem impactos significativos na gestão e na

organização educacional, especialmente em relação aos conteúdos ensinados e às competências desenvolvidas.

Ferreira (2018) explica que diante deste cenário se sente bastante melancólica porque percebe que a luta dos menos favorecidos se torna ainda mais violenta para que possam criar condições de liberdade e emancipação. Contudo reafirma que há esperança porque os homens e mulheres são muito criativos e a humanização é o objetivo maior dos seres humanos. Nota-se que as contradições estão presentes e mais do que antes a luta de classes aparece com maior definição, deixando mais em evidência aqueles que detém o capital e a grande maioria da população mundial que se encontra à margem, assalariada e desempregada e, com direitos sociais cada vez mais subtraídos pelo sistema econômico atual.

Retomando uma discussão na qual Ferreira explica que na sociedade hodierna pode-se reafirmar que a consciência é social, mas na sua essência não pode tomar o significado padronizado sem diferenças, muito pelo contrário porque cada pessoa possui consciência própria que vai adquirindo em suas relações sociais. Ao construir sua consciência o indivíduo abstrai da realidade social seus ideais e sonhos individuais, desejos e por serem abstraídos das relações com a sociedade, resulta que a consciência individual é ao mesmo tempo social, porque foi adquirida no processo histórico do desenvolvimento humano na sociedade. Neste sentido, a consciência individual é a consciência do indivíduo social inserido em uma sociedade concreta com sentimento de pertença à uma classe, nação, meio, e seu pensamento mostra a sua consciência social e de classe, em especial as ideias dominantes. Nesta ótica, a autora afirma “que a consciência individual deve ser considerada como o conjunto de todas as formas de reflexo do ser social, sob o ponto de vista das necessidades sociais, dos interesses e objetivos da personalidade que é formada socialmente”. (FERREIRA, 2018, p. 5)

Dessa maneira, ganha força o individualismo como a categoria mais importante do neoliberalismo que se caracteriza por ser um princípio da burguesia dominante, como defensor de direitos absolutos e autonomia da personalidade na sociedade. O que existe é uma rearticulação neoliberal para guiar a sociedade na busca de seus objetivos individualistas e competitivos que só faz aumentar a desigualdade entre pobres e ricos no mundo e em especial o aumento da violência própria de um sistema capitalista excludente. A mais valia na sociedade hodierna é o grande mote do

capitalismo que atinge todo o tecido da sociedade capitalista e em especial afeta as relações humanas, promovendo o individualismo em detrimento da cooperação e solidariedade tão significativas para a humanidade e, mais ainda, dando destaque à violência como algo normal.

Ferreira (2018, p. 7) ressalta com sabedoria ao dizer que “esta é a ordem capitalista! Violência é a palavra de ordem, de forma explícita ou latente”. Desta forma, evidencia-se claramente que a violência pode ser a raiz do individualismo. A autora apresenta a violência como a categoria que desempenha na sociedade um protagonismo central que adentra em todas as relações sociais. Apresenta-se na forma concreta e simbólica agravando a miserabilidade social e disseminando o ódio nas mais diversas formas de expressão, manifestando-se em escolas, famílias e nas relações sociais como um todo. Ferreira (2018, p. 8) explica que “a modernidade não conseguiu eliminar com sua racionalidade os confins do mundo da violência. Na atualidade, em sua forma conhecida até agora, entrou em crise do ponto de vista moral, político, estético”.

No mundo de hoje, diante das grandes descobertas advindas das transformações tecnológicas, todo este novo conhecimento poderia ser disponibilizado para o bem comum na perspectiva de tornar a sociedade mais igualitária e justa, no entanto estão sim servindo os dominadores e detentores do capital em detrimento da grande maioria que permanece à margem destes conhecimentos avançados e, com isso gera ainda mais desigualdade no mundo inteiro. É urgente o acesso a esses conhecimentos por parte da população menos favorecida que se encontra excluída e realizando trabalhos degradantes e com baixa remuneração. O atual mundo do trabalho oferece condições muito precárias, e ainda muitos sem trabalho o que devasta as relações humanas, desune povos e provoca grandes migrações no mundo em busca de um mínimo para sobreviver. Ferreira (2018, p. 9) argumenta:

> A violência consiste no conteúdo que, a observação do cotidiano, as notícias veiculadas e o que o viver nas cidades mais apresentam, hodiernamente, no mundo. Em suas mais diversas formas e múltiplas dimensões, numa relação profunda com o poder econômico. (da guerra, do tráfico de drogas, do crime organizado, da criminalidade urbana violenta, desorganizada ou semiorganizada) e o poder econômico, salta aos olhos. Violência é a palavra geradora que sustenta e guia a vida em sociedade.

Nesta esteira, é preciso compreender a práxis em seu processo de formação ou de transformação de uma matéria quando o indivíduo pelo trabalho cria uma

determinada forma à matéria, o que resulta em afirmar que a práxis é sempre a transformação de um objeto ou matéria em algo novo o que possibilita dizer que a práxis não se restringe apenas à educação, mas se coloca como uma possibilidade para o campo educacional e principalmente no que concerne ao exercício da gestão democrática.

Ferreira enfatiza que ao transformar a natureza há uma ação regida pela violência e nesta esteira afirma:

> Só os seres humanos têm capacidade de antecipar uma ideia e colocá-la em ação. Pode-se dizer, então que só o ser humano é violento? A violência é, portanto, própria do ser humano? O animal submetido a uma ordem estabelecida à qual se submete passivamente sem poder alterá-la, não conhece a violência. Ao contrário, as relações entre o homem e a natureza, como uma violação constante de uma ordem natural estabelecida, são sempre regidas pela violência. Nesse sentido pode-se afirmar que a sociedade é violação constante da natureza. Por isso a necessidade de preservá-la, através de uma educação ambiental sólida e consistente, como uma as maiores riquezas da terra. Necessário se faz que o respeito seja a mola mestra da gestão democrática da educação. (2018, p. 10)

Ferreira (2018) discorre sobre a reflexão que urge realizar sobre a educação e a gestão democrática e assevera a necessidade de diante da representação absurda da violência na sociedade atual, é urgente abrir caminho para a construção de uma sociedade verdadeiramente humana, de maneira que com respeito à diversidade humana seja possível combater a exclusão possibilitando em seu lugar a inclusão, onde haja o respeito e a igualdade humana. Dessa forma, por meio de uma ética humana não discriminatória capaz de ao não marginalizar favorecer o desmonte de toda forma de dominação de uns sobre os outros na busca da humanização e emancipação humana.

Neste sentido Ferreira (2018, p. 10) faz uma série de questionamentos sobre as verdadeiras intenções da humanidade.

> Quero reafirmar à luz do verdadeiro sentido de práxis, tentando superar deformações mecanicistas ou neopositivistas, mas compreendendo-a no seu sentido como atividade, objetiva, material do homem que só é homem – socialmente – em e pela práxis, criativa, transformadora e revolucionária. Pois é intervindo sobre o meio, através de sua ação intencional e inteligente que o homem humaniza o meio e humaniza-se a sim mesmo, o que nos conduz a pensar sobre todas as nossas ações. Para onde se dirigem: para a construção humana ou para a destruição humana? Qual é o conteúdo de nossas intenções e ações? Quais são nossos propósitos? Qual é nossa concepção de mundo e nossos consequentes compromissos? Nossos propósitos e intenções são exclusivos e excludentes, firmados no individualismo, na competitividade, no carreirismo, na prepotência e na arrogância? Ou nossos propósitos são comprometidos com o bem comum, a fraternidade, a liberdade, a solidariedade e a justiça social?

Nesta ótica, é possível perceber o compromisso da autora com a liberdade e a emancipação humana quando pensa que a realidade criada pelo homem pode ser para todos indistintamente. A autora problematiza sobre qual a realidade que está sendo criada pelos indivíduos na sociedade e, fala desta realidade como uma categoria que é a teoria dialética da sociedade, uma práxis produzida historicamente formando uma unidade entre o homem e o mundo em uma determinação da natureza na construção da realidade humana como um todo articulado e em atividade de transformação. Este homem que transforma a realidade é ontocriativo, ou seja, aquele que cria a realidade humana e social em sua totalidade. Nesta compreensão do real em que vive pode lutar e resistir para transformar pela inserção de todos na difícil, porém possível luta contra a cruel realidade excludente, contrapondo-a com compreensão, respeito e ações competentes, para criar um mundo melhor para todos.

Ferreira (2018, p. 10) assevera que a violência está presente mais do que nunca na realidade social humana da atualidade e aponta o que deve ser posto em contraposição e diz:

> Se preconceito conduz, inevitavelmente, à intolerância, ódio, ou aversão e outras formas de ser, crer, viver, antônimos destes termos que significam compreensões e sentimentos, temos o amor, a tolerância, à aceitação, a admiração, o respeito, com todo o precioso conteúdo que contém. Amor é o sentimento que predispõe alguém a desejar o bem de outro ou de alguma coisa. Não é um termo piegas que para o mundo das aparências ou discricionário, significa ingênuo, romântico, sentimentalismo exacerbado ou tolice! O ódio é um sentimento que impele a causar ou desejar mal a alguém; execração, rancor, raiva, ira; aversão á pessoa, atitude ou coisa, repugnância, antipatia, desprezo, repulsão (Ferreira, 1999, p. 1433). É o ponto de partida e de chegada para a exclusão em todas as suas formas mais sutis ou mais violentas. O ódio é um sentimento que se alicerça, assim como o amor, numa concepção de homem e de sociedade que ou inclui ou exclui todas as pessoas em todos os direitos e deveres.

O respeito sob o olhar cuidadoso de Ferreira (2018) é extremamente necessário para combater a violência ideológica, moral e simbólica na perspectiva de superar esta realidade debilitada, por meio, de um trabalho de educação pautado na seriedade e competência e também porque não da persuasão buscando harmonizar as relações sociais hodiernas na ótica da humanização social. Para isso é necessário que o homem tenha e seja um ser consciente e social, necessitando realizar a práxis pedagógica como uma ação não violenta na busca de transformar o homem em um ser consciente socialmente, sem submeter o corpo às ações de violência. É exatamente nesta possibilidade de transformação que a gestão democrática da

educação se torna muito forte, inclusive mais que em outros aspectos, por criar e desenvolver novas e melhores maneiras de convivência gratificantes e realizadoras para todos os que dela fazem parte, é uma possibilidade de liberdade e emancipação da violenta sociedade individualista. Ferreira (2018, p. 11) fala ainda sobre a não violência como uma possibilidade de práxis da transformação da realidade propondo que:

> No âmbito social a não violência acompanharia a tentativa de transformação pacífica das relações sociais humanas por um caminho puramente espiritual, como a persuasão, a educação em todos os terrenos, a força edificante do exemplo, etc. É aí que a não violência evidencia historicamente sua ineficácia já que trata de se afirmar diante de um mundo, que trata, por sua vez de afirmar-se violentamente. É aí que a gestão democrática da educação necessita evidenciar a sua competência de gestar homens bons, homens fortes, lúcidos, virtuosos, de caráter, capazes de realizar verdadeiras revoluções nos corações e nas mentes de todos que com eles convivem até formar uma grande força humana que transforme, de fato, este mundo odioso em um mundo amoroso, harmônico e feliz.

Contudo, é preciso não se deter apenas na violência e analisar objetivamente quais são os verdadeiros interesses das classes sociais, que em conflito podem fazer o uso inescrupuloso da violência. Neste sentido, urge construir uma concepção de paz alicerçada numa luta contínua contra todo tipo de mal e violência que promovem a pauperização e a precarização social dos menos favorecidos. É urgente proteger as instituições frequentadas pela classe trabalhadora em especial a escola para que esta possa formar seres verdadeiramente humanos conscientes e capazes de levar adiante a busca por uma sociedade mais humanizada para todos.

Ferreira (2018, p. 11) assevera ainda em seus escritos que:

> Um indivíduo só se torna um ser humano forte intelectualmente, ajustado emocionalmente, rico de caráter, habilitado tecnicamente, capaz de decidir sobre sua vida e sobre os destinos da nação se lhe for possibilitada a formação humana que garanta sua plenitude de ser em *vir a ser*", Esta é a concepção que a gestão democrática da educação necessita ser trabalhada nas escolas com seus professores e em todas as instâncias em que se faz educação se decide sobre ela, suas políticas e seus meios de operacionalizá-la.

Na sociedade a não violência se configura como uma possibilidade de transformar as relações sociais humanas através de um chamado caminho espiritual, caminho este composto de valores como a persuasão, educação e o exemplo edificante em todos os campos do tecido social. Historicamente a não violência tem se configurado ineficaz por estar diante de uma sociedade que vem se afirmando pela

violência. Ferreira (2018) para dar densidade a este pensamento fala que em diversos períodos da história do pensamento humano encontra-se a expressão de uma consciência que é formada pela não violência e cita Vazquez (1977, p. 389) que afirma:

> Em sua forma religiosa, aparece na sociedade escravista antiga com o cristianismo; em sua forma filosófica, a encontramos no mundo greco-romano no estoicismo, e, no mundo moderno, encontramos no idealismo alemão; em sua forma político social, a consciência da não violência tem sua expressão em certas doutrinas socialistas e comunistas utópicas do século passado. Assim como nas teorias políticas reformistas que repelem ou subestimam, por princípio, a violência revolucionária na luta pela transformação socialista da sociedade.

Neste sentido, as relações humanas de verdade se definem por tratar efetivamente o homem como um fim e não como um meio para produzir mais valia, uma sociedade humanizada precisa tratar o ser humano como sujeito de sua própria história e não como uma mercadoria para gerar lucros. Por isso, nestas relações não há lugar para que se paute a violência. São relações que precisam possuir o sabor de coisas que geram e promovem a vida e baseadas nos fundamentos e objetivos garantidos em nossa carta magna a Constituição da República Federativa do Brasil.

É indispensável a luta pela superação da violência em especial no campo da ética e da política educacional. É um dos objetivos da educação encontrar o caminho para mediar a forma de excluir a violência tão impregnada na sociedade hodierna. Urge criar a capacidade de intervenção que seja capaz de elevar a consciência crítica da humanidade para que esta seja capaz de excluir definitivamente a violência do seio da sociedade. O objetivo é a busca incessante de superação deste mundo inóspito e violento em que se vive atualmente. Para isso é preciso lutar pela justiça, tolerância e solidariedade, por meio do respeito como um fundamento essencial que ensina a todos, valores como humildade e sabedoria para ouvir atentamente e falar no momento certo.

Ferreira (2018, p. 12) mais uma vez aponta a educação como capaz de ser a mediadora e ao mesmo tempo a fonte em que a gestão da educação deve ter como referência para tomar decisões corretas, cumprir seus objetivos, ter compromisso com a paz, a democracia e os direitos de toda a humanidade.

> A Gestão democrática da educação está sempre vinculada a princípios norteadores, a metas e objetivos fundados no respeito e no afeto que é o alicerce aos conteúdos científicos, técnicos, políticos e humanos. Por isso defendo a gestão democrática da educação que é comprometida com o

> desenvolvimento omnilateral das crianças, adolescentes e adultos. É o que se entende por educação na sua forma mais elaborada e científica.

Para Ferreira (2018) ao abordar a questão da formação para a humanização, discorre que esta precisa ser constituída a partir de um conjunto de tomadas de decisões realizadas pelos dirigentes da educação responsáveis pela supervisão e principalmente por gestarem o que a educação precisa fazer na sociedade, garantindo o respeito à qualidade do ensino no planejamento e na execução de seus objetivos. É importante compreender neste mesmo sentido a totalidade complexa da gestão democrática da educação que aparece como um complexo conjunto de processos na perspectiva de realização de determinados fins, porque sem isso não há a possibilidade de formação humana. É indispensável a realização da práxis política para realizar valiosos fins e valores na busca de uma sociedade verdadeiramente humana e justa.

Numa perspectiva geral, pode-se dizer que a ética procura definir, antes de mais nada, a figura do agente ético e de suas ações e o conjunto de noções (ou valores) que balizam o campo de uma ação que se considere ética. O agente ético é pensado como sujeito ético, isto é, como um ser racional e consciente que sabe o que faz, como um ser livre que decide e escolhe o que faz, e como um ser responsável que responde pelas suas ações. A ação ética é balizada pelas ideias de bom e mau, justo e injusto, virtude e vício, isto é, por valores cujo conteúdo pode variar de uma sociedade para outra ou na história de uma mesma sociedade, mas que propõem sempre uma diferença intrínseca entre condutas, segundo o bem, o justo e o virtuoso. Assim, uma ação só será ética se for consciente, livre e responsável e só será virtuosa se for realizada em conformidade com o bom e o justo. Só será livre se for autônoma, isto é, se resultar de uma decisão interior ao próprio agente e não vier da obediência a uma ordem, a um comando ou a uma pressão externa. A ética da política, no nosso caso, depende de uma profunda reforma política que crie instituições democráticas republicanas e destrua de uma vez por todas a estrutura deixada pela ditadura, que força os partidos políticos a coalizões absurdas se quiserem governar, coalizões que comprometem o sentido e a finalidade de seus programas e abrem as comportas para a corrupção.

O homem omnilateral precisa ter a consciência livre e ser unido aos outros homens em uma totalidade capaz de excluir definitivamente a violência e em seu lugar

promover a liberdade que é a emancipação, realizada quando a consciência se tornar elevada, ser moral e social. Neste sentido, a práxis social pode prescindir da violência e construir definitivamente a práxis humana autêntica e pautada na ética humana. Esta perspectiva é uma possibilidade real de mudança social para a emancipação humana.

Nesta esteira Ferreira (2018) confirma em suas pesquisas que há na educação a possibilidade de emancipação humana e afirma que a teoria por si mesma não pode transformar o mundo, mas que com certeza pode contribuir de forma significativa para a sua transformação. Para isso, a educação precisa urgente sair de si mesma e ser assimilada pelos sujeitos que lutarão pela transformação da sociedade, onde, no trabalho educacional, as consciências possam ser transformadas através de uma ação que organize os meios e os planos concretos da ação, por serem indispensáveis no processo para realizar as ações reais, na perspectiva de efetivar transformações sociais significativas para a humanidade.

Nesta assertiva, Ferreira (2018) afirma que a teoria é prática quando materializada por meio de uma série de mediações, entre o que é idealizado e aquilo que realmente é necessário. Assim, a educação como mediação tem na gestão educacional democrática uma forma ampliada, que assume também o controle da efetivação dos seus objetivos educacionais. Para isso, prima pela qualidade, garante uma educação para todos e em especial tem em sí o controle democrático dos rumos da educação. Deste modo pode se concretizar o idealmente existente, como um conhecimento concreto da realidade, ou até mesmo a antecipação ideal para a transformação em busca de construir uma sociedade emancipada e livre, por isso, justa igualitária e feliz.

A formação humana é mais que necessária neste mundo instável, individualista e violento, caracterizando como o caminho para a emancipação a educação de qualidade que descobre talentos capazes de fazer a revolução da humanização social, com amor, respeito e solidariedade, em especial amorosidade para com o outro e pelo trabalho que realizam. Esta premissa só é possível “por uma formação verdadeiramente humana para todos: formação integral para todos como um direito inalienável”. (FERREIRA, 2017, p. 11)

Nesse sentido o homem e a mulher podem escolher seus caminhos na vida e isso é liberdade, portanto emancipação. A tese está confirmada enquanto

possibilidade de um mundo melhor para todos. O caminho é a formação humana de qualidade capaz de gerar,

> Um conceito de homem, de mundo e de sociedade. Convicta, defendo a concepção de formação comprometida com a omnilateralidade, compreendida como a possibilidade histórica do ser humano de se realizar em todas as dimensões numa totalidade de capacidades e, ao mesmo tempo, em uma totalidade de possibilidades de consumo e gozo, em que se deve considerar, sobretudo, a possibilidade de fruir dos bens espirituais, além dos materiais. Essa concepção expressa o teor democrático de respeito aos direitos de todo o ser humano no seu processo de poder ter acesso a todas as possibilidades para seu desenvolvimento e participação na sociedade e no mundo do trabalho, direitos esses exarados na legislação, que constitui a estrutura da sociedade e da educação brasileiras. (FERREIRA, 2017, p. 11)

Neste cenário neoliberal em que o mundo capitalista é quem dá as cartas inclusive no campo educacional, de forma globalizada, em que se processa uma formação humana dividida, se torna urgente na cultura global tratar das contradições para vislumbrar a emancipação. Assim é preciso entender esta cultura globalizada,

> Como o rico, complexo e imenso conjunto de culturas que se entrecruzam no planeta impondo suas peculiaridades e diferenças e exigindo respeito aos seus modus vivendi, formatos e desenvolvimento (...) poderosa imagem cultural que exige um novo nível de conceptualização de todas as inúmeras e incontáveis culturas locais, regionais, estatais, ocidentais e orientais, do norte e do sul que estão “postas a nu”, divulgadas ao mundo que assiste encantado e perplexo a este “multiculturalismo” que necessita ser acatado e respeitado. “Cultura globalizada” é a expressão que contém a diversidade de tudo e de todos na unidade dos limites do mundo. “Cultura global” é o contraditório “conceito” que necessita ser investigado e compreendido para se falar de uma nova cidadania, a “cidadania global” (FERREIRA, 2016, p. 36-37).

Assim, mais uma constatação da possibilidade de emancipação humana se efetiva com foco na educação, na legislação educacional e o olhar voltado para os alunos e para o projeto pedagógico de qualidade. Urge neste contexto destacar os conceitos da política, do planejamento, da gestão e da avaliação, como categorias necessárias a serem desenvolvidas à luz dos princípios da liberdade, da solidariedade humana, objetivando construir na educação o caminho para a liberdade e emancipação humana. A práxis oriunda destas categorias podem ser entendidas como os instrumentos de desenvolvimento rumo a emancipação humana e, nesta perspectiva a possibilidade da emancipação se torna o real concreto no pensamento crítico que é a contradição necessária diante do “status quo” vigente no mundo atual.

O trabalho intelectual de Ferreira desde os primeiros passos quando rompe com a tradição familiar e como mulher vai trabalhar como professora em escola

municipal, e tem seu primeiro contato com os menos abastados, revela a sua luta de uma vida inteira, pela emancipação humana. Ressalta sempre que a origem da luta pela emancipação está ligada aos negros de Pelotas com os quais manteve contato direto em sua infância e juventude, salientando que sua cidade natal era muito racista. Foi trabalhar não por uma necessidade pessoal, e sim pela crença na possibilidade de pelo trabalho e conhecimento poder contribuir para uma vida melhor para aqueles que mais precisam da educação para poder viver melhor na sociedade.

As políticas públicas, gestão e formação dos profissionais da educação como o tripé que forma o fio condutor do pensamento crítico na perspectiva de análise da professora Naura Syria Carapeto Ferreira, possibilitam destacar a necessidade da formação docente e de considerar a importância de uma história de profissionais que acumulam lutas e conflitos no mundo do trabalho e, a cima de tudo apesar de não valorizados pelo poder público, são dedicados e se empenham em desenvolver o seu trabalho com profissionalismo. É deles a esperança de um mundo melhor para a classe trabalhadora em oposição às políticas neoliberais detentoras de retirada de direitos conquistados, entre eles a educação pública de qualidade.

A ampliação das redes e de cursos em formatos e modalidades diversos em curto espaço de tempo, exigiu uma quantidade maior de profissionais, porém ainda sem a qualidade desejada no que se espera de uma formação docente de qualidade para o ensino. Por isso, deixam muito a desejar em seu trabalho principalmente pela baixa consciência crítica sobre a política e a sociedade especialmente no que diz respeito a formação para a cidadania. É ainda uma utopia a ideia de construir uma nova sociedade pautada pela dignidade do trabalho e pela superação da alienação na perspectiva de tirar da submissão as classes menos favorecidas por meio do exercício da democracia que põe em evidência a possibilidade de igualdade social e de liberdade almejando a felicidade para todos.

Ferreira reafirma que para uma boa formação, precisa ter a gestão bem organizada que tome decisões significativas por uma formação cidadã, que supere o individualismo por meio da solidariedade construindo a fraternidade e a justiça na sociedade. Formação e cidadania são indissociáveis para desalienar e conscientizar os cidadãos sobre seus direitos e deveres e principalmente lutar unidos pela felicidade. Esse é o sentido de formação para almejar a emancipação à luz do pensamento de Ferreira.

Desse modo, aparece a emancipação como o objetivo a ser buscado por homens e mulheres neste cenário desconfortável do mundo do trabalho capitalista. O objetivo da emancipação deve aparecer como resultado de um processo democrático na perspectiva de uma formação humana que valorize o conhecimento como força capaz de emancipar o homem e a mulher no sentido reafirmado por Santos (1991), o conhecimento é emancipação e deve transformar a solidariedade em um poder hegemônico pela revalorização desta como uma forma de saber.

Ferreira (2001) observa que este é “o conhecimento emancipação” reafirmando assim a possibilidade de por meio do conhecimento alcançar a emancipação humana. Para isso é necessário superar a ética da modernidade liberal que é desumana e individualista. O novo saber hegemônico deve ser construído mediado pelo princípio da responsabilidade assentado no cuidado que põe o ser humano como uma centralidade diante dos acontecimentos. No pensamento da autora urge que os humanos se tornem e se firmem como responsáveis uns pelos outros na busca pela humanização social. É importante que cada um se responsabilize e se comprometa com o presente para poder pensar em um futuro para a humanidade, essa nova ética a ser construída precisa se comprometer com o hoje em prol do futuro. Contudo, isso precisa ser pensado fora do campo utópico e automático das tecnologias, portanto, fora da ideia de progresso.

Gesta-se um novo paradigma social, o paradigma da sobrevivência ampliada em um exercício de ampla solidariedade, pautada pela criação de possibilidades e de compromissos. O conhecimento é para Ferreira a mola propulsora, o mote que conduz a humanidade à emancipação humana. Esta afirmação reafirma a tese de que há sim a possibilidade de emancipação humana nas pesquisas de Ferreira. A trajetória da autora, o seu trabalho, mostra o caminho de sua própria emancipação enquanto mulher e mãe, em uma época que para a mulher trabalhar fora era um desafio a ser superado. Lutou e venceu a resistência da família e continua hoje a produzir sua existência na difícil realidade deste mundo. Os estudos da autora demonstram a crença de que pelo conhecimento de qualidade pode-se atingir a emancipação na sociedade. A autora mostra dois caminhos sólidos que levam a emancipação que é o conhecimento e o trabalho.

Para Ferreira o novo conhecimento com potência para a emancipação humana pressupõe a superação da ética liberal pautada pelo individualismo, pela ética

solidária a ser construída coletivamente, da mesma forma que este novo saber produziria uma nova política, ou seja, este novo saber é a nova política. Assim o novo saber tem como base a solidariedade coletiva e a nova política tem como pilar a participação. É uma repolitização de forma global na vida coletiva em que a participação fará parte das tomadas de decisões em todos os poros do tecido social, isto é, para Ferreira o conhecimento-emancipação.

De acordo com Ferreira (2013) é o princípio da democracia sem fim em um processo de democratização participativa para a emancipação humana por meio de uma busca incessante por formas e espaços novos para a cidadania individual e também coletiva.

A gestão democrática da educação assim como revelada nas pesquisas de Ferreira (2008, p. 109) contribui de forma significativa enriquecendo o pensamento humano, ao apontar que “a participação é um processo de democratização emancipatória na conquista incessante de novos espaços e de novas formas de cidadania individual e coletiva”. Este novo saber é pautado por uma nova política e nova ética também é constituído de uma nova estética criadora e auto realizadora. Para isso acontecer urge organizar coletivamente os profissionais em torno de objetivos comuns e isso é tarefa das políticas públicas e da gestão da educação. Isto é,

> A formação do homem brasileiro e da mulher brasileira nos exige a formação de um profissional entendido como “um mediador” da “vida social” efetiva, das expectativas e do desejo coletivo de uma comunidade global que requer que os seus membros sejam integrados à vida social e mundial, com todas as possibilidades (FERREIRA, 2008, p. 109).

A autora confirma a tese de que o conhecimento pode conduzir à emancipação humana, em especial quando a autora põe a educação em evidência. Ressalta que a educação precisa servir a novas finalidades na perspectiva de superar os processos que tem prejudicado a sociedade e, apontar a possibilidade de construir um futuro para toda a humanidade. A tese de que a autora acredita na possibilidade da emancipação é confirmada em toda a sua trajetória na defesa da educação e na afirmação de que a emancipação se conquista pelo exercício da solidariedade e da participação democrática construído pelo conhecimento-emancipação. Emancipação é o caminho repleto de vida, de compromissos, solidariedade e amor. É oposição a

toda forma de violência, de exploração e a favor da paz no mundo e da liberdade humana.

5 A GUISA DE CONCLUSÃO

> A tendência democrática de escola não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada cidadão possa se tornar governante. {...}Também no afeto é preciso ser inteligente. (Gramsci)

Ferreira em sua trajetória mostrou a luta que desenvolveu em sua vida pela educação em especial para os menos favorecidos da sociedade e, nesta investigação foi possível perceber e apresentar de forma incisiva a necessidade de voltar à condição humana que foi coisificada nesta sociedade competitiva e excludente. Nesse sentido, a autora enfatiza que a educação tem de se pautar pelo respeito constitucional ao princípio da gestão democrática e formação docente para melhorar as condições de vida pelo trabalho e também pelo não trabalho. Sugere um resgate do indivíduo e preconiza que a educação escolar e as políticas públicas para a educação precisam ter como objetivo essencial a liberdade, a emancipação humana como grande mote a ser seguido. As pesquisas da autora podem ser consideradas na perspectiva da emancipação porque estão comprometidas com a melhoria das condições de vida de homens e mulheres que lutam por dias melhores.

Ferreira mostra em o aumento das desigualdades oriundas da exploração e geradora de tanto ódio e violência, neste mundo capitalista e excludente. Agora mais do que nunca os ensinamentos de Marx sobre a exploração da força de trabalho se fazem presentes no que chama de transformações e exigências do mundo na atualidade. Reafirma que o lucro do capitalista advém da força de trabalho muitas vezes exaurida de forma inumana e pouco remunerada. Os escritos e o discurso mostram sempre a luta de classes presente e atual no mundo do trabalho e nas novas relações de produção e de renda que cada vez mais incluem menos cidadãos no campo do trabalho. Neste contexto de neoliberalismo o argumento mais contundente é a retirada dos direitos sociais já conquistados pelos trabalhadores para aumentar os lucros dos dominantes abastados. Estes argumentos soam como uma luta que põe o trabalho docente, a formação continuada e permanente, a dinâmica interna da sala de aula, mediados pelo princípio da gestão democrática entendidos aqui praticamente como cláusulas pétreas para que a escola possa cumprir o seu papel social no mundo

hodierno. Urge como enfatiza a autora um novo repensar que seja solidário e humano para resgatar valores humanos deixados para trás, superando a exploração da força de trabalho por um mundo com mais dignidade para o ser humano.

Nesse contexto podem-se destacar algumas proposições que precisam ser tratadas com rigor para almejar a superação das desigualdades pelo embate cujas ferramentas para a luta advém do conhecimento, aqui entendido como aquele saber que superou o simples e alienado por um saber consciente e crítico para lutar diante dos desafios da vida.

Para um caminho mais seguro na perspectiva de confirmar se a gestão da educação em Ferreira é uma possibilidade de emancipação humana urge pensar que por meio de seus escritos ficou comprovado que o exercício da gestão democrática da educação pode gerar um processo de democratização permanente e continuado como um exercício da democracia no sistema e nas escolas, por meio da efetiva participação coletiva eficiente e eficaz, com ampla participação popular nas tomadas de decisões, definindo as estratégias, a organização, os recursos e redefinindo os conteúdos e a finalidade do processo de aprendizagem. Destaca-se aqui o papel importante da formação continuada, por isso pode-se afirmar que a gestão democrática é um caminho que pode levar homens e mulheres à liberdade, portanto à emancipação.

Para finalizar Ferreira (2000, p. 173) corrobora com a confirmação desta tese ao reafirmar que há sim um caminho para a emancipação humana a ser conquistado, construído com base no diálogo e na participação:

> A emancipação humana se conquista na solidariedade e na participação que o conhecimento-emancipação é capaz de construir. O conhecimento-emancipação é assim um processo incessante de criação de sujeitos capazes de reciprocidade, capazes de diálogo, de participação consciente. Urge reforçar e reconstruir incessantemente a gestão democrática da educação, em todo o amplo espaço público e educacional, comprometida com a formação de homens e mulheres competentes e capazes de construir, através da participação, sua autonomia, como seres humanos, realizados e felizes.

No campo teórico os escritos de Ferreira reafirmam que a gestão da educação, a formação e as políticas públicas se configuram no cenário social como um processo contínuo de democratização da escola e do sistema, com potencial para viabilizar a possibilidade de emancipação humana.

Ferreira (2013, p. 38) a esse respeito reafirma o sentido mais enraizado da possibilidade da emancipação humana pelo esforço do diálogo e da participação coletiva nas tomadas de decisões e diz,

> Estou convicta de que o diálogo, assim entendido, constitui o caminho para a efetiva participação, que possibilita construções e decisões coletivas, para que se encontrem novos rumos, projetos, políticas, nova gestão do conhecimento e do trabalho, num sentido emancipador. O valor do diálogo, como fonte significativa de aproximação, de interlocução, é uma das poucas e fortes convicções, que tenho, pois é um instrumento que só os seres humanos possuem e podem (precisam) saber mais como utilizá-lo.

Ferreira (2013) destaca ainda o que chamou de imagens desestabilizadoras capazes de condensar os perigos do mundo contemporâneo e enfatiza a proposta emancipatória e solidária, como uma ética que tem como base a solidariedade, na perspectiva de superação da ética individualista presente no neoliberalismo. Aponta a importância da construção de direção pautada e legitimada na participação coletiva, por meio de um constante exercício da democracia e de um projeto político, pedagógico construído através do coletivo, na busca incessante de uma formação humana, forte do ponto de vista intelectual, forte do ponto de vista emocional e com capacidade técnica, é a verdadeira formação humana para a emancipação de homens e mulheres no Brasil.

Os pressupostos das pesquisas de Ferreira ao longo de mais de 40 anos têm como base uma tríade indissociável que vale a pena repetir: “a política, a gestão e a formação”. Nessa assertiva a autora acredita no trabalho educacional e afirma que é uma possibilidade de realização porque antes de tudo pode garantir um conhecimento de qualidade para o processo de construção da emancipação humana.

Ferreira preocupada com os rumos e contornos apresentados na sociedade atual, analisa na primavera de 2016 em seu texto “Dimensão Ético-Política da Gestão da Educação na Atualidade: Compreensões e Possibilidades”, as novas configurações no atual cenário do mundo do trabalho e as constantes transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo em que se torna evidente que quem paga o preço é o trabalhador e suas famílias. No mundo hodierno a insegurança toma o lugar dos direitos e garantias antes conquistados e a violência aparece como uma categoria a ser considerada nas análises sobre o presente da humanidade.

Ferreira (2016, p. 113) assevera reafirmando a necessidade de defender a reflexão crítica a partir de duas teses:

> 1) Primeira tese: A gestão democrática assenta-se na participação efetiva de sujeitos cônscios, fortes de caráter e ajustados emocionalmente, capazes de deliberar e tomar decisões.
> 2) Segunda tese: um indivíduo só se torna um ser humano forte intelectualmente, ajustado emocionalmente, rico de caráter, habilitado tecnicamente, capaz de decidir sobre sua vida, e sobre os destinos da nação se lhe for possibilitada a formação humana que garanta sua plenitude de ser e vir a ser. A gestão democrática da educação – e a supervisão – tem sido estudada, defendida e praticada muito mais pelas suas formas de fazê-la acontecer do que pela sua compreensão como princípio. A formação humana tem sido secundarizada, de modo geral pela priorização da formação profissional e pelas demandas neoliberais que reduzem o ser humano a um "o que fazer".

Destas teses urge ressaltar novamente três aspectos considerados importantes pela professora Naura Ferreira (2016, p.115) na luta pela emancipação a saber:

> 1- Compreender a gestão democrática e o projeto pedagógico da escola, imprescindíveis à verdadeira formação e emancipação humana, resultado de interesses e ações coletivas, repensando as políticas públicas e combatendo o individualismo, abarcando a educação na sua totalidade concreta e não na sua fragmentação. oportunizando espaços para o debate coletivo, para a formação e participação, assegurando sempre a coletividade nas ações.
> 2- É indispensável que a gestão democrática da educação defina-se como um conhecimento complexo em exercício continuo e permanente, o que demanda responsabilidade; formação; solidariedade; coletividade; tempo; locais de debate; liberdade de expressão e trabalho árduo.
> 3- É importante salientar que essas determinações acima estão presentes nos textos analisados na pesquisa e que apontam na perspectiva de luta pela emancipação humana. As pesquisas mostram que no mundo hodierno o campo de luta pela liberdade está cada vez mais presente e necessário para melhorar a distribuição de riqueza e renda que se encontra concentrada nas mãos da classe dominante.

Nesta pesquisa Ferreira (2016) demonstrou a necessidade de pensar e refletir sobre as políticas educacionais em todo o tecido social, de maneira que possa abranger determinações diretamente ligadas à formação humana dentro da esfera social, política e econômica. A atual gestão da educação tem se realizado de maneira improvisada e precária e desprovida de uma política solida e competente, embasada por uma teoria educacional que oriente os rumos a seguir no processo contínuo da democratização da educação, na perspectiva de orientar e compreender a importância das práticas democráticas no campo educacional como um todo.

Este cenário é o real concreto global recheado de contradições e violência que salta aos olhos neste mundo globalizado, exigindo profundas reflexões sobre os conflitos sociais e suas contradições. Para a autora "salta aos olhos o fenômeno da violência, epicentro em todas as relações humanas e societárias, contextos, âmbitos

e no mundo como um todo incluindo as questões ecológicas e ambientais onde a violência se faz presente" (FERREIRA, 2016, p. 112), mostra que a possibilidade de emancipação está muitas vezes ligada a formação dos profissionais da educação e da luta pela democratização da educação, criando políticas educacionais sérias para a educação como um todo. Destaca ainda, que a formação deve incorporar todas as tecnologias e no que diz respeito a formação humana dos profissionais da educação e em geral, é um imperativo,

> Incorporar todos os avanços científicos e tecnológicos que foram criados pelo homem para o bem de toda a humanidade. Para tanto, não só a instrumentalização técnica é necessária, mas sim as finalidades e o compromisso ético-político de socializar o conhecimento e as informações, na tentativa humana de tornar o mundo mais humano. Essa é realmente a verdadeira tecnologia que deve formar o profissional qualificado e competente para o exercício da cidadania. (FERREIRA, 2017, p. 211)

A autora, considerando a educação de qualidade como caminho de esperança para a classe dos trabalhadores que vivem da força de trabalho no mundo capitalista, reafirma que o combate à violência na sociedade é o grande desafio para possibilitar a humanização da sociedade atual. Trabalho e educação são passaportes para construir uma trajetória significativa na sociedade, com conhecimento e trabalho pode-se sonhar e realizar sonhos de liberdade e emancipação humana.

De acordo com as exposições realizadas neste estudo, a questão problema desta tese se confirma na perspectiva da emancipação humana, porque os trabalhos realizados por Ferreira representam um norte para uma educação crítica e transformadora. Sua teoria é estudada na formação docente nas faculdades e universidades e na formação continuada dos profissionais da educação nas escolas. Nas reuniões pedagógicas e nos grupos de estudos organizados pelas escolas.

Ferreira de forma concreta mostra em sua trajetória a emancipação humana, porque rompe tradições e vai trabalhar fora, desde muito cedo se dedica aos mais pobres sempre acreditando que pode ser diferente, as coisas podem melhorar. Como mulher emancipada confirma que o trabalho é maravilhoso porque resulta em dignidade humana. Assim, mostra para homens e mulheres do mundo a possibilidade real da emancipação humana por duas vias inseparáveis: o conhecimento e o trabalho.

Desse modo, vale a pena destacar novamente que para Ferreira a categoria da emancipação humana surge em sua vida com o bairro somente de negros pobres e explorados que conheceu em Pelotas no Rio Grande do Sul cidade na época muito

racista. Na Família Carapeto, a sua família, percebeu como os negros eram tratados com dignidade porque assim que chegavam eram alforriados e contratados como trabalhadores assalariados. Isto mostra que Ferreira a partir desse exemplo da família passa a acreditar na possibilidade de emancipação humana pelo trabalho que pode de fato trazer dignidade para a pessoa humana. Desde muito cedo, pedia para ir à praia e na verdade visitava as famílias dos negros, com quem brincava e contribuía com o dinheiro que ganhava para as despesas da praia. (FERREIRA, 2018)

Esta análise a respeito do trabalho para Ferreira é segundo seu entendimento uma herança significativa de seu pai, para o qual o sentido da vida está em ter um objetivo a ser conquistado, em ir atrás das coisas, lançar-se no desafio que a vida oferece e buscar incansavelmente a dignidade e a emancipação humana. Para a autora, pelo trabalho é possível a conquista da autonomia econômica que classifica como de suma importância para a sobrevivência do homem e da mulher com dignidade, a autonomia econômica conquistada pelo trabalho, como a trajetória da autora é um exemplo de que a emancipação humana é possível ainda que difícil pelas adversidades presentes no sistema capitalista atual. (FERREIRA, 2018)

Assim, Ferreira demonstra que o trabalho é importante na sociedade, de um lado tem em si mesmo a força e o poder de realizar sonhos e emancipar as pessoas porque se lançam na busca de suas conquistas, é a natureza do ser humano de ir sempre em frente na perspectiva de uma vida melhor. De outro lado o trabalho sob a égide do capitalismo desfavorece o ser humano principalmente na exploração da força de trabalho para auferir maiores lucros, o que urge ser superado. Na sua origem o trabalho é a criação humana que aparece no momento em que os homens transformam a natureza e pode-se acreditar nesta potencialidade do trabalho para a emancipação humana. Na trajetória da autora trabalhar sempre foi o caminho escolhido para si mesma e para aqueles que de seu trabalho puderam usufruir das coisas que a humanidade criou e continua evoluindo para que a criação humana possa melhorar as condições de vida em sociedade.

De forma incansável continua sua luta, denunciando as investidas neoliberais e prejudiciais à Educação e principalmente na defesa dos direitos de todos à uma educação pública e de qualidade. Diz não à violência que se torna voraz na sociedade atualmente e propõe a sua superação com o resgate de uma educação emancipadora e de trabalho digno para homens e mulheres. Pode-se concluir que seu trabalho de

uma vida inteira no campo educacional pode ser concretizado e reafirmado como uma luta para a emancipação humana. Os estudos aqui apresentados mostraram que há a defesa da emancipação do homem e da mulher, presentes em todo o seu trabalho mesmo antes de ser docente e principalmente se consolida a perspectiva da emancipação quando explica que o conhecimento pode trazer liberdade e dignidade para a vida humana. Argumenta que a autonomia financeira é emancipação, é dignidade humana para homens e mulheres. Sua trajetória, seu exemplo como pessoa humana emancipada, a contribuição em pesquisas e suas produções, contribuem decisivamente para a emancipação de seus alunos e os alunos destes porque já são docentes, gestores e outros profissionais na sociedade e, testemunham e ensinam no dia a dia das escolas e universidades a importância da luta pela emancipação.

Ferreira (2013, p. 100) cita Bourdieu (1997, p. 944) que alerta para o seguinte fato:

> (...) trazer à consciência os mecanismos que tornama vida dolorosa, e mesmo invisível, não é neutralizá-los; expor as contradições não é resolvê-las porém por mais céptico que se possa ser sobre a eficácia social da mensagem sociológica, não se pode considerar como nulo o efeito que ela pode exercer, permitindo àqueles que sofrem, descobrir a possibilidade de imputar seu sofrimento a causas sociais e de assim se sentir não culpados; e fazendo conhecer amplamente a origem social, coletivamente ocultada, da infelicidade sob todas as suas formas, inclusive as mais intimas e secretas. Constatação que, apesar das aparências, não tem nada de desesperante: o que o mundo social fez, o mundo social pode, armado desse saber, desfazer.

A autora finaliza sua análise com convicção de que os seres humanos podem fazer este sonho se realizar, se emanciparem e viverem felizes. A esperança se alicerça e se torna possibilidade real na inteligência e na vontade coletiva para transformar o mundo. Então sonhar e realizar a experiência da emancipação humana é possível nas análises desenvolvidas por Ferreira e pela sua vitoriosa trajetória.

A questão problema da tese que busca apresentar os trabalhos de Ferreira na perspectiva da emancipação humana é aqui reafirmada, o que significa que a sua vida enquanto pesquisadora e os trabalhos concretos aqui analisados estão coerentes com a luta pela emancipação humana na sociedade. Questionando ainda mais a esse respeito indaga-se: Em que o tripé: trabalho; políticas públicas; gestão e formação, contribuem para a qualidade da Educação pública e da emancipação humana? E Ferreira em seus escritos respondeu à esta indagação em suas produções acadêmicas enfatizando que há sim muitas possibilidades de emancipação humana

pelo caminho de uma educação de qualidade, pela formação docente séria e comprometida com a educação e trabalho com dignidade para todos.

Entende-se que a Educação é instrumento para a emancipação humana, nos termos em que Ferreira (2010, p 252) aponta, como humanização: “A palavra emancipação traduz a ideia de libertar-se de uma dependência, tutela ou opressão, exploração que precisa ser superada. E, a maior forma de opressão, como afirma Gramsci, é a ignorância”. No mundo contemporâneo recheado de desafios urge refletir sobre o que é a emancipação humana, a esse respeito, pode-se pensar com os escritos de Marx sobre o movimento dialético de reflexão-ação-reflexão, e vislumbrar a utopia de possibilitar novas alternativas que avancem para além da realidade excludente e inumana, como apregoa Ferreira e que de fato a pesquisa mostrou estarmos vivendo. Daí resulta lutar coletivamente para superar as desigualdades sociais vigentes rumo a sinais de vida destruindo os sinais de morte do humano tão incrustrado no capitalismo hodierno. A esse respeito Marx e suas belas palavras sobre a emancipação afirma:

> Toda a emancipação é a recondução do mundo humano, das relações ao próprio homem. A emancipação política é a recondução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente e, de outro lado, a cidadão do Estado, a pessoa moral. Somente quando o homem individual recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado sua forces propes como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma política, somente então se processa a emancipação humana. (MARX, s/d: 51-52 – grifo original)

Compreender a emancipação humana é acreditar que temos condições de mudar a realidade em que estamos inseridos para melhor, e por isso o sentido de emancipação humana coincide com o verdadeiro humanismo, como Ferreira (2010) afirma ser a apropriação real da essência humana pelo homem e para o homem, como regresso do homem a si próprio, enquanto homem social, verdadeiramente humano, assim cessa a disputa entre o homem e a natureza e entre homem e o homem. É preciso proporcionar em cada indivíduo a condição de expressar-se, e sentir-se parte integrante e responsável pelo direcionamento dos rumos a serem constituídos pela sociedade, para isso é indispensável considerar a gestão democrática exercitada coletivamente e a formação continuada como aportes da práxis para que de fato possa ocorrer a emancipação humana. Então pode-se afirmar que a pergunta sobre se há possibilidades de emancipação humana no mundo hodierno, a resposta é sim, à luz

das investigações de Ferreira a Gestão da Educação pode levar à emancipação humana é o que a pesquisadora acredita. Em 2018, reafirma que um caminho seguro que emancipa o homem e a mulher no mundo é o conhecimento, único que não pode ser usurpado por ninguém, para a pesquisadora o trabalho e o conhecimento são significativos para a emancipação humana.

Os resultados das análises mostraram os caminhos a seguir para a superação das desigualdades sociais rumo à emancipação humana. Em suas pesquisas Ferreira sinalizou os avanços e as possibilidades a serem enfrentadas no campo educacional e na formulação de novas políticas públicas. As produções da autora para esta investigação evidenciaram e apontaram os principais avanços e limitações do processo de construção e implementação da Gestão Democrática da Educação e a formação continuada como uma prática concreta que aponta caminhos para a emancipação humana,

Ferreira (2016, p. 142) explica que urge encontrar o “rumo à construção de uma sociedade justa, igualitária e feliz”, e a verdadeira emancipação ocorre quando se conquista a autonomia econômica para poder sobreviver com dignidade, a emancipação social pode dar-se por duas vias uma do dinheiro e a outra pelo estudo. Foi o conhecimento que lhe deu ascensão e a bela trajetória que possui no mundo acadêmico, resultado de muita dedicação, honestidade, estudo e trabalho árduo até os dias de hoje. Explica que o trabalho é maravilhoso e tem o potencial de abrir caminhos e realizar os sonhos humanos que pode tornar homens e mulheres emancipados e felizes.

Ferreira deixa um legado maravilhoso, é o exemplo de mulher que luta na vida de forma incansável não apenas para sí, mais para todos homens e mulheres que necessitam de uma educação de qualidade para superar desafios e reconstruir uma sociedade verdadeiramente humana, sem violência, feliz e emancipada. Luta pela libertação e constantemente é capaz de se indignar e lutar contra as injustiças presentes no seio da sociedade.

Urge construir coletivamente novos caminhos que ressignifiquem a vida e tragam de volta a alegria e a realização humana que percorre caminhos difíceis com imensos desafios. O trabalho digno e o conhecimento se configuram como molas propulsoras da transformação e principalmente o conhecimento ninguém pode tirar e significa possibilidade de emancipação humana hoje e sempre.

REFERÊNCIAS

Tudo vale a pena quando a alma não é pequena.
(Fernando Pessoa)

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia.** 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ABRANCHES, M. **Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade.** São Paulo. Coleção Questões da Nossa Época. Cortez, 2003.

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação** – Trad. Wolfgang Leo Maar. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, T.W. **Educação e emancipação.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ADRIÃO, T. CAMARGO, R. **A gestão democrática na Constituição Federal de 1988.** In: OLIVEIRA, R: ADRIÃO, T. (orgs***.)*** **Gestão, financiamento e direito à educação.** São Paulo: Xamã, 2002.

AGUIAR, M A da S.; FERREIRA, N. S. C. **Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e compromissos.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AGUIAR, M A da S.; FERREIRA, N. S. C. (orgs.). **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** Campinas, SP: Papirus, 2002.

ALBINO, J. P., ORTI, P. S., RODRIGUES, J. S. - **Fatores Críticos de Sucesso em Jogos de Empresa**. In: XV SIMPEP, 2008, Bauru. XV SIMPEP - Simpósio de Engenharia de Produção. Bauru: 2008.

ALBINO, J. P., PIMENTEL, C. M. **Gestão do Conhecimento em Pequenas e Médias Empresas: Um Estudo de Caso**. In: ENEGEP 2008, 2008, Rio de Janeiro. ENEGEP 2008 - XXVII Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção. 2008.

ALMEIDA, M A. **Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação v.** 1, no 1, 2008.

ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo.** In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R**. Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez,1995.

ANTUNES, R. (1999). ***Os sentidos do trabalho.*** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo.

APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Paraná. **30 de Agosto:** Edição Pedagógica Especial, 2009.

APP-SINDICATO CUT-CNTE. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LEI 9394/96.** Um trabalho elaborado pelo Fórum Paranaense em defesa da Escola Pública, Gratuíta e Universal. Curitiba, junho de 1997.

APPLE. M.; KENNETH, T. **Está o professorado perdendo o controle de suas qualificações e do currículo?** In: Teoria & Educação. Porto Alegre, n. 4, 2003.

APPLE, M. W. **Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente.** Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 60, fev. 1987. p. 3-14.

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família.** 2ª.ed. Local: Rio de Janeiro: Editora, LTC. 2006.

BOBBIO, N. **O tempo da memória: de senectude e outros escritos autobiográficos.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo.** Petrópolis: Vozes, 1997

BIDET, J. **Explicação e reconstrução do Capital.** Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

BORDIGNON, G; GRACINDO, R V. **Gestão da Educação: o Município e a Escola.** In: FERREIRA, N. S.C; AGUIAR, M.A da S. (Org.). Gestão da Educação - Impasses, perspectivas e compromissos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRANDÃO, C. R. **A questão da educação popular.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRASIl, **Constituição da Republica Federativa do Brasil.** São Paulo: Atlas: 2005, 24 ed.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** *Lei n. 9394/96.* Brasília: 1996.

BRASIL, Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil,** 1988.

BRUNO, L. **Poder e administração no capitalismo contemporâneo.** In: Gestão Democrática da Educação. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 15-45.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1987.

CADERNOS CEDES 7. **Supervisão Educacional: Novos Caminhos**. Terceira reimpressão – 1989

CAMPOS, R. F. **Construindo o professor competente: as determinações do campo do trabalho na reforma da formação de professores.** São Paulo: Cortez Editora, 2004.

CASTEL, R. **A nova questão social**. In: As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Rio de Janeiro. Vozes, 1998.

CARVALHO, M. F. **Democratização do Sistema e da Escola Pública.** IN: 30 de Agosto Especial 2009. Edição Pedagógica da APP Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, Curitiba, p. 4.

CATANI, A. M; GUTIERREZ, L. G. **Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades.** In: FERREIRA, N. S. C. (org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

CISESKI, A; ROMÃO, J. E. **Conselhos de Escola. Constituintes da Escola Cidadã.** In: GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.). Autonomia da escola: Princípios e propostas. 6ª. Ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004. (Guia da Escola Cidadã, v.1).

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 15ª Edição, 2012. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados Centro de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca http://bd.camara.gov.br

COSTA, O. T. da. **Auto composição coletiva e instrumentação.** Revista do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília, v. 63, p. 11-19, 1994.

COSTA, O. T. da. **Controle externo do Poder Judiciário.** Síntese Trabalhista, São Paulo, v. 5, n. 55, p. 7-15, jan. 1994.

COSTA NETO, P. L. **História e Emancipação nos Grundrisse.** In: V Colóquio Internacional Marx e Engels, 2007, Campinas. V Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas: Unicamp, 2007. v. 1. p. 1-10.

CURY, C. R. J. **O Conselho Nacional de Educação.** In: OLIVEIRA, M. (org.) **Gestão educacional novos olhares novas abordagens.** Petrópolis: Vozes, 2005.

CURY, C.R.J. Parecer CNE/CP 21: **A carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da educação básica.** Brasília: MEC/CNE, 2001.

CURY, C. R. J. **Gestão democrática da educação: exigências e desafios.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, São Bernardo do Campo, SP, v. 18, n. 2, jul./dez. 2002.

CURY, C.R. J. **O princípio da gestão democrática na educação.** Disponivel em: <http://areteeducar.blogspot.com.br/2007/09/o-princpio-da-gesto-democrtica-na.html> Acesso em: 11set. 2013.

DOURADO, L. F. **A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil.** In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.). Gestão Democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

DOURADO, L.F. **O público e o privado na agenda educacional brasileira**. In: FERREIRA, N.S.C.; A GUIAR, M.A.S. (Org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo: Cortez, 2006d.

DOURADO, L. F. **Gestão da educação escolar.** 4 ed. atualizada e revisada – Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil 2012.

DOURADO, L.F. **Políticas e gestão da educação superior.** Transformações recentes e debates atuais. São Paulo/Goiânia: Xamã/ Alternativa, 2003, p. 117-135.

DOURADO, L.F. **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas.** 1ª edição, autêntica, 2011.

DOURADO, L.F. **Plano Nacional de educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira.** Goiânia: Imprensa Universitária/ANPAE, 2017.SP: Mercado de Letras, 2017.

DOWBOR L. **O que acontece com o trabalho?** 3ª ed. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. (Série Ponto Futuro: 10)

DUBET, F. **A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização, Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 27-33, 1998.

DUBET, F. **A escola e a exclusão**. Cadernos de Pesquisa, nº 119, p. 29-45, jul. 2003.

DUBET, F. **O que é uma escola justa?** A escola das oportunidades. 1ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

ENGUITA, M. F. **A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização**. Teoria & Educação. Porto Alegre: Panorâmica, n.4, 1991.

FÉLIX, M. F. C. **Administração Escolar: Um problema Educativo ou Empresarial.** São Paulo: Cortez:Autores Associados, 1986.

FERREIRA CORRÊA DA SILVA. N. S. C. A **Educação do Adolescente.** Pelotas: Universidade Católica de Pelotas. Monografia, 1967.

FERREIRA CORRÊA DA SILVA, N. S. C. **"**Aspirações dos estudantes do Curso de Pedagogia referentes à sua profissionalização" In: **Estudos Brasileiros**. Curitiba: UFPR, (2): 213--229, dez 1976.

FERREIRA CORRÊA DA SILVA, N. S. C. "A função supervisora no contexto educacional brasileiro". **Anais do 2º Encontro Nacional de Supervisores de Educação.** Curitiba: UFPR, 1979.

FERREIRA CORRÊA DA SILVA, N. S. C. **Supervisão educacional: uma reflexão crítica.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1981a

FERREIRA CORRÊA DA SILVA, N. S. C.. "O papel do supervisor educacional no atual contexto brasileiro" In :**Caderno CEDES.** n º 07. São. Paulo: Cortez Ed., 1981b.

FERREIRA CORRÊA DA SILVA, N. S. C. "A formação do Especialista em Educação". In: **Administração da Educação: questões e reflexões.** Vitória: PPGE/UFES, 1986a.

FERREIRA, N. S. C. "O Individualismo e a Formação do Profissional na contemporaneidade." In: Revista Tuiuti: Ciência e Cultura, N º 9. 1997.

FERREIRA N. S. C. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios .** São Paulo: Cortez Ed. 1998c.

FERREIRA, N. S. C. *"*Gestão da educação e formação: notas para um projeto pedagógico*".* In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. RBPAE.** Brasília: V. 14, N º 1. Jan/Jun.1999.

FERREIRA, N. S. C. **Supervisão educacional para uma escola de qualidade.** São Paulo: Cortez, 1999b.

FERREIRA, N. S. C. "O individualismo na contemporaneidade e os compromissos da administração da educação". In: SERRA, Carlos. **Tradição, modernidade e as veredas da mestiçagem***.* Maputo/Moçambique**:** Ed. Universidade Eduardo Mondlane, 1999c.

FERREIRA CORRÊA DA SILVA N. S. C. **Supervisão Educacional: função ou disfunção?** Curitiba: UFPR. Dissertação de Mestrado, 1980.

FERREIRA CORRÊA DA SILVA, N. S. C.; GARCIA, A. W. M. **Indicações básicas e Currículo pleno da habilitação de 2 º grau**. Série Formação de Magistério. Curitiba: SEED, 1977.

FERREIRA CORRÊA DA SILVA, N. S. C. **Supervisão educacional: uma reflexão crítica.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios .** (Org) São Paulo: Cortez , Ed. 1998.

FERREIRA, N. S. C.. "Supervisão educacional no Brasil: trajetória de compromissos no domínio das políticas públicas" In: FERREIRA, N. S. C. **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**.(Org) São Paulo: Cortez, 1999.

FERREIRA, N. S. C.. “A gestão da educação e as políticas de formação de profissionais da educação: desafios e compromissos. In: FERREIRA, N. S. C.**Gestão democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios.** 3ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

FERREIRA, N. S. C. “Supervisão educacional: novas exigências, novos conceitos, novos significados”. In: RANGEL, M**. Supervisão educacional: princípios e práticas. Campinas/SP: Papirus,** 2001.

FERREIRA, N. S. C. “Gestão democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M.A . **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

FERREIRA, N. S. C. “O individualismo na contemporaneidade e os compromissos da administração da educação” In: ZEBRA, Carlos. **Tradição, modernidade e as veredas da mestiçage**m. Maputo/Moçambique**:** Ed. Universidade Eduardo Mondlane, 1999.

FERREIRA, N. S. C. “Gestão da educação e formação humana: um projeto pedagógico coletivo.”. In: **Comunicações.** Ano 4 N º 2. Piracicaba: PPG-ED da UNIMEP, 1997.

FERREIRA, N. S. C.. “O Individualismo e a formação do profissional na contemporaneidade.” In: **Revista Tuiuti: Ciência e Cultura**, N º 9. 1998.

FERREIRA, N. S. C. *“*Gestão da educação e formação: notas para um projeto pedagógico*”.* In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. RBPAE.** Brasília: V. 14, N º 1, Jan/Jun.1999.

FERREIRA, N. S. C. “Poderemos trabalhar juntos?: responsabilidades da gestão da educação em ação”. In: **Educação em Revista.** Marília: UNESP Marília Publicações, vol.1, 2000.

FERREIRA, Naura Syria C. **“Democrática da educação para uma formação humana: conceitos e possibilidades.*”*** In: Em Aberto. Brasília: MEC/INEP, N º 72., 2000.

FERREIRA CORRÊA DA SILVA, N. S. C. “A função supervisora no contexto educacional brasileiro”. **Anais do 2º Encontro Nacional de Supervisores de Educação.** Curitiba: UFPR, 1979.

FERREIRA, N. S. C. “Experiências inovadoras em gestão da educação: quais são as finalidades?” In: **Actas do II Seminário de Políticas e Administração da Educação.** Piracicaba: ANPAE/Sudeste, 1998.

FERREIRA, N. S. C. “Gestão da educação e formação humana: um projeto pedagógico coletivo. In. **Anais do I Encontro de Política e Administração da Educação da Região Centro-Oeste e III Encontro Estadual de Licenciaturas.** Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997.

FERREIRA, N. S. C. “Gestão democrática da educação: uma ressignificação necessária”. In: **Anais do IV Seminário de Pesquisa da Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba; UTP, 2000.**

FERREIRA, N. S. C. “Como se encontra a produção científica no Brasil em política e gestão da educação”. In: **Anais do IV Seminário de Pesquisa da Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba**; UTP, 2000.

FERREIRA, N. S. C. “Concepções, decisões e formas de organização curricular na formação do profissional da educação”. **Anais do VIII Colloque “La Decision en Education”. AFIRSE/AIPELF.** Lisboa: Universidade de Lisboa, 1998**.**

FERREIRA, N. S. C. **“**A Educação do profissional na sociedade emergente: que formação?” **Actas do IV Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. “Investigar e formar em Educação”.** Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.

FERREIRA, N. S. C. “Globalização e Desigualdades sociais – Impactos, disparidades e demandas para a formação e a administração da educação. In: **XI Jornada de História de la Educación.** Bernal: Editora da Universidad de Quilmes, 1999.

FERREIRA, N. S. C. “A supervisão educacional no Brasil: uma história de compromissos no domínio das políticas públicas e da administração das educação” In: **XI Jornada de História de la Educación.** Bernal: Editora da Universidad de Quilmes, 1999.

FERREIRA, N. S. C. “Experiências inovadores e/ou exitosas em gestão da educação: de que políticas necessitamos? “In: **Educação e Política. ACTAS do II Congresso Internacional da AFIRSE.** Lisboa: Universidade de Lisboa, 1999.

FERREIRA, N. S. C. “Supervisão educacional no Brasil: a formação e os compromissos”. In: **Diversidade e Diferenciação em Pedagogia- Actas do Colóquio da AFIRSE.** Lisboa: Universidade de Lisboa, 2000.

FERREIRA, N. S. C.; CALEFFE, L. G. “Globalização e desigualdades sociais: impactos, disparidades e demandas para a formação e administração da educação. In: **Actas do IX Colóquio da Secção Portuguesa da AFIRSE.** Lisboa: Universidade de Lisboa, 2000.

FERREIRA, N. S. C. “Capacitação competente e formação solidária: significados e responsabilidades. In: **Anais do I Congresso Íbero-Americano de de Formação de Professores.** Santa Maria: Universidade de Santa Maria, 2000.

FERREIRA, N. S. C. “Tecnologia educacional e gestão da educação: entre a utopia e a realidade.” In: **Tecnologia em Educação: estudos e investigações. Actas do X Colóquio da Secção Portuguesa da AFIRSE/AIPELF.** Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Lisboa, 2001.

FERREIRA, N. S. C. ; Kuehne, G. “As TIC e a formação de profissionais de fisioterapia.” In: **Tecnologia em Educação: estudos e investigações. Actas do X Colóquio da Secção Portuguesa da AFIRSE/AIPELF.** Lisboa: Faculdade de Psicologia e de ciências da Educação. Universidade de Lisboa, 2001.

FERREIRA, N. S. C. “Violência e paz: a exigência de novas políticas e ações integradas”. In: **Actas do XI Colóquio da Secção Portuguesa da AFIRSE – Indisciplina e Violência na Escola.** Lisboa: Universidade de Lisboa, 2002.

FERREIRA, N. S. C.; DALLA BONA, C. “Estágios extra-muros: subsídios para as políticas públicas de formação” In: “**Anais do I Simpósio de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação dos Programas das IES Públicas do Paraná.** Londrina: UEL, 2001.

FERREIRA, N. S. C.; DALLA BONA, C. “Proposta de estágio extra-muros: subsídios para as políticas educacionais de formação de profissionais” In: **Actas de Colloque Internacional de l’Afirse e i Colloque National de L’Afirse - Section Bresilienne.** Natal: editora da universidade,2001.

FERREIRA, N. S. C . A gestão da violência na escola: é possível? o que fazer?”. In: **Actas do XI Colóquio da Secção Portuguesa da AFIRSE – Indisciplina e Violência na Escola.** Lisboa: Universidade de Lisboa, 2002

FERREIRA CORRÊA DA SILVA. N. S. C. **A educação do adolescente.** Pelotas: Universidade Católica de Pelotas. Monografia, 1967.

FERREIRA, N. S. C. **Supervisão Educacional: Novos Caminhos**. In: CADERNOS CEDES 7. Terceira reimpressão – 1989.

FERREIRA, N. S. C. **Indivíduo e emancipação Humana: Contribuição à discussão da base comum da formação do educador.** São Paulo: PUC/SP. Tese de Doutorado, 1992.

FERREIRA, N. S. C. (org.) **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** São Paulo: Cortez, 1998.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da educação para uma formação humana**: conceitos e possibilidades. Disponível em: <emaberto.inep.gov.br> Acesso em: 12 Ago. 2013.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão Democrática da Educação para uma Formação Humana: conceitos e possibilidades.** Brasília, v. 17, n. 72, p. 167-177, fev. / jun. 2000.

FERREIRA, N. S. C. **Memorial**. 2002.

FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A.da S. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos.** 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, N.S.C. **REPENSANDO E RESSIGNIFICANDO A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO NA "CULTURA GLOBALIZADA"** Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1227-1249, Set./Dez. 2004 1229.

FERREIRA, N. S. C; SCHLESENER, A. H. **A Gestão democrática da educação e a formação do senso comum.** In: Políticas Públicas e gestão da Educação. Curitiba: UTP, 2007.

FERREIRA, N. S. C. **Formação humana e gestão democrática da educação na atualidade.** 1ª ed. Curitiba: Appris, 2017.

FERREIRA, N.S.C. **Depoimento público.** Universidade Tuiuti do Paraná: 23 de nov. 2018.

FORNO, M. R. G.; FERREIRA, N. S. C.; MARKOWICZ, D. **Gestão da educação e formação de professores**: experiências de uma escola estadual do Paraná. Disponível em: <www.ucs.br> Acesso em: 01 fevereiros, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 37 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança.** São Paulo: Paz e Terra, 1992

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 29 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000

FREIRE, P. **Politica e Educação**: ensaios. São Paulo: Cortez, v. 23, 5 ed., 2001

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, M. E. **Cultura organizacional: grandes temas em debates.** Revista de Administração de Empresas, v.31, n.2, p.73-82. jul./ set, 1991.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados. 1986.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século/Gaudêncio Frigoto (org.).** Petrópolis RJ: Vozes, 1998.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real.** 3. ed. São Paulo, Cortez, 1999.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

FRIGOTTO, G. CIANATTA, M. RAMOS, M. (orgs.) **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis.** São Paulo: Cortez/ Suny, 1994.

GADOTTI, M; ROMÃO, J. E. **Guia da escola cidadã (Instituto Paulo Freire) 1:** Autonomia da Escola, princípios e propostas, 4 ed. 2001.

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido.** São Paulo: Cortez, 2002. 48p .

GADOTTI, M. **O Trabalho Coletivo como Princípio Pedagógico.** Revista Lusófona de Educação , v. 24, p. 160-164, 2013.

GENTILI, P. (Org.). **Neoliberalismo e educação: manual do usuário.** In: Escola S. A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília. CNTE. 1996.

GENTILI, P. **"Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora",** In: Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século, Gaudêncio Frigotto (org.), Petrópolis: Vozes, 2001.

GENTILI, P. **O discurso da "qualidade" como nova retórica conservadora no campo educacional.** In: GENTILI, P; SILVA, T. T. da (Org.). Neoliberalismo, qualidade total e educação. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GENTILI, P. **Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora.** In: FRIGOTTO, G. (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GENTILI, P. **"O conceito de empregabilidade", In: Anais do Seminário nacional sobre avaliação do Planfor: uma política pública de educação profissional em debate.** São Carlos, 4 e 5 março/ Lucia Helena Lodi (org.), São Paulo: UNITRABALHO, 1999.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere:** Vol II: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HABERMAS, J. **Técnica e Ciência como "ideologia.** Lisboa. Ed. 70, 1968.

HABERMAS, J. **A crise de legitimação do capitalismo tardio.** Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980.

HABERMAS, J. **A nova instransparência. A crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas.** In *Novos Estudos Cebrap.* São Paulo, 18: 103-114, Setembro. 1987b. [Links]

HABERMAS, J. **Que significa socialismo hoje? Revolução recuperadora e necessidade de revisão da esquerda.** In: *Novos Estudos Cebrap.* São Paulo, 30:43-61, Julho, 1991.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo, Ed. Loyola, 2003.

HYPOLITO, A. Processo **de trabalho na escola: algumas categorias para análise.** Teoria & Educação. Porto Alegre: Pannonica, n.4, 1991.

HOBSBAWM, E. J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

HOLANDA FERREIRA, A. B. de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** 3ª. Ed. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1999.b.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem.** Trad. Waltensir Dutra. 21.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IANNI, O. **Teorias da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

KANT, I. **Sobre a Pedagogia.** Tradução de Francisco Cock Fontanella. Piracicaba, Ed. UNIMEP,1996.

KANT, I. **Resposta à pergunta: que é Esclarecimento**. In: Textos seletos. Edição bilíngüe. Trad. Raimundo Vier e Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento.** Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 2ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 7ª edição. Tradução de Célia Neves e Alderico Toribio. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KORCZAK, J. **Como amar uma criança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

KUENZER, A. Z. **As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrante.** educ. Soc. v.20 n.68 Campinas dez. 1999.

KUENZER, A. Z. **Pedagogia da Fábrica.** 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.

LAROUSSE CULTURAL. **Grande enciclopédia**. 2000.

LEITE, M. de P. **Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003

LEITE, M.de P. **O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades.** In Leite M. de. P. e ARAUJO, A. M.C. (org.) O trabalho reconfigurado: ensaios sobre o Brasil e México. São Paulo: Annableme, Fapesp, 2009.

LESSA, S. **Serviço Social e trabalho: do que se trata?** Temporalis, Brasília, ano 1, n. 2, p. 35-58, jul./dez. 2000.

LDB **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.**

LDB Interpretada: **Diversos olhares se entrecruzam/ Iria Brzezinski** (Organizadora), São Paulo: Cortez: 2001, 6 ed.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia critico-social dos conteúdos.** São Paulo: Loyola, 1987.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da Escola:** teoria e prática. 5.ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus Professor, Adeus Professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 10ªed. São Paulo: Cortez, 2007

LIBÂNEO, J. C. **O dualismo perverso da escola pública brasileira**: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educ. Pesquisa, Mar, vol.38, no.1, p.13-28. 2012.

LÜCK, H. **Dimensões da Gestão escolar**. 4 ed. Curitiba: Positivo, 2009.

LÜCK, H. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.** 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LÜCK, H. **A gestão participativa na escola.** 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Positivo 2009b.

LÜCK, H. (Org) **Gestão escolar e formação de gestores.** Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 1-195, fev./jun. 2000.

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova Educabrasil **www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/** Acesso em 16 de Maio de 2017.

MARITAIN, J. **Introdução geral à filosofia.** Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1964.

MARTINS, A. M. **Autonomia da escola: a (ex)tensão do tema nas políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2002.

MENDES, D. T. "Desenvolvimento, Tecnologia e Universidade". In: **Revista de Cultura.** Vozes, nº 6, 1969.

MARX E ENGELS. **Escritos de juventud.** In: MARX E ENGELS Obras fundamentales: 1ª. Reimpresión. México – DF: Fondo de Cultura Econômica, 1987, vol.1.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MARX, K. **O Capital.** Edição condensada por Gabriel Deville. 3ª edição. São Paulo: Edipro, 2013.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, K. **O Capital.** Vol. I liv.1º, São Paulo: Abril Cultural, 1983

MARX, K. **O Capital.** Vol. I, tomo 2, São Paulo : Abril Cultural. 1984

MARX, K. **As crises econômicas do capitalismo.** São Paulo: Acadêmica. 1988

MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política.** Volume 1. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. Teorias da mais-valia: **história crítica do pensamento econômico.** Vols. 1-3. Trad. Reginaldo Sant´Anna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, (1980 [1905-1910]).

MARX, K. **A Questão Judaica.** Tradução de Artur Morão, LusoSofia: 2010.

MARX, K; Engels, F. **O Manifesto Comunista de 1848.** Disponivel em: http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf, acesso em 18 de maio de 2015.

MELLO, G. N. **Cidadania e competitividade.** São Paulo: Cortez, 1998.

MELLO, G. N. de. **Formação inicial de professores para educação básica:** uma (re)visão radical. São Paulo em perspectiva, São Paulo, seade, v. 14, n. 1, jan/mar. 2000.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo/ Campinas: Boitempo/ EdUNICAMP, 2002

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORETTO, V. **O Projeto Político-Pedagógico e a Gestão Democrática.** Disponível em: <http://www.edicoessm.com.br/gestorescolar>. Acesso em: 08 set. 2013.

NETTO, J. P. **História e História da Educação. O Debate Teórico-Metodológico Atual.** In: Dermeval Saviani – José Claudinei Lombardi e José Luís Sanfelice (orgs.). 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados. 2006.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. **Crise global contemporânea e barbárie.** In. Liberalismo e socialismo: velhos e novos paradigmas. SP, Editora UNESP. 1995.

OLIVEIRA, D. A. **A gestão democrática da educação no contexto da reforma do estado.** IN: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo: Cortez, 2006. p. 91-112.

OLIVEIRA, D. A. **Educação e Planejamento: A Escola como núcleo da gestão.** In: **Gestão Democrática da Educação.** 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes,1997.

OLIVEIRA, J. F. de; MORAES, K. N; DOURADO, L. F. **Gestão escolar democrática**: definições, princípios e mecanismos de implementação. Disponível em: <www.letravivanet.com> Acesso em: 06 Ago. 2013.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Coordenação de Gestão Escolar. **Caderno de apoio para elaboração do Regimento Escolar /** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Coordenação de Gestão Escolar. Curitiba: SEED – PR., 2007. 124 p.

Paro, V. H. **Participação popular na gestão da escola pública.** São Paulo, Faculdade de Educação da USP. (tese de livre docência) ,1992. [Links]

PARO, V. H. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino.** São Paulo: Ática, 2007.

PINTO, Á. V. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica.** 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

PINTO, Á. V. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. Paz e Terra, 1969.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. ***Lei Nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001.*

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Lei Nº 13005**, de 25 de junho de 2014.

PUIG, J. **Democracia e participação escolar; propostas de atividades.** São Paulo: Moderna, 2000.

REZENDE, A. M. de. **Administrar é Educar ou... Deseducar.** In: Educ. Soc. Ano I, n.2 Campinas jan. 1979.

ROCHABRÚN, G. **La Metodologia em el Positivismo y em el marxismo.** Diciembre de 1974. Série: ensayos, nº 1.

ROUSSEAU, J. J. **O Contrato Social:** Tradução de Antônio de Pádua Danesi, 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SACRISTÁN, J. G. **La direción de centros: analisis de tareas.** Madrid, Ministerio de Educación y ciência/CIDE, 1995.

SAPELLI, M. L. S. **Políticas Educacionais do governo Lerner no Paraná (1995 – 2002).** Tese de Doutorado**.** Cascavel: Gráfica Igol, 2003.

SAVIANI, D. Educação: **do senso comum à consciência filosófica.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1980.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** 2ª edição. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Educação Brasileira Estrutura e Sistema.** 10ª Ed. Campinas –SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico Crítica:** Primeiras Aproximações. 10ª edição. Campinas – SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**: 33ª. Ed. Campinas, SP; Autores Associados, 2000.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** 42ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; 5).

SHIROMA, E. O. **Política Educacional: o que você precisa saber sobre.** Rio de Janeiro: DP&A, 3ªed. 2004.

SHIROMA, E. **O eufemismo da profissionalização**. In: MORAES, Maria Célia Marcondes de. (org.). Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

SHIROMA E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional.** 4.ed. RJ: Lamparina, 2007.

SILVA, S. **Modelos de democracia e gestão da educação: tendências atuais.** In: Revista Educação em Questão*.* Departamento e Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN. V. 32, n. 18, maio/agosto. 2008.

SOUZA, Â. R. de. **Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática.** Educação em revista, Belo Horizonte, 2009.

SOUZA, Â. R. **Explorando e Construindo um Conceito de Gestão Escolar Democrática. Educação em Revista.** Belo Horizonte, v. 25, n. 03, p. 123-140, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v25n3/07.pdf>. Acesso em: 11 set. 2013.

STEWART JR, D. **O que é o Liberalismo**. Local: São Paulo, Editora, Ediouro, 1988.

TRAGTENBERG, M. **O Conhecimento Expropriado e Reapropriado pela Classe Operária:** Espanha 80. In: Educ. Soc. V. 2 n. 7 Campinas set.1980.

TEIXEIRA, A. **Que é administração escolar.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Brasília. V. 13, n. 2. jul/dez. 1997.p. 273-278.

TEIXEIRA, A. **Uma perspectiva da educação superior no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.50, n. 111, jun./ set. 1968. p. 21-82.

TUMOLO, P. S. **Educação e hegemonia no Brasil.** 2005. Educação e Sociedade, 29 n. 102 Campinas, jan.? abril.2008, p. 1-11.

TUMOLO, P.S. **Da contestação à conformação. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista.** Campinas: Unicamp, 2002.

TUMOLO,P.S. **Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação.** Educação & Sociedade, Campinas - SP, v. 24, n. 82, p. 159-178, 2003.

VASCONCELLOS, C. **Gestão da Sala de Aula.** Disponível em: <http://www.edicoessm.com.br/files/gestorescolar/> Acesso em: 18 set. 2013.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico: continuidade ou transgressão para acertar?** In: CASTANHO, M.E.L.M.; CASTANHO, S. (Org.). O que há de novo na educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas: Papirus, 2000.

VEIGA, I. P. A. **Escola: Espaço do Projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998.** Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** In: VEIGA, Ilma Passos A. (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: SP.Papirus, 2004.

VEIGA, I. P. A. **Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** Caderno CEDES, vol. 23 n 61, Campinas, Dec.2003.

WERLE, F. O. C. **Conselhos Escolares: implicações na gestão da Escola Básica.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.